

Vicente Salles



# MEMORIAL DA CABANAGEM

EDIÇÕES CEJUP



Coleção  
Amazoniana

Vicente Salles nasceu na vila Caripi, município de Igarapé-Açu, Pará, em 27.11.1931. Viveu a infância em Castanhal, também interior paraense, onde fez o curso primário, a juventude em Belém. Desde cedo, interessou-se pela literatura, a música e o folclore. Em 1948, por intermédio de Romeu Mariz, publicou os primeiros trabalhos em *A Província do Pará*; depois colaborou em *O Estado do Pará*, acolhido por Santana Marques. Com Bruno de Menezes conheceu os grupos populares de Belém, batuques, pássaros e bumbás. De janeiro a maio de 1954 viveu em Algodual, Maracanã, Marapanim, Curuçá, São Caetano e Vigia, pesquisando bandas de música e o folclore. Em junho, em contato com Edison Carneiro, que visitava o Pará pela primeira vez, decidiu transferir-se para o Rio de Janeiro, embarcando em agosto. Em dezembro ingressou no Ministério da Educação e Cultura, MEC, mediante concurso do DASP. Fez jornalismo, colaborou em diversos jornais e revistas, bacharelou-se no curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. De 1961 a 1972 trabalhou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, onde organizou e dirigiu a Biblioteca Amadeu Amaral, foi redator da *Revista Brasileira de Folclore*, organizou a edição de livros e dos discos Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro. Em 1972-74, trabalhou no Conselho Federal de Cultura, secretariando a Câmara de Artes. Em 1971 foi eleito membro do Conselho de Música Popular do Museu da Imagem e do Som, RJ, sucedendo a Eneida. Em 1974, passou a residir em Brasília, DF, e colaborou na criação da Funarte,

## MEMORIAL DA CABANAGEM

Para o prof.  
Flavio Nassor  
com o abraço  
cordial

Vicente  
Brasília, 15.03.2001

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Salles, Vicente.

Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará / Vicente Salles. — Belém: CEJUP, 1992. (Coleção amazoniana; 3)

Bibliografia.

319p.

ISBN 85-338-0034-7

1. Brasil — História — Cabanagem I. Título. II. Série

91-2135

CDD-981.04213-981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Cabanagem: Brasil: História 981.04213
2. Propagação da República: Brasil: História 981.05
3. Socialismo: Brasil: História 330.84

VICENTE SALLES

## MEMORIAL DA CABANAGEM

Esboço do Pensamento  
Político-Revolucionário  
no Grão-Pará

EDICÕES CEJUP 

Editores: Gengis Freire  
e Ana Rosa Cal Freire  
Capa: Ethevaldo Cavalcante  
Fotografias: Biblioteca Nacional, RJ, e do autor  
Direitos Reservados  
1.<sup>a</sup> Edição — 1992



Composto e impresso na GRAFICENTRO/CEJUP  
Trav. Rui Barbosa, 726 — Fone: (091) 225-0355 — PABX  
Caixa Postal 1.804 — Telex: (91) 2852 — FAX: (091) 241-3148  
CEP 66053-260 — Belém — Pará

*“Por uma invencível cegueira, de que a história nos oferece tantos exemplos, teimam muitos dos que a escrevem, e sobretudo os que governam as sociedades, em não ver nas revoluções o resultado de causas gerais, e da exasperação de um povo todo inteiro; antes procuram complacentemente a sua explicação nessas conjurações e planos traçados de assento, que quando realmente existem, não são de ordinário mais do que sintomas daquelas causas, e a simples ocasião dos movimentos, fazendo em tudo o mesmo ofício que a mecha aplicada à mina já de antemão disposta” — (João Francisco Lisboa, JORNAL DE TIMON, 1858, reed. Obras Escolhidas, 1946, v.II:39-40).*

## PREFÁCIO

---

Tento esboçar neste trabalho a história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Em tese, este é o pensamento das classes oprimidas, que se exprime principalmente no esforço para sacudir o jugo infamante. Reflete, entre nós, a luta pela cidadania em que tanto se empenharam índios e negros, solidários nas mesmas vicissitudes, pela condição de servos e escravos, na sociedade modelada pelo colonizador europeu que a eles se opunha. Em toda a parte, as relações entre dominadores e dominados suscitaram reflexões e, por vezes, pronunciamentos vigorosos dos humanistas, casta de indivíduos que consideram o Homem a principal peça da História. Também aqui, na Amazônia, ecoaram as vozes dos humanistas, dos que aspiram melhor e mais justa organização da sociedade.

Num primeiro momento identificam-se as vertentes da ideologia republicana dando suporte às lutas pela emancipação política no Grão-Pará. Impuseram-se contudo, pelas armas, as vontades das classes que garantiam a permanência do status quo, da aristocracia possuidora das terras e da burguesia controladora do comércio interno e externo. Episódios dramáticos desse confronto estão narrados pela historiografia oficial. A "emancipação política", festejada no 15 de agosto de 1823, não significou quebra do estatuto colonial, que permaneceu inalterado entre nós. A Cabanagem definiu a forma conseqüente da luta desencadeada na província com o fim de promover a revolução social necessária à complementação da emancipação política. Por isso foi reprimida de maneira tão violenta.

*Este trabalho está dividido em duas partes: a primeira examina a Revolução Cabana, seu conteúdo ideológico e seus efeitos; a segunda, desdobra as conseqüências da Cabanagem, dando ênfase às idéias republicanas de que ela (a Cabanagem) foi uma expressão.*

*Em seguida, centralizo esta análise no conjunto de idéias geradas na França catalisadora do pensamento europeu — ou mundial — a partir da revolução burguesa, que derrubou a monarquia bonapartista e instalou a República, tendo ainda como fulcro a guerra franco-prussiana e a reação do proletariado de Paris, com a experiência dramática da Comuna, em 1871.*

*A repercussão desses acontecimentos foi imediata e multidirecional. Podemos detectar no Grão-Pará duas vertentes da ideologia republicana: a burguesa, que se ligou ao Clube Republicano do Rio de Janeiro, e a socialista, que se inspirou diretamente na Comuna de Paris, com reminiscências de socialistas pré-marxistas e laivos de idéias anarquistas. Veio portanto da França a inspiração socialista inicial, em 1871, como vieram da França o babovismo e o igualitarismo liberal dos jacobinos de 1789. Essa vertente, mais chegada a Blanqui e Proudhon que a Marx, produziu alguns frutos no Grão-Pará com a fundação em Belém do Clube Popular, em 1873, ao tempo que surgiam outros clubes proletários empunhando a bandeira da abolição, da educação popular e da luta de classes. É quando surge entre nós abundante e expressiva documentação impressa, tipo pasquim, que exprime inquietação incomum, destacadamente A Tribuna. Apesar disso, não encontramos um programa para se impor nesta sociedade, onde o proletariado era pequeno e desorganizado e as relações de produção geradas pelo extrativismo da borracha recolocavam no espaço amazônico a sombria perspectiva da servidão feudal.*

*As idéias são colocadas, não obstante, insistentemente, às vezes com vigor, pois nessa altura era impossível ignorar a revolução que se operava no pensamento político europeu, que se refletia na sociedade de tipo colonial, a nossa, onde, entretanto, havia intelectuais capazes de discuti-las. Mais uma vez, portanto, a discussão das idéias fica evidenciada. Agora, porém, não só por iniciativa de intelectuais inconformados; o pequeno proletariado existente co-*

*meçou a organizar-se e promoveu a fundação de diversas sociedades mutualistas, a partir de 1865. Muitas dessas associações passam para o século XX. Mantém-se até hoje a centenária Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, que sempre recrutou associados entre "artistas" (operários) de diversas categorias profissionais. Em 1884 foi instalada a Liga Operária, ativa até o final da monarquia. Foi substituída, em 1889, pelo Club dos Artistas Nacionais, que conduziu o movimento operário desencadeado nas oficinas da Companhia do Amazonas, documentado principalmente no Diário de Notícias, que publicou em 24.8.1889, p. 3, "À classe operária", manifesto assinado por Manuel Coutinho e, entre outros artigos, "Pela classe operária", edição de 25 de agosto, redigido provavelmente por Luís Demétrio Juvenal Tavares.*

*Com a República, emergiu o movimento dos partidos e das federações. Em 1891 estava organizado, em Belém, o Partido Operário do Pará, que publicou Tribuna Operária, de 1891 a 1894, mas não resistiu às pressões do primeiro governo republicano constitucional, de Lauro Nina Sodré. Foi sucedido em 20.10.1897 pelo Partido de Artistas e Operários do Pará, organizado pelo engenheiro Teodomiro Rodrigues Martins, tendo como órgão oficial O Trabalho, lançado em 1901. Em 1902 a Federação Operária e Artística do Brasil tinha representante em Belém, o tenente Raimundo Dias Alberto, membro do Partido de Artistas e Operários do Pará e redator-chefe de O Trabalho. Bastante ativa porém foi a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, organização anarco-sindicalista, que durante algum tempo liderou o movimento operário no Estado. Comandou a greve geral em 1918, em que os trabalhadores de diversas categorias saíram às ruas para protestar contra os baixos salários e as condições precárias de trabalho; foram reprimidos pela polícia do governador Lauro Sodré.*

*A Federação das Classes Trabalhadoras esteve na vanguarda de movimentos grevistas e de reivindicações dos trabalhadores até 1933, quando foi fechada pelo interventor Magalhães Barata. Nesse tempo, desde 1931, já se instalara oficialmente, entre nós, o movimento sindicalista promovido pelo governo Getúlio Vargas. No mesmo ano teria sido instalada a primeira célula do Partido Comunista Brasileiro.*

*Esta pesquisa fica interrompida exatamente com o advento da era getulista. No Pará, iniciou-se período marcado pelas paixões exacerbadas e ódios entre os dois maiores grupos: o Partido Liberal, que apoiava Magalhães Barata, e a Frente Única Paraense, que lhe fazia oposição. Nesse ambiente foi sufocado, em 1935, o nascente movimento da Aliança Nacional Libertadora, composto de estudantes, médicos, bacharéis, marítimos e operários. Organizada no dia 11 de abril de 1935 foi pretexto para levar ao cárcere alguns patriotas.*

*Este livro é produto de pesquisas nas principais hemerotecas do País — Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Bibliotecas da Câmara e do Senado, Biblioteca Pública do Pará — que me possibilitaram a leitura de peças originais e de microfiches, assim como a reprodução de textos preciosos. A essas instituições, e aos seus funcionários, cabe consignar meu agradecimento.*

*Concluída a redação em 1985, ano do sesquicentenário da Cabanagem, os originais permaneceram à disposição de diversas editoras contactadas; ficaram também, algum tempo, à disposição da Universidade Federal do Pará; viajaram a Cuba. Foram portanto lidos e apreciados por diferentes cabeças e parece haver deixado, em algumas, a impressão de que o autor extrapolou o tempo Cabanagem — o tempo que o autor encara como processo contínuo —; em outras, talvez por isso, inadequação do título — que não “reflete o seu conteúdo”.*

*Nenhum título me pareceu mais adequado. Este coincide com a concepção do arquiteto Oscar Niemeyer, autor do monumento inaugurado em Belém a 7.1.1985, o Memorial da Cabanagem. O monumento simboliza o caminho da História. Houve a quebra e queda de um fragmento — o instante em que a Cabanagem foi esmagada e se desprende da História. Mas a parte que tombou, o Ideal Cabano, necessita ser recolocada no caminho da História donde é inseparável.*

*O fato local, a luta de um povo oprimido, tem portanto, em qualquer época, significação universal; tem igualmente sentido de continuidade que não pode ser menosprezado. É o sentido desta obra, com sua redação desataviada, quiçá sem atrativos; é também o sentido do seu título.*

Vicente Salles

## SUMÁRIO

---

Prefácio .....	7
----------------	---

### 1.<sup>a</sup> Parte

1 Os Emissários da Subversão .....	15
2 As Sociedades Mais ou Menos Secretas .....	27
3 O Episódio da Confederação do Equador .....	51
4 A Luta Política e o Campo Ideológico .....	59
5 Republicanos e "Anarquistas" .....	84
6 A República dos Utopistas Niveladores .....	95
7 A Imprensa Política e Revolucionária .....	106
8 O Povo se Organiza .....	122
9 Visão Íntima da Cabanagem .....	129

### 2.<sup>a</sup> Parte

1 A Amazônia: Uma Abertura Liberal .....	143
2 A Repercussão da I Internacional .....	162
3 O Clube Popular: Um Núcleo da I Internacional .....	170
4 Veríssimo e o Pensamento Crítico .....	181
5 A Chegada dos "Novos Tempos" .....	191
6 Ecos da II Internacional .....	198
7 Nova Fase das Lutas Operárias .....	223
8 O Medo dos Anarquistas ou o Embrião do Fascismo .....	230
9 As Perplexidades do Filósofo Provinciano .....	236
10 De Volta Mutualistas e Anarquistas .....	240

Questionário de Lúcio Flávio Pinto .....	259
Bibliografia .....	283
Fontes primárias .....	292
Apêndice .....	295
Índice .....	301

## 1.<sup>a</sup> Parte

### 1 OS EMISSÁRIOS DA SUBVERSÃO

No final do séc. XVIII o Grão-Pará ainda mantinha a condição de medíocre espaço colonial português. Mas era o tempo em que o mundo moderno se defrontava com nova realidade social e política. As idéias da Revolução Francesa se difundiam rapidamente por toda parte. Havia por outro lado o exemplo da Revolução Americana. Era necessário conter a onda liberal que ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países europeus que exploravam até a exaustão domínios ultramarinos espalhados pelos quatro cantos do globo. O próprio governo português teve de tomar suas precauções. No Brasil, circulavam amplamente aquelas idéias, apesar da repressão de 1789; o perigo alastrava-se. Assim, por ordem secreta de 24 de julho de 1797, ficou o governador do Grão-Pará, d. Francisco Maurício de Souza Coutinho, advertido para tomar "grande vigilância sobre todos os indivíduos que por palavras ou por conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios, que têm infestado toda a Europa, podem de qualquer modo desassossegar o Governo".<sup>1</sup>

As idéias liberais difundidas pela Revolução Francesa a partir da última década do séc. XVIII chegaram, no entanto, de alguma forma, ao Grão-Pará. A voz de Montesquieu (1689-1755), um dos filósofos que se colocaram a favor da abolição da escravatura, teve ressonância em toda a parte. Não apenas essa voz; mas o conjunto

1. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2.<sup>a</sup> ed. 1969, p. 232.

de vozes que gritavam por nova ordem política, social e econômica. Arthur Cezar Ferreira Reis admite que a vizinhança do Grão-Pará com a Guiana Francesa "explica perfeitamente o fato" e lembra que "a grande revolução ecoou violentamente em Caiena", levando a multidão escrava a tentar ali a liberdade com a supressão do elemento branco.<sup>2</sup> E o historiador Baena, que testemunhou esse período, informa que alguns brancos da praça de Caiena, possuidores de bons estabelecimentos rurais, como Mrs. Carmell, Grenouillier, Salut, entre outros, receosos dos escravos que se declararam iguais aos brancos, pediram permissão para transmigrar para o Pará, e a conseguiram.<sup>3</sup>

A agitação dos negros da colônia francesa chegou ao Pará. Não há necessariamente que se indagar por que meios e modos. Seus emissários ainda são incógnitos, mas não há dúvida que já recebíamos bastante literatura impressa. Caiena também se celebrizara como presídio político. François Émile Babeuf (1760-1797) teria chegado até lá com sua doutrina da igualdade social.<sup>4</sup>

A doutrina de Babeuf começou a ser divulgada no Pará, em 1815, pelo franciscano Luis Zagallo, apóstata e pedreiro livre, fanático da Revolução Francesa, instruído na praça de Caiena. Ele surge repentinamente na crônica histórica do Pará e depois de marcar sua passagem com uma série de atitudes irreverentes e afrontosas para a burguesia local, e causar vexames ao sétimo bispo, Manuel de Almeida Carvalho, acabou expulso em 1817.

Antônio Rodrigues de Almeida Pinto, historiador do bispado paraense, narra os episódios que esse turbulento franciscano desencadeou no Pará.<sup>5</sup> Na biografia de Romualdo de Souza Coelho, Arthur Cezar Ferreira Reis também relata os sucessos que ele provocou em Cametá, onde "espalhou idéias subversivas entre os es-

2. REIS, Arthur Cezar Ferreira. "A Incorporação da Amazônia ao Império". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 193, p.110, 1948.

3. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, Op. cit., 1969, p.228-9.

4. BABEUF, filósofo francês, autor de uma doutrina, espécie de comunismo, conhecida por babovismo.

5. Cf. *O Bispado do Grão-Pará durante a vida do seu VIII Bispo, d. Romualdo de Souza Coelho*. Pará, 1872.

cravos". Em Belém e em Cametá, fez pregação revolucionária e absolutamente incômoda:

"Na época da liberdade e da igualdade, afirmava, não podia haver homens submetidos a outros. Os escravos principiaram a agitar-se. Temeu-se uma insurreição."<sup>6</sup>

Mário Barata amplia as informações e esclarece alguns pontos obscuros manipulando códices inéditos do Arquivo Público do Pará, documentos produzidos ao tempo do governo do conde de Vila-Flor, iniciado em 19.10.1817 e concluído em 1.7.1820. Esse governo foi particularmente notável pela repressão das correntes de pensamento que chegavam, mediante impressos subversivos e/ou emissários cada vez mais ostensivos. Jornais e pessoas chegavam de fora com notícias e com idéias, acrescenta Mário Barata, e os documentos enfeixados nos códices revelam as providências adotadas e nomes de pessoas envolvidas nesses acontecimentos. Mário Barata assegura ainda que já em fins de 1818 existem referências à proibição de jornais nos códices da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Em 30.10.1818, por exemplo, Vila-Flor oficiara ao Ouvidor Geral do Pará, cumprindo determinação régia datada de 9.7.1818, sobre a proibição da entrada e publicação — isto é, divulgação — do periódico *O Português*.<sup>7</sup> Informa por fim que o códice 628 da "Correspondência dos Governadores com Diversos" (1817-1820), revela-nos surpreendente difusão de pasquins no Pará, em 1819, e a devassa que o conde de Vila-Flor mandou proceder em torno disso e de "outras atuações ficadas misteriosas até hoje, de residentes em Belém, com subsequente condenação".<sup>8</sup>

A verificação do que há por trás de todo movimento político, motivado por situação social específica, tendo suporte nas relações econômicas, só recentemente começou a ocupar os historiadores no Pará. Mário Barata tenta responder algumas das indagações de Arthur Cezar Ferreira Reis sobre a introdução de ideologias no Grão-

6. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *D. Romualdo de Souza Coelho*. Belém, 1941, p. 26.

7. BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará 1820-1823*. Belém, 1974, p. 19, 28-29.

8. Id., 1974, p.43.

Pará não apenas na relação da independência da colônia com a metrópole, ou sede do poder, mas ainda na relação com a praça de Caiena. A devassa mandada proceder em 1819 pelo conde de Vila-Flor restabelece verdades adulteradas, por exemplo, pelo cronista Antônio Ladislau Monteiro Baena no seu esforço de denegrir o processo da Independência. Baena nos legou a imagem de Luís Zagalo como a de um devasso, que vivia em escândalo, "de quem a moral pública se ressentia pela sua sensualidade e depravação de costumes"<sup>9</sup> da mesma forma vai nos legar a imagem de um tal Victor Floxer Amade (aliás Victor Amadé Flacher), francês expulso do Pará em janeiro de 1820 "por não cumprir a sua ordem (do governador) de cessar o jogo da Roleta, com que estava despojando de dinheiro por desenfado os crédulos e os inexpertos".<sup>10</sup>

Manipulando o códice 628, Mário Barata conheceu as principais peças da devassa mandada proceder pelo conde Vila-Flor. Essas peças revelam os motivos políticos da expulsão de Victor Amadé Flacher, envolvido com José Correia Moreira e o comerciante Manuel da Costa na fabricação de pasquins afixados em diversos pontos da cidade. A devassa ainda sentencia os réus José Maria Freire de Andrade e João Luís Roiz. A respeito de Flacher, conclui Mário Barata:

"Também o Conde de Vila-Flor, ao ser sentenciada a expulsão de Flacher, usou de artifício diplomático ao comunicar os motivos da mesma ao Conde Carras St. Cyr, Governador de Caiena, numa curiosa adulteração maquiavélica dos fatos. Escrevendo ofício ao citado responsável pela colônia francesa, aos 15 de setembro de 1819, o Governador do Grão-Pará, ao fazer partir intencionalmente para ali (*expres*, no francês do texto original dessa correspondência) a "Goelette"... "Correio do Pará", trata inicialmente, mas de passagem, de aspectos da vacinação então efetuada no Pará. O conteúdo principal e longo do ofício é o envio de Victor Amadé Flacher, que "vem de ser condenado a sair do Pará, ao qual ele não deve nunca retornar".

9. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. cit., 1969, p. 293.

10. Id., 1969, p.316.

"Mas, neste documento, o Governador o acusa unicamente de estar ligado ao jogo da "canalha", não exercendo "ofício útil à sociedade, se conduzindo como cavaleiro de indústria" e de ter revelado seu caráter inquieto e turbulento, sendo "demasiado nocivo à sociedade".<sup>11</sup>

O conde de Vila-Flor procedeu afinal como lhe competia: rigorosamente. Pouco tempo depois entra em evidência no Pará o nome de Filipe Alberto Patroni (1794-1866), paraense, estudante em Coimbra e partidário da revolução liberal do Porto. A sua ação é destacável nos acontecimentos imediatamente anteriores e posteriores à adesão do Grão-Pará à Independência, 1823, como orador nas cortes, redator de manifestos e panfletos, arquiteto de planos subversivos. Num dos documentos que redigiu em Lisboa, a circular impressa que tratava da nova eleição da Junta de Governo, fala da união das raças e igualdade de direitos, apontando o exemplo de Pernambuco, isto é, a revolução de 1817. Alguns historiadores que mencionam esse documento afirmam que ele trazia como timbre duas mãos, uma branca e outra negra, em apertado entrelaçamento. Símbolo da anunciada fraternidade. A circular foi trazida de Lisboa pelos irmãos João, Julião e Manuel Fernandes de Vasconcelos,<sup>12</sup> todos três acadêmicos em Coimbra, e que, aderindo às idéias de Patroni, se encarregaram da distribuição do impresso subversivo. A ação repressora do governo não se fez tardar. Os impressos deram causa a um processo e prisão dos patriotas. Baena:

"São presos em diferentes fortalezas os ditos três irmãos Vasconcelos logo que a Junta Provisória teve a participação do Ouvidor de que os mais veementes indícios os revelavam espalhadores da opinião da independência política da província; e de que se acha-

11. BARATA, Mário. Op. cit., 1974, p. 43-51, incluindo a reprodução de trechos de vários documentos da devassa.

12. João Fernandes de Vasconcelos matriculou-se em 1818 no curso de Direito; Julião, em 1820, no mesmo curso, e Manuel, em 1823, no de Matemáticas. Eram contemporâneos de Filipe Alberto Patroni, matriculado em 1816, nos cursos de Direito e Filosofia e, ainda, de Marcelino José Cardoso, que fez Matemática, Filosofia e Medicina; Pedro Henriques de Almeida Seabra, 1820, Matemáticas e Filosofia; Marco António Rodrigues Martins (depois conhecido como Mundurucu Paiquicô), 1821, Matemáticas.

va compreendido nas mesmas denúncias Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente como o primeiro cabeça ou demagogo da revolução, a qual este filantropo de caráter nimiamente vivo, pouco reflexivo, e amante de novidades, pretendia atuar com o auxílio da escravatura; para cujo fim os seus três precursores haviam espalhado uma sua circular tendo na frente por divisa duas mãos dadas, uma branca e outra preta, e recomendando que o esperassem porque brevemente vinha mudar a ordem das cousas; e também havia feito girar o n.º 10 do Indagador Constitucional, que continha o plano concebido por Patroni para as eleições no Pará, em cujo plano o décimo artigo era do teor seguinte: — Um deputado deverá corresponder a cada trinta mil almas, entrando neste número os escravos, os quais mais que ninguém devem ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos. E no discurso dirigido às cortes pôs esta nota. — Delaware é o rio que banha a bela província aonde o famoso Penn manteve os direitos da humanidade, não consentindo lá escravatura. Ah! Quem me dera ser o Penn do Pará!"<sup>13</sup>

Patroni teria colocado, desta forma, claramente, o problema da escravatura no Pará como problema político fundamental. Isto ocorre pouco depois das pregações revolucionárias do franciscano Luís Zagalo. Em 1835 os escravos engajados na Cabanagem agitam a bandeira da abolição e da igualdade social.

O rumo dos acontecimentos já era previsível. E Patroni sabia disso. O processo instaurado contra os patriotas teve seguimento, mas reconhece Palma Muniz que "ainda não está bem conhecido" e que "por isso não se pode fazer um juízo definitivo das suas peripécias e de todos os implicados colhidos pela justiça de então."<sup>14</sup> Palma Muniz transcreve alguns documentos importantes, entre os quais o ofício de 15.11.1821, no qual a Junta Provisória do governo do Grão-Pará fornecia ao soberano congresso, informações a respeito do que estava ocorrendo aqui, citando Patroni entre os im-

plicados nas referidas denúncias. Baena deve ter manipulado esse documento, cujo texto lembra a redação do seu *Compêndio das Eras*:

"Como primeiro chefe, ou demagogo da projetada revolução, que ele pretendia promover com o auxílio da escravatura, de quem se havia constituído advogado debaixo de uma mal-entendida filantropia."<sup>15</sup>

Depois de analisar o feito dos irmãos Vasconcelos, Palma Muniz conclui que realmente estavam eles "imbuídos da idéia da independência, isto é, da separação do Grão-Pará do Reino de Portugal para formar uma nação livre"; contudo "não devemos supor que vinham com escopo de efetivar essa separação, e fazer proclamar a independência" porque "Patroni, o autor de tais idéias, é o aliciador desses paraenses; tinha em mente a necessidade de uma propaganda surda, que permitisse encaminhar para a independência, e nesse sentido elaborou certamente a sua circular, bem compreendendo que a atração dos escravos traria, não um elemento de sucesso, mas um coeficiente importante de desorganização, principalmente para os portugueses, os maiores senhores de escravos, permitindo nessa desordem melhor frutificação para qualquer tentamen."<sup>16</sup>

Duas idéias são colocadas simultaneamente e Palma Muniz percebeu que ambas se completavam: a da independência e a da emancipação dos escravos. Esta, porém, não ficou bem esclarecida e se chega mesmo a supor ter sido mero pretexto para angariar apoio dos escravos. Esta interpretação fora dada, na época, pela própria Junta do Governo, no ofício citado. E Patroni ficou no centro dos acontecimentos, até certo ponto personalidade extravagante, por vezes contraditória. Seu mérito maior, nesse momento, foi se ter transformado num ativista da revolução que já empolgara todos os nacionalistas brasileiros.

As idéias subversivas encontravam ressonância no Pará, onde amadureciam as condições necessárias para o desencadeamento da

13. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. cit., 1969, p. 328.

14. MUNIZ, João Palma. "Adesão do Grão-Pará à Independência". *RIHGP* ano 6, n.º 9, p. 105, 1922.

15. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. cit., 1969, p.328. O documento está reproduzido na obra citada de Palma Muniz, 1922, p. 105-114.

16. MUNIZ, João Palma. Op. cit., 1922, p.115.

Revolução. Movimentos populares eram desatados aqui e ali. A sedição de 1.º de janeiro de 1821, em Belém, já apresentava reivindicações que teriam direções precisas para a independência. Além disso, certos movimentos populares já expressavam aspecto da luta de classe. Tal foi a reivindicação dos operários do Arsenal de Marinha, que forçaram a demissão do intendente João Antônio Rodrigues<sup>17</sup> e sua substituição pelo capitão-de-mar-e-guerra José Lopes dos Santos Valadim, nomeado *ad referendum* do Regente d. João VI pela Junta de Governo. Esse movimento operário é um dos poucos que respigaram das crônicas do passado, daí a referência meramente episódica com que geralmente se apresenta.

Outro fato que ligamos à Revolução Paraense, mas irrelevante para alguns historiadores, é a passagem de Luís Zagalo, agitando idéias da Revolução Francesa e tentando sublevar os escravos. Não foi caso isolado e vejamos por quê.

Sabe-se que aquela Revolução declarou livres todos os escravos não só na metrópole, como em suas colônias, inclusive na Guiana. A histórica Declaração dos Direitos do Homem repercutiu intensamente entre os escravos. Em Caiena, acabamos de ver, a escravatura se rebelou, tentando a liberdade com a supressão do elemento branco. O regime escravista foi restaurado nos domínios coloniais, mas o episódio da Revolução teve ampla repercussão. No Pará, principalmente.

A Revolução Francesa rompeu com o passado feudal e criou o *Code Civil* adaptando o antigo direito romano às relações capitalistas modernas. Engels observou a tendência materialista da Revolução Francesa, enquanto a Revolução Industrial, partindo da Inglaterra, se aferrava à religião. A Revolução Industrial criara a classe dos fabricantes capitalistas, gerando simultaneamente outra classe muito mais numerosa e que tendia a crescer mais com o de-

17. Latifundiário e senhor de engenho, este personagem aparece na história dos fatos políticos do Pará, nesse momento e nos acontecimentos futuros, estreitamente ligado aos conservadores e capitalistas locais em oposição aos patriotas. Pai de Marcos Rodrigues Martins, o *Mundurucu Paquíçé* da época da Cabanagem, organizador da Guarda Nacional e de forças repressoras "independentes".

envolvimento desta, a classe dos operários fabris<sup>18</sup>. Os frutos ideológicos, gerados a partir da *Enciclopédia*, começaram a se multiplicar no séc. XIX.<sup>19</sup>

Desde a Revolução Francesa os países colonizadores, entre os quais se incluía a própria França, tentaram reprimir o tráfico de idéias, mas se defrontaram com situações novas geradas no bojo do mercantilismo e da Revolução Industrial, que interferiam agora nos destinos das sociedades européias, com reflexos inevitáveis nas sociedades coloniais. A migração do pensamento filosófico inglês para as terras americanas não deixaria também de se aferrar à religião e, com esta, se refletir nas sociedades periféricas ao tempo em que se expandia.

A transmigração da coroa portuguesa para o Brasil também provocaria no espaço colonial lusitano na América um fato novo, tal a equivalência, em termos políticos e palacianos, da corte européia transmigrada, deixando marcas de profundas mudanças, em especial a abertura da colônia ao capital inglês. Em toda a parte haveria essa contradição, gerada no bojo da tradição humanista, religiosa em última análise, conturbada pelas defecções e pela tendência materialista embutida na *Enciclopédia* e pela necessidade de imposição de uma nova ordem social inspirada na liberdade, na igualdade e na fraternidade. A igualdade civil e política, preconizada por Rousseau, Montesquieu, Mably, Morelly, Saint-Simon, Babeuf, propunha afinal nova ordem econômica, dirigida pelo Estado, ao contrário daquela que se inspirava na Revolução Industrial e visava assegurar o desenvolvimento das indústrias debaixo do controle dos capitalistas.

Por mais distante e medíocre que fosse esta parte da colônia lusitana na América, não podia deixar de perceber o que acontecia

18. ENGELS, F. Pref. à edição inglesa de "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, 1961, v. I, p. 297-299.

19. Apesar das perdas territoriais e financeiras sofridas após Waterloo, as reformas revolucionárias e napoleônicas sobreviveram: abolição do feudalismo, criação de um banco central, introdução do sistema métrico decimal e avanços nos conhecimentos químicos foram conquistas efetivas.

no mundo. O tráfico de idéias se fazia portanto intensamente. Mais do que isso, havia uma insatisfação geral, de que se aproveitaram os agitadores nacionalistas, sobretudo na fase em que o general José Maria de Moura, oficial português, comandante d'armas do Grão-Pará, disputou o poder com a própria Junta de Governo. Palma Muniz:

"Não se pode dizer que houvesse no Pará qualquer organização, mesmo secreta, em prol do movimento de emancipação política, mas existia a tendência de sacudir de qualquer forma o jugo despótico que o general Moura intentava tornar cada vez mais pesado, procurando absorver para seu uso próprio até as prerrogativas administrativas da Junta do Governo Civil."<sup>20</sup>

Desencadeou-se a repressão. Os patriotas eram cada vez mais perseguidos. Numa denúncia do advogado Luís Antônio Malato de Castro Peruvino, João Marques de Matos, preso na Fortaleza do Castelo, aparece como suspeito de idéias republicanas e de independência, porque entretinha correspondência com o músico e jornalista português Cândido de Almeida Sandoval, o "execrado de Lisboa", partidário da Revolução.

Entre Belém e Caiena havia, historicamente, relações de comércio, amizade... e contrabando de escravos e outros gêneros. Em 1809 a praça de Caiena foi conquistada por uma força paraense, de 600 homens, em represália à invasão de Portugal pelas tropas de Junot. A praça foi restituída à França em 1817. Os paraenses retornaram a Belém. Os historiadores costumam apresentar nossos bravos expedicionários como tropa de elite, "sabendo ler e escrever". Foi exatamente durante a ocupação que o franciscano Luís Zagalo passou-se, em 1815, de Caiena para Belém e aqui teve a proteção de alguns pedreiros-livres.

Os fatos, aparentemente dispersos, estão estreitamente ligados entre si e o tráfico de idéias teve múltiplos caminhos, emissários conhecidos, muitos outros anônimos.

20. MUNIZ, João Palma. Op. cit., 1922, p. 154.

A história ainda coloca ostensivamente o nome do padre João Batista Gonçalves Campos (1782-1834) entre os primeiros aderentes e mais incansáveis ativistas liberais. O precedente de frei Caneça, patriota pernambucano dos acontecimentos de 1817 e 1824, era mais que um estímulo; era exemplo a seguir. Batista Campos vai liderar, com efeito, por um quarto de século, a Revolução Paraense.

Disse, em *O Negro no Pará*,<sup>21</sup> que Filipe Patroni na sua ação política tinha qualquer coisa de caudilhesco, imperativo, autoritário e que, no Pará, sua ação foi desastrosa, inconseqüente e individualista. A causa era superior à sua personalidade. Assim, foi fácil multiplicar sectários, mas a liderança escapou do seu controle. A introdução da imprensa, iniciativa dele, também passará para outras mãos. Associado ao tipógrafo português Daniel Garção de Melo e com ajuda financeira de outros camaradas, adquiriu e transportou para Belém uma tipografia e fez imprimir *O Paraense*, primeiro jornal editado no Pará. Como redator do periódico foi levado à crista dos acontecimentos. Houve porém desacordo e a sociedade que geria a publicação do jornal se desfez.<sup>22</sup>

Oriundo de família burguesa e também ligado à aristocracia rural, o pensamento de Filipe Patroni Martins Maciel Parente nunca foi muito claro e evoluiu constantemente. Liberal, com a revolução do Porto; nacionalista, com a independência; acomodou-se depois e acabou se retirando muito cedo do cenário político. Uma deputação que o levou ao parlamento nacional, serviu-lhe apenas para demonstrar suas excentricidades. Contudo, o jovem Patroni contribuiu com suas idéias para despertar em outros certa consciência de luta. Dois fatos, pelo menos, merecem destaque: a carta que enviou de Lisboa pelos irmãos Vasconcelos, documento realmente revolucio-

21. Rio de Janeiro, 1970, p. 248.

22. Os acontecimentos se precipitam: Patroni é preso em 22.5.1822; Batista Campos o substitui na direção do jornal e também é preso, duas vezes, nesse ano, numa delas agredido fisicamente; o padre Silvestre Antunes Pereira da Serra assume essas funções e, sob a direção deste, dá-se o primeiro atentado à liberdade de imprensa no Pará, com o empastelamento da tipografia de *O Paraense*, em fevereiro de 1823. O assunto voltará necessariamente a ser focalizado neste trabalho.

nário, e a fundação da imprensa no Pará. O abandono do campo de luta, da imprensa que ajudou a fundar, a lenta transformação do seu caráter, a volta à vida de burguês apatacado, o casamento feliz com moça bem dotada, que somou sua fortuna pessoal à fortuna igualmente invejável da esposa, enfim uma sinecura para o desfazio da ociosidade, o deixarão à margem dos acontecimentos que se vão desenrolar. Nos momentos mais decisivos da história paraense estará ausente. Melancolicamente, o mesmo homem que acenou a idéia da liberdade para os escravos, assinou o anúncio no *Treze de Maio*, Belém, da venda de seus escravos com redação que causou escândalo nacional.<sup>23</sup> Mas é certo que, num dado momento, em torno dos princípios que levantou, as condições necessárias para manifestações revolucionárias encontraram resposta no conteúdo de sua mensagem. Dessa mensagem se apossou sagazmente o padre Batista Campos. Agitou-a sem temor e seguindo sua vocação revolucionária, com firmeza e decisão, fê-la ecoar favoravelmente no espírito dos paraenses.<sup>24</sup>

A propaganda da República esteve associada à da Independência e uma das primeiras vítimas da repressão foi o próprio Patroni. Dezenas de patriotas compõem porém o elenco dos "emissários da subversão". Desdobramentos da matéria veremos no decorrer deste trabalho; assim como a repetição de pontos já tratados. Agora, é preciso ter em conta que o processo da Independência, que empolgou o País, como fato político, "nada tinha de revolucionário no sentido em que só existe uma revolução onde se altera o direito privado, onde a posição relativa das classes sociais sofre mudança".<sup>25</sup> Nada disso aconteceu. Por isso, talvez, pouco depois, explodiu a Cabanagem.

23. O anúncio está reproduzido e comentado na obra "Juízo crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni", de Domingos Antônio Raiol, 1900, no vol. *Obras de Domingos Antônio Raiol*, Belém, 1970, p. 197-235, cit. p. 226-7.

24. Dizem alguns autores que Patroni, empolgado com as novas doutrinas do constitucionalismo português, retorna ao Pará em 28.10.1820, chegando a Belém em 10.12.1820, para pregar essas doutrinas e obter a adesão ao constitucionalismo do reino. Palma Muniz reconhece a falta de documentos diretos que indiquem a ação revolucionária de Patroni e seu trabalho de aliciamento de adeptos. A principal peça disponível é o opúsculo editado por Daniel Garção de Melo, Lisboa, 1821, sobre o qual recaí suspeitas de ter sido redigido pelo próprio Patroni.

25. SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*, 2 ed., 1963, p. 38-9.

## 2 AS SOCIEDADES MAIS OU MENOS SECRETAS

Apesar das precauções das autoridades portuguesas, desde o reinado de Maria I, muita literatura revolucionária penetrou na colônia, procedente da França, dos Estados Unidos da América e até mesmo da metrópole. Palma Muniz:

"Embora fechada a província aos surtos da imprensa, nem por isso deixavam de nela penetrar, contrabandeados do velho mundo e de Pernambuco, com os vaivém dos navios e dos transmigrantes, os modernos ideais de ampliação das liberdades."<sup>26</sup>

Tão perigosos quanto os jornais, eram os livros. Estes com mais larga tradição repressora. Nelson Werneck Sodré:

"Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas particulares."<sup>27</sup>

Só nos fins do século XVIII começaram a aparecer bibliotecas particulares. Ainda Nelson Werneck Sodré:

"Os que estudavam na Europa, traziam livros, entretanto, e até os emprestavam. A entrada de livros — salvo aqueles cobertos pelas licenças da censura —, eram clandestinas e perigosas."<sup>28</sup>

Numa conferência que pronunciou na sede do Conselho Estadual de Cultura, do Pará, em 14.1.1972, sessão solene de abertura do programa comemorativo do sesquicentenário da Independência, o historiador Arthur César Ferreira Reis colocou uma série de questões a respeito de ideologias que, provocando mudanças lá fora, na Europa e nos países americanos, por acaso estariam penetrando na Amazônia. Indagou, por exemplo, como teria ecoado entre nós a Revolução de 1817, em Pernambuco, já fruto da ideologia liberal; em que medida a literatura que expressava a novidade político-filosófica era desconhecida na região; as bibliotecas existentes em que proporções dariam o conhecimento daquelas novidades.

26. Op. cit., 1922, p. 5

27. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 1966, p. 14.

28. Id., 1966, p. 14.

Essas questões ainda não foram aprofundadas e o historiador informou que há nos arquivos paraenses material bastante, em manuscritos, capaz de esclarecer muitos pontos obscuros dessa matéria. Entre os códices inéditos, aludiu aos relatórios elaborados pelo major José de Brito Inglês, que percorrera demoradamente a região de tudo indagando, de ordem superior. Num trabalho anterior, *A Política de Portugal no Valle Amazonico*,<sup>29</sup> informou da existência de um códice sem número no qual consta a relação completa do que continha a biblioteca dos Mercedários no Pará. Serafim Leite trata da livreria dos jesuítas nos colégios de Belém e São Luís.<sup>30</sup>

A literatura que entrava clandestinamente era consumida pelo pequeno grupo de leitores e certamente propagada por meio de conciliábulos ou reuniões suspeitas. O governador do Grão-Pará, d. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, ficara advertido disso, já vimos, por ordem secreta de 24.7.1797. Até então nada encontramos sobre a existência efetiva de sociedades secretas no Pará e as nossas indagações nesse sentido ainda não tiveram respostas positivas. Tão suspeitas quanto as sociedades políticas eram, sem dúvida, as sociedades literárias. E aqui estas não puderam frutificar; ou foram impedidas. Moreira de Azevedo afirma que em 1801 erigiram-se lojas maçônicas em Pernambuco, "das quaes eram accintosamente excluidos os europeos."<sup>31</sup> O movimento se expandiu a partir de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. Não há notícia de lojas no Pará nessas priscas eras. Mas Arthur Cézar Ferreira Reis afirma que "as idéias liberais começaram a chegar à Amazônia às vésperas de findar o século XVIII", escorrendo de Caiena. Com efeito, os ecos da grande revolução não demoraram a chegar, plantando aqui a sementeira liberal que se propagava também em "conferências", principalmente "pelos clubes, pelas sociedades secretas, que desde os primeiros dias do séc. XIX mobilizavam inteligências e vontades pelo Brasil em fora".<sup>32</sup> Tais clubes e tais sociedades secretas constituem ainda

29. Belém, 1942, p.73.

30. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v.IV.

31. Cf. "Sociedade fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do actual reinado", in *RHGH*, t. 48, Parte II, 1885, p.274.

32. REIS, Arthur Cesar Ferreira. "A Incorporação da Amazônia ao Império", 1946, p. 111.

hoje desafio para os historiadores pela escassez de documentação reveladora. As afirmações são abundantes, porém sempre vagas. Sabe-se por exemplo que em Belém, na residência do sogro do ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, faziam-se reuniões em que as novidades políticas eram discutidas. Funcionava lá, dizia um denunciante ao conde dos Arcos, "o Clube ou Sociedade dos Jacobinos e Pedreiros Livres". Nesse "Clube", de permeio com os trabalhos de propaganda das idéias liberais, combatia-se o bispo d. Manoel de Almeida Carvalho, que ameaçara de punição religiosa quantos participavam das reuniões."<sup>33</sup>

Palma Muniz também se refere às reuniões (os "clubes") na loja de comércio de José Batista da Silva, sobrinho de d. frei Caetano Brandão, que fora bispo do Pará (1782-1788), "onde se faziam conferências" e nomeia como principais adeptos dessas confabulações o próprio José Batista da Silva, tenente de milícias, o alferes Domingos Simoens da Cunha e o alferes-cirurgião Joaquim Carlos Antônio de Carvalho. Dizia mais que esses oficiais teriam atraído os coronéis de linha João Pereira Vilaça e Francisco José Rodrigues Barata. Pelo que podemos observar, até agora, estavam metidos nessas confabulações principalmente religiosos, militares, capitalistas e proprietários. Elementos, portanto, da classe dominante.

As ideologias que penetravam nos tais "clubes", trazidas por conferencistas ou alimentadas por meio de "papéis incendiários", acabavam formando correntes que, naturalmente, se expandiam e atraíam contra si a repressão. Ligado a uma dessas facções de matriz européia estava o *Correio Braziliense*, jornal de Hipólito da Costa, que era lido em todo o Brasil, causando algum incômodo. Por ofício de 6.11.1822, o governo civil do Grão-Pará acusou o cidadão João Pedro Ardasse como receptor desse jornal e que uma correspondência de Hipólito da Costa interceptada recomendava a venda a Francisco Ricardo Zani, capitalista e proprietário italiano com interesses econômicos estabelecidos no Pará e no Rio Negro. O ofício dava instruções de como proceder:

33. *Ibid.*

“Esta Junta é de parecer que, atendidas as idéias contidas nos mesmos números Vmcê. na qualidade de Juiz de Direito sobre a liberdade de Imprensa, e mesmo na de Intendente da Polícia, haja de temporariamente suprimir, guardar cuidadosamente, e sem consentir a sua leitura, os mencionados números do Correio Braziliense, indagando e fazendo recolher iguais números que viessem para qualquer outro Cidadão e fazendo-os subir ao Tribunal dos Jurados aonde, afinal, se deve decidir a sua absoluta supressão, ou o seu livre curso, e entrega a seus donos.”

O mesmo documento, mencionado por Mário Barata,<sup>34</sup> indica ainda Rafael Gipson como receptor do *Correio Braziliense*. Palma Muniz refere-se a outra apreensão de sessenta exemplares do jornal de Hipólito da Costa, determinada em 2.2.1823.<sup>35</sup>

Lembra Nelson Werneck Sodré o ato de 11.9.1811 em que d. Rodrigo de Sousa Coutinho determinara aos governadores gerais a proibição do *Correio Braziliense*, “assim como de todos os mais escritos de seu furioso e malévolos autor”<sup>36</sup> e ainda que o mesmo jornal fora apreendido no Pará por ordem do governador d. José Narciso de Magalhães de Menezes. Há muito, portanto, esse periódico circulava no Pará clandestinamente e era apreendido de quando em vez. A imprensa áulica, ao contrário, era tolerada e mesmo sua propagação era estimulada por circulares expedidas aos governadores, quase em tom de ordem expressa.<sup>37</sup>

A proliferação de “clubes” na colônia agrária foi facilitada, certamente, pela crescente conscientização da aristocracia solidária com a burguesia mercantilista, que igualmente se desenvolvera, tendo propiciado a formação de inúmeros “doutores” nas universidades européias, principalmente Coimbra. Não se tendo refletido entre nós as mudanças profundas nos meios de produção, como as que foram geradas pela Revolução Industrial, não tínhamos problemas equivalentes aos que ocorreram na Europa com a formação do proletariado,

34. Cód. 629, doc. 390, op.cit., 1974, p.135.

35. Cód. 629, doc. 572, op.cit., 1974, p.136.

36. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., 1966, p.31.

37. Ibid., 1966, p.36.

que se organizou em sindicatos e associações classistas. Vivíamos a realidade da escravidão e servidão no espaço da produção agrária e não a realidade da proletarização das massas no espaço da produção fabril. A evolução das corporações de ofícios em sindicatos, ao tempo em que a produção artesanal evoluía para a industrial, não ocorreu entre nós. Nossos comerciantes, que já acumulavam alguma riqueza, não promoveram a transição do artesanato local, criando fábricas, embora como seus congêneres europeus todos estivessem interessados em mercadejar objetos de uso corrente, interesse que poderia estimular a manufatura dos mesmos. Admite-se que as leis da metrópole impediram a instalação de fábricas entre nós. Isso parece admitir, sem discussão, a eficácia das leis da metrópole, quando o que parece correto é verificar até que ponto os capitais da colônia, ligados aos capitais da metrópole, estavam interessados no tráfico de escravos e pressionavam no sentido de exonerar o trabalho artesanal. Essa situação impedia que parte do capital eventualmente disponível pudesse ser aplicado no financiamento da produção artesanal e se organizar, como na Europa, o trabalho dos artífices em pequenas fábricas para produzirem os artigos até então feitos por artesãos dispersos. O sistema não dignificou o trabalho manual:

“A discriminação contra os artesãos, contra o elemento que fornecia o trabalho, é outra marca desse tipo de sociedade medieval, isolada no Brasil quinhentista. É um erro pensar que só o escravismo infamou o trabalho; o feudalismo também o infamou.”<sup>38</sup>

Esta reflexão é pertinente já que na Europa industrial da primeira metade do séc. XIX ainda subsistia o empresário feudal na Hungria, por exemplo, e a servidão na Rússia, onde também a escravidão subsistia e só foi abolida em 1861.

Não podíamos, portanto, permanecer indiferentes ao que acontecia na Europa convulsionada pela Revolução Industrial e pelas mudanças profundas do capitalismo europeu. A Revolução Industrial criou situações de relações humanas muito tensas; teve consequências dramáticas para os trabalhadores forçados a se ajustarem a um

38. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*, 1964, p. 47

modo de vida inteiramente novo: as fábricas chegaram a ser consideradas prisões ou asilos; muitos operários das primeiras fábricas ficaram reduzidos a completa dependência dos seus novos patrões, escravizados pelo débito permanente e/ou pelo excessivo horário de trabalho.<sup>39</sup> Os patrões se organizaram exemplarmente: disciplinaram o capital e restauraram antigas sociedades secretas que, ao contrário dos sindicatos operários, abertos às lutas de classes, tornaram-se poderosos como instrumentos de opressão e sustentação do seu domínio. Filósofos burgueses encarregaram-se de contrapor-se aos humanistas. Surgem os teóricos do capitalismo. Entre eles, alguns conciliadores. Claude Henri Saint-Simon (1760-1825), filósofo social francês, começa a superar as teorizações dos enciclopedistas, dos iluministas e dos pensadores liberais gerados no bojo das lutas do séc. XVIII. Ele condena o que chamou organização "feudal" e "militar" da sociedade; denuncia a sobrevivência da nobreza e dos ricos ociosos; propõe o estabelecimento da sociedade industrial nacionalmente planejada, que trataria do bem-estar dos camponeses, dos artífices e dos operários; que os assuntos seculares devam ser dirigidos por industriais e banqueiros e os morais por homens de ciência; advoga o fomento industrial por meio de um programa de obras públicas.

Saint-Simon elaborou em 1814 o plano de uma Europa federada e os seus seguidores tornaram-se os principais advogados do livre comércio e da paz mundial. De suas idéias derivaram correntes do socialismo utópico e do capitalismo financeiro que teriam muita repercussão no Brasil, como em outros países, principalmente por intermédio de Augusto Comte (1798-1857), discípulo dissidente e criador de novo sistema. As idéias originais de Saint-Simon se consolidaram com o apoio de novos discípulos, na maior parte jovens judeus intelectuais.

A inexistência de classe operária teria sido fator de limitação da difusão das idéias socialistas geradas no bojo desses acontecimentos. Mas os capitalistas, comerciantes e grandes proprietários, tendo oportunidade de formar nas universidades européias seus represen-

tantes intelectuais, sua *élite*, não puderam permanecer indiferentes ao que acontecia no campo das idéias. Em Pernambuco, parece ter-se propagado a ala mais radical do liberalismo, em parte sob a proteção da franco-maçonaria. Encontraram-se ali agentes franceses e norte-americanos, partidários de Napoleão Bonaparte, envolvidos com a revolução de 1817, em cuja preparação a maçonaria teve atuação importante.<sup>40</sup> Também os encontramos no Grão-Pará, a exemplo de frei Luís Zagalo, de Victor Flacher, do tipógrafo também francês Luís José Lazier, dos italianos Ricardo Zani e João Balbi, e tantos outros.

Pernambuco polarizou desde os tempos mais remotos a vida social, econômica, política, religiosa e militar e sua influência chegava freqüentemente ao Grão-Pará. A repercussão do movimento de 1817, por exemplo, foi intensa em Belém. Coincidiu com o retorno das tropas paraenses que haviam tomado e guarnecido Caiena e, ainda, com a expulsão de Belém, no mesmo ano, do franciscano Luís Zagalo, suposto franco-maçom radical.

A esse tempo começaram a amiudar as notícias sobre emissários da revolução e do espírito reformista que tudo avassalava, alcançando até as escolas religiosas, os próprios claustros e os quartéis. A realidade colonial endurecia cada vez mais. Palma Muniz:

"Os tributos eram cobrados com a mais compreensiva exigência, a opinião esmagada com a mais severa aplicação das leis represivas, os direitos postergados, e a justiça vendida sem escrúpulos. Estavam portanto os ânimos de todas as classes preparados para receber a propaganda de idéias mais liberais, que viessem trazer a promessa de uma desopressão."<sup>41</sup>

Arthur César Ferreira Reis, como Palma Muniz, conheceu os porões da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, tendo manuseado parte de certa literatura anônima, manuscrita, que escapou da destruição pelo zelo das autoridades incumbidas de reprimir a circulação da dita literatura inconveniente, ou "papéis incendiários", constando inclusive de versos que se escreveram contra os reinóis

39. HENDERSON, O.W. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. São Paulo, 1979, p.122.

40. FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as forças secretas da revolução*, 2 ed., l.

41. MUNIZ, João Palma. *Op. cit.*, 1922, p.5.

e de respostas desses na mesma linguagem virulenta contra os adeptos da independência. Revela Palma Muniz que na época do conde de Vila-Flor (1817-1820), como assinalamos, mesmo sem o auxílio da imprensa, "não deixava o pensamento de circular em manuscritos, de mão em mão passando, sem responsabilidade de autor, mas preenchendo, ainda que acanhadamente, a lacuna já sensível do papel impresso, surgido em Belém, em linguagem mais livre, nos periódicos de Lisboa, contando a revolução de Portugal, e trazida por Patroni em fins de 1820."<sup>42</sup> A repressão era dura:

"Tendendo coarctar e quiçá afogar as nascentes manifestações do pensamento, mesmo nos papéis manuscritos, já em curso, todas as vezes que se entendia manifestá-lo livremente, criou a Junta Provisória, por um dos seus primeiros atos de governo, datado de 3 de janeiro de 1821, a Junta Censória, constituída de três membros, o chantre Jerônimo Pedro de Moraes Bittencourt,<sup>43</sup> frei João Antônio do Livramento e o dr. Antônio Corrêa de Lacerda.

Certamente a licença na linguagem dos Papéis que corriam exigiu essa medida."<sup>44</sup>

Sobre a liberdade de imprensa e a criação desse instrumento repressor também se manifesta Nelson Werneck Sodré:

"Tal era o temor das autoridades coloniais, isto é, mandatárias da metrópole absolutista, a essa liberdade, que a Junta Governativa Provisional, no Pará, criaria, a 3 de janeiro de 1822,<sup>45</sup> a Junta Censora, à qual seriam submetidos, previamente e em três vias, os escritos, isto é, agravava ainda as disposições da autoridade central e constituía a censura quando e onde não havia ainda imprensa."<sup>46</sup>

Na verdade, houve esforço pioneiro para a implantação da imprensa no Pará, em 1820, quando João Francisco de Madureira, em sua modesta oficina, construiu uma tipografia rústica, na qual teria feito a impressão do folheto *O Despotismo Desmascarado ou a Ver-*

*dade Denodada*, estimulado talvez pelos acontecimentos do Porto. Sobre a Junta Censória, Palma Muniz publica outros documentos, inclusive as bases da regulamentação baixada em 8.1.1821, da qual extraímos:

"Não havendo por ora Imprensa alguá nesta Capitania estabelece a Junta mais as seguintes regras para poderem os escritos publicarse e correr livremente:

1.º — O autor que pretender publicar qualquer escripto deverá apresentar aos Censores três originaes por elle assignados, dos quaes hum ficará na mão do ultimo Censor, o segundo ao Governo, e o outro ser-lhe-há entregue, sendo aprovado.

2.º — Que assim como o escripto original não poderá correr se não assignado pello autor; bem assim a copia que deverá ser assignada por quem a extrahir.

3.º — Que os autores de qualquer escripto ficarão responsaveis pelos factos que nelle se contiverem; assim como os copiadores pelas alterações essenciaes que as copias em confrontação dos originaes.

4.º — Quando aconteça não se conformarem os votos de todos os Censores, observar-se-há o que vencer por dois votos concordantes."<sup>47</sup>

A publicação de *sátiras e libelos*, manuscritos e anônimos, foi procedimento que não teve apenas cunho difamatório, mas também político. Palma Muniz:

"Ao mesmo tempo que a opinião se desenclausurava, sem respeito nem temor, utilizando as sátiras e libelos acusatórios, em que os membros do governo eram atingidos, a Junta procurava cerceá-la, recorrendo ao uso e abuso do poder, às medidas de ameaças e processos sumários, terminados com prisão."<sup>48</sup>

A ideologia republicana esteve associada às idéias liberais desde os tempos do último governador e capitão general, Antônio José de Souza Manoel de Menezes Severim de Noronha, conde de Vila-Flor (1817-1820), então intensificada. João Marques de Matos teria sido

42. *Id.*, 1922, p.74-5.

43. *Alás*, Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt.

44. MUNIZ, João Palma. *Op. cit.*, 1922, p.75.

45. *Alás*, 1821.

46. *Op. cit.*, 1966, p.97.

47. Apud MUNIZ, João Palma. *Op. cit.*, 1922, p.76.

48. *Id.*, 1922, p.78.

preso na fortaleza do Castelo, já vimos, como suspeito de idéias republicanas e de independência, porque entretinha correspondência com o músico e jornalista português Cândido de Almeida Sandoval. O tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto foi acusado por entreter correspondência com os venezuelanos. No alto Rio Negro, os homens de Paez e Bolívar aproximaram-se das guarnições que mantínhamos e com elas se entenderam. Arthur Cézar Ferreira Reis afirma porém que a ideologia revolucionária hispano-americana "nenhuma influência teve no que aconteceria" aqui; "à nova sensacional de que novos tempos surgiam" teria vindo diretamente de Portugal, partindo do movimento liberal do Porto, que se inspirava na "nova ordem ideológica que sacudia a Europa"<sup>49</sup>, determinando mudanças profundas em Portugal e ecoando em Belém, onde encontrou campo fértil para frutificar. Ainda Palma Muniz:

"No Grão-Pará, já tivemos oportunidade de acentuá-lo, desde a implantação do constitucionalismo, a opinião tomou asas, com o afrouxamento das peias dos rigoristas agentes do realismo, mais absolutos do que o próprio Rei.

Assim é que o pensamento principiou a circular pelos manuscritos anônimos, exercendo a crítica social, administrativa e política, tomando-se necessário ao Governo Provincial fazer a criação da Junta Censória, por um dos seus primeiros atos (3 de janeiro de 1821), com pretensão de cercear a opinião."<sup>50</sup>

Não há dúvida, portanto, que ficávamos atentos não só à "nova ordem ideológica", como também é de supor, ou admitir, que não podíamos ficar indiferentes à "nova ordem econômica". No Maranhão foi lançado, em 1818, o *Compêndio Histórico Político dos Prin-*

49. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op.cit., 1972, p.17. OBS: Detectamos contudo o nome de José Maria Suarez, emigrado venezuelano estabelecido em Belém em 1820, suspeito de republicano e propagador da idéia da independência. Trouxe uma filha, nascida em abril de 1819, contando portanto 1 ano de idade. Suarez não saiu mais do Pará e a filha se casou em 1838 com o cap. José Pedro de Moura Palha, dando origem à família que muito se destacou na política e na administração pública no Pará, entre os quais Francisco de Moura Palha que foi senador na República, e morreu na cidade da Vigia em 21.5.1898.

50. MUNIZ, João Palma. Op. cit., 1922, p.118.

*cípios da Lavoura do Maranhão*, de Raimundo José de Sousa Gaioso (1747-1813), obra póstuma e que deve ter tido alguma repercussão no Pará. Ela inaugura a bibliografia que discute o liberalismo econômico. Gaioso mostra que também "nova ordem econômica" se estabelecia no extremo-norte, principalmente após a abertura dos portos. Ele percebeu que a opulência do Maranhão repousava em apenas dois gêneros exportáveis, o algodão e o arroz. Lavouras incrementadas pela extinta Companhia do Comércio, tiveram mais de quarenta anos de progresso, mas naquele tempo estavam em derrocada, apontando ele as causas, ou cinco "escolhos", que prejudicavam os lavradores do Maranhão. As exportações do Pará, na mesma época, também se sustentavam nos frutos da lavoura e não do extrativismo, como seria de esperar. Segundo Manuel Barata, os principais gêneros exportados, de 1773 a 1818, para Portugal, eram o cacau, o arroz, o café e o algodão, notando ele que sempre houve saldo favorável ao Pará nas relações de troca com a metrópole portuguesa.<sup>51</sup>

Gaioso colocou o problema da queda do preço do algodão maranhense como manobra baixista executada pela aliança de uns poucos capitalistas locais, monopolizadores do comércio, com os estrangeiros, vale dizer os ingleses. A abolição do estanco português, em 1808, foi particularmente danosa, no preço do algodão exportado para a Inglaterra, que baixou consideravelmente. Os lavradores tinham então que produzir mais algodão para receber menos dinheiro e a super-oferta quebrava cada vez mais o preço no mercado. Nem a guerra da Inglaterra contra suas antigas colônias na América impediu a manobra baixista. Isto significou o estreitamento da vinculação e dependência da economia colonial num produto agrário de largo consumo no auge da Revolução Industrial e, ao mesmo tempo, a associação de interesses dos capitalistas nacionais e estrangeiros, que controlavam a comercialização desse gênero no mercado exportador. Gaioso:

51. BARATA, Manuel. *A Antiga Produção e Exportação do Pará*, 1 ed.1915; 2ª. in *Formação Histórica do Pará*, Belém, 1973, p.293-330.

"Alguns capitalistas nacionais muitas vezes unidos entre si, e também com aqueles estrangeiros para se não fazerem mal uns aos outros, e pelo grande interesse que tinham na diminuição dos preços, sem atenderem ao mal que faziam aos seus compatriotas, souberam aproveitar-se de circunstâncias tão favoráveis..."<sup>52</sup>

Embora mais diversificada a exportação do Grão-Pará não deixava de ter contra si os mesmos "escolhos", notadamente a aliança dos capitalistas locais com os estrangeiros. Spix & Martius, colhendo dados em Belém, 1819, graças à "bondade do cônsul britânico", H. Dickinson, abonado capitalista, demonstraram a diversidade dos produtos exportados e importados, assinalando também os principais compradores: Inglaterra, ilhas inglesas nas Índias Ocidentais, Gibraltar, França, América do Norte, Holanda e, por último, Portugal:

"O comércio entre Pará e Portugal havia progredido, subindo sempre nos últimos decênios do século passado e nos primeiros deste; mas, depois que o Rei de Portugal se instalou no Rio de Janeiro e prometeu a liberdade dos portos, passou grande parte desse comércio para a Inglaterra, o que ficou provado pela grande afluência de navios ingleses nos portos brasileiros."<sup>53</sup>

Spix & Martius já encontraram estrangeiros abonados quando visitaram Belém em 1820, tais eram os srs. H. Dickinson, cônsul da Grã-Bretanha, John Hesketh e J. Campbell, todos ingleses, o alemão L. Hein e o italiano Francisco Ricardo Zani, que além de grande proprietário no Rio Negro, onde se domiciliou por volta de 1806, era no Pará capitão de milícia e mantinha em Belém importante casa exportadora. A criação da Praça do Comércio do Pará em 3.4.1819, ao tempo do governo do conde de Vila-Flor, mostra a aliança ou a necessidade de os comerciantes locais se unirem numa forte associação de classe para a defesa de seus interesses.

Podemos entender agora que o debate da independência, que logo se intensificaria, resultou de uma situação peculiar, provocada

pelo conflito ideológico e de uma realidade econômica que se impunha em toda a parte. As condições materiais da colônia se alteraram profundamente com a transmigração da corte portuguesa, em 1808. Efeitos locais: abertura ao capital inglês; ascensão da burguesia depois da queda e liquidação dos monopólios favorecidos pela coroa; aplicação de capitais no comércio de importação e exportação mais diversificado; amplo contato com a Grã-Bretanha, de onde recebíamos principalmente produtos industrializados em troca de matérias-primas para suas indústrias, um ou outro gênero alimentício, como o cacau e o café. Em nível nacional, as repercussões foram certamente mais profundas.

O que acontecia "lá fora", no campo das idéias, podia refletir também o que acontecia no campo das relações econômicas. Mudanças importantes eram detectadas em toda a parte como reflexos da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do séc. XVIII, partindo da Inglaterra. O extremo-norte brasileiro, que já absorvia essas idéias, participou como grande fornecedor de matérias-primas exigidas pelas indústrias que se expandiam principalmente na Inglaterra e na sua florescente ex-colônia na América. O *know-how* britânico se implantaria muito mais rapidamente na ex-colônia que no continente europeu, que teria de promover, por seu próprio esforço, sua Revolução Industrial. Na Europa, França e Alemanha se beneficiaram particularmente com o domínio da química que, aplicada à mecânica, permitiu estabelecer certo equilíbrio. Os ingleses, ao que parece mais propensos às descobertas na área da mecânica, não puderam impedir o surto da Revolução Industrial no continente.

A colocação do algodão no mercado de matérias-primas exigidas pela indústria da tecelagem, experiência herdada dos ameríndios, favoreceu particularmente as colônias de agricultores na América. O abastecimento do mercado inglês dessa matéria-prima tornou-se porém mais difícil com a independência dos Estados Unidos, que passou a promover a própria industrialização. Os ingleses tiveram que procurar novos fornecedores. É quando entra o Maranhão, além de Pernambuco, com uma cota substancial do produto, exportado em escala crescente, que lhe permite acelerar o povoamento e ocupação com extensas lavouras as férteis bacias do Mearim, Itapicuru

52. GAIOSO, Raimundo José de Sousa. Op. cit., p.260.

53. MARTIUS, Carl Friederich Philipp von & SPIX, Johann Baptist von. I Viagem ao Brasil. 2ed. 1961, v.III, p.45.

e Pindaré. A exportação do algodão, insignificante em 1771, em pouco tempo tornou-se apreciável, competindo com Pernambuco. A lavoura algodoeira expandiu-se no Maranhão juntamente com a de gêneros alimentícios exportáveis, como o arroz, possibilitando o florescimento econômico da capitania, que passou a ostentar também grande vitalidade cultural.

O Grão-Pará não participou do *boom* maranhense, embora vizinho e com experiência colonial comum. Aqui a lavoura de gêneros exportáveis não se expandiu com a mesma intensidade. Limitou-se a pequenas áreas de plantação de cana-de-açúcar e de arroz, à domesticação do cacau, em grande parte contudo ainda extraído da floresta e, no final do séc. XVIII, também do café. Embora dotada de um "jardim botânico" onde se tentaram a adaptação de espécies vegetais contrabandeadas de Caiena — como o café e a variedade da cana caiana — Belém só começou a se desenvolver mais rapidamente depois de 1808, com o estabelecimento dos ingleses e de linhas de comércio para as Índias Ocidentais e a América do Norte. Spix & Martius:

"Antigamente o comércio abandonava o Pará, dando preferência ao vizinho Maranhão. As frotas mercantes portuguesas iam a princípio para o Maranhão, e, só depois de estarem as mercadorias alguns meses expostas ali, seguiam para o Pará. Com o tempo, isso mudou, pois uma parte das charruas vinham diretamente ao Pará. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi mais desfavorável ao Pará do que ao Maranhão, visto serem os negociantes forçados a comprar as mercadorias européias pelo preço determinado pela Companhia, medida sempre posta em prática, mas que devia ser particularmente nociva, por causa da fraca população do Pará."<sup>54</sup>

Embora dotada de arquitetura mais suntuosa, com magníficos palácios, igrejas e conventos, sede da importante Companhia Geral do Comércio, Belém não acompanhou o ritmo de desenvolvimento que se operou em São Luís, bafejada pelo comércio exportador e

importador mais dinâmico. Numa como na outra capital, porém, desenvolveu-se no final do séc. XVIII um estado de espírito ou certo sentimento nativista que se opõe ao *status quo* colonial. Até aqui chegaram os emissários da subversão. Temos falado vastamente de alguns deles, conhecidos pelas ações que praticaram. De vez em quando surgiam figuras misteriosas, despertando suspeitas. Arthur Cezar Ferreira Reis indagou:

"Quem seria um fulano Airoso, que teria vindo a Belém em missão reservada do Rio de Janeiro? Que teria realmente realizado como agente revolucionário? E como ocorreu, no interior, a aceitação do 15 de agosto?"<sup>55</sup>

Embora não se possa responder com precisão a todas as questões levantadas, é possível admitir amplo debate das idéias não apenas em conciliábulos, clubes ou sociedades mais ou menos secretas, mas abertamente, nos púlpitos, nas tribunas, nos pasquins que tanto incomodavam e, logo mais, na imprensa. As idéias liberais encontraram campo fértil para se propagar e as vertentes são múltiplas. A difusão foi intensificada na segunda década do séc. XIX, a partir mesmo de Portugal, tendo suporte numa imprensa altamente politizada e combativa. O Brasil todo começou a receber as mensagens do *vinhismo* português. A primeira manifestação concreta, no Grão-Pará, foi o movimento de 1.º de janeiro de 1821, que depõe a Junta Interina e proclama o sistema constitucional. Palma Muniz defende a tese de que esse foi um trabalho conseqüente de Filipe Alberto Patroni e que as idéias do sistema constitucional por ele disseminadas "vieram desadormentar o povo do Grão-Pará, nas suas classes mais cultas, permitindo desenvolverem-se os primeiros sintomas do nativismo, que logo tendeu para a conquista dos postos da administração pública, pretendendo a exclusão do elemento reíno". Conclui: "A semente então lançada germinou e produziu o fruto das idéias de independência, em período relativamente muito curto, logo que a imprensa surgiu em complemento das primeiras concessões libertárias."<sup>56</sup>

55. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit., 1972, p.19.

56. MUNIZ, João Palma. Op.cit., 1922, p.16-17.

54. *Ibid.*, v.III, p.45.

Desencadeado o processo, nota Palma Muniz a atuação discreta desse agente da subversão:

"Em todos os acontecimentos a interferência de Filipe Patroni não surge nos documentos, senão depois dos fatos consumados, na pretensão de se tomar o mentor da situação. Nenhuma prova possuímos de haver esse patriota tentado fazer parte do governo interino da província. Só reaparece quando se discute a escolha de um representante provisório do Grão-Pará para tomar parte nos trabalhos das Cortes em Lisboa."<sup>57</sup>

O historiador insiste em que o movimento de 1.º 1.1821 teria despertado o nacionalismo entre nós,<sup>58</sup> desenvolvido depois nos acontecimentos da independência e da Cabanagem. Parecem bastante claras as pretensões dos revolucionários no documento, ou "avulso incendiário", que dois oficiais da Câmara do Senado — tenente José Batista da Silva e alferes Domingos Simoens da Cunha — encaminharam em 5.2.1820 exigindo a renúncia do vigário capitular Romualdo Antônio de Seixas do cargo de presidente da Junta de Governo "por crimes que no mesmo declaram".<sup>59</sup> Em consequência, e em apoio ao seu presidente, a Junta publicou a proclamação datada de 5.2.1820 na qual se diz que essas idéias liberais e pretensões dos nacionalistas aos cargos públicos, em substituição dos funcionários portugueses, não só eram concordes com suas idéias liberais, como conduziam a província a "um perfeito estado de anarquia". Por fim, conclamava o povo a "não escutar as sugestões de tais pessoas, que não duvidam em arrastar-nos a precipícios, para conseguirem os seus sinistros fins".<sup>60</sup>

Embora reconhecendo que o alferes Domingos Simoens da Cunha tenha encaminhado o "incendiário papel" contendo as "ineptas proposições", foi este escolhido, como um dos principais protagonistas dos fatos de 1.º de janeiro, para comunicar ao governo de Lisboa esses acontecimentos. Patroni recebeu apenas a mis-

57. Id., 1922, p.46.

58. Id., 1922, p.50.

59. Id., 1922, p.50.

60. Id., 1922, p.50-52. Palma Muniz publica integralmente este e outros documentos.

são de "procurador" especial, com poderes para "suplicar quanto fosse compatível com as circunstâncias da Província".<sup>61</sup> Mas:

"A ida de Patroni para Lisboa concorreu para o apressamento da introdução da imprensa em Belém, deu azo ao patriota de verificar quais as idéias predominantes, em relação ao Brasil, nas Cortes Portuguesas; permitiu-lhe transformar as suas idéias de constitucionalismo subordinado a Portugal e idéias de emancipação política e independência; fê-lo regressar à sua pátria com tendências de realizar uma revolução separatista."<sup>62</sup>

Ele próprio declarou no opúsculo publicado por Daniel Garção de Melo:

"Interrompi meus estudos acadêmicos; e expondo-me a um mar imenso de perigos, atravessei o Atlântico, para hir gosar do exuberante e ineffavel prazer, ouvindo soar o doce nome de *Liberdade* nos muros que banha o Guajará undoso, e lavão as aguas do soberbo Amazonas, que só agora se mostrou verdadeiro monarca; que rei não pode ser quem he escravo."<sup>63</sup>

Filipe Patroni torna-se portanto porta-voz do *virtismo* português no Grão-Pará. O conteúdo ideológico e político do jornal *O Paraense*, instalado em Belém, cujo primeiro número data de 22.5.1822, como afinal esclareceu o pesquisador Geraldo Mártires Coelho, reflete essa inquietação, as idéias da liberdade da imprensa e da liberdade política, que se traduzia na campanha pela independência.

*O Paraense* era conhecido, até bem pouco tempo, pelos raros exemplares recolhidos pelo historiador Manuel Barata e depositados na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mas seu conteúdo era sabido por outras fontes históricas mais próximas dos acontecimentos. Raiol, por exemplo, deve ter conhecido vários exemplares. Diz que Patroni começou a fazer n' *O Paraense* "severa crítica à administração dos negócios públicos, esforçando-

61. Documento publicado por Raiol, op.cit., v.I,p.14 e Palma Muniz, Op.cit., 1922, p.53.

62. MUNIZ, João Palma. Op.cit., 1922, p.55.

63. Apud MUNIZ, João Palma, Op. cit., 1922, p.55.

se por desenvolver certas opiniões políticas entre os seus contemporâneos, opiniões por certo favoráveis ao regime livre dos povos, mas de alguma forma ameaçadoras do sistema até então seguido pelos agentes do poder". Quanto ao estilo do jornal, informa que sua linguagem "aterrou os dominadores da província, os quais desde logo empregaram todos os meios para fazê-lo emudecer".<sup>64</sup>

Como é sabido, não se pode atribuir inteiramente a Filipe Alberto Patroni esse conjunto de idéias. O jornal foi-se radicalizando cada vez mais debaixo da orientação de seus sucessores, o cônego João Batista Gonçalves Campos e o padre Silvestre Antunes Pereira da Serra. Mas só recentemente pôde ser melhor analisado, graças ao feliz encontro, nos arquivos de Lisboa, de uma coleção desse periódico pelo historiador paraense Geraldo Mártires Coelho, professor na UFFa. e bolsista da Fundação Gulbenkian. Geraldo M. Coelho:

"Observando as circunstâncias no interior das quais, em Lisboa, a imprensa do *Vintismo* português atuou, e constatando que parte desse periódicos traduzia a linha *radical* do pensamento liberalizante da Regeneração, é difícil não estabelecer um paralelo entre essa orientação e a que o *O Paraense* seguiu no Grão-Pará, mesmo levando-se em conta as evidentes especificidades do processo que se passava em Lisboa e em Belém" (...) "Na sua fase inicial, a imprensa haverá de traduzir o pensamento dos grupos emergentes que defendiam reformas capazes de banir as forças responsáveis pelo *status* imperante em Portugal, a saber, o Despotismo e a Tirania. Essa seria, a *grosso modo*, a chamada fase constitucionalista de *O Paraense*, quando esse período refletiria essa vertente do pensamento da Regeneração Portuguesa."<sup>65</sup>

A imprensa surgiu assim no Pará revolucionária e por isso logo deu lugar à prisão de seu fundador, Filipe Patroni, a 25.5.1822, no Forte do Castelo, donde foi mandado para a Fortaleza de São Julião, em Lisboa. Desta saiu após a proclamação da independência do Brasil.

64. RAJOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Rio de Janeiro, 1865, 1.º v., p.26.

65. COELHO, Geraldo Mártires. "A Imprensa no Pará: alguns elementos de sua origem históricas", III, in *A Província do Pará*, 27.01.1985, Icad.: 12.

Patroni viu-se impossibilitado de agir no Grão-Pará. Mas *O Paraense* continuou, com Batista Campos, que lhe aumentou o sentido nacionalista e libertário. Chegou ao ponto de publicar o manifesto de Pedro I, em que o imperador pedia que todos os brasileiros se unissem para a preservação da Independência, quando Belém ainda estava subordinada a Portugal. Por causa disso também foi preso durante treze dias. Posto em liberdade, recebeu do povo estrondosa manifestação de apoio. E continuou publicando seu jornal, fazendo crescer o ódio de seus inimigos. Certa noite, defronte de sua casa, foi agredido por três homens que lhe rebentaram a cabeça, ferindo-o também no rosto, o que não impediu que dias depois *O Paraense* voltasse com críticas mais violentas. A luta do jornal se fixou na prepotência do general José Maria de Moura, comandante d'armas, português de nascimento e feroz inimigo dos nacionalistas. Boletins começaram a ser espalhados, além do jornal, conclamando o povo a aderir à Independência. Batista Campos foi preso novamente; e solto, teve de buscar, semanas depois, refúgio na selva, em virtude de novas perseguições. Foi substituído na redação de *O Paraense* pelo cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, que manteve a mesma linha, até que militares portugueses invadiram a tipografia empastelando-a, em fevereiro de 1823. Foram publicados setenta números, dos quais poucos eram conhecidos.

O jornal só se calou depois de afastados todos os patriotas. Dos primitivos sócios, restou apenas o português Daniel Garção de Melo, que suspendeu a publicação e, de acordo com o governo, editou, ainda em 1823, o *Luso-Paraense*, defensor das idéias de sujeição a Portugal, redigido por Luís José Lazier e José Ribeiro Guimarães, "em tudo antípoda ao anterior".<sup>66</sup> Em dezembro de 1823 surge *O Independente*, agora sob a pressão da Independência, fato consumado.

No dia da adesão do Pará à Independência, 11.8.1823, Batista Campos ainda se encontrava foragido. Sabedor da ocorrência, re-

66. SODRÉ, Nelson Weneck. Op. Cit., 1966, p. 152.

tornou a Belém chegando a tempo de participar da sessão solene e dos festejos havidos em 15 de agosto, em regozijo ao término da dominação política portuguesa. Na ocasião foi eleito vogal da nova Junta de Governo, ficando a presidência com Giraldo José de Abreu. A partir de agora, até 1834, vai ele liderar todo o processo da Revolução Paraense.

O governo português sempre se preocupou com a repressão das idéias que de alguma forma perturbavam o *status quo* colonial. Nas vésperas da Independência, 1818, d. João VI ainda expedia o alvará de 30 de março, que declarou criminosas e proibidas todas as sociedades secretas. O alvará tinha severas disposições repressivas. Foi revogado pela Carta de Lei de 20.10.1823, por Pedro I, que se fizera grão-mestre, filiando-se às duas lojas então existentes no Rio de Janeiro, o Grande Oriente formado em 28.5.1822 e o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, formada cinco dias depois, a 2.6.1822. Pedro acabou se voltando contra as duas, fechando-as e desterrando alguns de seus membros.

Só depois da abdicação de Pedro I (1830) temos notícias da instalação de lojas maçônicas no Grão-Pará: a 22.11.1831 foi instalada a loja Tolerância sob os auspícios do presidente da província, José Félix Pereira de Burgos, barão de Itapicuru-Mirim, com aprovação do Grande Oriente do Brasil.<sup>67</sup> Ainda em 1831 surgiu a Sociedade União, dominada pela facção dos "caramurus", capitalistas e proprietários brasileiros e portugueses, aliados na defesa dos antigos privilégios de classe. Em oposição a estes, surgiu em 11.7.1831, a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, à frente da qual

67. Cf. BARATA, Manuel, "Primeira loja maçônica no Pará" in *Formação Histórica do Pará, Obras Reunidas*, 1973, p.333-340. A.R. de Almeida Pinto informa que em 1827 os maçons, residentes no Pará, na maioria estrangeiros, constituíram-se, pela primeira vez, em sociedade regular. Esta teve existência reservada, de sorte que ninguém dela falava. Reorganizou-se em 1832, admitindo grande número de brasileiros e tornando ostensiva a sua existência.

se achava o padre Batista Campos e que, segundo Raiol, pretendia reunir os paraenses em defesa da Constituição e do novo estado de cousas, que parecia ameaçado. Seu fim ostensivo era instruir o povo "nas verdades políticas e sociais; defender as liberdades públicas e particulares e debelar o despotismo."<sup>68</sup> Finalidades, portanto, estritamente políticas. Seus sócios fundadores foram Gaspar de Sequeira e Queiroz, José Maria de Freitas Dantas, Antônio Manuel de Sousa Trovão, João Batista Gonçalves Campos, José Pereira da Serra, Pedro Henriques Seabra, Jerônimo Roberto da Costa Pimentel, Bernardo Antônio Ferreira Ferrão, Francisco Cândido de Carvalho e João Pedro Gonçalves Campos. A sociedade não chegou a ter estatutos porque logo se mostraram hostis algumas autoridades e os "caramurus"; mas existiu de fato, nucleando aqueles que propugnavam pela nova ordem política e social, conquistada com a independência. Logo os dois grupos entraram em choque. O partido de Batista Campos era conhecido por *filantrópico, patriota, liberal, exaltado, anarquista e desorganizador*. O outro era *ordeiro, constitucional, moderado, lusitano, absolutista, chumbeiro e caramuru*. Nos epítetos estão embutidos conteúdos ideológicos, mas Raiol observa que esses nomes nada exprimiam. Na realidade:

"O que nos parece certo é que os espíritos nos primeiros tempos da nacionalidade brasileira, ciosos da liberdade que acabavam de conquistar, pretendiam uns levar a revolução aos seus últimos termos com inteira exclusão dos oriundos da metrópole, enquanto outros se opunham e tentavam fazer parar o carro do triunfo, que se queria talvez acelerar demais. O que também nos parece certo é que o partido nacional fraccionou-se depois da abdicação do imperador, dando isto novos elementos de força aos vencidos, que souberam tirar proveito da dissidência."<sup>69</sup>

A Sociedade Filantrópica não conseguiu organizar-se efetivamente, mas a divisão do partido nacional, segundo Raiol, fraccio-

68. RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., 1868, v.II, p.7.

69. Id., 1868, v.II, p.34.

nado após a abdicação de Pedro I, exprime o antagonismo mais antigo entre a situação colonial que se arruinava e o espírito nativista que se levantava. O cônego Batista Campos, incansável aliceador dos patriotas, ainda toma o exemplo de Pernambuco para superar a dificuldade de organização do seu partido, o Filantrópico, tenazmente combatido pelos "caramurus". É o exemplo da Sociedade Federal, que surgiu no Recife em 16.10.1831, conforme Moreira de Azevedo.<sup>70</sup> Copiará não só o nome, como também o programa. A Sociedade Federal do Pará consegue ser instalada em 19.3.1833 na sala de sessões da Câmara Municipal, sendo eleito presidente o próprio presidente da província, coronel José Joaquim Machado de Oliveira. Constituiu-se a diretoria com eleição do cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, vice-presidente; tenente-coronel comandante das armas Antônio Correia Seara, secretário e dr. José Tomás Nabuco de Araújo, escrutador.<sup>71</sup> Nota-se que Batista Campos não se expõe ostensivamente e que os princípios e fins da sociedade são os mesmos de sua congênera pernambucana: sustentar a liberdade da pátria; defender os princípios do sistema federativo; manter a ordem na província e contrariar por todos os meios possíveis o espírito de anarquia. A sociedade era composta de cidadãos brasileiros conhecidos como amantes das doutrinas liberais e seus estatutos foram integralmente transcritos por Raiol.<sup>72</sup>

Houve nessa época terceira sociedade composta exclusivamente de mulheres que, no plano político, pretendiam defender a liberdade e a pátria brasileira. Era a denominada *Sociedade das Novas Amazonas*, ou *Illuminadas*. Sua curiosa organização foi minuciosamente descrita por Raiol,<sup>73</sup> com estatutos datados de 16.4.1833 e assinados por Guiomar Maria Watrin, Marciana Paula de Oliveira e Ana Joaquina da Silva Campos. A hierarquia social era rígida, havendo três classes de sócias: primeira das irmãs *Educandas*; segunda, das irmãs mais adiantadas na prática de virtudes e ações heróicas, tra-

tadas de *Mestras*; terceira, aquelas que tinham chegado ao auge das virtudes civis, políticas e morais, e se condecoravam com o título de *Sublimes Mestras*. A sede, na Rua de Santana n.º 8, tinha três salas, uma para sessões, outra para banquetes e a terceira camarinha para nela se despirem e ornarem as *Recipiendas*. A primeira chamava-se *Jardim*; a segunda *Bosque*; a terceira *Floresta*. Eram todas ornadas e mobiliadas conforme seu destino.

Raiol desconfia, mas não afirma, das intenções políticas da sociedade, que festejava 7 de setembro como data maior e à qual aludia o seu próprio hino. Observa o historiador:

"Havia quem pensasse que elas eram mais ou menos dominadas dos mesmos preconceitos e ressentimentos que dominavam os varões a cuja família pertenciam."<sup>74</sup>

Na verdade, eram veementes no estribilho de seu hino:

"Defender a liberdade,  
É das Amazonas guerreiras,  
Pela pátria morreremos  
Nas falanges brasileiras."

Estavam claras as disposições de sentido nativista pelo cumprimento das quais as Amazonas recebiam distinções, tais como *Da Pátria Ilustre Defensora*, inscrita em medalha de ouro pendente de um cordão ou trancelim do mesmo metal, dada a quem houvesse se tornado digna por ações relevantes; e àquelas que já estando no alto grau de *Sublimes Mestras* e houvessem dado à pátria dez cidadãos por meio legítimo, recebiam medalha de ouro em forma de um sol com a inscrição *Honra e Glória à Mulher Forte, no centro Brazil*, dentro de uma coroa composta de dez estrelas; no verso as iniciais dos nomes da sócia e do seu marido. A medalha também pendia de um cordão de ouro.

70. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Op.cit.*, 1885, p.302-3.

71. RAJOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, 1868, 2ª v., p.195-6.

72. *Id.*, 1868, 2ª v., p.197-200.

73. *Id.*, 1868, 2ª v., p.201-215.

74. *Id.*, 1868, 2ª v., p.215.

Raiol guardou integralmente a letra do hino das Amazonas:

Raiou de setembro o dia  
Mais solene e portentoso,  
O dia da liberdade,  
No Ipiranga majestoso.

Defender a liberdade  
É das Amazonas guerreiras,  
Pela pátria morreremos  
Nas falanges brasileiras.

Fechado de Jano o templo,  
Damos provas de amorosas;  
Mas se Jano as portas abre  
Nos tornaremos belicosas.

Defender etc....

Se o ímpio com mãos profanas  
A arca tocar sagrada,  
Empunhemos arco e flechas,  
Sigamos Belona irada.

Defender etc....

Perde a c'roa, cai por terra  
Quem de pai quis ser tirano,  
Não vegeta o despotismo  
No jardim americano.

Defender etc....

O grito do Ipiranga  
Se repita com prazer;  
Não queremos meio-termo,  
Independência ou morrer.

Defender etc....

### 3 O EPISÓDIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Concluída a formação do império brasileiro com a garantia da adesão do Grão-Pará à independência, formalizada em 15.8.1923, começou a haver na grande província do extremo Norte desdobramento da ação política com crescente intensidade. Isto porque persistiam restos do colonialismo. Cessado o período de lutas pela independência, as forças do colonialismo se reorganizaram e de várias maneiras ainda influíam nos destinos políticos do Grão-Pará. O império constituiu-se na base do bipartidarismo, modelo metropolitano, mas tanto numa facção, como na outra, havia tendências diversas, não bem definidas e quase sempre manifestadas confusamente. Por outro lado, foram detectadas, nessa ocasião, as ideologias liberais e republicanas, inspiradas, por sua vez, nas revoluções francesa e norte-americana. O povo, tomando conhecimento dessas idéias, se inquietava. A dura realidade social não mais podia ocultar-se: a pobreza dos peões, chamados "libertos", sem terras e outros haveres, habitantes das humildes cabanas; a escravidão dos negros e a servidão dos índios. Unidos, formavam a quase totalidade da população. Para essa parcela considerável da população foram dirigidas as mensagens de frei Luís Zagalo, Filipe Alberto Patroni, João Batista Gonçalves Campos e outros patriotas. As massas se inquietavam.

Expedientes oficiais da Câmara Municipal de Belém falam frequentemente de "desordens populares"; essas desordens eram tão incômodas, após a independência, que diversos capitalistas e negociantes estabelecidos no Grão-Pará decidiram pedir passaportes para escaparem ao perigo, que pressentiam ou que ameaçava a capital. Também os ingleses aqui radicados sentiram-se inseguros, ameaçaram fechar suas casas e fugir, quando Greenfell teve de retirar-se com sua fragata Imperatriz e o brigue Maranhão, toda a força naval que dispunha e com a qual havia feito o Grão-Pará submeter-se à unidade do império. Em Cametá, a mais próspera cidade amazônica depois de Belém, houve "comoção dos negros" e a Junta Provisória permitiu a entrega ao tenente-coronel comandante do 3.º Regimento de 2.ª Linha, ali estacionado, do antigo armamento para conter os negros.<sup>75</sup>

75. RAIOL, Domingos Antonio. Op. cit., 1865, v.1, p.141.

Nada parece ter preocupado tanto, porém, o nascente império do Brasil que a extensão até ao Grão-Pará das idéias da Confederação do Equador. Recife, desde 1817, era um foco de agitação e propaganda republicana.<sup>76</sup> Dali se expandia para todo o Nordeste a imprensa revolucionária, que chegava freqüentemente ao Pará, onde encontrava adeptos. O cônego Batista Campos ligou-se aos liberais pernambucanos desde 1817 e manifestou-se simpático à república, espalhando no Pará essas idéias subversivas.

Em princípios de abril de 1824, chega a Belém, procedente de Pernambuco, a escuna Camarão, comandada por José Caetano de Mendonça, e mandada ao Pará por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, principal agente revolucionário em Pernambuco. Essa iniciativa evidencia preparativos para a adesão ao movimento que só foi deflagrado em 2 de julho seguinte.

Trouxe a escuna Camarão vários paraenses que andaram metidos em outras ações políticas anteriores: Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antônio Tupinambá, Manuel Lourenço de Matos e, ainda, José Batista da Silva, vulgo Camecran, e o alferes Marco Antônio Rodrigues Martins, dito Mundurucu Paiuicé. Era um conjunto muito heterogêneo, não se sabendo até que ponto todos estavam afinados com os ideais da Confederação do Equador. Alguns já traziam mostras do nacionalismo exacerbado na adoção de nomes e apelidos indígenas. Os dois últimos personagens haviam se envolvido nos acontecimentos da independência no Pará e daqui haviam fugido para os Estados Unidos, comprometidos com o levante de 14.4.1823. Depois se transportaram para o Rio de Janeiro e dali para o Recife, onde teriam aderido ao movimento chefiado pelo republicano Manuel de Carvalho Paes de Andrade. O momento histórico colocou-os provisoriamente como

76. H. Handelman, *História do Brasil*, 2 ed., t.2, p.245, observa que foi em Pernambuco que o republicanismo, inspirado no modelo norteamericano, mais prosperou, "e sabe-se como já no ano de 1817 se ensaiou ali um levante republicano, que terminou com ignominiosa derrota e duro castigo". Muitos intelectuais pernambucanos estiveram envolvidos nesses movimentos, civis, militares e religiosos. A figura imponente de frei Caneca, ideólogo e mártir, de grande dimensão intelectual, deixou marcas profundas e admiradores fiéis, entre os quais se inclui João Batista Gonçalves Campos, cônego paraense, principal líder dos Cabanos.

adeptos das idéias republicanas, consubstanciadas por essa ação política. Trouxeram e espalharam muitos exemplares da constituição da República Columbiana, pela qual, segundo Raiol, deveria reger-se a pretendida Confederação, enquanto outra não fosse promulgada; e "também trouxeram e espalharam proclamações e instruções feitas com o fim de excitar os espíritos a favor da revolução e prescrever as medidas, que deviam ser tomadas para o bom êxito da mesma."<sup>77</sup>

Conforme Raiol, esses emissários constituíram-se em "apóstolos" da doutrina republicana, procurando logo aliciar outros paraenses. Conquistaram de fato alguns aderentes, entre outros o alferes Félix Clemente Antônio Malcher, que era membro da Junta do Governo, Pedro Rodrigues Henriques e o médico-naturalista Antônio Correia de Lacerda, presidente interino. Mas a trama que se articulava, envolvendo pessoas tão importantes, teve de se precipitar com a retirada de Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, a figura de maior prestígio, nesse momento, por ser filho do coronel Giraldo José de Abreu, nada menos que o presidente da Junta Provisória.

Privados desse elemento "em quem tanta confiança depositavam e receosos de alguns membros da Junta", adianta Raiol,<sup>78</sup> os republicanos decidiram precipitar os acontecimentos: no dia 29 de abril foi destituída a Junta Provisória do Governo do Grão-Pará e Rio Negro, composta do coronel Giraldo José de Abreu, do capitão José Ribeiro Guimarães, do cônego João Batista Gonçalves Campos, do alferes Félix Antônio Clemente Malcher e do capitão João Henriques de Matos. Foram presos na Fortaleza da Barra o coronel Giraldo José de Abreu, o arcediogo Romualdo Antônio de Seixas e o capitão Coutinho de Abreu, ficando os demais membros da Junta, alguns simpatizantes do movimento, imolestados. No dia seguinte, procedeu-se à eleição de um governo provisório e designado o dia 1.º de maio para a proclamação no Pará da Confederação do Equador.

77. RAIOL, Domingos Antônio. Op. cit., 1865, 1.º v., 143.

78. Id., 1865, 1.º v., p.143-4.

A Junta Revolucionária Republicana foi composta do dr. Antônio Correia de Lacerda, presidente; Pedro Rodrigues Henriques, cônego Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt, major João Roberto Aires Carneiro, coronel Bento Garcia Galvão d'Haro e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Governo efêmero, de algumas horas, assumido no dia 30.4.1824 e nesse mesmo dia destituído.

O movimento abortou com a simples e inesperada chegada a Belém do coronel José de Araújo Roso, abonado capitalista, que havia sido encarregado de levar ao Rio de Janeiro a notícia da adesão do Pará à Independência e retornava com a carta de nomeação de primeiro presidente da província.<sup>79</sup>

Esse episódio da Confederação do Equador do Grão-Pará está narrado por Raiol no primeiro volume de sua obra, *Motins Políticos*,<sup>80</sup> descrevendo inclusive a forma de governo a ser adotada. Também explicou seu programa, que previa a manutenção do regime escravista, devendo "cuidar de promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar a sua lenta emancipação."<sup>81</sup>

Na verdade, Raiol trata do episódio minimizando sua importância e apontando a simples causa acima referida como mostra suficiente do insucesso dos confederados paraenses. Parece contudo que a fraqueza do movimento residia em causas mais profundas, entre as quais as indecisões e ou vacilações dos aludidos "republicanos", todos eles estreitamente ligados às classes dominantes, capitalistas e latifundiários, não só Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, filho de Giraldo José de Abreu, como José Batista da Silva, o Camecran, e o alferes Marcos Antônio Rodrigues Martins, o Mundurucu Paiquicé, que nos acontecimentos posteriores assumirão a verdadeira identidade com a classe a que pertenciam.

E não demoraria muito. A própria ata da Sessão Extraordinária do Conselho, de 30.4.1824, que deu posse a José de Araújo Roso, conforme o estilo dessas cerimônias, é documento curiosíssimo,

que relata as vacilações e coloca os problemas institucionais como problemas de segurança, deliberando suspender a posse do comandante militar José Inácio Borges, nomeado para esta província, suspeito de republicanismo. A ata é assinada por alguns membros da ex-Junta Revolucionária Republicana, ao lado de outras autoridades civis, religiosas e militares, com exceção do cônego Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt e do major João Roberto Aires Cardoso.

João Batista Gonçalves Campos, o eterno conspirador, também suspeito de republicanismo, não se envolveu nesse episódio, cujo clímax, a Sessão Extraordinária do Conselho, tem o sabor de farsa. Aos verdadeiros conspiradores, dava conta o coronel-capitalista José de Araújo Roso em ofício ao ministro do império, de 1.º.6.1824, sem nomeá-los:

"Tem-me sido assás custoso chamar à ordem alguns espíritos máos, que ainda aqui existem com animo perturbador e inimigo da paz, porém eu os tenho em vista para sujeital-os á toda a deliberação, que for conveniente para salvar a Pátria de tão máos filhos, e seguirem elles o destino, que á ella for util, á bem dos seus irmãos, pois que ainda o bom cidadão vive aqui assustado com os funestos acontecimentos, que desgraçadamente tiverão lugar nesta Provincia, não me ficando escrupulo em dizer, que forão auxiliados todos directa e indirectamente pela extincta Junta Provisoria, que até teve o arrojo de mandar prender por uma escolta, e remetter para a Fortaleza da Barra incommunicaveis o seu Presidente Giraldo José de Abreu, e o Arcediago Romualdo Antonio de Seixas tres dias antes da minha chegada, os quaes forão soltos depois da minha posse..."<sup>82</sup>

Raiol, monarquista, opõe-se naturalmente à Confederação do Equador, vendo o movimento republicano como permanente ameaça à monarquia, considerando esta um direito divino e uma predestinação.<sup>83</sup> O historiador, tratando destes acontecimentos, perde a

79. Id., 1865, v.1, p.143-4.

80. Id., 1865, v.1, p.142-148.

81. Id., 1865, v.1, p.81.

82. Apud RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., 1865, v.1, p.159.

83. Em 1858 Domingos Antônio Raiol publicou o opúsculo intitulado *O Brasil Político*, no qual expõe suas idéias monarquistas. Seu trabalho de reflexão política mais sugestivo porém é *Visões do Crepúsculo*, publicado em "A Revista", Belém, 1898.

isenção e a oportunidade de fazer análise mais serena da repercussão, no Grão-Pará, do movimento republicano que se originara em Pernambuco. Parece endossar os termos da ata da Sessão Extraordinária do Conselho, de 30.4.1824, que atribuiu à sedição de José Maria de Moura, governador das armas, em 1.3.1823, a causa dos males que agora afligiam a província. Pelo que dizia a referida ata:

"... cuja revolução abalando os alicerces do Edifício Social derrocou todas as Autoridades Constituídas, por não haver um centro comum, que as unisse; e plantando as sementes da anarquia foi causa de todas as revoluções, que se seguiram; atendendo mais que a opinião pública se tem desde então desenvolvido, e até agora sustentado de que o único modo d'evitar males futuros é conservar sempre unido o Poder Civil e Militar."<sup>84</sup>

No fundo, a redação da ata isentou os "confederados" do dia — que, aliás, a assinaram, com as duas exceções apontadas — de toda e qualquer culpa, absolvendo-os de seus arroubos revolucionários, todos eles grandes filhos da mãe pátria. Não se julgou a trama pseudo-republicana, da véspera, mas parece ter havido ampla discussão sobre a divisão de poderes e a Assembléia Provincial tomou em consideração — "se a Causa da Pátria perigava com aquela divisão de Poderes, e quais seriam os meios de evitar o perigo".

Tudo acabou na sessão solene, aliás extraordinária, do Conselho, e na sucessão das Juntas de Governo a que se intitulou Revolucionária Republicana, apenas se constituiu, ao que parece, para dar posse ao primeiro presidente da província, o coronel-capitalista José de Araújo Roso.

Mostra do estado de espírito e do pavor que a revolução prenunciava encontramos, contudo, no texto da carta a seguir reproduzida:

"Senhor

Eu teria ainda agora poupado a V.<sup>a</sup> Mag. de oSer as minhas grosseiras exproações, se fôsse só minha a vida que eu dezesasse salvar: Não hé Soberano Senhór mas sim, de muitas familias, Va-

salos que como eu amão, sempre amarão a Vofsa Magestade. Esta Provincia alem dos dezatinos que tem feito para a fingida Independencia Politica, edemonstraçoens d'Amôr aSua Alteza Real que ja mais tiverão: mas sim Odio como agora omanifestão querendo, iludir os bons Portuguezes com festas e bailes oque já estava descuberto: No dia quinze de Outubro dezerenvolverão-se principiando por se levantar atropa querendo que este Governo, que tem sido cauza de tantos Máles, que depozesem todos os Officiaes Eropêos, os degradassem, eque os Sargentos, emais Officiaes Inferiores os elevassem aos seus Postos, oque conseguirão no dia quinze, enão contentes, no dia dezaseis dispersarão-se em Magótes pelas Ruas gritando viva o Imperadôr, emorrão todos os Portuguezes, eabrindo as portas com Machados, tombavão edespedaçavão tudo que encontravão, ecomo prometesem que haviam de havêr Scenas mais horrozas nos dias seguintes oDelegado do Lord Cochrane conferenciando comigo sobre amaneira de atalhar acorrente impetuoza de tantos Males visto que oGoverno a nada acodia, antes opromovia, o aconselhei visto que elle por ordem do mesmo Governo seachava com aforça Maritima debaxo das suas ordens; Chamásse aseu bordo todos os Marinheiros dos Navios Mercantes, ecom elles Armádos dezembarcasse proximo ao Trem que eu afiançava aReunião de todos os Portuguzes logo que saltasse em terra, equele pelo Mau Rezultado eu respondia: Assim se executou ecorrespondêo tudo as minhas expranças, pois logo que Saltaram em terra se apoderarão do Trem, enefsa noute, edia seguinte, dos Facciozos entrando oprincipal cabeça que era hum Conego chamado João Baptista Membro do actual governo, oqual já foi remetido para oRio deJaneiro com mais alguns facciozos, outros forão prêzos em o Navio S.Joze Deligente em N.º de 256 os quaes (ilegível) huns dos outros sem pau, nem pédra, nem instrumento algum Mortifero se assacinavão em 3horas ficando só quatro muito escondidos: factó este que ainda hoje meparece impossivel: Porém Soberano Senhór, hé Veridico pois oprezencieei de que ainda hoje me horrorizo, Fuzilarão se 5, dezarmou se aTrópa, Cazo tem tãobem espantôzo, que duzentos Marinheiros Portuguezes, entrando alguns inglêzes poucas Milicias, emuito pouco Paizânos, equaze todos Eropêos, tal fi-

84. RAJOL, Domingos Antônio. Op. cit., 1865, v.1, p.155-7.

zeram, e que agora estando dois Corpos organizados hum d'Artilharia, e outro de Cavalaria quaze todos Portuguezes estejam de tal forma dezanimados, parece tambem impossivel: Porem Soberano Senhor tem alguma razao, viam se cercados de Inemigos / principiando pelo Governo / que vao engroçando com o levantamento das principaes Vilas, e pelo aspecto Geral de todas as Provincias que não querem Rei, nem Imperadôr mas sim republicas, e que tem declarado Odio Mortal atodos os Portuguezes que todos aquelles que encontrão desgarrados asasinão cruelmente: Hé nestas tristes circunstancias em que meacho com a minha Familia e sem me quererem dar licença para me retirar donde não posso ser util ao Serviço de Vossa Magestade: Porem eu desde ja trato da m.<sup>a</sup> fugida, se conseguir ir, e tiver a satisfação de hir aos pés de Vossa Magestade Morrerei feliz pois he o que só nesta Vida ambiciono. Praza aos Céos conservar a preciosa vida de Vossa Magestade para aumento da Gloria de Vossa Magestade, e o Escudo de todos os seus Fieis Vassallos que como eu sempre amarão, e sempre amarão a Vossa Magestade. / Pará 20 de Janeiro de 1824. / Joaquim Epifanio da Cunha.<sup>85</sup>

O documento é reproduzido na íntegra por relatar, embora confusamente, inúmeros acontecimentos testemunhados pelo vassallo português, sua familiaridade com Grenfell, "o Delegado do Lord Cochrane", que afinal forçou ou deu cobertura militar a adesão do Pará à Independência, o massacre dos presos nos porões do brigue *Palhaço* (252 mortos e apenas 4 sobreviventes), a insegurança pessoal dos portugueses e a ameaça da tomada do poder pelos republicanos, entre os quais é mencionado o cônego Batista Campos, principal cabeça dos facciosos. O documento também se ajusta ao Cap. III, parte II, da obra de Domingos Antônio Raiol, *Motins Políticos*, p.73-88.

85. Original da coleção do autor, adquirido de um alfarrabista, em Lisboa, pelo mecenário Manuel Ivo Cruz, juntamente com outros manuscritos.

#### 4 A LUTA POLÍTICA E O CAMPO IDEOLÓGICO

Ao tempo em que se desencadeava no Grão-Pará a luta política, tornando tenso e polarizado o campo ideológico, emergiam as contradições geradas no processo histórico. No primeiro plano, coloca-se apenas — e superficialmente — a oposição entre brasileiros e portugueses. Na verdade, por trás desse mecanismo extremamente simples, acha-se a principal oposição: de um lado o colono, isto é, a minoria detentora do poder e dos meios de produção; do outro, o colonizado, massa heterogênea de camponeses e peões, tidos e havidos como homens livres, sem terras e sem outros haveres, vivendo à margem da escravidão e, por vezes, em situação mais deplorável que a dos escravos. Compunham a classe dos libertos.

Libertos e escravos, ligados pela dependência absoluta ao colono, constituíam a grande maioria da população. Constituíam, em conjunto, a classe revolucionária por excelência.

A classe dos libertos se formou ao longo do processo histórico. Produto da destribalização do índio e da mistura deste com a classe pobre gerada pelo modelo social do colonizador, constituída de camponeses sem terras e habitantes das cabanas miseráveis localizadas na periferia dos centros urbanos, esse produto compõe a presença dominante na Amazônia, a dos chamados *caboclos*, que não chega a ser uma definição étnica, mas social.

Essa classe começou a tomar feições peculiares a partir de meados do séc. XVIII. A política pombalina destruiu, como se sabe, as missões e o sistema de produção criado pelos missionários, tornando-o dependente da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopolizadora. As duras condições de vida do caboclo nas fazendas e estabelecimentos agrícolas dos colonos podiam ser contrastadas com a sublimação da vida nas missões, possivelmente duras, tanto quanto a outra, porém com mensagens de vida póstuma feliz e bem-aventurada. Na terra como no céu o missionário prometia outro tipo de vida ao índio subjugado e desculturado. Cuidava do seu espírito e do seu corpo. Entre eles havia médicos e boticários insígnies, como artistas e educadores. O humanismo, filosofia e prática, se torna fundamental na ação catequético-apostólica,

fora qualquer apreciação de ordem material. Os missionários produzem farta literatura, não só de defesa, como de estudo da vida do índio, sua língua, sua cultura, bem como da natureza do seu *habitat*. Produzem em particular, ao longo do processo colonizador, a crítica do regime que o colono implantava. A descoberta e o contato do europeu com povos que não possuíam propriedade privada, consideravam desprezíveis os metais e as pedras febrilmente procuradas, pode ter dado fundamento para os enciclopedistas iniciarem novo conceito de sociedade, de moral e de sistema político, talvez, como admite Márcio Souza,<sup>86</sup> mas também pode ter servido para aperfeiçoar os instrumentos da opressão.

A legislação colonial portuguesa criou o sistema de vassalagem que tendia a reproduzir na cabeça de cada Estado — Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará — hábitos e costumes metropolitanos levados ao exagero pelos governadores. O sistema se sustentava mediante a opressão. Tinha seus desdobramentos em escalas variadas, adaptando-se a cada momento histórico. No momento da transmigração da corte portuguesa, 1808, por exemplo, criou não só uma "corte" na América; criou um sistema em que o confronto entre colonos e colonizados se tornou agudo. É que, abrindo as portas, com os portos, para os ingleses, a monarquia decretou a falência do mercantilismo português, como notaram Spix & Martius, o que significava também a falência do poder português no Brasil.

No campo político predominavam as superficialidades: uma superestrutura onerosa e estéril. A situação era mais paradoxal ainda: a monarquia portuguesa instalou-se no Brasil, aqui exercendo o poder, e todavia não se alterou substancialmente o estatuto colonial. Portugal invadido pelas tropas de Junot, o monarca foragido no Rio de Janeiro, em nenhum momento se caracterizou a "dependência" ao Brasil e os "reinos" unidos não favoreciam a individualização política do Brasil. Assim, em toda a parte, manifestou-se mais agudo o antagonismo entre brasileiros conscientes e insatisfeitos

86. Cf. *A Expressão Amazonense*. S. Paulo, 1977, p.37

de sua situação colonial e portugueses aqui residentes com seus aliados nativos, no geral ricos proprietários, senhores de grandes haveres, e de escravos. Essa polarização política, tendo suporte nesse antagonismo, refletia igualmente a ideologia dominante em Portugal, onde a instituição monárquica absolutista ainda não fora corroída em suas bases e era quase permanentemente revigorada pela dependência à Inglaterra. Impunha-se a ideologia colonial mediante mecanismos de opressão que não se alteravam. Alguns desses mecanismos quase foram específicos na Amazônia, como a instituição do *diretório dos índios*, de *fábricas nacionais*, de *pesqueiros reais* e de *roças comuns*, tudo isso significando diferentes formas de exploração econômica e de organização do trabalho por servos da gleba. Servidão e escravidão coexistiam em larga escala, muitas vezes se confundindo. Eram diferentes estágios da mesma exploração do homem, mantidos como mecanismos de ajustamento social diante de uma peculiar situação colonial. Desafio que o colonizador enfrentou mantendo a servidão e escravidão sem disfarce ou qualquer escrúpulo. A escravidão tinha porém leis específicas e tinha como suporte a submissão do negro. A servidão assumia formas bem definidas nos costumes, raramente regulamentada pelas leis, como no caso do *diretório dos índios*, instituição criada ao tempo do reinado de d. José, 1757, inspirada e aplicada por seu todo poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, marquês de Pombal (1699-1782). O *diretório*, depois da Cabanagem, inspiraria a criação do famigerado Corpo de Trabalhadores, sobre o qual ainda falaremos.

Com a expulsão dos missionários, os jesuítas em particular, as aldeias das missões passaram a ser administradas por "diretores", recrutados entre milicianos estabelecidos no Pará e por líderes locais, aos quais se atribuía a respectiva patente. O *diretório* foi instituído pelo Alvará de 17.8.1758 e criado no Pará em 3.5.1757. Isto quer dizer que foi exigência local atendida pela metrópole.<sup>87</sup>

87. Cf. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, t.XXXI, p.335.

Os *pesqueiros* eram instituições bem mais antigas. Constituíam o monopólio da coroa sobre a pesca e salga de determinadas espécies de peixes, alguns preparados à moda européia, como o pirarucu, comercializado em postas como o bacalhau, cuja técnica se impôs aos caboclos, se tradicionalizou e chegou aos nossos dias. Manuel Barata consigna a carta régia datada de 26.3.1682, dirigida ao governador Francisco de Sá de Menezes, na qual se trata do *Pesqueiro de Joanes*, prova de estar este estabelecido já algum tempo na ilha do Marajó, ou Joanes.<sup>88</sup>

*Fábricas nacionais* e *Roças comuns* eram estabelecimentos criados sob a inspiração de alguns especuladores, diz Raiol, "a fim de melhor se locupletarem com o trabalho dos pobres índios, tendo-os a seu serviço mediante retribuição de oitenta e até de quarenta réis diários, e estes mesmos pagos a longos prazos de mora, não havendo nunca o mínimo saldo a favor desses infelizes que, figurando sempre como devedores de seus supostos patronos, se tornavam para sempre servos da gleba, sem poderem contudo gozar de sua liberdade, nem retirar-se desses estabelecimentos ameaçados como eram com o recrutamento, e sabendo da proteção legal que se dava a semelhantes especuladores!"<sup>89</sup> Esse tipo de servidão não é peculiar à Amazônia, como parece à primeira vista; é uma herança européia, imposta pelo colonizador e foi uma das práticas comuns na Inglaterra a fim de submeter os trabalhadores das fábricas.

As *fábricas nacionais* abrangiam especialmente as atividades extrativistas, da madeira, castanha, borracha, cacau etc. Não significavam instalação fabril, embora houvesse o beneficiamento de madeiras, por exemplo, nas "fábricas" do Igarapé-Miri e de Óbidos, entre outras. O beneficiamento primário, sem assumir a característica industrial, simplesmente artesanal, abrangia também a extração do látex. Daí a universalização do termo *fábrico*, na Amazônia, como indicativo da época da coleta da borracha ou o "tempo de apanha ou extração dos produtos vegetais."<sup>90</sup> As *roças*

88. BARATA, Manuel. *Apostamentos para as ephemerides paraenses*. sep. RICHB. sd., p.60.

89. RAJOL, Domingos Antônio, Op. cit., 1868, v.ii, p.14-15.

90. CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi*, 1954, p.283. Diz-se: "O *fábrico* da castanha da borracha..." Também Eduardo Galvão, *Santos e Visagens*, 1955, p.198 e 1976, p.146.

*comuns* teriam tido origem nos estabelecimentos agrícolas dos missionários e se referem, como é evidente, às atividades da lavoura.

Essas instituições mantiveram a população amazônica subjugada nos campos, nos *pesqueiros*, nas grandes plantações de cacau e outros produtos da lavoura e, ainda, nas atividades extrativas em geral. A escravidão negra se concentrou principalmente na lavoura da cana-de-açúcar e no criatório. Mas o negro formou ainda parcela considerável da população nas cidades exercendo atividades muito diversificadas como domésticos, artistas, negros de ganho ou negros de aluguel.

Os servos e os escravos constituíam, portanto, o suporte da economia colonial. Belém e São Luís, burgos administrativos extremamente onerosos e estéreis, desenvolveram-se como pontas de lança para o vasto interior, explorado com relativa facilidade pela existência de muitos rios navegáveis. E como ocorrera ao longo do litoral a fixação da chamada "civilização costeira", no Grão-Pará e Maranhão instalou-se igualmente uma "civilização ribeirinha", plantada nos barrancos ou "beira" dos rios. O sistema contempla o reinol, principalmente militar, com as terras conquistadas. Militares conquistadores são os primeiros proprietários de terras. Francisco Caldeira de Castelo Branco, que incorporou o Grão-Pará aos domínios portugueses, foi também o primeiro latifundiário e plantador de cana. Ficou a tradição: todo grande proprietário tem direito a uma patente militar, admitindo-se como a mais proeminente a patente de coronel, o que lhe confere igualmente poder para oprimir as classes menos favorecidas, dependentes, e estabelecer a "ordem" com rigor habitualmente exagerado.

O romancista Dalcídio Jurandir documenta a existência dessa figura típica, criada nos tempos coloniais, ainda dominante nos campos do Marajó, como no geral em toda a Amazônia, onde se tornou conhecida como "coronel de barranco". E o zelo pela manutenção da ordem, sua preocupação básica: "Aqui deve haver ordem senão eles montam em nosso cangote", fala o coronel, instruindo o filho: "Se você me desmoralizar uma ordem, a disciplina está perdida."<sup>91</sup> A or-

91. Cf. *Marajó*: romance. Rio de Janeiro, 1947, p. 221

dem, nas fazendas marajoaras, é o poder que emana do grande proprietário. Dalcídio Jurandir não vê aí um sistema feudal, tampouco o regime patriarcal estabelecido pelo colonizador em outras regiões do país. O ambiente é muito peculiar. Nele se identifica uma espécie de aristocracia rural. Como pequeno "rei", o proprietário é pouco solidário com sua classe: no fundo, é um conquistador de terras e de haveres, com uma tendência expansionista irrefreável. Do sistema escravista implantado por esses proprietários, emergiu a atual sociedade, nos campos e nos burgos esparsos, contida ou bloqueada em suas aspirações mais legítimas pelo autoritarismo. A dicotomia entre proprietário e escravo, realçada com requintes que chegam ao exagero, não deixou lugar ao plantador sem terras e ali no Marajó a fazenda é ainda hoje uma grande mancha de campos destinados à pecuária. Com o tempo, as fazendas geraram população excedente, que foi forçada a se marginalizar e sobreviver precariamente. Essa população marginalizada, expulsa dos campos, concentra-se em vilarejos, levando vida dependente, obscura e sem perspectivas. Nesses vilarejos, alguns ditos cidade, sede administrativa municipal, o pequeno comércio e o precário artesanato arrastam-se pobremente, vivendo de suas ilusões de ganho, mas na verdade de sua dependência aos grandes proprietários. O fazendeiro, como o senhor de engenho, afinal opulento, está no mundo como um "rei" — reina e tiraniza no seu universo. O *status* que a situação de grande proprietário lhe confere fixou-lhe também, em abstrato, direito não só a patentes militares, como a ocupações elevadas, como a representação política, daí transitando livremente na camada superior da sociedade local, e até nacional, estabelecendo ligações proveitosas, pelo casamento e pela carreira política. Dalcídio Jurandir debuxa o perfil do coronel Coutinho como representante típico dessa aristocracia rural:

"Seu melhor empenho era ter gado, numeroso, à solta nos vastos campos. Ganhar com o menor esforço possível, aumentar suas terras e os seus rebanhos era, afinal, uma modesta preocupação que não ofendia a Deus nem ao próximo. Devorara pequenas fazendas em Cachoeira, estreitando cada vez mais o cerco em torno das últimas e teimosas pequenas propriedades que deixavam, enfim de lá

tar com o grande domínio rural. Marajó para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas era como um ato de invasão à propriedade" (p.32).

A população, dopada pelos vícios, pelas crendices e superstições e, principalmente, pela cachaça, mantém-se oprimida:

"A vaqueirada entrava no serviço, com quatro dedos de cachaça para espertar. Sustento essa gente com cachaça. É a inteligência deles. O povo quer beber enquanto trabalha — dizia Capitão Guilherme." (p.236).

A Cabanagem, para esses grandes proprietários, é uma lembrança sombria, com suas lendas (p.287) e suas apreensões:

"Ah! Os horrores da Cabanagem! É o que tentaram fazer agora no Arumanduba, com o Zé Júlio, meu colega de partido, a quem o Partido deve o jornal, deve tudo... A Cabanagem está no sangue dessa gente." (p.113)

José Júlio de Andrade, proprietário no Arumanduba, o império do Jari que passou para as mãos do multimilionário norte-americano Daniel Ludwig com o acréscimo de muitos privilégios e benefícios da Sudam, foi palco, no final da primeira república, de uma revolta de seringueiros comandada pelo retirante cearense Cesário de Medeiros.<sup>92</sup>

Cabanos eram os negros, caboclos e mestiços em geral, as populações marginalizadas ou expulsas dos campos e que engrossavam cada vez mais, nos vilarejos e nas cidades, a classe dos peões. Essa população seria extremamente sensível aos apelos libertários; ela se constituiria no exército libertador. "É preciso não esquecer", escreve Arthur César Ferreira Reis, "que as condições sociais da Amazônia, às vésperas da independência, eram propícias aos exces-

92. Esse episódio da história recente das lutas sociais na Amazônia não se encontra na historiografia oficial. Ficou na memória popular e no registro da literatura de cordel, que recuperamos e inserimos no livro *Repente & Cordel*, 1985. Também é tema do romance *Terra encharcada*, do acadêmico Jarbas G. Passarinho, Belém, 1960.

tos que estavam próximos. A multidão nativa padecia sob o regime de uma servidão impiedosa.<sup>93</sup>

Habituaados a considerar a vitória da imposição do modelo europeu de cultura como vitória da civilização ocidental, e esse fruto da expansão colonialista como um *benefício*, estamos propensos a considerar ou a demonstrar a capitulação cultural do indígena e do africano. A Cabanagem devolve aos índios e mestiços, escravos e servos da gleba, a sua identidade perdida; é a guerra dos esfarrapados colonizados contra a minoria de colonos detentora do poder e dos meios de produção.

Coloca-se também no centro das contradições do regime a oposição do trabalho livre frente o trabalho escravo, cujo debate é proposto pelos ingleses na expectativa de tirar melhor proveito da expansão de suas indústrias. Os trabalhadores da escravidão,<sup>94</sup> regime que ultrapassa o período colonial, eram predominantemente negros africanos e crioulos. Mas, índios e negros, em toda a parte, foram forçados a aprender técnicas artesanais impostas pelos europeus, indistintamente. A sociedade que se construía nos trópicos exigiu o adiestramento da mão-de-obra, neste ou naquele ofício, além da que era indispensável na coleta de drogas do sertão, na exploração de minas, nos serviços domésticos e no amanho da terra. Uma casta especial de trabalhadores se formou, assim, na colônia agrária, incumbida de satisfazer as necessidades particulares dos colonos nas suas cidades e nos seus estabelecimentos rurais. Foi a classe do artesão artífice. Em todas as obras arquitetônicas do passado, desde as missões da Amazônia às do Paraguai, há marcas da mão do índio e do negro. A par disso, na pintura, escultura, cestaria, mobiliário, trançados, cerâmica, tecelagem, culinária, vestimentas e adornos pessoais, instrumentos de trabalho e utensílios domésticos em geral, veículos e embarcações, em todas as coisas que compõem a vida e o bem-estar dos indivíduos nesta sociedade, são imensas as reservas culturais do índio e do negro.<sup>95</sup>

93. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op.cit.*, 1946, p.111.

94. Expressão tomada de Edison Carneiro, *Índios e crioulos*, 1964, p.6-10.

95. O assunto está desenvolvido no ensaio "Artesanato Brasileiro" publicado na *História Geral da Arte no Brasil*, S. Paulo, 1983, v.II, p.1035-1073, coordenação editorial de Walter Zanini.

Como transformar a massa nativa, heterogênea, aparentemente amorfa, dopada pelos vícios, pela miséria e pelo analfabetismo, debaixo de tão adversas condições, numa força revolucionária? Lutas cruentas na Amazônia começaram a ocorrer nos últimos tempos do governo do conde de Vila-Flor, intensificando-se depois de 1820. Como em Pernambuco, antecedem o ato político de adesão à independência. E trazem sentido libertário. Preparava-se a revolução dos esfarrapados colonizados contra os colonizadores. Ao ingressarmos no momento de maior agitação social do mundo moderno, sob a pressão de fatores externos, de ordem política, social e econômica, não podemos deixar de avaliar também os fatores internos, que ameaçavam romper com violência o espírito feudatário e monopolista que tudo avassalava. Era imprescindível manter a mentalidade de colônia e garantir, desta forma, os lucros da empresa colonial.

Vimos que há muito se definiram sérias contradições nas relações entre os colonizados e os colonizadores. Os colonos lutavam contra as autoridades por causa dos índios e em defesa de certos privilégios. Interpondo-se nessa luta, os missionários, jesuítas em particular, deslocaram o centro das contradições num largo período para a luta do governo temporal e o espiritual. Esta contradição foi resolvida em parte com a expulsão dos missionários. Aí, então, ganha expressão política mais profunda o antagonismo entre a minoria detentora do poder e dos meios de produção e a massa dos trabalhadores sem terras e malremunerados, tidos ou havidos como livres, mas que viviam em situação mais precária que os próprios escravos. Parcela importante dessa população sobrevivia na periferia urbana. Um terço da população de Belém, no limiar do séc. XIX era constituído de escravos negros. Outro tanto de caboclos, índios e mestiços, havidos como libertos, porém vivendo à margem dos recursos que pouco a pouco aprimoravam essa sociedade — a sociedade dos brancos.

A população amazônica caminhava nas primeiras décadas do séc.XIX, talvez um tanto às cegas, para sua libertação, revelando novos atritos. O conteúdo ideológico que minava esse campo teria sido semeado no decorrer da luta pela independência — tendo pro-

vável origem, como foi dito, nos ideais da Revolução Francesa e se ampliara com informações mais precisas da Revolução Industrial e da Revolução Americana — e é sem dúvida produto desses atritos, mas se mostra irrelevante frente a mesma como expressão política. A independência foi conseguida, afinal, sem possibilitar transformações profundas do estatuto colonial. Entre nós, foi episódio um tanto prosaico. Veio de fora como fato consumado. Apenas noticiado, foi referendado com demonstrações de público rigozijo. A pequena resistência aqui oposta pelo general José Maria de Moura, militar português, comandante d'armas, logo fraquejou. A mudança do regime não alterou fundamentalmente a situação; a maioria das posições administrativas permaneceu nas mãos dos antigos detentores.

Bem significativo é o fato de proclamada a independência e conseguida a adesão do Grão-Pará, em 1823, ter sido mandado para o Rio de Janeiro em missão especial o abonado capitalista José de Araújo Roso,<sup>96</sup> que entre nós desenvolvera a indústria de louça de barro, fabricada na olaria de Penacova, e era dono de muitos haveres. Roso tinha então trinta anos de idade. Voltou do Rio de Janeiro feito presidente da Província, nomeado por carta imperial datada de 25.11.1823. Exerceu o cargo de 1.5.1824 a 28.5.1825, marcando sua administração com atos de extrema tirania. Suspendeu a liberdade de imprensa e impediu a instalação de novas tipografias no Pará. Durante seu governo houve dura perseguição aos patriotas. Inimigo "histórico" de Batista Campos, foi um dos principais dirigentes da facção que se lhe opunha. E foi um dos que comandaram a deposição do visconde de Goiana, em 7.8.1831, a célebre agostada, prelúdio dos acontecimentos sangrentos de 1835.

<sup>96</sup> Era filho do proprietário e capitalista português João de Araújo Roso, nascido na vila do Conde, em 1760 e falecido em Belém em 1840. Esse João de Araújo Roso foi diversas vezes vereador da Câmara Municipal e seu presidente. Coronel de milícias, foi o criador da olaria de Penacova, localizada nas proximidades de Belém. Grande exportador de produtos da lavoura, como cacau, arroz e café, basta assinalar que, manipulando dados fornecidos por Manuel Barata em *A Antiga Produção e Exportação do Pará*, verificamos que só no ano de 1801, por exemplo, Roso participava da exportação daqueles produtos, num só carregamento, pelo navio Grão Maranhão, com cerca de 10% do total da carga. Logo, portanto, ao filho, vasta fortuna e prestígio social.

O maranhense José Félix Pereira de Burgos, barão de Itapicuru-Mirim, substituiu a José de Araújo Roso. Governou de 28.5.1825 a 14.4.1828. Conseguiu abrandar a repressão aos patriotas e liberar a circulação de idéias. A única tipografia existente, chamada Nacional, era propriedade do governo, que adquiriu as antigas instalações da Imprensa Liberal de Daniel Garção de Melo.

Desde 1824 só se imprimiam no Pará órgãos oficiais, do partido constitucional moderado, a exemplo do *Verdadeiro Independente* (1824-1827), criado por José de Araújo Roso. Em 1827, o barão de Itapicuru-Mirim resolveu substituir aquele jornal por uma nova folha, denominada *A Voz das Amazonas*, cujo primeiro número circulou em 3 de fevereiro. Foi seu administrador o cón. Silvestre Antunes Pereira da Serra, que retornava às lides jornalísticas depois da experiência de *O Paraense* em que tanto se destacara como sucessor de Batista Campos.

*A Voz das Amazonas*, sem deixar de ser atrelado ao governo, retoma todavia a linha do periodismo liberal, publicando notícias do que acontecia no mundo, no campo das idéias, da economia e dos problemas sociais. Transcrevia, por exemplo, da *Gazeta de Lisboa*, textos políticos importantes, sobre formas de organização de governos, como o que segue:

"Nestes ultimos 50 annos, tem-se escripto com tanto saber acerca das sciencias politicas, que não ha ahi ramo da Administração Publica, ou forma de Governo, que deixe de ter sido justamente apreciada, e elucidada pelas meditações dos Grandes Filozofos, e laboriosos escriptores, e ajudados pelos exemplos da historia, fonte perene de lições Politicas. Destas profundas indagações resulta ser o Representativo o melhor de todos os governos, por isso que deixa aos Cidadãos maior somma de huma legal liberdade, ao passo que tolhe a arbitrariedade, que he, digamo-lo assim, o peccado original dos que governaõ.

Quando necessarios fossem exemplos de verdades taõ conhecidas, bastaria volver os olhos para a Inglaterra. Este Pais, com hum clima ingrato, fez subir pelo Systema Representativo, os seus habitantes — de pobres pescadores, que eraõ, ao imminente grão de prosperidade, em que hoje os vemos; empunhando o Sceptro dos

mares e tomando lugar entre as primeiras Potenciais da Europa. A Carta, que Portugal recebeu, he hum modelo de Sabedoria, e a tabua de salvação para este Pais, o qual estava propinquo a submergir-se no pelago do aviltamento, e da miséria! Como unica adaptada ás nossas circuntancias, e cheia de elementos accordes, ella tem colhido os elogios e louvores das Nações mais ilustradas. E com effeito, segundo observa Benjamin Constant, o vicio de quasi todas as Constituições, tem sido a ausencia de hum poder neutro, por cuja falta se collocava toda a Authoridade, que compete aquelle, em hum dos poderes activos..."

Na verdade, exprimia-se a tendência política constitucional, que se inspirava no modelo inglês, com Pedro I no poder, no Rio de Janeiro. Eram as tendências da política nacional se refletindo diretamente no Grão-Pará. Mas havia matéria de interesse mais amplo, como aquela que relatava problemas sociais gerados na Inglaterra com a introdução da máquina a vapor nas indústrias. A *Voz das Amazonas* publica texto de *Padre Amaro*, com data de abril de 1826, que narra esses acontecimentos, isto é, divulga entre nós assuntos palpitantes decorrentes da modernização da indústria e a reação da classe operária. Era a luta de classes que ganhava expressão:

"He incrível o abatimento a que tem chegado em Inglaterra as classes manufacturas (sic) e em que consequencias aquellas que trabalhaõ ao jornal. Grandes especulações tem produsido empates, que obrigaõ os Negociantes a parar com o seu negocio; não ha emprego de capital; os que viviaõ deste emprego vêm se redusidos a miseria extrema, e rompem nos maiores excessos, a que sua extrema necessidade os obriga. Eis aqui o como succede que huma Nação rica, opulenta, sem conhecer limites á sua industria, e aos voos de seu engenho, se ve n'hum momento a borda de hum precipicio, e n'hum risco de universal desordem, e de universal desmoralisação, sendo lhe necessario reprimir com o poder militar assuadas repetidas de mil homens armados, que atacão a propriedade alheia, dizendo que a fazem para (não) morrerem de fome. Este he o caracter dos tumultos, que em toda a semana passada se viraõ na Provincia de Lancashire, principalmente á roda de Manchester.

Os officiaes que trabalharaõ nas fabricas de tecidos se viraõ de

repente quasi sem ter que fazer em consequencia do invento de huma machina, que faz trabalhar por vapor. A miseria de tantos milhares de Officiaes tecelões excitou a simpathia de outros, e todos elles soffrendo em parte pelo grande preço do pão (motivado pelo monopolio das leis dos cereaes (corn laws), que prohibem a sua importação) romperaõ nos maiores excessos, e o que cauxa mais susto he, que no dstricto de quarenta mil milhas quadradas a roda de Manchester comprehende não menos que dois milhões de população, que se acha pouco mais ou menos nas mesmas circuntancias.

Grandes reuniões de gente sem ter onde trabalhar se foraõ fazendo cada dia mais numerozos e mais tumultarias (sic), e a sua indignação se manifestou principalmente contra os teares de vapor, ultimamente introduzidos nas fabricas, por meio dos quaes se poupa uma grande porção de trabalho manual."

Portanto, ainda repetimos, não estávamos indiferentes ao que acontecia no mundo, inclusive com relação às lutas de classe. Essas notícias e essas opiniões eram sementes que se espalhavam num campo fértil. Reflexões sobre formas de governo tornaram-se quase assunto habitual de todas as publicações; a literatura específica era consumida, embora por pequeno grupo de interessados, mas com incrível rapidez. Em 1828, por exemplo, o *Telegrafo Paraense*, que surgira em dezembro e também era redigido pelo con. Silvestre Antunes Pereira da Serra, transcrevia textos políticos do *Astro de Minas* e seu redator fazia reflexões sobre o livro *Leituras de Economia Política*, de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, lançado no ano anterior no Rio de Janeiro.<sup>97</sup>

97. O título completo era: *Leituras de Economia Política ou direito canônico conforme a constituição social e garantias da Constituição do Império do Brazil*, saiu anônima, impressa na tip. de Plancher-Signot, Rio de Janeiro, 1827, 2 tomos. Reconhecida como de José da Silva Lisboa, Vde de Cairu, "teórico do capitalismo no Brasil, mais especificamente do capitalismo mercantil, o que equivaleria, durante muito tempo, ao prolongamento do feudalismo agrário" (Omer Mont'Alegre, *Capital & Capitalismo no Brasil*, 1972, p.22). Segundo o cronista paraense, o economista considera os Estados pelo que toca à produção e circulação das riquezas e às necessidades, e vantagens dos povos atendendo aos conflitos dos interesses públicos e particulares", inspirando-se portanto em Say e outros teóricos do capitalismo.

O *Telegrafo Paraense*, ainda impresso na Tipografia Nacional e Imperial, começou a questionar problemas políticos locais e a provocar polêmicas. Tentando rebater suas opiniões, João Paulo dos Santos Barreto, comandante militar da província, mandou imprimir um folheto intitulado *Primeiro Sabonete*. Diz o redator do *Telegrafo* que melhor se intitularia "grasnido de corvo". O folheto não chegou a ser publicado e o autor "ou porque conhecesse que a sua produção não devêra sahir das trevas em que foi forjada, ou porque temesse de se bater com nosco, a mandou retirar da Imprensa quando já estava em composição..."

A esse tempo, Pedro I já havia outorgado uma Constituição ao império e as assembléias Nacionais e Provinciais já estavam instaladas. O redator do *Telegrafo Paraense* faz algumas reflexões sobre a influência da Assembléia Geral nos negócios públicos, enfatizando a nossa situação anterior e posterior à sua instalação. O espírito público se reanimava. Antes:

"O Brazil todo gemia n'um forçado silencio: o terrorismo dominava tudo, e nem pronunciar-se podia o nome de Liberdade sem perigo: Comissões Militares tinham sido instituidas em differentes Provincias, com suspensão das formulas Constitucionaes: as mais Provincias a todo o momento esperavam aquelle funesto presente; uma intriga activa, e ramificada manejava com todas as forças a aniquilação até do nome Cōstituição — dizemos do nome visto que ella não existia de facto; intriga de que foi victima esta Provincia, e seus pacificos habitantes, pelos façanhosos procedimentos dos governantes d'esses tempos; (1) a fortuna e a hõra Nacional se achavam ulceradas pelo fatal emprestimo de Londres, e vergonhozo Tratado com Portugal; para peor com uma guerra mal dirigida, que, esgotando, a riqueza publica, e desfalcando a população, arriscava a honra, e gloria Brazileira athe então virgens; e para cumulo de desgraças a Imprensa não só muda como morta seccava, toda e qualquer esperança, que as vezes renascia nos corações patriotas, e sensiveis — Reune-se a Assemblêa, alguns Deputados energicos primeiro levantam a voz, proclamaõ-se os direitos imprescriptiveis do homem, e destroaçãõ-se os sophismas do absolutismo; patenteam-se as chagas da Nação, e publicam-se os seus queixumes; desmascara-

se esse abismo das Finanças, e tentam-se esforços para não cahir nelles: Eis que renascem as esperanças; o espirito publico ressurge; a Imprensa não só vive, como falla: os oprimidos queixaõ-se os oppressores temem; e a tyrãnia recua: a Liberdade ja não parece quimera, e pouco a pouco eis quasi formada uma opiniaõ Nacional forte como a fonte d'onde dimana".

"(1) Hoje em dia tudo respira tranquillidade no Pará. O Palacio do Governo ja não está guarnecido de peças d'Artilheria. Quem o deffende he a espada da Lei, e a força da opiniaõ publica."

E conclui o exaltado liberal, cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, talvez o mais esclarecido e o melhor escritor e analista político nesses primeiros tempos, figura que, todavia, ficou no quase completo esquecimento. Com a palavra:

"Só faltava então a verificação da paz, que tanto se dezejava; mas ella em fim chegou, para complemento da prosperidade do Brazil. Agora nada mais resta a desejar se naõ, que os dignos Representantes da Nação, continuando seus trabalhos, nos dêem outros tantos motivos para os bem dizer-mos, e que alõgando para o Norte as suas Providentes Vistas, recebam em tributo os dos coraçõens Paraenses."

O cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra será o mais fiel aliado intelectual do cônego Batista Campos nas suas pregações revolucionárias. Nesse momento, como em outras situações, parece exercer dupla militância: é funcionário do governo constituído, administrador e principal redator dos órgãos oficiais, isto sem renegar as tendências liberais e republicanas. O fato de inserir matéria de extrema atualidade no campo ideológico, oriunda não só da imprensa revolucionária brasileira, como da portuguesa e de outras fontes, mostra a amplitude do seu pensamento e da sua ação. Batista Campos, quando redator de seus jornais, limitou-se à atuação partidária, sempre polêmica e apaixonada, mas sob a pressão dos interesses locais não chegou a definir, com bastante clareza, o conteúdo ideológico de suas mensagens.

Silvestre Antunes Pereira da Serra divide nesse momento com Gaspar de Sequeira e Queiroz, também sacerdote, as tarefas intelectuais de apoio ao líder da Revolução Paraense. No auge

dos acontecimentos, em 1834, Gaspar de Sequeira e Queiroz se bandeia para a facção adversária, enquanto Pereira da Serra se mantém fiel a Batista Campos.

Com *A Voz das Amazonas* torna-se indiscutível a ascendência intelectual de Pereira da Serra. Desde os primeiros tempos ele imprime ao jornal vigorosa posição política, liberal e nativista. No n.º 7, de 5.3.1827, já encontramos texto do maior interesse:

"Quanto mais os servis trabalham por plantar o despotismo, mais nós nos devemos empenhar em sustentar huma Constituição Liberal. Esforcem-se muito embora os ambiciosos de titulos vaõs, os sedentos de sangue humano, por destruir essa liberdade entre os Povos, onde ella tem habitado, elles não tornaraõ algemar os pulsos que sacudiraõ seus ferros. He verdade que os successos de Portugal podem ter consequencias bem funestas para elle, e para outras Nações constituidas da Europa, mas nós entretanto sem podermos temer cousa alguma, podemos retirar até bastantes vantagens.

O Brasil separado do Continente Europeo por mares taõ immensos, rodeado de Nações Livres, possuindo todas as abastanças da vida, não pode certamente temer o systema caviloso dos Despotas da Europa. Em seu terreno fecundo vemos arraigada a frondosa arvore da verdadeira Liberdade: á sua sombra vasta se podem acolher todos os homens livres de outras Nações que não poderem soffrer os ardores do despotismo. Eu vejo a Europa em huma attitude que ameaça huma guerra geral, pois o despotismo por toda a parte está sacudindo suas faiscas abrazadoras. Será agora occasião de emigrar para o nosso sólo: A industria, as artes, as sciencias, perseguidas em os Países absolutos, viraõ estabelecer-se no vastissimo Brasil, que ja hoje se préza de ser Patria de homens livres. He sem duvida desta sóрте que nós podemos fazer huma vantajosa aquisição dos homens grandes, que forem perseguidos pelo Monstro da Tyrannia. He assim que a Nação Britanica se fez respeitar; he assim que os Estados Unidos da America no curto espaço de quarenta annos teve hum espantoso augmento. Oh! se nós podessemos trocar os muitos Corcundas que cá temos por homens liberaes, quanto não ganhariamos para o augmento da nossa grandeza, e prosperidade.

Assim pois, ó Portuguezes, se huma sorte infausta permittir que a vossa Constituição não médre, vinde abrigar-vos ao seio da Liberdade no vasto Imperio Constitucional do Brasil. Os Brasileiros receberaõ de bom grado homens, que, como elles, de nobres sentimentos, não quizeram servir jámais de escravos. Vós, assim como todos os homens livres do mundo, tereis no Brasil além da hospitalidade, hum terreno immenso, fecundo, e benigno, e huma Constituição Liberal, que garante os inauferiveis direitos do homem. O Ceo do Brasil, já está limpo, e sereno. O mesmo Pará quasi sempre cheio de uma ar infecto, está quasi purificado. Os Cidadãos que aqui viviaõ amordaçados, bloqueados de infames espiões, e temendo sempre sobre a sua sorte, ja respiraõ com o bafo creador da racional Liberdade. Nada podeis recear sobre os negocios politicos do Brasil, que já vaõ tomando huma justa direcção."

O cônego Serra mostrava-se atento ao que acontecia no mundo. Mas no Pará manifestava-se, nesse tempo, o descontentamento de portuguezes, que ameaçavam novamente debandar. A crônica tem pois outro objetivo prático: reter esses portuguezes; atrair aqueles que se mostrassem dignos, por suas tendências liberais, pela intelligência e indústria. O Grão-Pará reduzido à penúria intelectual necessitava urgentemente de artistas, homens de ciência e indústria, perseguidos nos países dominados pelo absolutismo. Parece também significativa a amostra do exemplo dos Estados Unidos da América.

No mesmo número, a propósito dos acontecimentos em Portugal, encontramos matéria do maior interesse.

Até que ponto essa facção teria influído na eleição para a Assembléia Geral do jurista paraense João Cândido de Deus e Silva? Deputado juntamente com d. Romualdo de Seixas, a esse tempo já bispo da Bahia, primaz do Brasil, manifestou tendências liberais exaltadas, declarando-se ateu. Teria sido o intermediário entre os liberais exaltados paraenses e os da corte?

O campo ideológico ampliava-se cada vez mais, possibilitando a discussão de "formas de governos", como das idéias políticas em geral. Esse período de relativa liberdade, que o cronista de *A Voz das Amazonas* tanto exaltou, não duraria muito. A situação, na pro-

víncia como em todo o Brasil, começou a deteriorar-se mais celere-mente a partir de 1831, com a abdicação de Pedro I, o que deu causa a muita inquietação no Pará e preludiou uma série de acontecimentos funestos.

A situação se torna mais tensa e polarizada durante todo o segundo período governamental do presidente José Félix Pereira de Burgos, barão de Itapicuru-Mirim, iniciado em 14.7.1830 e que se prolongaria até 19.7.1831, pouco mais de um ano, portanto. O curto governo do barão de Itapicuru-Mirim deixou marcas profundas, tendo ele, desta vez, feito governo inteiramente voltado para as classes conservadoras. Burgos instalou a primeira loja maçônica no Pará, a "Tolerância", em 22.1.1831 e permitiu, apesar da mencionada "Tolerância", ampla repressão aos adversários, promovida principalmente por seu comandante das armas, o general português Francisco José de Souza Soares d'Andréa, acusado de "absolutista teórico e prático", por tal proclamado pelos liberais, que apontavam os atos de despotismo e tiranias por ele praticados contra os brasileiros em outros comandos d'armas que exercitou, tendo sido, inclusive, secretário do tirano Luiz do Rego, em Pernambuco, no ano de 1817.

A situação agravou-se logo no Pará e o general Andréa atraiu contra si as antipatias gerais. Em 25.5.1831, o Conselho de Governo deliberou destituí-lo do cargo. No jornal *A Opinião*, de 1.6.1831, editado pelo grupo que o apoiava, saiu a sua defesa, associada às inquietações provocadas pela abdicação de Pedro I:

"Convida-se o povo Paraense a moderar os seus brios, esperando tranquilamente que sejam comunicadas ao Governo as notícias officiaes, e ousam ser tres Snrs. Conselheiros os que no outro dia insinuem o exemplo d'huma innovação tão imoral como effandalosa! Reconhece-se a necessidade de ordem e o perigo d'uma alteração em semelhante crise é do Grêmio do Conselho do Governo que se ergue uma propofisão desorganizadora e anti-constitucional — que o Sr. Commandante das Armas seja demittido do seu cargo, e se remetta immediatamente para a Corte com o seu Ajudante d'Ordens! — E por que, tal medida extraordinaria? — Porque, dizem os Snrs da indicação, os Governos da Bahia, Pernambuco e Mara-

nhão, já demittiram semelhantes authoridades — por que o Sr. Andréa foi nomeado para este commando pelo Sr. Conde do Rio Pardo: — por que foi Secretario de Luis do Rego — por que já em outras provincias commetteu actos de tyrannia, e por que no Pará tem sido barbaro com os milicianos"...

A destituição de Andréa do comando d'armas parece ser o estopim para o desencadeamento de novos acontecimentos. O presidente barão de Itapicuru-Mirim não quis cumprir a resolução do Conselho. A 2 de junho rebenta um motim, logo sufocado. Pouco depois chega ordem da Regência para que o barão e Andréa entregassem seus postos aos substitutos legais e retornassem à corte... os substitutos seriam: na presidência, Batista Campos; no comando d'armas, Giraldo José d'Abreu. A ascensão do cônego aterrorizou e revoltou os adeptos do partido caramuru, que pediram a Pereira Burgos para manter-se na presidência até a chegada de seu sucessor, Bernardo José da Gama, visconde de Goiana.

Enquanto se aguardava o novo presidente, o jornal *A Opinião* publicava matérias que visavam intrigá-lo com a população. Na edição de 1.º.6.1831, encontra-se na primeira página, sob o título "Artigos de Officio", o seguinte:

"Ilmo.e Exm. Sr. Desejando Sua Magestade o Imperador, evitar por todos os modos que estão ao alcance do Governo o funesto effeito que podem produsir contestações, e rivalidades, como as que ultimamente ião acontecendo nesta Corte, quando todos os subditos do Imperio devem ser outro tantos defensores do Systema Constitucional que felizmente nos rege: Ha por bem o Mesmo Senhor, que V.Ex.tome disveladamente todas as cautellas q̄ julgar convenientes para prevenir semelhantes predisposições de partidos exaltados, tanto de um como de outro extremo: E ordena outro sim que nas informações de requerimentos de Partes, V.Ex. não somente participe se tem os pertendentes a qualidade de Cidadãos Brasileiros, mas tambem declare mui especialmente, o que lhe constar sobre a adhesão dos mesmos pertendentes á Constituição jurada que a todos cumpre respeitar, e manter, como unica base solida da ventura permanente do Imperio. — Deos guarde a V.Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Março de 1831. — Visconde de Goiana

— Sr. Joaquim José Pinheiro e Vasconcellos — Cumpra-se, e registre-se. Palacio do Governo de Pernambuco 21 de Abril de 1831 — Pinheiro”.

O documento acima traz a marca da intriga. Visa diretamente a facção de Batista Campos, tida como “partido exaltado”, da “força bruta”, que tentava a todo transe alcançar o poder. No seguinte número, o jornal assesta suas baterias contra o visconde de Goiana, a chegar a Belém para assumir o cargo:

“Para que se veja o conceito que por toda a parte do Brasil merece o Sr. Visconde de Goyanna, julgamos a proposito extractar d’uma correspondencia do Diario de Pernambuco assignada — *O Observador tacito* — a seguinte passagem, que diz respeito a aquelle Snr; o promettemos em noffo seguinte numero publicar mais cabal amostra de sua inteireza e *bonhomme* nesse curto periodo em que se sentara sobre o tapete de ministro.

Consta que está a chegar o Snr.Gama, homem de merecimento pelo seu saber, a quem todavia cumpre não lhe dar muita influencia pelas vistas funestas que dizem trazer sobre a separação das Provincias; deste homem temos a desconfiar das duas huma, ou tomar por este meio grande ingerencia na opinião publica e figurar depois como uma das primeiras peffoas; então, o que não he muito impossivel, tendo sido peffoa do Governo, queira disseminar a desunião Brasileira, e enffim conseguir os seus planos para um futuro desastroso.”

Não obstante confuso, e mal redigido, do texto transparece nitidamente a intriga que se armava. O visconde de Goiana chega a Belém a 16 de julho. Começa a governar no dia 19, dando execução a uma série de medidas saneadoras; a 7 de agosto, menos de um mês, ou mais precisamente, apenas 19 dias de governo, é apeado do poder. A imprensa reflete cada vez mais a polarização dessa política. Ganha expressão nesse momento o *duelo* entre o *Orpheo Paraense*, cujo primeiro número foi lançado em 28.3.1831, órgão da Câmara Municipal, mas dominado pela facção do cônego Batista Campos, seu redator, com a colaboração dos padres Gaspar de Sequeira e Queiroz e Jerônimo Roberto Pimentel, e *A Opinião*, com primeiro número entregue a 13.4.1831, órgão dos chamados “libe-

rais moderados” e “amigos da ordem”, em oposição à facção dita “exaltada” e “perturbadora”, chefiada pelo cônego. *A Opinião* era redigida por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Marcos Antônio Rodrigues Martins (*Mundurucu Paiquicê*) e o português José Soares de Azevedo, todos maçons, instituidores da Sociedade União Liberal. Em oposição a esta, os partidários do cônego também fundaram, em junho de 1831, a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica. A esta imprensa e a estas sociedades voltaremos a nos referir oportunamente. Interessa, no momento, fixar alguns aspectos da luta ideológica, que se travava nesse campo minado por interesses pessoais, levados ao extremo pelo bipartidarismo instituído nacionalmente, mas que refletia, em última análise, as imensas contradições do emergente Império. Expressando o caso particular no Grão-Pará, tanto o *Orpheo Paraense*, como *A Opinião*, vivem o efêmero momento das lutas partidárias: o primeiro cessou em agosto, o segundo chegou até setembro. Nesse momento, o grupo de *A Opinião*, que se compõe de abonados capitalistas, parece resistir com mais galhardia aos impactos dos acontecimentos. Ainda em outubro de 1831 é entregue o primeiro número do *Echo Independente*, que substitui *A Opinião*, como órgão da Sociedade União Liberal e Independente, instalada no dia 28.8.1831, e vai circular até julho de 1832. A facção do cônego Batista Campos não consegue se recompor facilmente. Retorna com *A Luz da Verdade*, redigido pelo cón.Silvestre Antunes Pereira da Serra, com primeiro número lançado em 10.3.1832 e curta duração. Mas ainda nesse ano, em agosto, surge o mais polêmico de todos esses jornais, *O Publicador Amazoniense*, redigido pelos cônegos Silvestre Antunes Pereira da Serra e João Batista Gonçalves Campos, e que circulará até setembro de 1834. Ao lado desse, a mesma dupla faz circular, de setembro de 1832 até 1833, *O Paraguassu*. A partir de agora esses dois jornais refletirão o que, talvez arbitrariamente, passamos a denominar “ideologia da cabanagem”: é uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema.

A leitura desses jornais torna-se obrigatória, apesar do facciosismo, pois complementa não só a pesquisa em fontes primárias,

como pode ampliar o material compilado e manipulado pelos historiadores, em especial Domingos Antônio Raiol, João Palma Muniz, Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Arthur César Ferreira Reis, Mário Barata, entre outros, que muito se valeram de fontes primárias manuscritas.

A imprensa partidária reflete o estado de ânimo dominante, com suas paixões e idiossincrasias, arrastando com seu facciosismo alguns dados importantes. Mostram, por exemplo, que a deposição do visconde de Goiana, em 7.8.1831, foi episódio central, não desligado do que acontecia no País, naquela altura sacudido por uma série de motins. Os redatores do *Publicador Amazoniense* logo alcunharam o movimento de "agostada". Indicam como principal "planista" da mesma o João da Memória, ou João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, também apontado como planista do movimento de 2 de junho, que o antecedeu. Na verdade, o João da Memória é apenas um representante do poderoso grupo que se encastelou na loja maçônica Tolerância e na sociedade União Liberal.

Além do que consta em Raiol e outros historiadores sobre a deposição do visconde de Goiana, executada pela aliança de dois juizes de paz, Luiz Antônio Malato de Castro Peruvino, da Campina, e João Ferreira Muniz, suplente da freguesia da Sé, com militares, notando-se a predominância destes, fica evidente que a quartelada teve como principal articulador nada menos que o comandante d'armas, brigadeiro José Bittencourt, que Goiana trouxera consigo, era maçom, e como que reparava militarmente a destituição de seu camarada Andréa.

Um dos pontos mais singulares da Cabanagem será, num futuro próximo, o retorno do mesmo Andréa, por determinação de Carta Imperial de 4.11.1835, para comandar a repressão aos cabanos e exercer, durante quatro longos anos, o governo da província do Pará, "pacificada" e reconstruída com o sacrifício de milhares de rebeldes. O governo central também quis, com certo requinte, punir a afronta sofrida pelo brioso barão de Caçapava, o marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Punia também a ousadia da massa revoltada que reivindicara a autodeterminação, assassinara o presidente Lobo de Sousa, déspota arbitrário, e ensaiara levar

às últimas conseqüências uma guerra de libertação.

O *Publicador Amazoniense* acusa ainda a ligação dos "caramurus" com algumas estranhas figuras, não reveladas pelo historiador Domingos Antônio Raiol. Tal foi, por exemplo, o italiano Carlos de la Rocha, que esteve associado a outro, Estêvão Balbi, nos acontecimentos de 1831. No n.º 24, encontra-se acusação mais direta ao "Cavaleiro de la Rocha", o aludido italiano, dito "emissário absolutista-mor, protegido por Brasileiros ricos, e portugueses caramurus". Foi preso com outros e não obstante velho, diz o jornal que "certamente não sentio a prizão, por ser comoda, e com toda a franqueza, hindo visitar a certa authoridade depois de sua soltura fez versar a sua conversação sobre não dever o Brazil ser federado, o que bem prova o seu character absolutista, e de que está encarregado dessa commissão".

O "Cavaleiro de la Rocha", pela acusação, parece ter chegado ao Pará com missão bem definida, não ressaltada pelos historiadores, que não chegaram sequer a percebê-lo. É bem provável supô-lo emissário da maçonaria, que o manteve incógnito, sob manto de mistério. O jornal de Batista Campos não se contenta em denunciá-lo. Tenta levantar esse véu de mistério com uma série de indagações nada desprezíveis:

"O que terão os Extrangeiros com o nosso Systema Politico de Governo? Quem poderia soffrer que este velho se intrometa em os nossos negocios? Não se querem dezenganar, que o Pará não he partilha de aventureiros; nem de Brasileiros inimigos dos seus Patricios, e da Liberdade."

O jornal de Batista Campos não fica alheio aos acontecimentos nacionais mais palpitantes:

"Temos a satisfação de annunciar q.a união dos Brasileiros Patriotas do Sul outr'ora denominados exaltados, e moderados, nos promete uma segura victoria contra o absolutistas restauradores, ou recolonisadores, que nos pertendem lançar os ferros da escravidão: a nós, Paraenses, compete fazer a mesma união, conciliando-se o Partido dos Patriotas Liberaes os illudidos pelos absolutistas Marcos Paiquicé, José de Araujo Rozo e outros infames cabeças da sedição agostense, cujo fim era, na esperança da dissolução das

Provincias pela abdicação do ex-Imperador, partilhar a Provincia entre elles, escravizando os Povos, regendo-os com vara de ferro, extrahindo a sua substancia para cevar a sede de ambição que os devorava, procedendo ao roubo, e pilhagem quando encontrassem resistencia”...

Essa a ideologia dos futuros cabanos, que temiam a recolonização e se sentiam ameaçados pelos absolutistas, personificados nos “caramurus”. Os jornais revelam as pessoas, com seus defeitos e qualidades. A Batista Campos se atribui a invenção da quadrinha, usada como epígrafe por diversos periódicos:

“Eu de circunlóquios nada sei;  
Conto o caso como o caso foi,  
Na minha frase de constante lei  
O ladrão é ladrão e o boi é o boi”.

Repona o nativismo um tanto exacerbado principalmente nas páginas de *O Paraguassu*, editado simultaneamente com *O Publicador Amazoniense*. Não pudemos compulsar coleções completas desses jornais; apenas exemplares avulsos guardados principalmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coleção Manuel Barata, todos microfilmados para seu estudo minucioso. Os poucos exemplares encontrados porém dão mostras suficientes do quadro que tentamos esboçar. Eles ajudam a compreender os fatos e podem servir de suporte do *corpus* ideológico que os animava. Mostramos, principalmente, que não nos mantínhamos indiferentes ao que acontecia no País e no mundo. De *O Paraguassu* n.º 23, 1.3.1833, retiramos, por exemplo, uma síntese do que acontecia no Grão-Pará com a sucessão desordenada de administradores. Anunciando a chegada do desembargador José Mariani para governar, nomeado por Carta Imperial de 12.12.1832, dizia que não tinha havido ainda um só governo que satisfizesse à corte do Rio de Janeiro. E começa por enumerá-los:

“O maior dos despotas José de Araujo Roza durou pouco tempo: veio hum tonto succeder á hum tyranno, bem como em Roma succedeo Claudio á Caligula, he Burgos que chega, o seu governo durou menos que as obras que fez: Chega a Barão de Bagé homem circunspecto não augmentou, nem diminuiu, tambem foi logo ren-

dido: torna á vir Burgos talvez pelo melhor de todos, mais leva logo hum tombo, e apparece o Visconde de Goiana, e ainda cá não tinha chegado já estava demitido! Faltava-nos ver, se hum Presidente nomeado por huma rusga seria duravel; apparece na scena o Doutor Cardozo, e he expulso em menos de 6 mezes: succede-lhe o Exm.Machado que unido em sentimentos liberaes com o magnanimo Seara, conseguiraõ restabelecer a ordem, e são mudados repentinamente, sem qe alguém possa entender o que quer a Corte do Rio de Janeiro!!! Não quererá por ventura que floreação as Provincias do Norte? Quanto ao Pará, em menos de 1 anno não pode qualquer por mais agil que seja, adquerir os conhecimentos precizos de todas as suas povoaçoens, por innumeraveis e longinquas; nem das suas riquezas e preciosidade. Apenas o actual Presidente principiava a abrir os olhos e à conhecer as nossas mizerias...apenas... Elle procurava remediar os nossos males...he de repente mudado!!! Que papel resta ao novo Presidente para executar e conservar-se?? Quererá a Corte experimentar a nossa paciencia e soffrimento??? Quererá ver se tocados da exasperação, sahimos á campo com alguma rusga para ficarmos taõ criminosos como o estão os nossos inimigos? Naõ: tal não esperem; mas fiquem na certeza, que nova agostada não tornaõ cá a fazer, nem que tornem a mandar o perfido Betancourt, ou outros que estão no cofre das encomendas; hoje está tudo mudado, estamos com os olhos abertos: saibaõ os que ainda não sabem, que a Agostada foi encomendada da Corte, por isso as providencias forão sempre paliativas: ali ha Clubs á favor da restauração, que pertendem dividir-nos para colocar o *Abdicado* no thronno; o meio he este — *dividir para reinar* — e o nosso remedio he unir-nos cada vez mais para os vencermos: saibaõ os que ainda não sabem, que os Exms. Machado e Seara são mudados por fazerem hum Governo Constitucional, por isso opposto às intençoens dos intrigantes da Corte; esperamos no Deos dos infelizes Paraenses, que ainda desta vez haõ de ficar iludidos. Ninguem se persuade que nos contristamos pela vinda dos Exms.Snrs.Mariani e Vasconcellos (...); queixamo-nos da brevidade com que são mudados os que governaõ bem, por que deste modo nunca poderemos prosperar”...

Ao desembargador José Mariani porém estava reservada sorte mais ingrata: chegou a Belém a 6.4.1833, porém não pôde desembarcar e foi forçado a voltar para o Rio de Janeiro sem ter sequer tomado posse do cargo. Seu sucessor foi o bacharel em Direito Bernardo Lobo de Sousa, nomeado por Carta Imperial de 5.9.1833.

Com ele desencadeou-se a Cabanagem: a 7 de janeiro de 1835 foi assassinado e os cabanos tomaram posse de Belém.

## 5 REPUBLICANOS E "ANARQUISTAS"

A propaganda da República esteve associada às idéias liberais desde as primeiras manifestações, no final do séc. XVIII. A Revolução Francesa teria gerado monstruosidades, como o clube dos jacobinos, formados pelos revolucionários exaltados, partidários de Robespierre (1758-1794). Quando, muitas vezes, a literatura oficial se refere aos "clubes", quase invariavelmente associa tais clubes ao "Comité de salut publique", de que Robespierre era a alma, com o qual reinou pelo terror. Essa imagem sombria está definitivamente associada ao jacobinismo. A ela se valeram muitas vezes quantos tentaram denegrir a luta popular pela libertação. Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), historiador e testemunha ocular dos acontecimentos no Grão-Pará desde 1803,<sup>98</sup> estende os apontamentos de seu *Compêndio*, tão citado neste trabalho, até o ano de 1823, e nele introduz o jargão "jacobino" ao se referir aos patriotas de 1817. Quanto à efervescência política no Pará, Baena foi pouco atento. Patroni e Batista Campos não lhe inspiraram observações mais extensas; apenas antipatias e críticas. Assim noticiou o aparecimento de *O Paraense*, primeiro periódico lançado no Pará:

"Faz-se Periodista Philipe Alberto Patroni publicando uma folha volante semanária debaixo do rótulo "O Paraense". Nella co-

98. Antônio Ladislau Monteiro Baena era militar e nesta qualidade veio para Belém em 1803 trazido por D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos. Ficou definitivamente no Pará onde fez política, foi presidente do Senado Provincial e produziu importante obra como historiador, embora bastante facciosa.

meçou elle a empregar a lisonja, empavonando o Presidente da Junta Provisoria."<sup>99</sup>

O presidente da Junta era o médico e naturalista Antônio Correia de Lacerda (1777-1852), português e partidário das idéias liberais. Há uma curiosa passagem em que Baena declara ter recebido, por escrito, convite de Patroni para substituí-lo na composição do seu jornal ao ser preso — "e na mesma prisão do Castello ouve a escusa", disse-o briosamente. Em nota pé-de-página explica a recusa:

"Esquivou-se a isto porque não se considerava homem benemerito das Letras para ser util pelos seus escritos aos seus Conci-dadaões; e porque lhe faltava o animo para emparelhar com os que se fingem os mais calidos partidistas da liberdade politica, e que diluviando a Sociedade com os seus contemptiveis e abominaveis discursos extraviaõ o espirito publico, assopraõ lentamente o edificio politico. Taes escritos acabando no desprezo universal da geração presente ficão sepultados no esquecimento sem chegar á noticia das gerações futuras"<sup>100</sup>

Essa curiosa opinião sobre o efêmero da imprensa, cercada de cabotina modéstia, contém ainda a informação complementar:

"Incumbe-se de meneiar a penna periodica o Conego João Baptista Gonçalves Campos; a quem Patroni promette agenciar em Lisboa escrevedor de officio para o subsidiar nesta laboriosa e critica tarefa".<sup>101</sup>

Com isso, nega os méritos de Batista Campos. Ainda em nota menciona outros convidados que se esquivaram igualmente: o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira e o major José de Brito Ingeiz, "o qual não se escuzou totalmente, mas reprimio-lhe a promessa o estar na dependencia do Governador das Armas".

Baena também faz desfilar no seu *Compêndio*, a partir desse momento, o rol dos "insidiosos revolucionários", encabeçados pelo cônego João Batista Gonçalves Campos: bacharel Miguel Joaquim

99. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. cit., 1966, p.335.

100. Op. cit., 1966, p.338.

101. Ibid., 1966, p.339.

de Cerqueira, João Anastácio da Cunha, Pedro Rodrigues Henriques e o capitão-mor Amandio José de Oliveira Pantoja, sendo denunciado, ainda, o procurador de causas João Marques de Matos, acusado por Manuel Luís de Paiva como "homem perigoso e suspeito de agitar a independência porque se correspondia com o ex-ercendo Sandoval de Lisboa, e propagava idéias Republicanas." A propaganda mediante impressos tornou-se bastante intensa e a eles se refere Baena na sua pitoresca linguagem, acrescentando que os "tais papelinhos eraõ como as mulheres, que fazião cócegas".

O cônego Batista Campos também é acusado por seu adversário coronel José de Araújo Roso de republicanismo, idéias que teria bebido do "infame" Manuel de Carvalho Paes de Andrade (1774-1855), o intruso presidente de Pernambuco, em cuja província havia tocado, em 1824, quando de seu regresso do Rio de Janeiro, encarregando-se da distribuição de panfletos, proclamações e "outros papéis incendiários", consigna Raiol.<sup>102</sup>

Raiol perfilou-se entre os que antipatizam o cônego:

"A popularidade era o que ele mais ambicionava e para obtê-la seguia de ordinário o partido, em que lhe parecia manifestar-se o sentimento nacional. Raras vezes apoiava o governo; a oposição con-vinha mais aos seus fins; censurando os atos da administração pública desenvolvia os ardis naturais do seu gênio ao mesmo tempo que conquistava as massas populares, quase sempre dispostas a prodigalizar aplausos aos censores do poder" (...). "Os seus cometimentos na imprensa eram sem refulhos, enérgicos e incisivos aos seus adversários. Quanto mais estes se mostravam tanto mais implacáveis se tornava; perseguia-os até ao ponto de humilhá-los, e neste estado abria-lhes os braços e os acolhia com ostentação de generosidade."<sup>103</sup>

O presidente Bernardo Lobo de Sousa, no ofício de 24.11.1834, acusa-o principal agente da revolução cabana, "tendo incansavelmente procurado sempre desvairar a opinião da classe menos ins-

truída da sociedade, pregando a igualdade absoluta de condições, o assassinato e outros princípios de dissoluções".<sup>104</sup> Outro julgamento contemporâneo encontra-se numa nota de solidariedade no jornal *O Amigo do Povo*, de São Luís, transcrita por João Francisco Lisboa:

"Temos lido o Publicador Amazoniense; e das suas paginas não colhemos senão a linguagem franca de um escritor livre, constante, e incansavel defensor da liberdade do Povo Paraense, que sempre gemeu flagelado e oprimido por infames e absolutos Agostenses, suportando o proprio Baptista Campos perseguições e tratos a ponto de o collocarem quase na classe dos Martires da liberdade, estendendo-se os seus desvelos até aos outros povos do Brasil, por não ser egoista!..."<sup>105</sup>

Vimos antes que o presidente Bernardo Lobo de Sousa acusou-o de desvairar a opinião "da classe menos instruída da sociedade, pregando e igualdade absoluta de condições"; entre os negros escravos, partidistas do cônego, essas idéias circularam amplamente, como ainda exporemos.

Lembramos que Batista Campos combateu a maçonaria no jornal de sua redação, enquanto o presidente Machado de Oliveira, que ocupava lugar proeminente na sociedade maçônica, empenhava-se em prestigiá-la "e cada vez mais fazia engrossar a loja a que pertencia com a admissão de novos membros, escolhidos entre as pessoas mais gradas e entre os prósperos possuidores de escravos".<sup>106</sup> Acirrou-se a luta quando o bispo d. Romualdo resolveu publicar uma Pastoral contra a maçonaria, datada de 8.5.1834, reproduzida integralmente por Raiol,<sup>107</sup> que considerou documento "muito curioso pela sua originalidade" e "excêntricas teorias", pois considerava os maçons ateus, inimigos da religião e comunistas.

De um lado, o governo denunciava os partidários do cônego Batista Campos de "anarquistas"; o bispo, tomando partido deste,

104. Doc. transcrito por Raiol, op.cit., v.3, 1883, p.318.

105. Apud LISBOA, João Francisco. Op. cit., v.1, p.82.

106. Raiol, Domingos Antônio. Op.cit., v.3, p.31.

107. Id., id., v.3, p.106-120.

102. RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., v.1, 1865, p.177.

103. Id., v.1, 1865, p.181-2, 183.

num dos raros momentos em que lhe emprestou solidariedade, acusava os maçons de "comunistas, ateus e materialistas". Simples troca de insultos. Batista Campos também usou — e abusou — do documento contra seus adversários.<sup>108</sup>

A situação tornava-se cada vez mais tensa e polarizada no começo da terceira década, quando a execução do decreto de 28.6.1830, que extinguiu os governos militares das *fábricas nacionais e roças comuns*, atingiu os interesses dos especuladores e dos latifundiários. Outra medida de desagrado foi a submissão da guarda nacional ao comando da polícia, intentada pelo presidente visconde de Goiana.

O desembargador Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, fora nomeado presidente da província do Grão-Pará por Carta imperial de 17.5.1831. Tomou posse do cargo em Belém a 19.7.1831 e logo começou a executar uma série de medidas "reformistas", como as que vimos acima, com o apoio do partido de Batista Campos, que de imediato levantou a oposição dos potentados. Raiol interpreta esse momento:

"Estamos de há muito convencidos de que a principal causa eficiente dos partidos políticos na província do Pará era em última análise a reação, talvez exagerada, da nacionalidade brasileira contra preconceitos, não menos exagerados, do domínio colonial."<sup>109</sup>

No vasto painel dos acontecimentos políticos, essa é uma observação que distingue o nível das tensões. Os "anarquistas", assim denominados, entre outros epítetos, os partidários do cônego Batista Campos, galgavam o poder depois de longa campanha política em que sistematicamente se viam marginalizados. Afinal, conviviam com o poder e estavam, ao que parece, influenciando-o. Raiol:

"O presidente estava pronto a seguir e determinar tudo quanto lhes ensinava o terrível chefe do partido ambicioso e desorganizador que se achava unido aos negros, e jamais atendia ao que lhe

108. *Id.*, *id.*, v.3, p.140-1.

109. *Id.*, *id.*, v.2, p.35.

representava o maior número, e a parte mais sã dos cidadãos paraenses."<sup>110</sup>

Novamente Raiol se deixa levar pelos julgamentos de valor de sua classe. Definia-se claramente a luta de classes. Relativamente aos negros, ou de sua causa específica, a abolição da escravatura, recolhemos abundante material.<sup>111</sup>

O visconde de Goiana, segundo acusação do juiz de paz da freguesia de Santana da Campina, Luís Antônio de Castro Peruvino,<sup>112</sup> pretendia extinguir a Guarda Nacional comandada pelo célebre Marcos Antônio Rodrigues Martins, o Mundurucu Paiquicé, latifundiário e grande senhor de escravos. A Guarda Nacional constituíra-se como tropa de elite, mantida pelos capitalistas locais, sem ônus para o Estado, devendo portanto ficar a serviço da mesma classe. Diz Peruvino, na sua acusação, que a Guarda Nacional se fazia necessária "para conter as insídias dos verdadeiros anarquistas anteconstitucionaes e desorganizadores",<sup>113</sup> os partidários do cônego, diante dos quais cumpria "que nos unamos todos, quantos queremos a ordem, lei e liberdade para defendermos debaixo do mando das autoridades legítimas nossas propriedades e vidas, fazendo causa comum".

A submissão da Guarda Nacional era inaceitável, principalmente, assim se dizia, porque era organizada sem o mínimo prejuízo da fazenda nacional, servia gratuita e espontaneamente. Era força paramilitar organizada pelos mais ricos proprietários e capitalistas e se ocupava do policiamento de Belém. Além disso, tinha funções políticas, quase como um exército de capangas. Estava bem uniformizada e municada. Ostentava distintivo verde-amarelo, mas com o formato de armas portuguesas. Seu comandante, como já identificamos, era o capitalista e latifundiário Marcos Antônio Rodrigues Martins, "filho da província" e que "conhecia os homens que figu-

110. *Id.*, *id.*, v.2, p.48.

111. *Vd.* cap. "A Cabanagem: uma rápida visão da guerra popular", em *O Negro no Pará*, Rio de Janeiro, 1971, p.259-271.

112. Era português nato e chegou ao Pará em 1780, com pouca idade.

113. Apud RAIOL, Domingos Antônio. *Op. cit.*, v.2, p.50.

ravam nos negócios públicos, ambicioso de renome, envolvia-se e procurava distinguir-se nos acontecimentos". Esse retrato é desenhado por Raiol, que lhe amplia os contornos:

"Seu gênio inquieto e intolerante não lhe permitia guardar a calma tão necessária na vida pública. As primeiras impressões o dominavam sempre; fatos muitas vezes insignificantes exacerbavam o seu espírito até ao delírio. Seu coração, parece, não afagava muitas dessas temas afeições que engrandecem o homem. A natureza o dotara de energia e atividade e com isto ele soube granjear uma tal ou qual ascendência entre os seus correligionários, fazendo-se por este modo necessário ao partido a que se ligava".<sup>114</sup>

Como temos visto, elemento necessário em especial no exercício de funções civis e militares, assim como na maçonaria, de que foi um dos fundadores, e no financiamento de periódicos políticos que se opunham ao chamado partido da *força bruta*, ou anarquista, de Batista Campos. Os ânimos estavam tão acirrados, no Pará, que o governo do visconde de Goiana, com tendência liberalizante, durará apenas dezenove dias. Efetiva-se a sua deposição em 7.8.1831, a célebre "agostada", de que já falamos, seguida da deportação para fora da província, ou para a longínqua Marabitanas, nos confins da Amazônia, dos principais "anarquistas". No rol dos deportados para Marabitanas encontram-se figuras, ilustres, que ainda muito se movimentarão na história futura, ao lado de populares, alguns qualificados, outros simplesmente indicados por apelidos, tais eram:

Manuel da Costa Ferrão, músico; Capitão Bernardo Antônio Ferreira Ferrão; Manuel Antônio do Espírito Santo, mulato barbeiro, possuidor de idéias de igualdade social; Antônio Teixeira de Matos, o Taquari; Miguel Antônio Raposo; Francisco Rodrigues Bentes, dito "Sertanejo"; Manuel Raimundo da Costa; Francisco Antônio, dito "Padreco" (não era padre), do partido de Manuel Antônio do Espírito Santo; Raimundo José Coutinho, cafuz; José Raimundo, dito "Guariba"; Francisco Romano José Rosa, o "Ramela"; Manuel Teixeira de Matos, o "Taquari Filho"; Manuel José Pinto,

114. Id., kl., v.2, p.24.

coveiro que foi; *Honório José dos Santos*, maçom, funcionário público, depois proprietário de tipografia e célebre impressor de jornais e editor de livros; *Lucidoro da Vera Cruz*, negro liberto, também do partido de Manuel Antônio; padre *Gaspar de Sequeira e Queiroz*, maçom, jornalista, passou-se depois para a facção oposta; *Marcelo Borges Trovão*; o Padre Jerônimo, "sem nariz"; o mulato *Maquedum*; Antônio de Magalhães, dito "Grão de Milho"; João Pedro Gonçalves Campos (parente do cônego Batista Campos); Capitão José Maria de Freitas Dantas, e mais, para fora da província, os portugueses José Acurcio Cavaleiro de Macedo, boticário; os Miranda, menos o ferreiro; Antônio José de Matos, Camilo José de Campos, Manuel Joaquim, caixeiro que foi do Fernando; Manuel Ferreira do Nascimento e Valentim José. Por fim, uma relação de "vadios sem ofício", que "andavam a espancar os cidadãos", que eram: José da Fonseca Prata, Miguel Antônio da Costa, padre vadio; Boaventura José da Conceição, Félix da Trindade, calafate; Antonio Julião; Manuel dos Reis, forro; Manuel Jerônimo e mais quatro bombeiros não nominados.

A presidência da província não se mantém vaga, pois foi imediatamente empossado no cargo, consoante a lei de 20.10.1823, o médico paraense dr. Marcelino José Cardoso. Ligado à aristocracia rural, filho de rico fazendeiro da ilha do Marajó, o dr Marcelino José Cardoso se mantém no cargo de 7.8.1831 a 27.2.1832, entregando-o ao tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira.

A deposição do visconde de Goiana foi feita com o apoio do seu comandante d'armas, o general José Maria da Silva Bittencourt, que com ele chegara, o que mostra a rapidez com que os fatos forçavam a definição das pessoas recém-chegadas ao Pará. A situação nacional também estava confusa e nela se debatiam os partidos gerados pela política de Pedro I, que acabara de abdicar, então denominados "moderados" e "exaltados". A Regência Trina Permanente, eleita em 17.6.1831, demorou a mandar o substituto do médico Marcelino José Cardoso. Este, em ofício de 9.9.1831, ao ministro e secretário dos negócios do império, José de Sousa França, tentou explicar e justificar os acontecimentos no Pará, aludindo também aos dois partidos locais, "um forte, poderoso e de melhor gente",

o moderado; "outro, se é que partido se pode chamar, composto de um punhado de indivíduos, quasi todos de baixa condição, entre os quais se notavam alguns molatos e pretos de má qualidade". Dizia ainda que o primeiro sustentava a liberdade legal e a boa ordem, enquanto o segundo só tendia a perturbá-la "com fins sinistros". Três vezes, no documento, transcrito integralmente por Raiol,<sup>115</sup> os negros são acusados de roubos, assassinios, a serviço da facção do cón. Batista Campos. No mais, o discurso racista coloca também em evidência a luta de classes.

O Conselho Geral da Província, na sessão de 9.12.1831, aplaudiu o motim de 7 de agosto. Estava aberto o caminho mais curto para se chegar à Cabanagem.

Raiol também chama os cabanos, indiscriminadamente, de "anarquistas". O termo indica apenas a acepção vulgar — desordem, confusão, caos, sem outro valor semântico. O momento mais importante das lutas populares foi marcado pela tomada de Belém em 7.1.1835, seguida do assassinato das principais autoridades, quando "os rebeldes declararam a província independente do governo central" e, conforme Raiol, "tomaram por lei o arbítrio, impuseram-se pelo terror."<sup>116</sup> Foi o primeiro momento, o da tomada do poder, precisamente a marca republicana e revolucionária da Cabanagem, que ruiu sem deixar claros seus fins, ou seus propósitos e que eliminou logo o primeiro presidente cabano, Félix Antônio Clemente Malcher, talvez por incompetência, outros por o julgarem intolerante e vingativo, assassinado em 21.2.1835.

Malcher tinha como principal auxiliar político o jovem republicano João Miguel de Sousa Leal Aranha, secretário de seu governo. Participando das lutas políticas desde os pródromos da independência, aderente da Confederação do Equador em 1824, Malcher manteve-se sempre com equilíbrio e discrição. João Miguel de Sousa Leal Aranha, partidista do cón. Batista Campos, formava com seu irmão Germano Máximo de Sousa Leal Aranha, que de-

115. *Id., id., v.2, p.80.*

116. *Id., id., v.3 (2ª ed.), p. 804.*

sertou da Marinha de Guerra para aderir à revolução, o suporte do governo de Malcher. Ambos comandaram a rebelião de 7 de janeiro, que resultou na morte de Bernardo Lobo de Sousa, do comandante das armas Joaquim José da Silva Santiago e do capitão de fragata Guilherme Inglis. Os irmãos Aranha eram filhos do lavrador Joaquim Antônio Aranha, proprietário no distrito do Guamá. João Miguel foi mandado por seu pai aos Estados Unidos estudar matérias mercantis para aplicar-se à vida comercial. De volta, ocupava modesto emprego de guarda-livros na casa do inglês Samuel Philips, estabelecido na Rua do Norte com armazém de fazendas, quando começou a agitação e propaganda revolucionárias, ao tempo do governo do visconde de Goiana, 1831, tornando-se logo ativista, amigo de Batista Campos e de Malcher. Raiol fixou-lhe o perfil político-ideológico em poucas linhas: "Vivendo cinco anos na pátria ilustre de Washington, naturalmente bebera com as doutrinas salutares de liberdade as inspirações licenciosas da demagogia."

João Miguel Aranha não sobrevive na história dos acontecimentos no Grão-Pará com seu ideal republicano, mas sua influência nos primeiros tempos da Cabanagem, como secretário de governo de Malcher, parece ter sido decisiva para marcar os rumos de independência do governo central que tomou e se manteve durante 43 dias, findo os quais, a 21.3.1835, os rebeldes tomaram nova e oposta decisão, protestando obediência à regência e aos seus delegados.<sup>117</sup> Esvaiu-se o conteúdo republicano da Cabanagem.

Algumas acusações curiosas surgem no correr dos acontecimentos de 1835, como a do francês Pierre Pigol, marceneiro de profissão, estabelecido em Belém, que afirmou terem os cabanos se apossado e redistribuído entre si os imóveis abandonados pelos proprietários fujões: "as casas melhores têm rótulo de papel designando as pessoas a que pertencem e se intitulam cabos, sargentos e oficiais." O brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues encaminhou por ofício de 5.9.1835, ao barão de Itapicuru-Mirim, a esse tempo ministro

117. RAIOL, Domingos Antônio. *Op. cit., v.3, 2ª ed., p.805.*

e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, a denúncia do francês:

"Indo este francês autorizado pelo negociante Geraldo Antônio Alves à sua casa para certas disposições, um carafuz não consentiu dizendo que aquela casa lhe tinha pertencido. Entre os tapuios tem havido dissensões sobre a divisão dos roubos e dos escravos das pessoas da legalidade, a que eles chamam seus e os mandam para os sítios."<sup>118</sup>

No mesmo ofício encontram-se informações sobre a precariedade da província quanto a mão-de-obra especializada, lamentando o correspondente a inexistência de artífices, o que prejudicava os serviços gerais e as operações bélicas: "não há quem de pronto ocorra a qualquer falta que o armamento e reparos de artilharia possam sofrer, estando podres os que havia na província". Mas havia um alemão especialista na fabricação de pólvora, que foi recrutado e trabalhou com materiais achados em casas particulares.<sup>119</sup>

O marechal Manuel Jorge Rodrigues fora nomeado presidente da província do Grão-Pará por carta imperial de 1.4.1835; aqui se manteve todo esse tempo em temerosa expectativa diante dos cabanos. O ofício, como outros documentos que expediu, contém apenas justificativas de seu insucesso e fora escrito a bordo da fragata Campista, onde se homiziara desde 22 de agosto junto com mais de cinco mil refugiados, homens, mulheres e crianças, permanecendo em completa ociosidade, sem alimentos, sem roupas e sem higiene, durante cerca de um mês na esquadra fundeada na baía de Santo Antônio. Entre esse pessoal havia quatro reféns, familiares do cabano Angelim: a mulher, um irmão de doze anos<sup>120</sup> e duas irmãs, uma delas casada com outro francês artífice, estabelecido em Belém, Michel Barreau, oficial de cutelaria, residente na Rua dos Mercadores, no mesmo prédio onde tinha montada sua oficina de ferreiro.

118. Op.cit., v.3 (2ª ed.) p.874.

119. Ibid., v.3 (2ª ed.) p.875.

120. Francisco Nogueira, recrutado pelo governo imperial e como soldado combateu no Rio Grande do Sul. Prisioneiro no Rio Pardo, aderiu a causa dos republicanos farrapos e combateu ao lado de Garibaldi no ataque a São João do Norte. Ficou no Rio Grande do Sul, onde se casou (Cf. Raiol, op. cit., v.3, 2ª ed., p.881).

## 6 A REPÚBLICA DOS UTOPISTAS NIVELADORES

Um país que se formou na base do elitismo intelectual, cujo sistema impedia ou dificultava a educação das massas, tenderia a limitar a expansão de idéias renovadoras. Somente com a instalação das academias (direito, medicina e engenharia), depois de conquistada a independência política, pôde o Brasil ampliar essa elite, dispondo, já também, de modesta indústria editorial e da imprensa. Desde então, passou-se a considerar os centros acadêmicos fulcros da discussão e/ou contestação do modelo oficial. Esta sociedade reservaria, pois, ao estudante, pelo menos enquanto estudante, papel *sui generis* de agitador de idéias que, por vezes, se contrapõem ao *status quo*. Reservando-lhe também papel saliente na direção dos negócios do Estado, uma vez formado, criou outra tradição que chega aos nossos dias: a transformação do líder estudantil em líder político, freqüentemente com mudanças radicais no comportamento posterior.

Estas sucessivas gerações de líderes políticos se interpõem nos destinos do Estado brasileiro. São as lideranças percebidas, ou ostensivas, que começaram a se formar no período colonial, principalmente na Universidade de Coimbra ou nos estabelecimentos religiosos instalados aqui e ali destinados à formação intelectual dos menos abastados. Foi contudo a criação dos cursos jurídicos no Brasil — Olinda e São Paulo — que ampliou as possibilidades de formação dessa elite, na qual a monarquia costumava recrutar seus administradores, sem esquecer os demais cursos de níveis superior, como o de Engenharia Civil e Militar, ou o de Medicina.

Servindo às instituições transmigradas em 1808, essa elite deveria compor o colegiado que instituiu o Império, sob protestos de vassalagem. Dessa época vem, igualmente, o solidarismo de classe, que se organiza também em sociedades secretas, não por serem compungidas a sobreviver na clandestinidade — são toleradas pelo Estado e algumas se organizaram sob a proteção do Imperador —, mas porque em verdade estão afastadas das bases populares, restauram velhos ritos, tornam-se misteriosas e imponentes, cultivam o poder fortemente hierarquizado, à semelhança das congregações

religiosas. Como estão quase sempre ligadas ao poder, devem influir nos destinos políticos do País, disputar as posições de mando, fazer as trocas julgadas convenientes, e até convencer-se algumas vezes de sua "missão revolucionária".

Essas sociedades tidas ou havidas como secretas são aperfeiçoadas pelas elites acadêmicas, principalmente em São Paulo. O povo alijado de tal sorte dos destinos políticos terá dificuldades de organizar-se. Só serão toleradas as irmandades e/ou confrarias de inspiração religiosa.

A tradição permitiu que artistas de diferentes categorias artesanais tivessem, aqui e ali, suas próprias irmandades. Com divisão de grupos, conforme a profissão, e não de classes. E na sociedade de classes, que emergiu do contexto colonial, coube especial destaque às irmandades organizadas pelos escravos, tais como as de São Benedito e da Senhora do Rosário, disseminadas por todo o território colonial. Estas não podiam, contudo, ser "sociedades secretas" e ficavam virtualmente sob o controle do clero.

A partir da Revolução Francesa é possível detectar-se um esforço de organização de sociedades secretas, ou "clubes", tendo finalidade revolucionária. Teórico e revolucionário, François Noël Babeuf (1760-1797) publicou em Paris o jornal *Le Tribun du peuple*, no qual desenvolveu teorias comunistas. No início de 1796, Babeuf fundou uma organização secreta com a finalidade de derrubar o Diretório ("Conspiração dos Iguais"). Denunciado a Camot, em maio desse ano, foi preso, condenado à morte e executado em Vendôme, em 1797. Sua doutrina é chamada "babovismo" e foi resumida no *Manifeste des égaux* (Manifesto dos iguais), redigido pelo poeta Sylvain Maréchal. Pregava a propriedade coletiva dos bens e obrigatoriedade de trabalho para todos. Uma economia dirigida pelo Estado asseguraria a cada um parcela igual de provisões.

Teria o babovismo dado causa à expedição da ordem secreta de 24.7.1797 pela qual ficou advertido o governador e capitão general do Grão-Pará, d. Francisco de Sousa Coutinho, a tomar grande vigilância sobre todos os indivíduos que por palavras ou por "conciliábulos" manifestassem os "falsos e desastrosos princípios que têm infestado toda a Europa", conforme diz o historiador Baena?

De qualquer forma, a advertência era cabível, considerando-se a proximidade de Belém com Caiena que não só era colônia francesa vizinha, mas principalmente degredo de revolucionários repelidos da metrópole. Já vimos que frei Luís Zagalo era tido como pedreiro-livre, isto é, maçom, que veio de Caiena com idéias que inquietaram o meio, entre 1815 a 1817. João Marques de Matos correspondia-se, em 1821, com o músico e jornalista português Cândido de Almeida Sandoval, conhecido por suas idéias socialistas. Batista Campos e Filipe Alberto Patroni revelam filiações maçônicas, talvez em oposição: Patroni, estudante em Coimbra, identificou-se com as lojas portuguesas transmigradas para o Rio de Janeiro. Batista Campos ligou-se, ao que parece, à franco-maçonaria, possivelmente por influência de Luís Zagalo. Por meio desta, deve ter tido contato com o movimento revolucionário de Pernambuco. Uma terceira corrente de idéias se derrama entre nós procedente dos Estados Unidos. Por volta de 1808, começaram a chegar ao Pará alguns ingleses e escoceses; aqui se estabeleceram, aparentemente, com interesses comerciais.

A partir deste ponto, há necessidade de examinar mais profundamente a questão, tendo em vista a quantidade e qualidade dos portadores de ideologias e ativistas da Revolução identificados no Grão-Pará e que necessariamente contribuem para despertar, entre os caboclos paraenses, certa consciência de luta. Luís Zagalo foi expulso em 1817. O ano de 1819 porém, sob o governo do conde de Vila-Flor, foi particularmente notável pelo ingresso no Pará de diversos emissários da subversão. Vimos que, nesse ano, o conde de Vila-Flor mandou desbaratar o grupo em que apareceu o francês Victor Amadé Flacher. Por outras fontes, sabemos que em 1819 vieram estabelecer-se no Pará, entre outros, o italiano João Batista Balbi (1792-1852), republicano, com possível filiação carbonária; o espanhol João Antônio Alvarez, aqui chegado em 1820, que Raiol identifica como "frenético partidário do sistema republicano"; José Luís Airoso, emissário da corte, que se hospedou na casa de João Balbi, também suspeito das atividades subversivas; o carioca Honório José dos Santos, chegado em 1819, que teve atuação destacada nos acontecimentos da independência e em 1831 aparece entre os

instituidores da primeira loja maçônica no Pará, e tantos outros.

Os sucessivos "motins" desencadeados no Pará, a partir de então, estão eivados de idéias liberais, não raro aparecendo os "utopistas niveladores", que se inspiravam evidentemente em ideologias socialistas. Não devem estar inteiramente destituídos de conteúdo político-ideológico os termos "comunista" e "anarquista", que surgem nas crônicas dessa época, em geral com sentido depreciativo. O babovismo deve ter escorrido de Caiena, com Luís Zagalo ou com emissários desconhecidos, para empolgar principalmente os escravos.

As idéias lançadas por Luís Zagalo, Patroni e Batista Campos tiveram ampla repercussão entre os escravos, mas houve líderes populares que exerceram, sobre eles, enorme influência. Um deles, crioulo liberto, espalhava idéias ou "doutrinas incendiárias", de igualdade social, deixou na história apenas o apelido com que era conhecido: Patriota. Idéias de emancipação e as doutrinas desses revolucionários não foram contudo incorporadas ao programa dos chefes supremos da revolução; muito ao contrário, foram violentamente reprimidas sobretudo pelo cabano Eduardo Angelim.<sup>121</sup>

Os historiadores costumam indicar a posição hostil de Batista Campos à maçonaria, quando é provável que, desde 1817, talvez antes, tornara-se ele maçom da facção francesa, que não encontrou campo fértil para proliferar no Brasil. A hostilidade seria, pois, fruto de defecção interna na maçonaria. Em 1831, quando se instalou no Pará a loja Tolerância, o nome de Batista Campos teria sido rejeitado. Não foram rejeitados, porém, dois de seus mais chegados amigos e colaboradores: os padres Silvestres Antunes Pereira da Serra e Gaspar de Sequeira e Queiroz.<sup>122</sup>

Representava a maçonaria do Rio de Janeiro, que se expandiu até o Pará, algo que se contrapunha ao modelo francês e norte-americano, cujos representantes locais tentavam identificar-se com as aspirações das massas, agitando idéias republicanas e da aboli-

121. Em *O Negro no Pará*, Rio de Janeiro, 1971, cap. 3.2. "O Engajamento do negro na Cabanagem", p. 265-271, desenvolvemos esta questão.

122. Cf. BARATA, Manuel. "A primeira loja maçônica no Pará", in *Formação histórica do Pará*, Belém, 1973, p.333-340.

ção da escravatura. A maçonaria imperial identificava-se ao contrário com a burguesia e a aristocracia, no seu papel de fortificar as relações de todo o império com o capitalismo inglês, já estreitadas em Portugal, e que aqui se desdobraram com amplas vantagens, a exemplo do Tratado de Comércio de 1827.

Visando assegurar vantagens suplementares decorrentes desse tratado, colocam-se planos de ocupação da Amazônia com os capitais externos, na expectativa de transformar a região num vasto emporio fornecedor de matérias-primas para as indústrias inglesas. Tais projetos mantêm a coerência da política colonial, fomentadora do desenvolvimento da lavoura de gêneros exportáveis, que tomou impulso notável durante o consulado pombalino.

Agora, em 1828, alguns capitalistas paraenses quiseram reproduzir na província um desses projetos. José Joaquim de Siqueira ofereceu ao presidente Paulo José da Silva Gama, barão de Bagé, o projeto da Sociedade Promotora da Agricultura, Comércio, Indústria e Colonização. A comissão composta de Manuel Gomes Pinto, João Antônio Cossia Bulhão, Joaquim Antônio da Silva, João Lourenço Tanger, Francisco Marques d'Elvas Portugal e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi encarregada de estudar o assunto, dando parecer em 9.1.1829. Pretendia a Sociedade promover a colonização com "industriosos artífices estrangeiros", principalmente "agora que a falta de importação de escravos se vai sentir" com a proibição do tráfico.

Não resta dúvida de que a proposta representa interesses ingleses expressos na Convenção de 1827 sobre a proibição do tráfico de escravos negros. Nota-se portanto que o capitalismo inglês tinha inequívocas facilidades para compor no ambiente. Proposta mais interessante porém é a que revela Inácio Accioli de Cerqueira e Silva na sua *Corographia paraense*, 1833, p.161-2, em anexo:

"Depois de havermos escrito esta obra (*Corographia Paraense*), nos chegou às mãos o plano de uma nova companhia projetada em Londres no ano de 1832, e passo a transcrever do *Jornal do Commercio* o seguinte que lhe é relativo:

"O capital desta companhia é de 500,000 libras esterlinas, provindo de apólices de 1, 5, 10, 20, 50 e 100 libras, e acima do arbí-

trio dos acionistas. Filantropia, e lucro para os acionistas, eis os fins a que se propõe a companhia. Os fins filantrópicos são: a emancipação (por compra) dos escravos, dando-se-lhes progressivamente a liberdade, e empregando-os como trabalhadores livres”.

“N.B. — Na província do Pará não há mais do que oito a 10.000 escravos... Assim se acham preenchidos os fins filantrópicos da companhia pelos resultados seguintes: emancipação dos escravos e liberdade de seus filhos; civilização dos índios; ocupação industriosa e abundância de alimentos para os emigrados, que não podem achar trabalho em sua pátria. Assinavam por esta companhia o Sr. Henry Lucas, secretário, pela Pancrase Lane, London, e Caning Place, Liverpool”.

Assim agiam os ingleses com a cobertura do Tratado de Comércio de 1827 objetivando filantropia e lucro. Pretendiam chegar a Amazônia. Nada disso porém se concretizou, por razões desconhecidas. É preciso ter em conta os graves problemas gerados pela Revolução Industrial, naquele momento, quando a introdução da máquina a vapor nas fábricas produziu grande excedente de mão-de obra e a explosão operária de Manchester, em 1826, noticiada, como vimos atrás,<sup>123</sup> pela crônica de *Padre Amaro*, reproduzida em *A Voz das Amazonas*.

A Revolução Industrial, que possibilitou à Inglaterra desenvolver-se e expandir-se colonialmente, refletia-se desse modo entre nós. Mas outros países na Europa, principalmente França e Alemanha, tentavam igualmente impor-se como potências industriais. Os problemas sociais, gerados pela Revolução Industrial, expandiam-se portanto para o continente. Colocava-se, a partir de então, no mundo moderno, uma nova questão: a questão da classe operária.

Tentando identificar-se com as bases populares, a facção política orientada pelo cônego João Batista Gonçalves Campos capitalizou o prestígio que, nesse momento, faltou à desastrada loja do

123. Vd. p.70-71

Rio de Janeiro. O movimento cabano, embora castigando duramente os capitalistas portugueses, não se revelou distorcido pela xenofobia. Os ingleses — que se identificaram com a maçonaria oficial — não ousaram certamente envolvimento mais comprometedor nos negócios internos. Na verdade, os interesses mercantis não lhes permitiram estabelecer contatos apenas com a burguesia, mas a atender, democraticamente, a todos os que pudessem com eles transacionar, garantindo-lhes praticar a filantropia e obter bons lucros. Tidos como bons fornecedores — principalmente de produtos da indústria bélica — os cabanos não podiam voltar-se, injustamente, contra eles, que lhes forneciam munições de guerra e de boca, tanto pudessem pagá-las à vista. Igual fornecimento se fazia ao Império. Fica obscura, na história, a tentativa de fornecimento de armas americanas aos cabanos, o que seria normal, como episódio da “livre concorrência”, isto é, da guerra pela conquista de mercados.

A busca de explicação das causas determinantes da Cabanagem, o movimento das massas que logo empolgaria toda a Amazônia, pode conduzir-se ao pensamento dos principais líderes da rebelião. Ideologia e revolução estariam de qualquer modo interdependentes, assim como as múltiplas tendências do liberalismo francês, de algum modo também refletido em Portugal, donde boa parte procede, trazendo a marca do *vintismo*.

Conduzir a bandeira da revolução exigia certamente vozes que falassem concretamente às massas, apontando-lhes os problemas e as possíveis soluções. Não faltaram essas vozes para denunciar as condições de vida da população nativa, “que padecia sob o regime de uma servidão impiedosa”<sup>124</sup> ou a necessidade de supressão do escravismo.

O pensamento político de Patroni ficou insuficientemente definido. A obra publicada não nos leva a admitir essa direção revolu-

124. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. cit. 1946, p.111.

cionária. Ignoramos porém a pregação oral, como grande parte dos conciliábulos, em sociedades secretas, ou clubes, que se fartaram de panfletos ou publicações que não pouco incomodaram, determinando a mais violenta repressão.

Embora associado a Patroni na criação e manutenção de *O Paraense*, que inaugurou a imprensa no Pará, Batista Campos reflete o pensamento liberal e revolucionário de frei Luís Zagalo e os ideais das revoluções de 1817 e 1824. São bem definidas as posições de ambos, assim como as grandes contradições, principalmente a ação nos momentos decisivos.

Destaca-se contudo o fato de na origem da Cabanagem encontrar-se precisamente a instalação da imprensa no Pará — destinada a promover a campanha pela independência, mas que refletirá o liberalismo de maneira, por vezes, bastante radical. Isso não quer dizer que o impresso tenha sido único meio da disseminação das idéias. A oralidade tinha também seus momentos nas tribunas e nos púlpitos, principalmente na moda das “conferências” políticas. O fator gráfico é bastante significativo na revolução, mas não o é menos o fator oralidade. Até pouco tempo, *O Paraense* era quase completamente desconhecido. O historiador Geraldo Mártires Coelho revelou a existência de uma coleção, nos arquivos de Lisboa, que possibilitou completa reavaliação desse momento e da história das idéias no Grão-Pará. Geraldo M. Coelho assinala desde logo que:

“É importante que se ressalte, também, que *O Paraense* assinalou o início de uma prática que obteve expressiva ressonância no Pará, qual seja, a do aparecimento e da circulação de uma candente literatura panfletária, utilizada por *européus* e *brasileiros* (a condição de nascimento era relativa, sendo determinante a postura que assumiam face aos interesses em jogo, sendo considerados *européus* alguns homens nascidos no Pará) para materializar as visões que possuíam acerca do processo político-social então dominante na Província”.<sup>125</sup>

125. “O Paraense: notas sobre o n.º 1 do periódico”, 2.º artigo da série de 8 publicado em *A Província do Pará*, Belém, 20.01.1985. *Ibid.*: 12.

Não é à toa que o pensamento político de Batista Campos também encontra meio de expressão na imprensa. Numa terra de analfabetos, sua mais constante campanha foi a da criação de escolas. Nas vésperas da Cabanagem, diante do presidente Lobo de Sousa, ainda membro do Conselho, reclamava: “A maior e a mais urgente necessidade da província era criar escolas de instrução primária para educação da mocidade e do povo”. Como transformar a sociedade, senão pela educação escolar?

O ambiente não permitiu o florescimento de uma literatura expressiva. De um passado colonial quase estéril, o Grão-Pará recebia a instalação da imprensa com limitadíssima vida intelectual. Mas é aqui que desponta um divulgador do pensamento europeu, “filósofo” com tendências materialistas e anticlericais: João Cândido de Deus e Silva, nascido em Belém a 11.3.1787 e falecido em Niterói em 8.8.1860. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, teve uma existência bastante atribulada, com permanência em várias províncias. Em 1821 estava no Pará e disputou a eleição de deputado às Cortes Gerais de Lisboa, tendo a sorte decidido em favor de d. Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), com quem empatara. Ao tempo da Independência, em 1822-3, estava na cidade de Oeiras, então capital do Piauí, exercendo o cargo de juiz de fora, e ali, juntamente com o coronel Simplício Dias da Silva, chefiou o movimento nativista. De 1826 a 1829 fora deputado geral pela sua província, na primeira legislatura. A atividade parlamentar revela parte do pensamento ideológico e político de João Cândido, suas tendências liberais e seu anticlericalismo. Numa sessão do parlamento chegou a afirmar que só podia defender os papas quem tivesse renunciado ao uso da razão. Foi veementemente contestado por Romualdo de Seixas, também representante do Pará na mesma legislatura, e que novamente lhe fazia frente.<sup>126</sup> Reconhecida a sua erudição, foi nomeado professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Spencer Vampré fala de sua insatisfatória atuação ali.

126. Cf. *O Clero no Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados, 1826-1829, Brasília, 2v., 1979, p.272-4.

Nomeado interinamente lente por dec. de 30.10.1830, para a primeira cadeira do 4.º ano, Direito Civil Pátrio, apresentou-se em 11.3.1831, mas "não se sentiu com vocação para o ensino, e nesse mesmo ano pediu exoneração, que lhe foi concedida".<sup>127</sup> Voltou à carreira de magistrado, aposentando-se como desembargador da Relação do Maranhão; por fim, isolou-se em Niterói.

João Cândido não produziu muitas obras originais, mas foi tradutor febril, tendo vertido para o português um número considerável de obras sobre os mais variados assuntos, desde a Filosofia e Teologia até a Contabilidade, Economia Doméstica e a Homeopatia, obras de Joseph Droz, Adolfo Blanqui (1798-1864), Edmé Ponnelle, Jaclot, J.J. Diren, Mr. Destutt, Conde de Tracy, Montesquieu (1689-1755) etc. Publicistas e economistas mais ou menos em voga na época, principalmente franceses, a maioria sem maior importância. Os mais conhecidos eram Adolfo Blanqui e Montesquieu. Alguns títulos interessantes: *Philosophia Moral*, de José Droz, Rio de Janeiro 1835; *Compêndio de Economia Política*, precedido de uma introdução histórica e seguido de uma biografia de economistas, uma de suas poucas obras originais, Rio de Janeiro, 1835; *Elementos de ideologia*, por Mr. Destutt, Conde de Tracy, Niterói, 1837, etc.

João Cândido foi um liberal "exaltado". Destacou-se na tribuna, como orador inflamado, e principalmente como divulgador do pensamento europeu, em particular o francês, embora um tanto desordenadamente. Mereceu ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a comenda da Rosa, e ser exonerado, pouco antes de morrer, da dívida de 1:366\$980 em que estava com a Fazenda Pública, proveniente da impressão de suas obras na Tipografia Nacional.

A época de João Cândido permitiu o florescimento de outro tipo de intelectual, jornalista e panfletário, que agia, onde pousava, como verdadeiro "revolucionário profissional". Recife parece ter sido a escola dessa casta de escritor, na maioria republicanos radicais, em geral menosprezados, mas que lograram, em sua época, enor-

127. VAMPRE, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, 2.ª ed. Brasília, 1977, 1 v. p.135; v.L. Almeida Nogueira, *Tradições e Reminiscências*, 5 v., p.23.

me repercussão. Socialistas ou como se dizia: utopistas niveladores.

No Pará, destacou-se um desse tipo de jornalista irrequeto, panfletário e turbulento, que foi José Joaquim de Figueiredo e Vasconcelos, com atuação em Belém, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão. João Francisco Lisboa, crítico severo, acusa-o de pasquiereiro e venal.<sup>128</sup> Revela que, em 1823 ou 1824, ele retirou-se do Pará e seus inimigos lhe imputaram um grande crime. Em 1834 voltou ao Pará, donde fugiu novamente ao cabo de três ou quatro meses, acusado de "haver tomado parte na insubordinação de uma companhia de polícia e numa rusguinha do interior; pouco tempo depois, foram assassinadas as duas primeiras autoridades e ainda aqui os inimigos do sr. Vasconcelos lhe fizeram terríveis imputações. Recorda a quadrinha que ele publicou no *Sete de Abril*, do Rio de Janeiro, contra os portugueses:

Brasileiros, fora justo  
Nossos arcos empunharmos  
E a lusa gente acabarmos  
Sem dó, sem pena, e sem custo!!

Esse "revolucionário profissional" também exerceu o jornalismo em São Luís. Em 1837 era redator do *Investigador* e em 1838 do *Sete de Setembro*, editados naquela capital. Em fins de 1838, o ministro Aureliano Coutinho organizou um movimento popular, a fim de ocasionar a suspensão do tutor José Bonifácio. Segundo João Francisco Lisboa, o sr. Vasconcelos colocou-se à frente da tropa amotinada que destruiu algumas tipografias e quebrou as vidraças da sociedade militar. Sabe-se que além do jornalismo político, Vasconcelos também vivia de "conferências".

A essa altura, começaram a frutificar em toda a parte as idéias dos "utopistas niveladores", que se manifestam nas revoltas populares de Norte a Sul do país, da Cabanagem no Pará à Farroupilha, no Rio Grande do Sul, ou com a revolta dos Malês, na Bahia, todas explodindo em 1835, e que têm seqüência na Balaiada (Maranhão),

128. LISBOA, João Francisco. Op. cit., v.1, p.76.

na Praieira (Pernambuco), todas perseguindo a idéia de uma sociedade mais justa, que eliminasse as desigualdades sociais, abolisse a escravidão, atendessem, enfim, as mais urgentes aspirações populares.

Para promover a agitação e propaganda da Cabanagem importase outro "revolucionário profissional", panfletário rude e cáustico, Vicente Ferreira Lavor Papagaio. Dele daremos notícia mais pormenorizada no seguinte capítulo.

## 7 A IMPRENSA POLÍTICA E REVOLUCIONÁRIA

A imprensa política se restabelece e ganha novo alento em Belém por volta de 1827 com o lançamento de *A Voz das Amazonas*, impresso na Tipografia Nacional e Imperial, folha de pequeno formato, circulação biebdomadária, cujo primeiro número apareceu em 3 de fevereiro. Era órgão do governo, também proprietário da tipografia. Redigido e administrado pelo cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, nomeado a requerimento seu, conforme Manuel Barata,<sup>129</sup> pelo presidente José Felix Pereira de Burgos, com o ordenado de 50\$000 rs. mensais.

O cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, responsável pela última fase de *O Paraense*, como vimos anteriormente, restaurou o estilo da imprensa informativa e polêmica. Cabe lembrar que, silenciado *O Paraense*, inicia-se com seu sucessor imediato, *O Luso Paraense*, lançado em março de 1823 o processo da vinculação ou dependência da imprensa ao poder que não pararia mais de estreitar-se. Observando-se que a adesão do Pará à Independência só se formalizou em 15 de agosto de 1823, é ocioso relembrar que esse processo de aproximação entre imprensa e poder reflete o resultado da repressão ao livre curso das idéias políticas. Até 1827, conforme o catálogo de Manuel Barata,<sup>130</sup> circularam no Pará apenas cinco jornais: *O Paraense* (1822-23), *O Luso-Paraense* (1823), *O Independente* (1823-24), *O Verdadeiro Independente* (1824-27) e *O Amigo da Virtude* (1825). Só *O Paraense* pôde manter a postura de jornal

129. BARATA, Manuel. Op. cit., 1973, p.230.

130. Id., id., p.227-230.

de combate, de luta e de oposição, a serviço de uma causa. Os demais se classificam como áulicos do poder.

*A Voz das Amazonas*, redigido pelo cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, não deixava de ser órgão do governo. Surgia nos últimos tempos do governo de José Félix Pereira de Burgos, cuja atitude liberalizante, quase intempestiva, não deixa de refletir compromissos nacionais, como o tratado de comércio com a Inglaterra, firmado em 1827. Os interesses do capitalismo inglês repercutiam desta forma no Grão-Pará, de maneira aparentemente descompromissada.

Veículos de agitação e propaganda política, todos os jornais publicados nessa época estão ligados aos grupos em oposição, que se alternavam no poder e se definiam como liberais moderados, os que lutavam pela manutenção do *status quo*, e exaltados, os que pretendiam libertar-se do jugo colonial.

O primeiro presidente da província do Grão-Pará, José de Araújo Roso, de quem já temos alguma informação anterior, exerceu seu mandato de 1.º.5.1824 a 28.5.1825, com extremo rigor. Vimos que reprimiu a tentativa de adesão dos paraenses à Confederação do Equador e que sua ação foi particularmente dura com relação à imprensa liberal. Ao que parece, contudo, Roso não chegou a estatizar a tipografia adquirida por Filipe Patroni e seus companheiros Simoens da Cunha, Batista da Silva e Daniel Garção de Melo, na arrancada inicial.

Empastelado *O Paraense*, o sucessor imediato, *O Luso-Paraense*, foi impresso na Imprensa Liberal de Melo & Companhia, propriedade de Daniel Garção de Melo, o antigo sócio de Patroni agora a serviço do partido que sustentava a união de Pará a Portugal e a adesão da província ao governo constitucional ali estabelecido. Era redigido pelo português José Ribeiro Guimarães, o delator dos irmãos Vasconcelos, como foi dito, e Luiz José Lazier, francês, antigo tipógrafo d'*O Paraense*, e administrado por Antônio Dias Ferreira Portugal, que se improvisara tipógrafo ao tempo das primeiras escaramuças provocadas pelo jornal de Patroni.

O grupo mudava rapidamente de opinião, depois de excluir os intelectuais liberais — Filipe Alberto Patroni, João Batista Gonçal-

ves Campos e Silvestre Antunes Pereira da Serra —, que sustentaram o espírito de luta e de oposição a serviço de importantes idéias políticas. O jornal defendia a Constituição como instrumento capaz de coibir os abusos do poder, aviltado e corrompido, propondo a reorganização do Estado e da sociedade civil.

*O Independente*, terceiro jornal que circulou no Pará, com primeiro número lançado em 8 de dezembro de 1823, foi redigido pelo padre João Lourenço de Sousa e ainda impresso na tipografia de Daniel Garção de Melo. Refletiu o fato consumado da Independência e foi logo sucedido pelo *Verdadeiro Independente*, que Manuel Barata classifica como "órgão oficial, e do partido constitucional moderado".<sup>131</sup> Deve ter sido instituído por determinação do presidente José de Araújo Roso, que indicou o arcediogo Romualdo Antônio de Seixas, depois arcebispo da Bahia, seu primeiro redator. Acrescenta Manuel Barata que partindo este para o Rio de Janeiro, em março de 1825, como deputado eleito à Assembléia Geral Legislativa, foi encarregado da redação o português José Ribeiro Guimarães, por antonomásia *Conin*, com experiência anterior já assinalada.

A substituição do coronel José de Araújo Roso, na presidência da província, pelo maranhense, também coronel, José Félix Pereira de Burgos, em 1825, parece não haver alterado fundamentalmente a orientação política que submetia a imprensa ao jugo do Estado. A nomeação de José Ribeiro Guimarães para redigir o *Verdadeiro Independente* ocorre exatamente nesse momento. As mudanças que se operam ainda sob a administração do segundo presidente, em 1827, derivam, ao que parece, da situação nacional, que se modificou com o funcionamento efetivo da Assembléia Nacional Legislativa, deslocando de Lisboa para o Rio de Janeiro o debate do constitucionalismo, como que "nacionalizando-o". A política econômica do Império, que se submeteu aos caprichos do capitalismo britânico, determinava outras mudanças qualitativas. O Império tomara-se dependente do capital e da ideologia do capita-

lismo bretão. Os nossos teóricos ditavam os rumos a seguir: José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, foi o principal teórico do "sistema liberal", que marcaria, entre nós, o advento do capitalismo moderno, sob a forma do mercantilismo. O Brasil envolvera-se, a partir de 1808, no sistema econômico britânico e as amarras de sua economia se deslocaram portanto de Lisboa para Londres.

A situação nacional, exprimindo esse grau de dependência, pode ser medida com as concessões dessa época: o Tratado de Comércio, de 1827; os conflitos no extremo sul, com a perda da província Cisplatina; as propostas de repressão ao tráfico negreiro, que visavam reter os negros na África e abrir, na própria África, como nos demais continentes, mercados consumidores dos produtos da florescente indústria inglesa.

Sob a pressão desses acontecimentos é que observamos mudanças substanciais no Pará e a restauração aqui das idéias liberais na imprensa ainda debaixo do governo do segundo presidente, o coronel José Félix Pereira de Burgos. Cessa a publicação do *Verdadeiro Independente* em 1827 e, em seu lugar, aparece *A Voz das Amazonas*, lançado em 3 de fevereiro de 1827, órgão do governo, seu proprietário e também proprietário da única tipografia existente, espólio da que pertencera até pouco a Daniel Garção de Melo, agora intitulada Imprensa Imperial e Nacional e Tipografia Nacional e Imperial. Seu redator, como vimos, era o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, liberal, amigo de Batista Campos. Na mesma tipografia, e ainda com redação de Pereira da Serra, foi lançado em 14.12.1828, o *Telegráfo Paraense*, que circulou até 1830. O catálogo de Manuel Barata indica o lançamento, em 6.6.1829, do número único de *O Brasileiro Fiel à Nação e ao Imperador*, sem outros esclarecimentos, ao que parece simples folha laudatória. Nesse ano, temos notícia de segunda tipografia instalada no Pará, a do espanhol João Antônio Alvarez, antigo tipógrafo do primeiro jornal publicado em Belém, *O Paraense*. Era a Typographia Alvarez, localizada na rua das Flores, depois na rua Nova n.º 38, onde se imprimiu *O Sagitário*, hebdomadário e depois biebdomadário, redigido por Luís José Lazier, seu antigo companheiro das oficinas de *O Paraense*. De 8.10.1829 a 29.12.1830 foram lançados 76 nú-

131. Id., id., 1973, p.229.

meros de *O Sagitário*.

A permanência desses pioneiros não significou todavia fidelidade aos princípios que defendiam. Tanto o francês Luís José Lazier como o espanhol João Antônio Alvarez ligaram-se ao partido dos "liberais moderados", que se opunha aos "exaltados", este sob a chefia de Batista Campos, enquanto os primeiros representavam o partido no poder. João Antônio Alvarez, que Raiol definira como "frenético partidário do sistema republicano",<sup>132</sup> em 1823, servia agora a interesses opostos. Tornara-se proprietário.

O ano de 1831 foi bastante movimentado nos anais da política e do periodismo paraenses. À frente dos destinos da província achava-se, pela segunda vez, José Félix Pereira de Burgos, barão de Itapicuru-Mirim. Fez curta administração, exercida efetivamente de 14.7.1830 a 19.7.1831. Tendo favorecido no primeiro período o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, como acabamos de ver, agora se prestava a patrocinar a fundação da primeira loja maçônica no Pará, instalada em 22.1.1831, com o nome Tolerância, na casa do almoxarife dos armazéns da Marinha, Gaspar Corrêa de Vasconcelos, localizada no largo dos Quartéis (hoje Praça Saldanha Maranhão), canto da rua do Rosário (hoje Aristides Lobo), lado meridional.

Manuel Barata dá notícia dessa primeira loja maçônica oficialmente instalada no Pará, relacionando seus fundadores, todos figuras eminentes na política, no comércio, na administração pública, grandes proprietários e latifundiários, aristocratas e burgueses, alguns clérigos, como o cônego da catedral Silvestre Antunes Pereira da Serra, amigo e correligionário de Batista Campos, e o padre Gaspar de Sequeira e Queiroz, ainda amigo e correligionário do mesmo, mas que logo se definiria seu opositor, depois ferrenho inimigo. Batista Campos não ingressou no grêmio maçônico quando de sua instituição. Alguns historiadores afirmam que seu nome foi proposto somente em 1833 e rejeitado nessa ocasião. Em consequência, ter-se-ia, então, tornado inimigo do grêmio maçônico. Por que

não ingressou em 1831, quando seria mais oportuno? Por oposição ao coronel José Félix Pereira de Burgos? A hipótese é demasiado simplista. Seus amigos e correligionários Silvestre Antunes Pereira da Serra e Gaspar de Sequeira e Queiroz "infiltraram-se", ao que parece sem dificuldade, no aludido grêmio.

A maçonaria veio reforçar, no Pará, o partido "moderado". A 26.3.1831 surgiu o primeiro fruto dessa nova associação propiciando a reaglutinação das classes dominantes: aconteceu com o lançamento do hebdomadário *Correio do Amazonas*, com tipografia própria estabelecida na rua Formosa, n.º 43, redigido pelo maçom José Ribeiro Guimarães, brasileiro naturalizado, nosso velho conhecido, adepto do "partido da ordem constitucional", delator em 1821 das atividades políticas subversivas de Filipe Alberto Patroni e dos irmãos Vasconcelos, como já assinalamos com o testemunho de Raiol.<sup>133</sup>

O *Correio do Amazonas* circulou até 1834, vésperas da Cabanagem, e seu lançamento teve imediata resposta, exatamente dois dias depois, com o *Orpheo Paraense*, hebdomadário impresso na Tipografia da Câmara Municipal, rua dos Cavaleiros n.º 46. O *Orpheo Paraense* suscitou grande polêmica, circulando como órgão da Câmara Municipal apenas de 28 de março até o mês de agosto. Informa Barata<sup>134</sup> que o cônego Batista Campos conseguiu ser seu redator e fazê-lo órgão de sua facção, com a colaboração dos padres Gaspar de Sequeira e Queiroz e Jerônimo Roberto Pimentel. Era o retorno de Batista Campos, com seu grupo, à imprensa. Retorno senão irregular, um tanto abusivo, já que se utilizava da imprensa oficial. Diz Manuel Barata que os brados da opinião pública e os esforços de alguns membros da câmara contra os excessos do redator, fizeram com que fosse vendida a tipografia, cessando a publicação do jornal. Essa transação comercial é ainda um tanto polêmica, já que beneficiou a facção do cônego, que a adquiriu e denominou-a Philantropica, pertencente à Sociedade Patriótica, Ins-

132. RAIOL, Domingos Antônio. Op. cit., v.1, 1865, p.24.

133. Id., id., v.1, 1865, p.19-23.

134. BARATA, Manuel. Op.cit., 1973, p.231

tructiva e Philantropica, o seu partido, também chamado partido da *força bruta*, organizado em junho de 1831, pelo cônego. Diz-se que ele presidia as reuniões em mangas de camisa, na casa de sua residência: "As sessões dessa Sociedade tinham mais caráter de orgias, que de reuniões políticas", acusa o general José Maria da Silva Bittencourt, comandante das armas do Pará.<sup>135</sup>

Em oposição à Sociedade Filantrópica, organizou-se em outubro do mesmo ano a Sociedade União Liberal e Independente, instalada no dia 28.8.1831, que logo encampou o hebdomadário *A Opinião*, impresso na Tip. Alvarez, agora na rua do Passinho n.º 17, e lançado em 12 de abril como órgão dos "liberais moderados e amigos da ordem", portanto em "oposição à facção exaltada e perturbadora, chefiada pelo cônego Batista Campos".<sup>136</sup>

A periodicidade desses jornais até parece um jogo de cartas marcadas, havendo substituição sempre que o adversário sofria algum revés ou modificava sua tática. O jornal *A Opinião*, que circulou até setembro de 1831, era redigido por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Marcos Antônio Rodrigues Martins (Mundurucu Paiquicé) e José Soares de Azevedo, todos três integrantes da primeira loja maçônica instalada no Pará, em 22.1.1831, e se constituíram nos principais opositores intelectuais do grupo do cônego Batista Campos.

A maçonaria surgia assim, no Pará, como sociedade de classe, representando interesses dos capitalistas locais, estimulando a luta contra a "gente de pé-no-chão", proletários, pequenos proprietários, negros escravos e caboclos, tidos e havidos como livres, habitantes das cabanas miseráveis, nas baixadas insalubres. Assumindo tal postura, também estimulou a luta de classes, fazendo oposição ao partido da "força bruta", "à facção exaltada e perturbadora", chefiada pelo cônego Batista Campos.

A instabilidade do periodismo paraense, nesse momento, parece ser um tanto artificial, mudando ao sabor das determinações

de cada grupo. Assim, o jornal *A Opinião* foi substituído em outubro de 1831 pelo *Echo Independente*, que se apresentou como órgão da aludida Sociedade União Liberal e Independente, que, conforme Manuel Barata<sup>137</sup> tinha por fim "promover a união entre todos os brasileiros, sustentar a liberdade e independência nacional, e acudir à humanidade". Funcionou até julho de 1832, período em que também a folha hebdomadária circulou. Combateu as idéias e os fins políticos, acrescenta Manuel Barata, da sua rival Sociedade Patriótica, Instructiva e Philantropica.

Nesse meio tempo circularam ainda dois jornais: o *Bellerophon*, hebdomadário, em 1.º.05.1831, redigido por Luís José Lazier, e o *Heimall*, em data não apurada de 1831, redigido pelo cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra. São, na verdade, duas incógnitas do periodismo paraense. O primeiro, talvez conhecido de Manuel Barata, tinha no título a lembrança do ser mitológico, nome também do navio em que o vencido de Waterloo se fora entregar ao governo inglês, portanto numa clara homenagem a Napoleão Bonaparte. *Heimall* parece palavra de origem bretã (talvez grafia incorreta), composta de duas, a segunda significando cacete (mall), borduna ou coisa semelhante, instrumento de ataque usado pelos cabanos. De qualquer forma, não foram localizados.

Em 1832 surgem os títulos *O Soldado Liberal*, lançado em 19 de janeiro; *A Luz da Verdade*, hebdomadário impresso na Tip. Filantrópica, lançado em 10 de março e redigido pelo con. Silvestre Antunes Pereira da Serra, conhecido vulgarmente por "Gazeta da Seringa",<sup>138</sup> circulando até 1833; e *O Amigo da Ordem*, lançado em 2 de abril, publicando apenas doze números com redação do padre Filippe da Costa Teixeira, dito "o Caveira".

A radicalização crescente instigou nova investida do grupo da Sociedade União, que lançou em 14 de maio *O Despertador*, hebdomadário, e que só alcançaria o n.º 6. Dizendo-se órgão do partido constitucional moderado, criado para restabelecer a ordem pública e sustentar o crédito do governo, era redigido pela mesma trinca

135. Apud BARATA, Manuel. *Op.cit.*, 1973, p.231.

136. *Id.*, *Id.*, 1973, p.232.

137. *Id.*, *Id.*, 1973, p.232.

138. *Id.*, *Id.*, 1973, p.232.

de *A Opinião e do Echo Independente*. Barata:

"No seu n.º 2 foi censurado, nos seguintes termos, o presidente da província, José Joaquim Machado de Oliveira, por ter mandado desarmar o corpo de guardas nacionais provisório: 'Não é desarmando a sociedade entusiasta e as classes industriaes e productoras, e consentindo que os juizes de paz armen a ralé esfarrapada, que a ordem se ha de restabelecer, e arraigar-se a confiança que todos tem no governo'.<sup>139</sup>

O grupo rompia, dessa forma, com o presidente da província, numa evidente mostra de inabilidade política. Irritado com essa crítica, que segundo Barata "visava a sua montagem política em favor da facção desordeira do cônego Batista Campos", Machado de Oliveira oficiou ao promotor público que denunciasse o periódico, figurando o artigo como provocação direta contra sua autoridade. Desencadeou-se dessa forma uma série de acontecimentos: o responsável pelo jornal foi condenado a dois 2 anos de prisão e pagamento da multa no valor de 800\$000, sendo ainda suspensa a publicação da folha. Para fugirem ao processo e prisão, os três redatores decidiram expatriar-se, embarcando em 14 de agosto no brigue-escuna *Ametista*, que saía para a cidade de Salem, EE.UU. Chegando naquela cidade, publicaram na *Gazeta de Salem*, edição de 12 de outubro, uma exposição dos acontecimento no Pará, que teria sido "gêrmen de novas desgraças cujo desenvolvimento por cultura assídua se completou no ano de 1835".<sup>140</sup>

139. Id., id., 1973, p.233.

140. Apud BARATA, Manuel. Op. cit., 1973, p.233. Os três citados jornalistas retornaram ao Brasil, indo diretamente para o Rio de Janeiro, onde representaram à regência contra os desmandos do presidente da província, conforme o historiador citado, e ainda publicaram o opúsculo *O Pará em 1832*, redigido por Soares de Azevedo e Tenreiro Aranha.

José Soares de Azevedo, escritor e jornalista português, ativo no Pará na época da Cabanagem, nasceu no Porto em 17.03.1800 e morreu no Recife PE em 8.03.1876. Em 1821 recebeu em Paris o grau de bacharel em letras. Em seguida embarcou para o Maranhão, onde se associou a uma casa comercial e abraçou a causa da Independência, tornando-se cidadão brasileiro. Sendo porém mal sucedido no comércio, passou-se para o Pará e aqui se fez guarda-livros, dedicando-se ao mesmo tempo à política e à imprensa. Associou-se aos paraenses João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e Marcos Antônio Rodrigues Martins (Mundurucu Paquico) na edição dos periódicos *A Opinião e Echo Paraense*. Em 1832 deu-se o episódio que o levou ao exílio, juntamente com os dois citados correligionários. Enquanto seus companheiros voltavam ao Pará, Soares de Azevedo ficou no Rio de Janeiro,

Enquanto isso, o grupo de Batista Campos lançava em agosto de 1832 *O Publicador Amazoniense*, político e literário, impresso na Tip. Filantrópica e redigido pelos cônegos Silvestre Antunes Pereira da Serra e João Batista Gonçalves Campos. Logo a mesma dupla editava o nativista *O Paraguassu*, político, literário, analítico e comercial, hebdomadário lançado em setembro de 1832 e que trazia como dístico expressiva frase de Mirabeau: "Si le peuple étoit plus instruite et plus hereux, la politique ne seroit point dans le tromper pour de contenir".

Esse jornal declarava-se agora francamente revolucionário, provocador, trazendo por cima do título uma vinheta alegórica representando uma grande árvore, mirrada, um de cujos ramos está alporcado e vicejante. Ao pé da árvore, no chão: duas mãos, a direita empunha uma foice, com que corta o ramo vicejante, enquanto a esquerda segura o ramo que está sendo cortado. Por cima deste, a legenda: *Não depende*. Manuel Barata insinua:

"Como se vê alegoria alusiva, pregava a separação do Pará, a expulsão dos brasileiros adotivos e dos estrangeiros".<sup>141</sup>

*O Paraguassu* não passou de 1833 e a dupla ainda lançou, nesse ano, *O Federalista Paraense*, órgão da Sociedade Federal Paraense, com primeiro número distribuído em 31 de maio.

Batista Campos e Pereira da Serra haviam chegado ao máximo da radicalização, e não podiam mais recuar. Alguns companheiros antigos deles se afastaram, como o padre Gaspar de Sequeira e Queiroz, que se passou para o grupo adversário e lançou o hebdomadário *O Vigilante*, em 30.3.1834, em oposição ao velho companheiro. Contra o mesmo também foi lançado em 26 de abril *O Desmasca-*

(140.) ligando-se à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, de que Evaristo da Veiga foi um dos fundadores. Algum tempo depois, passou-se para Pernambuco, onde fundou, em 1839, o Colégio Pernambucano e exerceu o magistério de francês, língua e literatura nacional no Liceu; foi sócio fundador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico e do Conservatório Dramático de Pernambuco.

No Pará, Soares de Azevedo foi também um dos fundadores, em 22.01.1831, da primeira loja maçônica, a Tolerância.

141. Id., id., 1973, p.234.

rador, redigido pelo advogado Antônio Feliciano da Cunha e Oliveira, outro membro influente e fundador da primeira loja maçônica no Pará.

O periodismo paraense tomou assim, na fase pré-revolucionária, rumos inesperados, concentrando-se na luta de grupos e não propriamente de idéias. O facciosismo parece ser sua principal característica. O próprio presidente da província, recém-chegado e empossado em 4.12.1833, Bernardo Lobo de Sousa, empenhou-se na luta pessoal contra o cônego, sob a proteção da loja Tolerância, ou envolveu-a arbitrariamente, e promoveu a publicação do *Correio Oficial Paraense*, lançado em 3.7.1834 e impresso na tipografia do *Correio do Amazonas*. Ficou o *Correio Oficial Paraense* entregue à redação de Gaspar de Sequeira e Queiroz,<sup>142</sup> que investiu contra o antigo companheiro ferozmente e, como replicando ao *Paraguassu*, o jornal ostentava também dístico em francês: "Si le gouvernement est fait par tous, et pour tous, ses procédés ne doivent point être cachés à la Nation", de Condillac, filósofo oitocentista (1715-1780), chefe da escola sensualista; o dístico apresentava-se também traduzido: "Si o governo he feito para todos, e por todos, o seu procedimento não deve ser oculto à Nação".

Batista Campos perdera um de seus melhores aliados intelectuais. E chegado nesse ponto de extrema polarização, entregou-se abertamente à ação e propaganda revolucionárias. Não podendo ocupar-se da publicação de seus jornais, manda recrutar no Maranhão o jornalista Vicente Ferreira de Lavor Papagaio para ajudá-lo.

A publicação de um jornal regular é suspensa e substituída pela panfletagem mais desabrida, a cargo de Lavor Papagaio, escritor popular, republicano formado, ao que parece, ao tempo da Confederação do Equador e que trazia do Nordeste não só a linguagem destemperada e rude, como o estilo, ou maneira de escrever seme-

142. Nelson W. Sodré classifica-o como "panfletário atrevido que servia aos conservadores fixando sua fúria particularmente em Batista Campos e na *Sentinella Maranhense na Gorta do Pará*, de Clemente Malcher, redigida pelo não menos virulento Vicente Ferreira de Lavor Papagaio, cearense que Batista Campos mandara vir a Belém". Op. cit., 1966, p.152.

lhante ao linguajar do povo, o que foi visto por Raiol, Barata e seguidores como crassa ignorância. Nelson Werneck Sodré viu nele, entretanto, influência de Cipriano Barata, o iniciador da imprensa libertária, nativista radical, com larga e fecunda atuação no Recife<sup>143</sup>.

Lavor Papagaio era natural do Ceará, donde consta que saiu por causa de sua linguagem atrevida e insultuosa na imprensa, passando para o Maranhão, onde se dedicava "à defesa e sustentação exagerada das idéias republicanas".<sup>144</sup> Convidado para redigir o jornal de Batista Campos, *O Publicador Amazoniense* não se demorou, vindo residir na própria casa do cônego, na rua do Norte. O jornal foi substituído, no auge dos acontecimentos, em 1834, por pasquins incendiários colados nas paredes das ruas e esquinas, espalhados pelas praças e lugares públicos de maior trânsito, incitando o povo à revolução. Papagaio lançou também o jornal *Sentinella Maranhense na Gorta do Pará*, de que era redator, e responsabilidade de Camilo José Moreira Jacaréacanga, também natural do Ceará, e que se declarava "campeão dedicado das liberdades pátrias, paladino sincero dos direitos do povo".<sup>145</sup> O nome "Sentinella" é uma indisfarçável influência de Cipriano Barata. E sua epígrafe:

Sem rei existe um povo  
Sem povo não há nação:  
Os brasileiros só querem  
Federal Constituição.

Lavor Papagaio publicou apenas dois números do seu jornal. Raiol, em dois tempos:

"Desmoralizar o sistema monárquico e a regência do império; — abalar as instituições do país; — excitar o furor popular, — subverter a ordem pública, — deprimir os delegados do governo, — rebelar a província, tal parecia ser a mira de Lavor Papagaio".<sup>146</sup>

"Lavor Papagaio entretanto, nada tendo que perder na provín-

143. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., 1966, p.77-79.

144. RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., v.III, 1883, p.216.

145. Id., id., v. III, 1883, p.217.

146. Id., id., v. III, 1883, p.218.

cia, persistia no seu plano de insuflar as massas populares; aproveitava os germens da anarquia que, derramados há muito entre o povo começava a frutificar no solo paraense. Orgulhoso e ousado como é todo o ignorante que se desvaneca de si próprio, ele não cessava de pregar doutrinas incendiárias contra o governo".<sup>147</sup>

A imprensa revolucionária ocupa espaço na vanguarda dos acontecimentos, exprimindo idéias republicanas com audácia crescente. Os principais assessores de Batista Campos manifestam essas idéias, como os irmãos João e Germano Aranha; o próprio Félix Antônio Clemente Malcher; o mulato Joaquim Antônio que reivindicava abertamente o fim da escravatura e a distribuição de terras abandonadas aos camponeses sem terras; um tal Raimundo de Avelar, "homem de gênio atrabiliário" e que, no auge dos acontecimentos, tentara aclamar o regime republicano na Vigia<sup>148</sup> e muitos outros. Não se deve esquecer as ligações de Batista Campos com os revolucionários pernambucanos de 1817 e 1824, ou uma tomada de posição republicana há muito amadurecida. A sua morte prematura, no último dia do ano de 1834, parece ter franqueado essa tendência que levaria Félix Antônio Clemente Malcher à presidência, com suporte de republicanos influentes, como o seu secretário de governo João Aranha e de seu irmão Germano, que arrastou consigo parte da oficialidade da Marinha de Guerra estacionada na baía do Guajará.<sup>149</sup> Houve porém desentendimento e com o assassinato do presidente Félix Antônio Clemente Malcher, primeiro chefe cabano no poder, em 21.2.1835, sucederam-se os recuos e vacilações dos chefes cabanos.

Embora contendo esse ingrediente republicano, a Cabanagem não chegaria a proclamar a República, como aconteceu entre os farrapos do Rio Grande do Sul. A tentativa de Raimundo de Avelar,

na Vigia, não teve maiores conseqüências. O governo de Malcher, sustentado por republicanos, durou pouco mais de um mês. A campanha de Lavor Papagaio e de outros "foliculários", depreciativamente julgados pelos historiadores, mostrou-se também ineficiente. Lavor Papagaio retoma porém uma tática antiga: é o elemento de ligação com o nordeste e é lícito admitir ter ele se formado na escola dos pré-socialistas pernambucanos, gerados pela revolução de 1824. Raiol chegou a ler seus escritos, daí tirando opinião:

"Os poucos escritos seus que temos lido, certo não recomendam a sua sensatez; denotam além de tudo, a mais crassa ignorância da língua portuguesa: parece que lhe eram estranhas até os princípios mais elementares da gramática".<sup>150</sup>

O perfil do panfletário foi traçado pelos historiadores mais interessados em transmitir a versão oficial dos fatos sempre de maneira depreciativa. Raiol nega-lhe qualquer importância. Os que nele se inspiraram carregam mais nas tintas. Manuel Barata tende para opiniões racistas. Falando de *Sentinella Maranhense na Gorila do Pará*, único jornal inteiramente redigido por Lavor Papagaio, impressos apenas dois números, tirados em 27 de setembro e 4 de outubro de 1834, na tipografia Federal dos Verdadeiros Liberais, diz que era redigido por esse "mulato, natural do Ceará", donde saíra corrido para o Maranhão" e que o responsável legal era Camilo José Jacaréacanga, "outro mulato, também cearense, foliculário ignorante e pernóstico, como o seu amigo Papagaio, com quem viera do Maranhão". Quanto ao estilo do jornal:

"Sob a inspiração diabólica do cônego, o jornal atacava furiosamente o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, contra quem excitava o furor da população, com o propósito assentado de subverter a ordem pública."<sup>151</sup>

147. Id., id., v. III, 1883, p.230.

148. Id., id., v. III, 1883, p.224.

149. Trabalho fundamental sobre o papel da marinha na Cabanagem é o do capitão de mar e guerra Lucas Alexandre Boiteux, *Marinha Imperial versus Cabanagem*, 1943, no qual defende a postura legalista de parte da marinha e condena asperamente a defeção de Germano Aranha e seu grupo, que considera pequeno e insignificante. Boiteux não é porém fonte muito segura e imparcial.

150. RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., v.III, 1883, p.242.

151. BARATA, Manuel. Op.cit., 1973, p.235.

A imprensa tornara-se, portanto, nesta altura, importante veículo da agitação e propaganda revolucionárias. Nelson Werneck Sodré:

“O clima político da província agravava-se progressiva e rapidamente. Batista Campos, figura típica de agitador e de jornalista liberal, falece no último dia do ano de 1834. Ao iniciar-se o ano seguinte, eclodiria a Cabanagem.

“Enquanto durou a luta armada, na sucessão de choques de extrema violência, a atividade da imprensa quase desapareceu. As dificuldades observadas no Sul para a circulação de jornais repetiram-se no Norte, mas em proporções muito maiores: no Sul circularam folhas impressas com irregularidade mas com a continuidade para não deixar desaparecer de todo o mister, no Norte, as dificuldades eram agravadas por uma série de fatores e a imprensa dos rebeldes só existiu nos intervalos curtos de uma luta extraordinariamente acirrada. Na fase preparatória, o da pregação, sua atividade foi importantíssima, porém. Os conservadores defendiam suas idéias no *Sagitário*, redigido pelo francês Lazier; em *A Opinião*, de que era redator João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e Marcos Antônio Rodrigues Martins. Os liberais pregavam as suas no *Orfeu Paraense*, de Batista Campos; no *Publicador Amazoniense* de Batista Campos e Silvestre Antunes Pereira; no Paraguaçu, dos mesmos cônegos; e na *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, de Ferreira Lavor”.<sup>152</sup>

Com a retomada de Belém, em 13 de maio de 1836, pelas forças do General Andréa, extinguiu-se praticamente a imprensa revolucionária e política no Pará. Andréa instalou na província, conforme denúncia de João Francisco Lisboa,<sup>153</sup> o “mais feroz e irracional despotismo”, suprimindo, entre outras liberdades individuais, a liberdade de imprensa. Os últimos jornais publicados nessa fase revolucionária circularam em 1835: o *Paquete do Governo*, em

152. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., 1966, p.152-153.

153. Op.cit., v. II, 1969, p.65.

3 de fevereiro; o *Publicador Oficial Paraense*, em 28 de março; e *A Sabatina*, em julho, cessando todos a publicação no mesmo ano. O primeiro foi tirado debaixo do governo de Félix Antônio Clemente Malcher e os dois últimos também no governo cabano de Francisco Pedro Vinagre. Nada sabemos de seu conteúdo.

Somente em 1837, o livreiro e editor Honório José dos Santos, proprietário da Tipografia Restaurada,<sup>154</sup> sob a razão social Santos & Menor, instalada na rua da Alfama n.º 39, lança o 1.º número, pelo mês de agosto, da *Folha Commercial do Pará*, hebdomadário, que circula sem atropelos até 1840. Nesse ano, trabalhando com três pretos escravos seus (Joaquim, Camilo e Cirilo), “por ele mesmo ensinados para o mister”, torna-se editor do *Treze de Maio*, como “órgão oficial”, e o título fora escolhido de propósito. Barata:

“... em jubilosa comemoração do dia (13 de maio de 1836), em que as forças legais, ao mando do benemérito marechal Andréa (depois barão de Caçapava), entraram nesta desolada cidade, ensanguentada e saqueada pelas hordas de sicários, conhecidos na história por *cabanos*, que, pela surpresa e pelo morticínio, dela se havia apoderado na manhã de 7 de janeiro de 1835”.<sup>155</sup>

Informa o mesmo historiador que com o 1.º número foi lançado um *Prospecto*, que explicava o título:

“... Nem um título nos pareceu mais adequado do que o de — *Treze de Maio* — desse dia memorável nos fastos da história Paraense, dia de doces recordações, em que a Legalidade conseguiu triunfar dos desastrosos feitos e negros planos da rebeldia, apoderando-se da capital da Província...”.<sup>156</sup>

Vinha o *Treze de Maio* “menos político, e mais noticioso, bannindo de suas colunas as odiosas questões pessoais, e tratando exclusivamente do interesse geral”. Informa Manuel Barata que ele iniciou desta forma nova era na imprensa paraense; e foi o jornal

154. Era a antiga tipografia do *Correio do Amazonas*, órgão oficioso da maçonaria, agora propriedade de outro maçom, que lhe dava continuidade com o apoio de seus confrades. Patroni vai publicar, nesse jornal, muitos trabalhos em prosa e verso.

155. BARATA, Manuel. Op. cit., 1975, p. 236-7.

156. Id. ibid.

que naquele tempo mais longa existência teve. Seu fundador e diretor, Honório José dos Santos, era natural do Rio de Janeiro, tendo vindo para o Pará em 1819, aqui exercendo atividades comerciais e a profissão de tipógrafo. Um dos fundadores da primeira loja maçônica no Pará, em 22.1.1831, sobreviveu com seus interesses e seus cabedais para restaurar a imprensa oficial e/ou oficiosa no Pará.

E iniciar, com seus escravos tipógrafos, a mencionada nova era na imprensa paraense. Faleceu em Belém a 23.1.1857, aos 56 anos de idade, já aposentado como empregado da alfândega desta cidade e condecorado com os hábitos do Cruzeiro e de Cristo pelos relevantes serviços prestados.

A partir de então sempre se comemorou jubilosamente o dia 13 de maio no Pará; a vitória do bem contra o mal. A antiga rua da Paixão, depois Formosa, teve o nome mudado para 13 de maio. A homenagem permanece até hoje.

## 8 O POVO SE ORGANIZA

Vimos que desde o final do século XVIII discursistas e conferencistas tornaram-se os principais disseminadores das "novas idéias", nos clubes e nos conciliábulos mais ou menos secretos. As idéias perturbadoras ganharam contudo significação especial com a proliferação de panfletos e pasquins, manuscritos ou impressos, tornando-se mais abundantes com a instalação das primeiras tipografias.

O governo colonial sempre temeu uma convulsão popular e exerceu, por isso, grande vigilância sobre os emissários da subversão, livros, jornais, discursistas ou conferencistas. Diz Baena que a Junta Governativa do Pará achou por bem, diante dessa ameaça, "... fazer vigiar, prender e formar causa a todos os públicos discursistas folicolarios, e a todos os authores de discursos divulgados nas folhas periódicas, os quaes propalando erros, e disseminando máximas e opinioens perigosas derramão na massa do povo a confissão dos principios politicos e moraes, de que depende a publica felicidade."

Esse cuidado foi fielmente anotado por Baena, no seu *Compendio*, que ainda transcreveu, para melhor exemplificar, trecho da

carta que o marquês d'Alorna Dom Pedro escrevera ao Príncipe Regente, em Lisboa, datada de 25.10.1801:

"Uma fatal experiencia tem mostrado que os perturbadores do socego publico foraõ proselytos do discurso, em que Herminius quiz provar no principio da Revolução Franceza, que a verdade, a humanidade, a boa fé, a amizade, a honra, e a justiça, e todas as bases fundamentaes da regencia dos Estados, o direito das Gentes, as indemnidades estabelecidas, e a Religião, deviaõ ser reputadas como preoccupaçoens, que era preciso desvanecer, para o sólido estabelecimento da nova seita."<sup>157</sup>

Tribunos e jornalistas se confundem logo no primeiro momento das conspirações em prol da Independência. Daí a necessidade da expedição de medidas repressoras antes que o primeiro jornal circulasse no Pará, ou por que já se tornaram temíveis os que vinham de fora, a exemplo do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.

Mas os discursistas e conferencistas agiam talvez mais perigosamente: organizavam-se ou davam instruções para a organização dos prosélitos do discurso, como cuidava o marquês d'Alorna. Entre os mais populares, no Pará, durante um quarto de século, destacou-se o cônego João Batista Gonçalves Campos. Raiol traçou-lhe o perfil:

"De espírito inteligente e insinuante, de locução fácil e agradável, tomava-se acessível a todos (...) Não tinha grande instrução, mas a sua rara loquacidade fazia valer e sobressair o pouco que sabia. Comprazia-se de estudar e discutir as questões politicas, que se agitavam na provincia, possuindo o dom de transmitir e fazer esposar as suas opinioens."<sup>158</sup>

A tribuna, como os púlpitos, parece ter sido importante veículo na disseminação das novas idéias. Ressaltamos isto desde o início, com destaque especial para o franciscano Luís Zagalo, Batista Campos e o próprio Filipe Alberto Patroni, orador atrevido nas cor-

157. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. cit., 1969, p.348.

158. RAIOL, Domingos Antônio. Op.cit., v.1, 1865, p.181.

tes, estes a serviço da Revolução, sem esquecer os que se lhe opunham, como os dois Romualdos e tantos outros.

Batista Campos contudo exerceu enorme influência nas camadas populares, transmitindo a estas o seu exemplo: "Havia em Belém um moço que se distinguia pela loquacidade com que falava e arrastava as turbas".<sup>159</sup> Chamava-se Eduardo Francisco Nogueira e tinha dois irmãos mais velhos que ele, Geraldo e Manuel, ambos artistas, trabalhadores qualificados, "entusiastas das idéias liberais, fazendo-se notável entre os patriotas que mais pareciam simbolizar o sentimento nacional".<sup>160</sup> Amigo de Batista Campos, alistou-se entre os federalistas, tomando parte ativa nos acontecimentos e se autocognominou "Ángelim", nome de uma madeira rija, e seu irmão Geraldo tomou o nome de "Gavião", conhecida ave de rapina. "Sua linguagem rústica e inculta, porém fluente e animada, abalava e predisponha as turbas, que ordinariamente se deixam com muita facilidade dominar por quem melhor sabe excitar-lhe a sensibilidade, eletrizando-as com o sonoro canto da liberdade".<sup>161</sup>

E esse canto começou a ser entoado principalmente pelos escravos, que constituíam então parcela considerável da população paraense. Na Cabanagem, o negro foi atraído para o levante geral pelos seus líderes. Alguns atuavam na cidade, outros nos campos, e sempre lado a lado com os líderes do movimento. Houve portanto um princípio de organização. Percebendo que os negros não agiam anarquicamente, mas que havia entre eles certa organização, o governo baixou sucessivos atos, proibindo ajuntamentos e quaisquer atitudes políticas dos escravos. Atraídos pelo partido de Batista Campos, os escravos começaram a se manifestar perigosamente como ativistas e passaram mesmo a usar ostensivamente os distintivos vermelhos daquele partido. Diz Raiol que os adeptos do cônego se identificavam pelo "uso indiscreto que fazem de enfeites de cor encarnada".<sup>162</sup>

159. *Id.*, *Id.*, v.III, 1883, p.142.

160. *Id.*, *Id.*, v.III, 1883, p.143.

161. *Id.*, *Id.*, v.III, 1883, p.145.

162. *Id.*, *Id.*, v.III, 1883, p.81. O assunto está desenvolvido em *O Negro no Pará*, 1971, p.265-271.

Para a politização das massas, as pregações dos tribunos, partidistas de Batista Campos, foram sem dúvida importantes, mas disso também se encarregou, e talvez mais decisivamente, a própria classe dominante, por intermédio dos agentes do governo e da atitude radical que assumiu frente aos acontecimentos. No auge da agitação pré-cabana, o Conselho Geral da Província do Pará aprovou os artigos de Posturas da Câmara Municipal de Belém estabelecendo a censura de imprensa e de manuscritos subversivos. Essas Posturas visavam particularmente o partido de Batista Campos, acusado, entre outros argumentos distorcidos, de Restaurador.<sup>163</sup> Compunha-se dos sete artigos seguintes:

"Artigo 1.º Todo o individuo de qualquer estado, ou condição que seja, que propalar idéias de Restauração do Duque de Bragança ao Trono do Império do Brasil, ou mesmo a sua volta a este território sob qualquer pretexto, terá a pena de oito dias de prisão, e multa de trinta mil réis, duplicando nas reincidências; si porém o contraventor for escravo sofrerá trezentos açoites em seis dias interpolados sendo homem; e sendo mulher, ou rapaz, doze dúzias de palmatoadas aplicadas semelhantemente.

Art. 2.º Nas mesmas penas, e pela mesma forma acima declarada incorrerão todos aqueles que dissuadirem ou embaraçarem a qualquer Cidadão Brasileiro sem distinção de classe, de dever tomar Armas em defesa do Governo Legal da Nação, a despeito das tentativas do infame Partido Restaurador, ou que persuadirem a não cumprir-se as ordens do mesmo Governo, terá a pena do Artigo antecedente.

Art. 3.º Todos os que espalharem boatos aterradores que ponham em agitação o sossego público, ou exagerarem as forças do Partido Restaurador, enfraquecendo o Partido Nacional que sustenta a liberdade, a Independência do Brasil, terá a pena do artigo 2.º.

Art. 4.º Serão incursos nas mesmas do artigo antecedente todos os que espalharem que as reformas da Constituição incumbi-

163. "Restaurador", na verdade, era o partido dito "moderado", fruto da aliança de brasileiros e portugueses, solidários pelos mesmos interesses políticos e econômicos. Era comum, na época, a troca de acusações e a distorção das mensagens políticas.

das a Assembléa Geral Legislativa, são ilegais, ou prematuras, e que por estas razões não devem ser rigorosamente cumpridas quando sancionadas.

Art. 5.º Aqueles que mostrarem, ou recitarem quaisquer pasquins, proclamações incendiárias, ou versos provocantes, a não ser Autoridades competentes serão reputados perturbadores do sossego publico, e terão as penas designadas aos contraventores do Artigo 1.º.

Art. 6.º Quando a contração de qualquer dos mencionados artigos se verificar por meio de escritos manuscritos, impressos, litografados, ou gravados será responsável, 1.º o impressor, Gravador, ou Litógrafo na falta destes, 2.º o Editor na deste; 3.º o Autor na deste, 4.º o vendedor na deste, 5.º a pessoa em cujo poder for encontrado qualquer dos escritos individuados.

Art. 7.º Toda a pessoa, que, suspeita de aderente ao Partido Restaurador, usar de qualquer distintivo, que, ou pela cor, ou pela qualidade ou pela configuração, numere o conceito dos sectarios, denote a existencia daquele infame partido, sofrerá a pena do Artigo 1.º, com todas as declarações aí estabelecidas.

Sala das Sessões do Conselho Geral da Província do Pará, 25 de Fevereiro de 1834.

(as.) Thomás Nogueira Picanço, Presidente/João Antonio de Loureiro — Secretário."

Já estava no exercício da presidência da Província do Grão-Pará, nessa época, o bacharel em Direito Bernardo Lobo de Sousa. Tais posturas devem ter sido elaboradas por determinação do presidente. Alguns fatos documentados permitem esta afirmação. No ofício de Afonso de Albuquerque e Melo, datado de 8.2.1834, publicado no *Correio do Amazonas*,<sup>164</sup> revelam-se as instruções de 2.6.1832, dadas pelo então presidente Machado de Oliveira, autorizando que fossem dispersos os ajuntamentos de "escravos possuídos de idéias partidárias", informando: "como no dia 6 do corrente aconteceu

com o mulato Manoel, escravo de Maria Tereza Pia, o qual entoava versos com audácia de não temer ser castigado, o que melhor Vossa Excelência deprenderá da inclusa parte original". O próprio Lobo de Sousa, em ofício de 14.2.1834, transcrito por Raiol<sup>165</sup> ordenou ao juiz de Direito da comarca da capital, dr. Manoel Bernardino de Sousa Figueiredo, "desse providências que fossem necessárias para prender e conter os escravos", segundo o texto do ofício, "que se apresentem com sinais e cores que dizem ser distintivo do partido do Duque de Bragança, insultam com palavras as autoridades constituídas, e promovem a desordem até com ajuntamentos ilícitos nas ruas e praças", e mais "não tendo surtido efeito as medidas de brandura que tenho aplicado, e parecendo-me indispensável tomar mais sérias providências a respeito de um partido que se apresenta tão ousado, ainda que diminuto em número, principalmente por servir-se do infame e perigoso meio de açular os escravos, fazendo-os tomar parte ativa nos negócios do Estado, como tudo consta das partes que me têm sido enviadas sucessivamente há muitos dias pelas autoridades policiais".<sup>166</sup>

Esses papéis, manipulados por tantos historiadores, revelam afinal um princípio de organização, de parte a parte. A cor vermelha distinguia os partidários de Batista Campos, isto é, os cabanos, que também usavam lenço no pescoço, tal como os gaúchos na farrupilha. Azul-clara era a cor dos "moderados": "Os municipais permanentes a ostentavam num trancelim que faziam pender do peito de suas fardas", consigna Raiol.<sup>167</sup>

Afirma Raiol que surgiam lideranças populares geradas em seu próprio meio:

"Havia na capital certos indivíduos geralmente conhecidos pelas doutrinas subversivas que pregavam e inoculavam no seio da população" (...) "Entre os turbulentos distinguia-se um tal Rezen-de e outros que ameaçavam a ordem pública pela influência perigosa que exerciam entre as massas, atento o gênio ousado e

164. Apud RAIOL, Domingos Antônio. *Op.cit.*, v.III, 1883, p.82-3 (Publicado no n.º 114, de 22.02.1834).

165. *Id.*, *id.*, v.III, 1883, p.82-3.

166. *Id.*, *ibid.*

167. *Id.*, *id.*, v.III, 1883, p.80.

incendiário de que eram dotados. Informado disso, Lobo de Sousa julgou conveniente retirá-los da província e fê-los recrutar e seguir para a Corte".<sup>168</sup>

"Na estrada de Nazaré, no chamado *Largo da Memória*, numa casa antiga de Tenreiro Aranha, o crioulo liberto geralmente conhecido pelo nome de *Patriota*, reunia a plebe e a predispunha para a revolta. No fim da rua da *Pedreira*, no ponto chamado *Bacury*, também se faziam reuniões de noite, servindo de pretexto a festa de *São Tomé*, que todos os anos ali solenizavam desde o dia de Natal até o de Reis, com grande concurso de vadios e libertinos, que lá iam movidos menos por sentimentos religiosos do que por desejos de assistir aos pagodes noturnos com que glorificavam o santo."<sup>169</sup>

O povo, portanto, organizava-se. O crioulo *Patriota* destacou-se na tomada de Belém pelo cabanos, em 7.1.1835, com o seu grupo, arrastando os músicos dos batalhões de tropa de linha.<sup>170</sup> Também se destacou o negro cabano Pedro Figueiredo, nomeado pelo presidente Francisco Pedro Vinagre, comandante do destacamento de guardas nacionais numa total inversão da hierarquia militar, o que causou escândalo. Esse destacamento guarnecia o Arsenal de Guerra e o comandante Pedro Figueiredo, sem nenhuma instrução militar, era apenas "Homem de raça africana, que se recomendara por seu valor e intrepidz no fogo da praça das Mercês".<sup>171</sup>

As lideranças populares tiveram, portanto, papel relevante em todo o processo e, enquanto perdurou a Cabanagem, sustentaram o espírito da luta. Muitas vezes entraram em conflito com os chefes supremos da rebelião, alguns deles extremamente individualistas e com tendências despóticas, como Malcher, Vinagre e Angelim. E, com efeito, a Cabanagem foi enfraquecida inevitavelmente por es-

168. Id., id., v.III, 1883, p.97.

169. Id., id., v.III, 1883, p.339-340.

170. Id., id., v.III, 1883, p.346.

171. Id., id., v.IV, 1884, p.9.

ses chefes, no exercício do poder.

A retomada de Belém pelas forças de Andréa, em 13.5.1836, modificou substancialmente o aspecto da luta, pois eliminou os principais líderes, passando a Cabanagem a desenvolver-se, a partir de então, exclusivamente, por lideranças populares.

Para os fornecedores de armamentos, prósperos capitalistas, industriais comerciantes, tornou-se claro o rumo das lutas e suas expectativas dirigiram-se então para o apoio do governo dito legal, ficando a Cabanagem como o rastro sombrio de facinorosos que impediam a tranqüilidade pública e o desenvolvimento da província. Ela se exaure lentamente, porque o ideal dos cabanos não se ligava às doutrinas européias, senão como fonte de inspiração libertária, mas, principalmente, ao sistema colonial, implantado nesta parte do continente americano, com seus dois grandes campos de organização, seus dois Estados, legitimados pelas leis da metrópole, que afinal modelaram a civilização do caboclo: o estabelecimento colonial, gerido por donatários, contemplados e possuidores de terras, engenhos, fazendas e escravos, de um lado; do outro, o capitalismo da igreja que simulou a organização de um tipo de sociedade sem "classes" nas missões e implantou o trabalho solidário em benefício da comunidade religiosa.

A Cabanagem tentou romper esse sistema.

## 9 VISÃO ÍNTIMA DA CABANAGEM\*

A Cabanagem foi movimento de massa liderado, em grande parte, por representantes típicos da pequena burguesia cidadina. Não vejo conotações nacionalistas ou patrióticas, senão como aspectos secundários, manifestados em circunstâncias especiais, como na reação dos cabanos aos acenos separatistas — episódio aliás muito pessoal e limitado na confabulação de emissários estrangeiros com Angelim. Digo realmente secundários porque o verdadeiro conteúdo do movimento repousa nas profundas contradições existentes neste contexto. O

\* Em fins de 1973, instigado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, escrevi o pequeno ensaio que reproduzo aqui sem retoques. Foi publicado em "O Liberal", em Belém, 24.02.1974, suplemento, p.3, com introdução do jornalista.

Pará se integrara ao Brasil pela adesão à Independência, mas conservava inalterado o *status quo* colonial.

É necessário aprofundar a análise para tentar compreender o movimento cabano. Ele parece ter apenas significação local ou regional, mas não tem. É sabido que todo o Império, naquela época, suportava a mesma carga de contradições políticas, econômicas, sociais. A Independência não trouxe reformas profundas à estrutura social vigente no período colonial. De certa forma, foi menos significativa do que a transmigração da corte portuguesa para o Brasil. Sua importância política é fundamental na criação e individualização do Estado nacional brasileiro. Mas o ato político parece ser apenas formal. Formalista era a vontade do primeiro imperador, que acabou se desembaraçando dos que desejavam a independência efetiva, com José Bonifácio. Em toda a parte soprava o anseio de atualização histórica, que se nutria não só das idéias de emancipação política, mas também de reformas sociais mais profundas. Idéias que se inspiravam na situação mundial, nas lições dos filósofos do iluminismo francês, na Revolução Industrial e até mesmo no exemplo próximo dos nossos vizinhos latino-americanos. A ordem burguesa se instalara definitivamente na Europa. Nós ainda persistíamos em manter aquele arremedo de sociedade semifeudal e escravocrata que Portugal nos dera como modelo institucional. Tentativas para modificar a situação ocorreram em toda a parte. O movimento de Pernambuco, em 1817, às vésperas da Independência, é quase a aurora promissora do que haveria de ocorrer depois.

As contradições sociais chegaram ao ponto da saturação. Sucederam-se os vários motins. O Brasil colonial se rebelava. Condições especiais existentes em cada região deram colorido local aos pronunciamentos. Não podemos perder de vista o sentido nacional de suas motivações básicas, porque nacional era o problema da escravidão, da representação política, da divisão social, dos desníveis econômicos. Nacional era a reforma em andamento: a mudança do eixo econômico do campo para a cidade. A cidade de características rurais, prolongamento do campo, mudava de feição. Os solares dos senhores rurais se amesquinham cada vez mais na cidade de comerciantes ricos. Ascendia socialmente a nova classe burguesa. O antagonismo decorrente dessa situação se manifesta agudo quando

setores da burguesia pretendem ultrapassar o ciclo colonial que os aristocratas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, desejavam manter.

Somos forçados a particularizar — e mesmo, nesta análise, a inversão dialética é frutífera — porque os focos de agitação e rebelião tomaram feições locais. Local ou regional foi o tipo de luta que ocorreu pondo em ação tipos regionais de população. Tipos que, afinal, deram nome aos vários pronunciamentos. É assim que vemos o “farrapo”, o “balaio”, o “cabano” etc.

Bastante confusa é a questão da liderança na Cabanagem, embora possamos apontar uma sucessão de nomes. São conhecidas as façanhas dessas personagens, mas não se conhece suficientemente o pensamento político dominante. Em torno das principais figuras, giraram outros que fizeram sentir suas idéias, aspirações e reivindicações. Em geral, foram esquecidos, embora vivessem fora da penumbra. O principal mentor intelectual foi, sem dúvida, Batista Campos, que era padre, gostava de títulos e honrarias, possuía terras e escravos, tudo certamente acumulado, já que saíra da classe média. O conjunto de idéias de Batista Campos nem sempre corresponde à sua ação. Seu pensamento tinha feição ideológica, não há dúvida, e deve ter-se formado em contato com o misterioso frei Luís Zagalo. Deste personagem, acusado de “apóstata e pedreiro livre”, isto é, maçom, o pouco que sabemos é suficiente para identificá-lo como autêntico revolucionário. Surgiu no Pará em 1815, vindo de Caiena. Era fanático da Revolução Francesa. Viveu em Cametá, “onde espalhou idéias subversivas entre os escravos”, como escreve Arthur Cezar Ferreira Reis. Em Belém e Cametá fez pregação revolucionária e absolutamente incômoda: “Na época da liberdade e da igualdade, afirmava, não podia haver homens submetidos a outros. Os escravos principiaram a agitar-se. Temeu-se uma insurreição”.<sup>172</sup> Em 1817 foi expulso do Pará. Governava o conde de Vila-Flor.<sup>173</sup> Surgiram depois Filipe Patroni e os irmãos Vasconce-

172. O assunto está desenvolvido no 1º capítulo deste trabalho.

173. Afirmativa sujeita a confirmação. O conde de Vila-Flor começou a governar efetivamente em 19.10.1817.

los, com os quais o padre Batista Campos também andou associado em conjuras.

Mais próximo dos acontecimentos da Cabanagem, desenvolveram atividade subversiva o paraense João Miguel Aranha, que estudara cinco anos nos Estados Unidos — onde “naturalmente bebera com as doutrinas salutares de liberdade as inspirações licenciosas da demagogia” (Raiol, *Motins Políticos*, v.3, p. 338); o francês Henrique Carlos Rhossard que, mesmo preso, para ser deportado, fazia propaganda política nos quartéis; o espanhol Urbano Blas Pardo, também possuído de idéias incendiárias. E mais dezenas de líderes populares, muito ativos em Belém, como o negro Manuel Barbeiro, o crioulo liberto de alcunha Patriota, o escravo Joaquim Antônio, incansáveis aliciadores de prosélitos e que manifestavam ousadamente idéias de igualdade social. Na zona rural, além do ca-fuz Hilário do Itapicuru e do tapuio Vicente, os mulatos irmãos Eusébio e Benedito, do Acará, deram grande apoio ao comando geral da rebelião.

Todos os líderes intelectuais desapareceram contudo antes da explosão do principal motim e possibilitam, com essa omissão, a liderança quase absoluta de Batista Campos.

A Cabanagem deixou esta contradição: foi forjada na cidade, explodiu nos campos. Foi o epílogo de inúmeras agitações urbanas, com reflexos inevitáveis nos meios rurais. Como forma de luta armada, a liderança absoluta esteve sempre com os sertanejos. Morto Batista Campos (por um prosaico acidente), acabou a liderança intelectual. O movimento não podia porém retroceder. E quando a luta política foi ultrapassada por uma forma superior de luta, a armada, os sertanejos, a massa de caboclos, atenderam ao apelo das armas. A inépcia administrativa de Lobo de Sousa fez surgir imprevisivelmente o substituto de Batista Campos: Clemente Malcher, proprietário rural, senhor de engenho e fazendeiro. Antigo adversário do padre Batista Campos, com alguma experiência política, Malcher não tinha porém condições para liderar a rebelião. Conduzido ao poder, foi logo eliminado. Os sucessores, Vinagre e Angelim, eram pequenos lavradores. No poder, revelaram as mesmas fraquezas, vacilações, individualismo e tendências despóticas.

A Cabanagem foi enfraquecida inevitavelmente por esses chefes, no exercício do poder. Eles romperam com os ideais da rebelião. Tornaram rígidas e insuportáveis as relações com a massa. Desesperaram-na afinal.

A Cabanagem se caracterizou como movimento tipicamente social, com alguma expressão de autêntica guerra de libertação. O conjunto de idéias que os cabanos levantaram se não podem, a rigor, constituir um *corpus* orgânica, política e ideologicamente definido, revelam contudo elevado índice de politização.<sup>174</sup>

A política colonial engendrou, como se sabe, poderosa classe de aristocratas rurais. Essa classe, que se apoiava no trabalho do escravo, tinha representação política na cidade. A si própria se outorgara o título de *nobreza*. Disputou com a igreja o prestígio econômico e político. Eliminada a concorrência da igreja (expulsão das diferentes ordens religiosas durante o consulado pombalino), essa classe não alcançou todavia o predomínio absoluto. Tiveram as aspirações freadas pela política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>175</sup> que, ao promover a expulsão dos religiosos, habilmente consolidou o absolutismo do Estado. Ao tempo que distribuía a alguns senhores rurais pequeno quinhão dos latifúndios da igreja (Ilha do Marajó), instituía os chamados “diretórios”, que deveriam administrar as antigas missões, entregues a militares ou a chefes indígenas premiados com ilusórias patentes. Assim, as missões permaneceram virtualmente independentes do jugo dos senhores rurais, mas subordinadas ao Estado. Por outro lado, criou o monopólio do comércio, eliminando de vez o senhorio rural. À Compa-

174. Entendo por *corpus* o que também se denomina programa, claramente definido e redigido. Muitas idéias foram agitadas pelos cabanos. Mas é demais exigir deles uma “ideologia” que representasse seu “programa”, ou este por aquela. A luta de classes não produziu aqui filósofos, mas guerrilheiros apenas. João Cândido de Deus e Silva (vd.p. 103-5) nada representa neste contexto, como a maioria dos intelectuais do mesmo quilate.

175. Mero executor das ordens da metrópole, mas com a autoridade de irmão do todo poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras. Marquês de Pombal (1699-1782).

nhia de Comércio ficou subordinado todo o sistema de produção local, e em condições muito vantajosas, a mercancia dos produtos importados, inclusive negros da África.

Mendonça Furtado sentiu necessidade de transformar a cidade num verdadeiro burgo administrativo, social e economicamente desenvolvido, capaz de estender sua ação e influência sobre toda a planície. Insistiu para formar corporações de oficiais mecânicos nas *ciudades* e não, como era costume, dispersá-los nos estabelecimentos rurais. O esvaziamento da *urbs*, pela dispersão dos trabalhadores, e aversão que os brancos tinham por qualquer trabalho manual, requeriam ação enérgica do governador.

Enquanto persistiu a Companhia de Comércio, a cidade se preparou para assumir a hegemonia pretendida por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. À sua sombra foi crescendo e adquirindo considerável poder a classe dos comerciantes. Quando, após duas décadas, foi extinta, a nova classe estava apta para substituí-la.

A agitação e propaganda ideológica não podem conduzir os movimentos revolucionários sem o apoio de condições materiais objetivas. À época da Cabanagem essas condições existiam e haviam tomado tensa e polarizada a situação das classes sociais. A omissão e descrédito dos líderes que a comandaram, no princípio, permitiram que o movimento assumisse, como de fato assumiu, o caráter de insurreição popular. O último governo cabano foi deposto em 1836. Que aconteceu depois? A Cabanagem alastrou-se e só pode ser considerada extinta em 1840. Quem comandava então? Caboclos e negros que sabiam manter vivo o espírito da luta.

Merece investigação mais profunda o relacionamento da maçonaria com a Cabanagem. Sabemos que Luís Zagalo era maçom, acusaram-no de "pedreiro-livre". A missão de Zagalo não estaria completa se não deixasse no Pará um núcleo organizado. Nada se sabe a respeito desse núcleo. É possível que, instalada no Pará, a maçonaria não teria desaparecido com a expulsão do chefe. Batista Campos, seu continuador, não revela ligação mais estreita com a

maçonaria. Quando se fundou a primeira loja, no Pará, diz-se que o padre pretendeu ingressar e foi preterido. Levi Hall de Moura acha nessa preterição um erro grave dos maçons.

Um dos primeiros desatinos dos cabanos foi precisamente incendiar a loja maçônica. Ora, nesta altura, a maçonaria não era apenas a sociedade que rejeitara o líder — então quase carismático — Batista Campos. Seu chefe era o assassinado Lobo de Sousa. Nele se abrigava gente do feitio do padre Gaspar de Sequeira Queiroz, antigo camarada de Batista Campos, com este fundador do Partido Filantrópico, adesista da situação, agora ferrenho seu inimigo. Na verdade, a maçonaria representava tão-somente a *ideologia*, ou mais precisamente, o *clube* da classe dominante, nada tinha de revolucionária: maçons eram o presidente da província, burgueses e os latifundiários mais abastados.

A maçonaria teria instalado sua primeira loja no Pará em 1831 e é produto da expansão do Grande Oriente Maçônico do Brasil. Enquanto isso, a Junta do Comércio de Belém foi instalada, em 1819, ao tempo do governo do conde de Vila-Flor. A primeira sinagoga dos judeus radicados no Pará, *Shaar Hashamaim* data de 1826, conforme Teodoro Braga (*Guia do Estado do Pará*, Belém, 1916, p.116-7). Institucionalmente, portanto, era retardatária, apesar da presença e atuação de maçons conhecidos, como Luís Zagalo, o padre Gaspar de Sequeira e Queiroz ou o impressor Honório José dos Santos.

O tráfico de idéias foi fecundo, mas feito por diferentes vias. Resultou inclusive da própria situação mundial, que impunha o liberalismo e permitia o alastramento de novas concepções do mundo e da vida. A situação mundial se modificava e nós não poderíamos ficar indiferentes, muito menos deixar de tomar conhecimento do que estava ocorrendo no campo político, econômico e em especial no das idéias. O papel dos intelectuais foi importante. Tão importante que a junta de governo presidida pelo vigário capitular Romualdo Antônio de Seixas resolveu criar, em 3 de janeiro de 1821, a Junta Censória, destinada a coibir os abusos das *sátiras e libelos* que, mesmo manuscritos, circulavam intensamente. Os impressos, vindo de fora, vindos da Europa, do Recife ou do Rio de Janeiro,

eram recebidos com entusiasmo e tinham rápida circulação. A eles se refere Baena, na sua pitoresca linguagem, como "papelinhos" perturbadores: tais "papelinhos eram como as mulheres, que faziam cócegas". (Baena, *Compêndio das Eras*, 1969, p.352). Só em 1822 circulou o primeiro jornal paraense por iniciativa de Filipe Alberto Patroni e Daniel Garção de Melo. No *O Paraense* começou-se a fazer propaganda revolucionária. Ele amplia a participação dos intelectuais que vai se desdobrar, a partir de então, através da imprensa. A propaganda alcança o grande público, além da pregação oral e de proselitismo.

Creio ter deixado claro ou suficientemente provada, no livro *O Negro no Pará*, a participação do negro na Cabanagem. Reuni aquela documentação que andava dispersa nos livros, nos jornais e nos manuscritos que pude manipular. Raiol (*Motins políticos*) foi a grande fonte; Jorge Hurley, nos *Traços Cabanos*, deixou um capítulo sobre essa participação; Levi Hall de Moura, no *Esquema da Origem e da Evolução da Sociedade Paraense*, fez afirmação incisiva; de modo geral, todos os historiadores respigaram aqui e ali provas da participação do negro na luta dos nossos caboclos. Afirmei e provei que o negro foi atraído para o levante geral pelos seus próprios líderes. Alguns atuaram na cidade, outros nos campos. Percebendo que os negros não agiam sozinhos e desordenadamente, o poder constituído tomou providências para impedir aos escravos quaisquer atitudes suspeitas e de caráter político.

Como a luta não se fundamentava em incompatibilidade étnicas, o negro se solidarizou com os outros tipos nela empenhados, fossem brancos, índios ou caboclos. A realidade era outra. M. Braga Ribeiro sustenta: "A Cabanagem em 1835 preferia, para vítimas do seu ódio sangrento, os comerciantes, não só por encontrar ali largo repasto para os seus bárbaros saqueamentos, como também porque tinham certeza de ter sob os amarrilhos das cordas ou sob a ponta dos terçados algum representante dos antigos senhores da colônia" (*Comemoração do Centenário da Praça do Comércio do*

Pará, Belém, 1919, p.34). Receio falar da participação indígena, porque a causa do cabano não era específica do entrelaço cultural que sempre marcou a sua luta. É verdade que os índios eram recrutados como combatentes pelas duas facções. O Estado era useiro e vezeiro na exploração do índio para esse mister. Haja a vista para a guerra aos mocambos.

Preliminarmente, considero necessário definir e distinguir o índio do caboclo. Do ponto de vista antropológico-cultural é grande a diferença. Os cronistas do passado criaram certa confusão ao tentarem classificar as populações nativas. Índio destribalizado não é mais índio. É caboclo. A aculturação é um processo que beneficia a nossa cultura: introduz no nosso sistema de produção a mão-de-obra mais miseravelmente remunerada. Relativamente ao índio o processo funciona como deculturação. A "liberdade" reclamada pelos missionários e concedida pelas bulas pontificiais, alvarás e ordenações régias, se não era burlada, tendia simplesmente a marginalizar o índio que, forçado a integrar-se em nossa cultura, não mais podia reconstituir a sua ou volver à vida tribal.

Rejeito a denominação "tapuia", ainda utilizada por José Veríssimo, porque está sujeita a certas distorções. Caboclo é esse elemento que sempre viveu pressionado entre dois universos culturais, mas contribui para a nossa receita, trabalha para os nossos patrões ou numa forma qualquer lhes é dependente. O caboclo, ou *tapuia*, como dizia Veríssimo, é o índio que se modificou. "Forçados a assimilar costumes, crenças, idéias, língua, tudo enfim, inteiramente diversos dos seus, o resultado das uniões entre indivíduos da sua raça, dentro já do nosso meio social e sob a sua influência, foi um tipo diferente dela". (*As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia*, in: *Scenas da Vida Amazonica*. Lisboa, 1886, p. 13).

Caboclo não é apenas uma configuração étnica, mas sobretudo cultural. Isso já reconhecia Veríssimo, tentando aplicar, entre nós, o método da Antropologia comparada, inspirando-se em Hartmann. Neste sentido, caboclo, que sempre constituiu parcela considerável da população local, integraria a classe dos "libertos", ou seja, a parcela revolucionária por excelência no movimento da Cabanagem.

À margem da escravidão, formou-se a classe dos "libertos". Sem terras e sem outros haveres, marginalizada socialmente, vivia em condições tão precárias e lastimáveis que dela se podia dizer: "mais vale ser escravo do que viver como vivem muitos homens livres". Em 1793, as estatísticas de Belém já acusavam os libertos como categoria especial da população. Constituíam então 12,8% da população, representados numericamente por 1.099 indivíduos, classificados conjuntamente pretos, índios e mestiços. A cidade contava 8.574 habitantes, dos quais 3.051, ou 35,6% eram escravos e os restantes 4.423, ou 51,6% eram arrolados como brancos. No ano da Independência (1822), Baena recenseava 5.719 (45,9%) pretos escravos; 5.643 (45,2%) brancos e 1.109 (18,9%) libertos.

Nessa época Spix e Martius nos informam que habitavam as cabanas mais humildes, nos terrenos baldios e insalubres, vivendo meio civilizados, sem conhecimentos, nem instrução, nem ambição de espécie alguma e apenas ganhando para suas poucas necessidades, nela figurando, como principal papel, o "*dolce far niente*, a cachaça e mulheres" (*Viagem pelo Brasil*, 1817-1820, 3.º volume, 2ed., p.19).

Ociosos, sem bens de fortuna e sem emprego, os libertos, na cidade colonial, excluídos os escravos, eram tidos como classe infame, que manifestava suas insatisfações provocando tumultos ou cometendo toda a sorte de crimes. Como os escravos, ela também alcançou diferentes níveis de politização. A Cabanagem pôs em evidência essa massa da população amesquinhada, habitante das cabanas, e que então se mostrou a mais aguerrida, verdadeiramente revolucionária. Foi ela, pela sua maneira de viver, habitar em humildes cabanas, que inspirou o nome do célebre "motim".

Destroçado o movimento, essa massa teria que ser controlada. Andréa criou então o Corpo de Trabalhadores para subjulgá-la, como de fato subjugou, reduzindo praticamente à escravidão a massa dos "libertos".

O interesse pela Amazônia, por parte de potências estrangeiras, é permanente. Arthur Cezar Ferreira Reis aprofundou este assunto (*A Amazônia e a cobiça internacional*). Na época da Cabanagem

constituíam-se "potência" apenas a Inglaterra e a França (os "dois grandes" da época). Os Estados Unidos ainda estavam alargando o próprio território continental. Embora a revolução ensejasse expectativas dessas potências, não havia, naquele momento, justificativa para intervenção do tipo *manu militari*. Era necessário provocá-la sem escândalo ou, melhor ainda, era necessário haver um estado de espírito, no seio da rebelião, que permitisse solução mais conveniente: a autonomia do território, como ocorrera com a Banda Oriental do Uruguai, cinco ou seis anos atrás. A provocação foi feita, mas os provocadores reconheceram que o estado de espírito do caboclo amazônico não era o mesmo do uruguaio.

A conquista de territórios a esse tempo era um jogo que se processava sobretudo entre os países colonialistas europeus. Era um tomar o espaço colonial do outro. Havia a África e a Ásia. A América saíra da guerra de libertação demonstrando ao europeu alguma coisa mais séria: o espírito de luta do nativo. A campanha de Bolívar inspirava respeito. Mais, sem dúvida, do que a doutrina Monroe. A luta da Inglaterra agora era contra o tráfico negreiro: havia necessidade de manter o negro em suas próprias colônias, a mão-de-obra de que tanto necessitava, após a perda de sua florescente colônia na América. Acresce que a França, mesmo com a guarita fortificada, que era a Guiana, estava enfraquecida militarmente desde o desastre do império napoleônico. Era incapaz de atrever-se à *revanche*, isto é, partir de Caiena para tomar Belém, tal como os paraenses fizeram em 1808. Só em meados do século, estaria a França em condições de promover essa aventura. Mas escolheu o México, julgando-o presa fácil, talvez em decorrência do avanço estadunidense sobre seu território. Custou-lhe caro a empresa.

Desde a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, os ingleses haviam consolidado, nesta parte da América, sua influência política e econômica. Nota Baena que no Pará aconteceu simplesmente isto: começaram a vir os ingleses a mercadejar e a estabelecer-se aqui. Estavam suficientemente seguros na política do liberalismo. Americanos e canadenses vieram depois, assim como franceses oriundos sobretudo da praça de Caiena. Um dos principais estabelecimentos agroindustriais do Pará, na época da Caba-

nagem, pertencia ao norte-americano de nome Upton. Mais tarde a colônia norte-americana em Belém se tornaria numerosa. Daniel Kidder afirmou que era a segunda do Brasil, depois do Rio de Janeiro.

Não só estabelecer-se aqui para mercadejar. Importante era conhecer a região e seus habitantes. Daí as numerosas viagens de cientistas, aparentemente tão desinteressadas. Tais expedições científicas só revelaram contudo as grandes potencialidades econômicas da Amazônia muito tempo depois dos sucessos da Cabanagem.

Quanto à idéia de secessão, sugerida pelos ingleses que vieram reclamar do saque ao navio *Clio*, a questão se coloca de modo muito curioso. Os ingleses aceitaram as explicações do chefe cabano Angelim e britanicamente almoçaram com ele. Almoço oferecido por Angelim. No decorrer do ágape sugeriram a separação do Pará, como nação livre e independente, com promessa de sua proteção, como narra Raiol no 5.º vol., p.306/9, dos *Motins Políticos*. Tudo é muito vago e impreciso. Apenas pretende informar a tirada patrioteira de Angelim. Arthur Cezar Ferreira Reis chega a indagar até que ponto o episódio é exato e deixa claro que tudo não passou de sugestão ou sugestões. Neste plural se inclui outra vaga referência de Ernesto Cruz, em seu livro *Nos Bastidores da Cabanagem*. Angelim teria recusado também recursos militares do governo norte-americano para proclamar a independência da Amazônia. Concretamente, os americanos do norte só passariam a se interessar vivamente pela região após a campanha de Maury. Mas esta é outra história e o curioso deve informar-se em *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Arthur Cezar Ferreira Reis.

Fatos mais concretos entretanto poderão ainda ser revelados. Apesar da farta bibliografia existente, muita coisa, na Amazônia, permanece obscura.

A Cabanagem exprimiu realmente luta de classes num ambiente que primou durante muito tempo em manter rígidas, tensas e antagônicas as situações de classes. As insinuações para o desvio

deste enfoque são inúmeras, nunca porém ponderáveis, desde mesmo os seus começos. Ele se torna claro à medida em que aprofundamos a análise do movimento e do contexto que o abrangeu. As classes médias, especialmente urbanas, agitaram idéias que embora não se constituíssem num *corpus orgânica*, política e ideologicamente definido, como já dissemos, despertaram contudo as camadas populares revolucionariamente mais conseqüentes — libertos e escravos — que se aliaram a essa classe média urbana e aos pequenos proprietários rurais na ação contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas. Handelman (*História do Brasil*, 1931, p. 315) afirma que a Cabanagem foi a maior guerra civil que o Império teve de sustentar, até então, e ressaltou esse caráter de luta de classes — foi a “guerra dos sem terra contra os proprietários”. Um de seus aspectos mais importantes é sem dúvida a análise da intervenção das classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos do Grão-Pará, com o fim especial de modificar o *status quo*. Resultou experiência dura e inglória. O antigo regime se refez. Tornou-se até mais rígido, subjugando os libertos. Como o sistema de produção se apoiava no trabalho do escravo, os vencidos, tidos ou havidos como livres, foram reduzidos pelo próprio Estado a forma *sui generis* de escravidão sob o disfarce do Corpo de Trabalhadores. Ele deixou a presença do horror, lembrada por várias gerações. Criou-se até o estereótipo do cabano cruel, assassino, cançaceiro das águas, bicho papão. Na Bahia, as mucamas amedrontavam o guri com a imagem fantástica do tutu. Na Amazônia, os filhos de *sinhara* adormeciam com a imagem sombria do cabano. Ficou no folclore, que se estendeu até Pernambuco, onde Pereira da Costa (*Folclore pernambucano*) coletou a seguinte quadrinha:

Eu não sou cabana  
Lá do Pará,  
Sou menina boa  
Gente sinhá.

Algum interesse havia na criação dessa imagem deformada do cabano, quando se sabe que eles lutaram contra a opressão intolerável. Tão cruéis e assassinos foram as forças da repressão. O mo-

delo do regime implantado pelo colonizador não foi destruído pelos cabanos. Modificou-se em virtude do desenvolvimento normal da sociedade. Como que se aperfeiçoou e ainda subsiste de alguma forma como instituição anacrônica na Amazônia, onde o principal livro de leitura é o "diário" de escrituração mercantil do chamado *coronel de barranco*. Nesse livro só podem existir duas colunas: a do *deve* e a do *haver*, que jamais se equilibram. Tavares Bastos, José Veríssimo, Euclides da Cunha, e tantos outros, provaram a persistência desse regime, que chegou aos nossos dias e ainda inspira obras como o *Terra Encharcada*, de Jarbas Passarinho.

Desta maneira, a Cabanagem mantém ligações com o presente e ao mesmo tempo expressa uma realidade amazônica.

## 2ª PARTE

### 1 A AMAZÔNIA: UMA ABERTURA LIBERAL

Diz-se que, para combater os *farrapos*, no extremo Sul do país, o regente Feijó criou um exército de quatro mil homens e que, para combater os *cabanos*, no extremo Norte, mandou mais de dois mil homens.

A força despachada para o Grão-Pará, em 1835, foi comandada pelo general português Francisco de Sousa Soares de Andréa (1781-1858), futuro barão de Caçapava, geralmente conhecido como homem duro, inflexível, com tendências despóticas e absolutista. Retrato curioso desse personagem foi debuxado, pouco a pouco, ao correr da pena e dos acontecimentos, pelo jornalista João Francisco Lisboa (1812-1863) na sua *Crônica Maranhense*. A um homem duro, inflexível, retrato igualmente duro da pena mais penetrante do periodismo brasileiro em sua época. João Francisco Lisboa desmitifica o vencedor dos cabanos, reconhecendo nele apenas o tirano que prolongou o mais que pôde a suspensão das garantias individuais e da liberdade de imprensa, que transformou a Amazônia num vasto quartel.

Andréa não era dado a discursos e proclamações, mas deixou correspondência avultada, que mostra facetas de seu temperamento, a energia do seu caráter e também suas fraquezas. Ernesto Cruz divulgou parte dessa correspondência. Ela confirma certos aspectos de sua ação. Da *Crônica* de João Francisco Lisboa porém extraímos depoimento contemporâneo bastante singular, pelas mostras das excentricidades do general governador. Afirma o cronista ma-

ranhense que ele chegou até a mostrar-se algumas vezes "grandemente religioso, zurziu a filosofia, a impiedade, o ateísmo, e as idéias a que chama da moda e para remediar todos esses males provenientes dessas fontes do mal, não achou expediente mais comedido que o de mandar vir de Portugal algumas dúzias de frades (bons e escolhidos, diz ele) das ordens que naquele reino foram extintas por haverem ajudado a usurpação e tirania de D. Miguel".<sup>176</sup> Em outras palavras, seu projeto de "pacificação" da Amazônia começava pela recolonização. Chegou também ao ridículo de mandar prender e manter incomunicável o poeta João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861) simplesmente por haver composto um monólogo para recitar-se no aniversário da sra. Januária, princesa do Grão-Pará, e nos seus versos a chamava "rainha do Grão-Pará, e do Universo". O general teria considerado sediciosas essas palavras.

Notou João Francisco Lisboa a militarização do Pará encetada pelo general Andréa ao ponto de tornar esta província diferente das demais no Brasil; além disso, manteve durante todo o seu período de governo a supressão da liberdade de imprensa.<sup>177</sup>

A mais importante decisão governamental ocorreu logo após a consolidação da vitória sobre os cabanos: a organização do Corpo de Trabalhadores, ato que teve notável alcance político para a sustentação do regime, reconstrução da economia e enfraquecimento do ímpeto rebelde da população marginalizada, sem terras e sem outros haveres. No meu livro *O Negro no Pará* reservo espaço para considerações mais amplas sobre esse instrumento político que manteve, durante 21 anos, parte considerável da população amazônica subjugada e reduzida à servidão. Criado pela Lei n.º 2, de 25.4.1838, o monstruoso estatuto de opressão só foi extinto pela Lei n.º 330, de 15.11.1859, decretada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo presidente Antônio Coelho de Sá e Benevides.

João Francisco Lisboa depõe também contra a bravura do general Andréa, chegando a afirmar que ele "nunca se arriscou, nem

deu provas de habilidade e coragem pessoal"; contudo, vitorioso, pela exaustão e enfraquecimento do ímpeto revolucionário, mostrou "que era homem muito próprio para oprimir".<sup>178</sup>

Esmagada a Cabanagem, reorganizou-se o Partido Conservador, consolidado em nível nacional ao tempo do golpe da maioria. Esse partido teve seu órgão "ironicamente denominado", diz Nelson Werneck Sodré, *O Tribuna do Povo*, lançado em 1844 e redigido por Joaquim Mariano de Lemos e Vitório de Figueiredo e Vasconcelos.<sup>179</sup>

A submissão do Grão-Pará exigiu a supressão total da imprensa política durante todo o governo do general Andréa e ainda durante algum tempo depois, por efeito retardado. A discussão do republicanismo e das idéias liberais passou a ser candente, agora, no Maranhão. A efervescência ideológica começou também ali por volta de 1832 a se incandescer. O republicanismo havia se colocado nos pródromos da Independência com o envolvimento de algumas figuras prestigiosas na vida social e econômica local, entre outros Miguel Bruce, homem combatível, hábil político, que nunca perdera oportunidade de se insurgir contra o domínio português no Maranhão e se ligara aos confederados de Pernambuco em 1824. Mas a discussão das idéias ganhou outra dimensão, efetivamente, a partir de 1832, com a entrada em cena de João Francisco Lisboa, jornalista e pensador político, insistentemente acusado de "republicanismo", o que negou em 1838, em vários escritos. Produziu, contudo, o *Jornal do Timon*, obra-prima, lido com interesse no Pará como em quase todo o Brasil. Lançado entre 1852 e 54, o *Timon* tinha idéias bastante claras sobre política em geral e revolução. Defendia conceitos ousados e de extrema atualidade:

"Se não tivermos a democracia real pela efetiva intervenção do

178. Id., id., v.1, 1969, p.79.

179. SODRÉ, Nelson Werneck. Op., 1966, p.153. OBS. — Jornal extraordinário e de oposição ao Pres. Manuel Paranhos e a Bernardo de Sousa Franco, candidato à Assembléia Geral, acusando-o de haver caluniado seus próprios comprovincianos, "homens sem decoro, sem dignidade, e sem o mais pequeno vislumbre de saber" (N.º 6.5.10.1844, p.1). Dizia: "Este Periodico sahe quando convier, durante o tempo Elleitoral". Tinha como epígrafe: "Tudo agora depende de nós mesmos; da nossa prudência e energia: Ordem e União".

176. LISBOA, João Francisco. *Crônica Maranhense*, v.1, 1969, p.90.

177. Id., id., v.1, 1969, p.102.

povo nos públicos negócios, por meio das eleições, do júri e das assembleias, debalde será o aspirar à democracia nominal ou de forma, esquivando o povo todos os ônus públicos e desamparando em geral as funções que não fundem, como resultado imediato, honras e dinheiro."<sup>180</sup>

O jornalista maranhense como que defende a Revolução Permanente:

"Negar a Revolução é negar a um tempo a razão e a história, isto é, o direito consagrado pela sucessão dos tempos e dos fatos, pela força e natureza das cousas, e pela marcha irresistível dos interesses, que afinal triunfam dessa imobilidade a que tão loucamente aspiram todos os partidos de posse do poder; desse poder conquistado sem dúvida em eras mais remotas pelos mesmos meios que debalde se condenam quando chega a ocasião de perdê-lo."<sup>181</sup>

E a necessidade da Revolução:

"Épocas há em que o estado é tão mal dirigido, e caminha tão evidentemente à perdição, que a idéia de derribar, mudar ou modificar o governo e as leis, acode espontânea a todos os espíritos; e em outras, o mal, muito grave e profundo, torna até necessário e indispensável revolver os íntimos fundamentos da sociedade.

"Revolução suave e pacífica, se as idéias e interesses lentamente desenvolvidos, alcançam o termo e madurez, sem encontrar tropeços sérios; violenta, inexorável e cruel, se a obstinação e cegueira da velha autoridade desafia a sua cólera, procurando opor-lhe uma resistência tão desarrazoada como imponente.

"Assim, não é o acidente dos meios brandos ou violentos, quem pode justificar as revoluções; que a força e legitimidade delas está toda na sua necessidade e oportunidade, que vale tanto como dizer — na sua justiça."<sup>182</sup>

João Francisco Lisboa percebeu, além do mais, e agudamente, a mudança que se operava no rumo da história do Brasil, naquele tempo: país agrário que se transformava por força do desenvolvi-

mento mercantil e de um ensaio de industrialização, propiciando a formação em algumas cidades — em geral capitais de província — de uma classe proletária. Naquela altura, esvaziado o conteúdo ideológico das revoluções que perturbaram a Regência, o republicanismo sofrerá sério revés e os revolucionários de ontem por vezes se transformaram em bem-sucedidos empresários:

"No curso que os acontecimentos têm seguido depois dos sucessos de 1848 e 1849, o governo, seja virtude ou simples habilidade, conhecendo o tédio e indiferença da nação para esses assuntos exaustos e desacreditados, inclinou o propósito, e envidou todos os esforços para animar e desenvolver o espírito da empresa e associação; e hoje em dia é evidente que em presença desse vigoroso movimento industrial, a política arrefece algum tanto do seu ardor e exaltação habitual. Não vêdes vós certos e austeros republicanos fechar o catecismo revolucionário, para se empregarem exclusivamente no manejo do comércio, na exploração dos rios e sertões, na abertura de estradas, e no estabelecimento das linhas de vapor?"<sup>183</sup>

Exatamente ao tempo em que se instalava a província do Amazonas, em 1852, iniciava-se a expansão das receitas financeiras da província do Pará e também se expandia a navegação a vapor no Amazonas e seus tributários. Essa navegação foi iniciada pelo navio "Marajó", que saiu de Belém, debaixo de grandes festejos, que incluiu celebração solene *Te Deum*, no dia 1.º de janeiro de 1852.

A questão da abertura do Amazonas à navegação e comércio de todos os países foi reavivada, dela participando com destaque o publicista paraense Tito Franco de Almeida, que defendia a "completa liberdade". Envolveram-se outros publicistas e políticos brasileiros na mesma campanha: Francisco Carlos de Araújo Brusque, Domingos Antônio Raiol, Ambrósio Leitão da Cunha, Antônio José Moreira, Aureliano Cândido Tavares Bastos, José Ângelo Márcio da Silva, entre outros. Visava-se a capitalização da Amazônia, ou o seu desenvolvimento, ou algo mais objetivo que Arthur Cezar Ferreira Reis trata no seu *A Amazônia e a cobiça internacional*.

180. LISBOA, João Francisco. *Obras Escolhidas*, v.1, 1946, p.200.

181. *Id.*, *id.*, v.1, 1946, p.194.

182. *Id.*, *id.*, v.1, 1946, p.194-5.

183. *Id.*, *id.*, v.1, 1946, p.201.

O país continuava tendo problemas no extremo Sul. Depois de contendas contra governos do Uruguai e da Argentina, em 1864 começam as ações contra o governo do Paraguai. Essas contendas exauriam os recursos da nação, dependente da exportação de produtos agrícolas como o café, o açúcar, o cacau e o algodão. A Amazônia começava a participar do financiamento dessas aventuras guerreiras, exigência cívica, inesperadamente, com o *boom* do látex. Com a criação da província do Amazonas e inauguração da navegação a vapor ao longo do Rio Mar preparava-se uma revolução econômica no extremo Norte, certamente inspirada no liberalismo vigente, que propiciava o desenvolvimento capitalista, visando o Estado brasileiro tirar vantagens imediatas, por suas alfândegas, isto é, o sistema tradicional de drenagem de recursos para os empreendimentos econômicos estabelecidos na metrópole. Neste sentido, até o Pará estenderam-se os projetos de Mauá, no campo financeiro, e, em especial, da navegação a vapor. A marinha mercante, com a introdução da máquina a vapor, tornara-se elemento importante na capitalização e no desenvolvimento capitalista mercantil.

O governo central vacilava, porém, com relação à abertura do Amazonas. Nos campos do Paraguai os acontecimentos se agravavam, exigindo maiores recursos. As pressões externas forçaram uma definição. Data de 7.12.1866 o decreto da abertura do rio Amazonas e seus afluentes, do Tocantins até Cametá, e do São Francisco, no Nordeste, até a cidade de Penedo, aos navios mercantes de todas as nações: 14 anos depois que o navio "Marajó", da empresa de Mauá, sulcou o grande rio, saindo de Belém e concluindo sua viagem na capital da recém-instalada província do Amazonas.

A expansão da economia regional é atribuída principalmente à borracha. Em Belém, multiplicaram-se os estabelecimentos fabris, enquanto a lavoura, pouco a pouco, definhava com o progresso da extração do látex. Em quinze anos a Amazônia triplicou seu comércio: de 5.000:000\$000, em 1850, para 15.000:000\$000, em 1865. Luiz Cordeiro informa que, em 1862, tinha o Pará 300 estabelecimentos industriais, neste número figurando 166 engenhos de açúcar, 24 fábricas de sabão, seis de óleo, dezoito de cal, seis de louças de barro, três de curtumes, um de vinho de caju, um de chocolate, três de be-

neficiamento de arroz, um de moer café, 35 olarias e 36 serrarias. Eram ainda indicadas 1.565 "pequenas fábricas de farinha de mandioca esparsas por todo o Estado"; na verdade, pequenas casas de farinha.<sup>184</sup>

Não se deve exagerar o conceito de "indústria fabril" que parece animar o ensaísta Luiz Cordeiro, quando se sabe que esses estabelecimentos, com raras exceções, podiam ser melhor rotulados como artesanais ou de "indústrias caseiras", com pequena mobilização de mão-de-obra especializada. Não obstante, Belém começava a concentrar classe proletária que tendia a crescer. Em 1882 havia, na capital paraense, conforme a mesma fonte, nada menos de 2.161 pequenas oficinas de artes e ofícios: alfaiates, curtumes, foguetarias, fábrica de chapéu de sol, de sinetes, de obras de mármore, ourivesaria, padaria, fotografia, relojoaria, sapataria, seringueiros, tinturarias, cigarrarias, barbearias, marcenarias, além de 41 tipografias e duas litografias, publicando-se 32 jornais na capital e no interior.<sup>185</sup>

Embora exagerada essa mostra de Luiz Cordeiro, ele omite, no entanto, a existência, em Belém, de uma verdadeira indústria, mobilizando centenas de operários, que era a indústria de construção e/ou reparação naval. Belém ostentava um dos maiores estabelecimentos no gênero em todo o Império: o Arsenal de Marinha e suas oficinas.<sup>186</sup> Merece referência não só pelo que produziu, como pelo estímulo às iniciativas particulares, que nele sempre recrutou mão-de-obra especializada.

Criado em 1761, em junho do mesmo ano começou-se a fabricar a nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José, terminada em outubro de 1766 e despachada no mesmo ano para Lisboa. Manuel Barata localizou na Biblioteca Nacional o código 519.9.26, proveniente da Real Biblioteca, que se refere à construção dessa nau:

184. CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu Comércio e Indústria de 1719 a 1920*, Belém, 1920, p.20.

185. *Id.*, *id.*, 1920, p.20-21.

186. Desenvolveu-se também em quase toda a Amazônia importante indústria de pequenas embarcações fluviais, empregadas no transporte de passageiros e mercadorias, sem contar as embarcações típicas empregadas no mesmo mister e nas atividades econômicas habituais do homem da região.

"Despeza feita com a construção da Nau de Guerra Nossa Senhora de Belém, e S. Jozé, que por ordem de Sua Majestade se fabricou no Arsenal da Cidade do Pará, como consta dos livros Diário, e Auxiliares em que se achão lançadas", importando no total de 69:897\$327 rs.

O estaleiro, ou "ribeira", como então se dizia, localizou-se cerca do antigo Hospício São Boaventura, que fora dos religiosos da Conceição, no mesmo lugar onde mais tarde se instalou o Arsenal de Marinha, de que foi ele o início. Suas oficinas e serviços foram ampliados e regulados por Carta Régia de 1771, com 31 oficiais de calafates; 21 de polieiros; seis de tanoeiros; cinqüenta serventes; um patrão de vinte marinheiros de diferentes classes, totalizando assim 278 trabalhadores. Na colação de estampas da *Viagem Filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, edição do Conselho Federal de Cultura, encontra-se a de n.º 29, desenho de barco de guerra N.Sa. do Bom-Sucesso, em tudo semelhante a outro, da invocação de N.S. da Boa-Viagem, ambos construídos na "ribeira" da Cidade do Pará, em 1775, por ordem do Governador João Pereira Caldas. A construção seguiu modelo feito em Lisboa pelo capitão tenente Manoel Vicente, mestre construtor da Ribeira das Naus, sendo o primeiro para guarda-costa do Canal do Norte, e o segundo para o Canal do Sul, da foz do Amazonas. A cada um dos comandantes foi dado o Regimento de Viagem de ambas aquelas costas, conforme Aviso de 4.7.1765.

Em 1783 tem-se notícia de Joaquim Vicente Fora, que exercia o officio de mestre carpinteiro da Ribeira da Cidade do Pará, natural de Portugal, dele descendendo todos os Foras do Marajó.<sup>187</sup>

Construído para ser o primeiro e mais importante estabelecimento do gênero, recebeu muitos melhoramentos. Alexandre Rodrigues Ferreira também documentou o seu imponente guindaste a vapor e outras máquinas. Até o ano de 1800 foram construídas no arsenal do Pará quatro fragatas de 44 peças, duas charruas, três bergantins, quinze chalanas canhoneiras, além de uma infinidade de pequenas em-

187. Cf. BARATA, Manuel. *Apontamentos para as ephemerides paraenses*. 1921, p.209.

barcações para transporte, segundo atestou o capitão general do Estado do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coutinho, em seu relatório dirigido ao governo da metrópole. De seus diques saíram, já no Brasil reino, outros barcos de guerra: a nau Belém e as fragatas Pérola e Leopoldina. Esta, lançada ao mar em 1822, foi rebatizada depois com o nome Imperatriz, serviu no Rio da Prata, onde sustentou combate e repeliu a abordagem de onze navios da esquadra inimiga.

Em 1822 também foi concluída a fragata Princesa Real Carolina.

Nesse tempo, manifestou-se o primeiro movimento operário registrado pela crônica paraense. Diz Palma Muniz que os operários do Arsenal de Marinha, em longa representação, denunciaram o intendente João Antônio Rodrigues Martins, obrigando-o a pedir demissão. O movimento foi vitorioso, tendo a junta de governo feito a substituição do intendente pelo capitão de mar-e-guerra José Lopes dos Santos Valadim, nomeado *ad referendum* da Regência ou de El Rei D. João VI, a 15.6.1821.<sup>188</sup> É que as condições de trabalho no Arsenal de Marinha do Grão-Pará eram as mais duras. O códice 1.025 da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, doc. 372, citado por Mário Barata revela que os operários especializados, "oficiais carpinteiros e serventes", em fins de 1820, ainda "trabalhavam acorrentados", como escravos, e mesmo assim fugiam.<sup>189</sup>

Ainda depois da adesão do Pará à Independência, o Arsenal esteve em franca atividade, produzindo embarcações de guerra e outras mercantes. Em 1825 ou 1826, foi contratado como construtor naval o francês João Batista Pichon, por cinco 5 anos, com o ordenado de 5\$333 rs. diários.<sup>190</sup> Por decreto de 27.3.1832 foi abolida a Intendência de Marinha e criado, para substituí-la, o Arsenal de Marinha. Sobrevindo a guerra dos cabanos, o estabelecimento entrou em decadência, pela carência de operários e de recursos. Chegou a tal ponto que a fragata Guajará, bastante adiantada em construção, teve de ser desmanchada.

188. Códice man. do Arquivo Público do Pará n.º 757, Correspondência da Metrópole com as Juntas, 1822. Off. de 15.06.1821, Cód. man. 774, cit. fls. 100, apud Palma Muniz, 1922, p. 80.

189. BARATA, Mário. *Op.cit.*, 1975, p.87.

190. BARATA, Manuel. *Op.cit.*, 1912, p.209.

Restaurada a "legalidade", ainda demorou o Arsenal a recuperar-se. Relata o presidente Manoel de Frias e Vasconcelos, na Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província do Pará, 2.<sup>o</sup> sessão da XI Legislatura, em 1.10.1859 <sup>191</sup> que nesse tempo estava se reerguendo do estado de marasmo em que ficara, com dotações de verbas pelo governo imperial. Mas os operários que nele se formavam eram quase invariavelmente recrutados pelos estaleiros particulares, que começaram a aparecer em vários pontos do litoral de Belém. O estabelecimento estava recuperado, mas ainda não podia construir navios de alto bordo. Havia produzido muitas embarcações menores, apenas, embora estivesse aparelhado para receber navios como os da frota mercante da companhia do Maranhão. Preparava-se a madeira para a construção de uma escuna de setenta pés de roda a roda, vinte pés e cinco polegadas de boca, nove de pontal, do lote de 120 toneladas e calando oito pés d'água. Destinava-se à vigia da Alfândega, mas a construção estava se fazendo muito lentamente por "falta de madeiras". Dizia por fim o presidente que muitos melhoramentos foram feitos nas construções civis e as próprias de estaleiros, tendo sido adquirido em 1858 um guindaste e uma balança que pesava até dez toneladas, quanto o guindaste também podia suspender.

Outra providência foi a criação, por Decreto de 4.1.1855, da Companhia de Aprendizes Marinheiros, com 200 praças. Os engajados venciam logo um prêmio de 100\$ rs. e tomando-se maiores passavam para o Corpo de Imperiais Marinheiros. No fim de vinte anos, reformavam-se com soldo integral. Os menores, também eram aprendizes das oficinas do arsenal, e, além de primeiras letras, aprendiam música, "formando já uma interessante banda convenientemente organizada". <sup>192</sup>

Por longos anos estacionário, ou melhor decadente, quando rebentou a guerra do Paraguai houve necessidade de seu urgente reaparelhamento. Em 1867, o presidente Joaquim Raimundo de Lamare já anunciava a aquisição de máquinas e fundição, de um edifício de ferro completo, vindo este e os maquinismos acompanhados dos prin-

cipais mestres e operários. Justificava: "A preferência do ferro para a oficina é aconselhada pela falta que há no estabelecimento dum edificio apropriado e pela especialidade do clima e mesmo a bem da economia" (p. 47). Propunha também vários outros melhoramentos, tais como substituir a serreria a vapor por outra que sirva para serrar paus curvos, devendo ser acompanhada de uma máquina de aplainar; estabelecer uma carreira com a competente cobertura de ferro; construir uma mortona ou dique flutuante; preparar uma sala especial para risco; equiparar os jornais dos operários de todas as classes aos dos operários do Arsenal da Corte, "pois há grande dificuldade de obter-se artífices nesta cidade onde os particulares pagam-lhe melhor jornal"; criar uma enfermaria com capacidade para 100 doentes; estabelecer um corte de madeiras para o Arsenal, visto serem demasiadamente caras as que se compram no mercado para esta repartição. E concluía:

"Com estes melhoramentos, o Arsenal poderá ganhar maior desenvolvimento e ficar preparado para auxiliar a força naval que vai ser reforçada nesta província com um bom número de navios da nossa esquadra." <sup>193</sup>

O Arsenal de Guerra foi outro estabelecimento dotado de grandes e variadas oficinas. Em 1859 estava pessimamente instalado, comprimido pela Alfândega e debaixo de telheiros que lhe tiravam a importância e o merecimento, segundo relata o mesmo presidente Manoel de Frias e Vasconcelos, <sup>194</sup> acrescentando: "Entretanto o Arsenal de Guerra do Pará é um estabelecimento importantíssimo tanto para esta Província, como para a do Amazonas, que também dele se fornece." Além do diretor, coronel do exército, tinha vinte empregados, que serviam sob o Regulamento de 1832 e mais 107 operários distribuídos pelas oficinas de: carpinteiros, com um mestre e 37 operários; serralheiros e ferreiros, com 25 ditos; funileiros e latoeiros com doze ditos, mais laboratório, pintores e dez serventes. Tinha ainda Companhia de Aprendizes menores que se aplicavam

191. Pará, Typ. Commercial de A.J.P. Guimarães, 1859, cit. p.52-3.

192. Id., id., 1859, p.53.

193. Id., id., 1859, p.47.

194. Id., id., 1859, p.54.

aos ofícios de carpinteiros, serralheiros, ferreiros, corrieiros, surra-  
dores e laboratório. Esses aprendizes recebiam instrução primária  
e no momento estavam em falta de professor de música. Tinha so-  
mente dezoito aprendizes, mas seu completo era cinqüenta.

Aos estabelecimentos militares porém logo se sobrepuseram as  
oficinas da Companhia do Amazonas, iniciativa de Mauá, que come-  
çou a operar com três navios pequenos, dos quais o Marajó realizou  
a primeira viagem saindo de Belém a 1.1.1852. Até essa época, con-  
ta o presidente de Lamare, "todo o tráfico dos gêneros de comércio  
era morosamente feito em canoas, que raras vezes realizavam uma  
viagem redonda, de Belém a Manaus, em menos de cinco meses,  
viagem que hoje se efetua em treze a quinze dias, quando muito,  
compreendidos os cinco dias de demora em Manaus e nos dez por-  
tos intermediários".<sup>196</sup>

O presidente de Lamare afirma que tão identificada estava en-  
tão a Companhia do Amazonas com o comércio do vale que não  
se podia tratar desta sem fazer referência àquela empresa. Os fretes  
baratearam e:

"...as distâncias quase desapareceram; as comunicações tomaram-  
se rápidas e cômodas, as transações, tornando-se mais ativas,  
multiplicaram-se, e, como consequência imediata, o comércio am-  
pliou o campo de suas especulações, à medida que novos recursos  
avultavam; e o vale do Amazonas viu enfim entrar por suas portas  
a riqueza, a prosperidade e a civilização, há tantos séculos es-  
perada."<sup>196</sup>

Começava a euforia do *boom* da borracha. É claro que as ren-  
das públicas tiveram aumentos constantes, assinalados com dados  
numéricos e muita satisfação. A Companhia prosperou e em 1867  
tinha uma frota de seis vapores e mais três em construção, sendo dois  
grandes para cargas e passageiros e um pequeno para reboques. As  
oficinas instaladas em Belém tiveram também grande desenvolvimento.

195. LAMARE, Joaquim Raimundo de. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Pro-  
vincial*, por... Pará, 1867, p.7.

196. Id., *ibid.* 1867, p.7.

construindo-se amplas acomodações para as máquinas.

"Este estabelecimento industrial tem sido útil à província, pois  
nele recebem ensino prático grande número de mancebos que se  
dedicam à profissão mecânica, tendo já saído dali alguns bons ma-  
quinistas.

"Outra utilidade tem dele resultado: é a propagação das máqui-  
nas de vapor aplicadas aos engenhos de açúcar e aguardente, às ola-  
rias e outras fábricas, pela facilidade e prontidão com que se pode  
ali obter os aparelhos precisos ou substituir e reparar os que exis-  
tem nesses estabelecimentos."<sup>197</sup>

Em 1867, tinha a Companhia do Amazonas a seu cargo sete  
linhas de navegação, e seus vapores percorriam com regularidade  
as calhas do Amazonas, Tocantins, até Cametá; Rio Solimões, de  
Manaus até Tabatinga; Guianas, desde Macapá até Manaus, e ilha  
do Marajó. Mas o privilégio concedido a Mauá tinha sido anulado.  
Na década dos 60, Tito Franco, Domingos Antônio Raiol, Tavares  
Bastos, Araujo Brusque e o visconde de Souza Franco, entre ou-  
tros, muito trabalharam por uma "política liberal" e pela "livre nave-  
gação do Amazonas".<sup>198</sup> Comenta Roberto Santos que talvez esses  
brasileiros "não suspeitassem, com toda mentalidade smithiana da  
época, que a livre navegação viria a ser a transferência prática do  
monopólio de Mauá para a dominação de um grupo estrangeiro",<sup>199</sup>  
no caso a uma companhia de capitais ingleses. Levando em conta  
que alguns desses brasileiros, como o visconde de Souza Franco,  
sempre foram aliados de capitalistas ingleses estabelecidos no Pará,  
essas suspeitas, como preocupações, eram dispensáveis.

A navegação a vapor revolucionou a Amazônia, não há dúvida.  
Surgiram em Belém e Manaus, como em Óbidos e Santarém, esta-  
leiros de construção de lanchas e pequenos vapores. Ainda Roberto  
Santos:

"A verificação da eficiência da máquina levou alguns dos peque-  
nos industriais e donos de engenho da região a mecanizarem suas

197. Id., *id.*, 1867, p.9.

198. SANTA ROSA, Henrique A. *História do Rio Amazonas*. Belém, 1926, p.185-7.

199. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo, 1980, p.55-6.

usinas. E, enquanto se substituíam grande parte das antigas embarcações a vela ou remo, liberou-se uma parcela da mão-de-obra ocupada no setor dos transportes, num período em que a reduzida oferta de força de trabalho iria trazer complicações. Foi, pois, uma condicionante técnica da mais alta significação a navegação a vapor.<sup>200</sup>

Influiu no comércio, na indústria, até mesmo no comportamento social da população amazônica, como verificou logo no início o naturalista Henry Walter Bates:

"Mas os costumes mudaram rapidamente nesse particular, quando os vapores começaram a navegar no Amazonas (1853), trazendo uma onda de novas idéias e modas para a região."<sup>201</sup>

Mas de Lamare, atento às necessidades bélicas, ao que acontecia no Paraguai, considerou que não bastava reaparelhar os nossos arsenais de guerra:

"É tempo de cuidarmos também na formação de *escolas industriais* para os meninos pobres" (...) "O ensino deverá constar principalmente, além das primeiras letras, de um curso de mecânica aplicado com precedência dos precisos preparatórios, podendo com economia ser aproveitados alguns dos professores do Colégio paraense, principalmente os de matemática e instrução primária mediante uma gratificação adicional a seus vencimentos atuais. Essas escolas, onde os meninos, ao lado da instrução adquirirão o hábito e o amor ao trabalho, transformando-se em artistas inteligentes, de que há grande falta entre nós" (...) "Estou persuadido de que o dia da fundação d'escolas industriais será a véspera da regeneração dessa abundante porção de filhos pobres que vivem sem recursos no presente."<sup>202</sup>

A idéia, ou iniciativa, de recrutar e preparar mão-de-obra em estabelecimentos de ensino público era mais antiga. Na verdade, foi uma experiência da pedagogia dos missionários e, no séc. XVIII, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado verificou não só o rebaixamento social do trabalho manual, na colônia, como os poucos artesãos aqui existentes estavam dispersos nos estabelecimentos co-

loniais, religiosos principalmente, que tinham aspecto de repúblicas autônomas. Então, os religiosos:

"...tinham por impossível poderem subsistir sem que em suas casas houvesse uma congregação de todos os oficiais mecânicos que se persuadiam lhes eram necessários, vindo desta sorte a destruir o principal nervo das repúblicas, qual é a corporação dos oficiais mecânicos, sem a qual não há alguma que se possa conservar e muito menos florescer."<sup>203</sup>

Mendonça Furtado sentiu a necessidade de formar corporações de ofícios nas cidades e não, como era costume, dispersá-los pelas missões e estabelecimentos rurais. Contrariamente ao que fora estabelecido, pretendia fazer um "corpo poderoso das artes fabris" na capital do Estado, a fim de torná-los úteis ao comércio e aos lavradores, consumindo-lhes os seus gêneros. O esvaziamento da *urbs*, pela dispersão dos trabalhadores, e a aversão que os brancos tinham por qualquer tipo de trabalho manual, exigiram ação enérgica do governador. Ação infrutífera, porém. Esses costumes perduraram durante todo o período colonial e ainda puderam ser observados, com minúcias, em meados do século passado, por Wallace: visitando o engenho de um tal Calixto no rio Capim, verificou que tinha "sapeiteiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoas, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar boas fechaduras para as portas, malas e caixas e vários utensílios de folhas-de-flandres e de cobre..."<sup>204</sup>

Essa observação de Wallace data de 1848. Mas desde 1839 havia, em Belém, um estabelecimento de ensino fundado pelo presidente Bernardo de Sousa Franco, o Instituto de Educandos Artífices, com a finalidade de adestrar mão-de-obra. O estabelecimento pouco prosperou. Exatamente em 1848, quando o conselheiro Jerônimo Francisco Coelho assumiu a presidência da província, encontrou apenas 83 educandos pela maior parte em ociosidade, já que não havia

200. Id., id., 1980, p.57.

201. BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas*, S. Paulo, 2 v., 1944, p.9.

202. LAMARE, Joaquim Raimundo de. *Op.cit.*, 1867, p.35-6.

203. Carta aos diretores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, data da do Pará 15.11.1757, reprod. por M.C. Mendonça, em *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, 1963, v.3, p.1157.

204. WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, 1939, p.138.

mestres, nem oficinas, nem ferramentas, nem utensílios e "tudo era um quadro de completo abandono e decadência".<sup>205</sup> Assinala que só havia mesmo excessivas despesas, tomando ele medidas para conter a calamitosa situação, reduzindo logo a 54 o número de aprendizes e como não podia estabelecer-se na casa oficinas próprias, porque exigiria avultadas despesas com mestres, equipamentos e matérias-primas, determinou que os educandos fossem distribuídos pelos Arsenais de Guerra e Marinha, uns para aprenderem algum ofício, outros para ganharem ainda que pequeno salário. Em 1849, dando conta de sua administração à Assembléia Legislativa provincial, declarou achar-se o Instituto de Educandos dirigido e fiscalizado com toda a regularidade, tendo substituído a ordem aos caos em que jazera por dez anos. As oficinas foram abolidas e os artistas empregados a jornal nos referidos arsenais, bem como em obras públicas, distribuindo-se nos ofícios de alfaiate, carpinteiro, correio, calafate, ferreiro, funileiro, marceneiro, poleiro, pedreiro, serralheiro e torneiro.

Não obstante o progresso declarado, o estabelecimento não se consolidou. Por fim, na década de 1860 dele já não temos notícia nas "falas" presidenciais. O presidente de Lamare apenas agitou a idéia, em 1867, da "escola industrial". Logo no começo da década seguinte, precisamente a 17.4.1870, o dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando o cargo de presidente ao dr. Abel Graça, recomendava-lhe a atenção para o estabelecimento que tentara instalar e cujo plano fora elaborado pelo engenheiro Francisco Guilherme da Cruz. Coube ao dr. Abel Graça fazer funcionar o novo Instituto, em 1872.

A guerra do Paraguai terminara em 1870. Tal como a navegação a vapor havia gerado verdadeira revolução no interior da Amazônia, o término da guerra, que coincidia com a fase mais aguda da guerra franco-prussiana, havia de trazer outras profundas modificações. Belém já possuía classe proletária. Mas a borracha, que capitalizara amplos recursos, que financiara parte do esforço bélico do

205. COELHO, Jerônimo Francisco. *Fala... Pará*, 1848, p.59-64.

império brasileiro, continuava a render grandes dividendos.<sup>206</sup> O país começou a saldar as dívidas da guerra, contraídas principalmente com os ingleses, desnacionalizando grande parte de sua economia e lou concedendo-lhes privilégios especiais para a exploração de serviços. A 16.10.1870 chega a Belém o vapor inglês Jerome, procedente de Liverpool, trazendo três engenheiros para as obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, vários maquinismos e 300 toneladas de ferro em obras, pilares e leito de pontes em maior quantidade.<sup>207</sup>

De tudo os ingleses tiravam proveito. Os últimos trinta anos do séc. XIX são de verdadeiro delírio tropical. Período marcado pela súbita riqueza e a fulminante decadência. Márcio Souza:

"O moderrento sistema colonial engendrou em sua rudeza a tur-

206. Sobre a exportação da borracha em expansão, observou o Conselheiro Rego Barros que esta empregava toda a força de trabalho disponível, "a ponto de ser preciso receber de outras províncias os gêneros de primeira necessidade e que dantes produziam até para fornecer-lhes". "Isto é certamente um mal, dizia ele, tanto mais quando os lucros avultadíssimos dessa indústria que absorve e aniquila todas as outras, longe de tenderem à criação de pequenas propriedades e suas vantagens, e a divisão da riqueza, só dão em último resultado acumularem esta em mão de poucos e pela maioria estrangeiros, acorrentando a miséria à grande massa daqueles que após por ela abandonarem seus lares, seus pequenos estabelecimentos e talvez suas famílias para se entregarem a uma vida de incertezas e na qual os ganhos de véspera evaporam-se no dia seguinte" (Apud Luiz Cordeiro, *Op.cit.*, 1920, p.28).

Em 1874 o dr. Pedro Vicente de Azevedo observou que "em geral se podia dizer que a agricultura sucumbia sob a influência fascinadora do fabrico da borracha, que dominava em todos os municípios, monopolizando os braços que outrora se empregavam na lavoura" (*Id.*, *id.*, 1920, p.33) e, ainda, que "há vinte anos atrás se cultivava em escala relativamente grande o cacau, cana de açúcar, arroz, algodão, mandioca, café e exportava esses produtos em bruto ou manufaturados em grandes quantidades" (*id.*). "A população tinha então em abundância os gêneros alimentícios. Fabricava-se farinha, tapioca, chocolate, açúcar; tecia-se o algodão, extraíam-se muitos produtos e exportava-se tudo isso, sem prejudicar o consumo interno. Hoje se importa tudo do sul, até o gado para abastecer o mercado da capital." (*Id.*).

207. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20.11.1872, p.3. Dois dias antes, o mesmo periódico noticiou, na primeira página, achar-se em Manaus o sr. E. D. Mathews, engenheiro da Madeira and Mamore railway e o sr. D. Ignacio Araoz, um dos emissários dessa empresa. Informa ainda que a empresa já tem a seu serviço o vapor Santa Cruz, e no Pará achava-se outro, o Duke of Edimburg, que conduzia material da via férrea. No mesmo ano, a Amazon Steam Navigation, companhia de capitais ingleses, também penetrou no negócio dos transportes, desbancou a concorrência das empresas locais (Companhia do Amazonas, Companhia Fluvial Paraense e Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, afinal incorporadas pela companhia inglesa em 1874) e ficou com o monopólio da navegação.

bulenta sociedade do boom econômico do látex, e este, marginalizado dos interesses imperialistas, uma falência inesperada e marcante.<sup>208</sup>

Desde o começo da década de 1860 notava-se o fluxo de imigrantes europeus para Belém, atraídos pelo boom do látex. A "indústria" que aqui se desenvolve é basicamente estimulada por mestres europeus, de diferentes origens, principalmente alemães, italianos, espanhóis, franceses; norte-americanos e ingleses ocupavam-se da exportação da borracha; mascates árabes e judeus do pequeno comércio de regatão; portugueses do comércio a retalho nas principais cidades do vale.

Com os imigrantes, e com paraenses educados na Europa, vêm as idéias mutualistas como iniciativa eminentemente popular, organizando-se sucessivamente:

- Sociedade Beneficente Artística Paraense, instituída por um grupo de operários ou artífices e instalada em 26.6.1865. Seus criadores foram: Guilherme Possidônio Borges, natural do Rio de Janeiro, preto, serralheiro; Simeão Estelita dos Reis Guimarães, pernambucano, preto, alfaiate; Luís Tomás Espíndola, paraense, mulato, músico; João Florêncio de Melo, paraense, alfaiate; Francisco de Paula Ribeiro, paraense, ourives; Inocêncio José Mendes, paraense, sapateiro; Laurindo Augusto das Neves, maranhense, preto, alfaiate; João Onofre Damasceno, paraense, santeiro, e Raimundo Carneiro de Lima Tupiassu, paraense, alfaiate.

- Sociedade Beneficente União Paraense, organizada em dezembro de 1868 e instalada em janeiro de 1870, com dezessete instituidores; dissolvida em agosto de 1881.

- Sociedade Beneficente 2 de dezembro, fundada em 12.01.1871, localizada na Rua Nova de Santana n.º 28-A.

- Club Beneficente Popular, iniciativa do jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, fundado em 1873, terá destaque no próximo capítulo.

- Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense, fundada em 1878, presidida por Augusto Domingos Ruivo. Tinha co-

mo vice-presidente José da Cunha Guimarães; primeiro secretário Luís Antônio Bosque e segundo dito Marçal Tavares Bastos. Em 1904 tinha sua sede na Rua Aristides Lobo, 103.

- Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros, com estatutos aprovados pelo presidente da província em 9.1.1881, publicados em "O Liberal do Pará", 14.8.1881, p.1. Diz de seus fins no Cap. 1.º, art. 2.º:

"1.º Auxiliar aos seus associados nos casos de doença, prisão, inabilidade total para o trabalho, e fazer-lhes com decência os seus funeraes;

2.º Proporcionar-lhes quaesquer auxilios compatíveis com os recursos da associação;

3.º Fazer anualmente a festividade de S. Crispim e S. Crispiano, patrono dos sapateiros e das artes correlativas."

- Associação Internacional de Socorros Mútuos, beneficente e assistencialista, que se inspirou nos equivalentes europeus. Recrutava associados principalmente entre artistas (operários) de diversas profissões. Foi instituída com 143 associados e teve os estatutos aprovados em 23.12.1881, instalada em 15.1.1882, em solenidade realizada no salão do Club Verdi, data também da posse da primeira diretoria eleita: presidente — Francisco Baltazar do Couto; 1.º secretário — Júlio G. F. d'Araújo; 2.º dito — Álvaro da Silva Xavier Monteiro; tesoureiro — João Augusto dos Reis; orador — Antônio Rodrigues Barata.

- Sociedade Beneficente 28 de Setembro, organizada em 1872 pelos catraieiros do porto de Belém, teve destacada atuação na campanha da abolição da escravatura. Em 1884 tomaram os catraieiros a decisão de não mais transportar escravos embarcados ou desembarcados no porto de Belém. Em prol da Sociedade, Raimundo Borges Leal Castello Branco publicou *Cartas e Discursos Abolicionistas*,<sup>209</sup> contendo sete cartas e sete discursos relativos à abolição da escravatura.

- Sociedade Beneficente dos Pedreiros e Carpinas, 1883.

Na mesma época surge o movimento em prol da educação po-

208. SOUZA, Márcio. *A expressão amazônica, do colonialismo ao neocolonialismo*. S. Paulo, 1977, p.43.

209. Impresso na Tip. de A. Província do Pará, Belém, 1884. 64p.

pular e proletária. Além do Instituto Paraense de Educandos Artífices, criado à vista do art. 9 da Lei provincial n.º 660, de 31.10.1870, surgem na capital paraense três outros estabelecimentos:

1. Escola Noturna Para Adultos Livres, mantida pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, instituída em 2.10.1871.

2. Escola Noturna Para Adultos Escravos, fundada em 23.10.1871 pelo padre Félix Vicente Leão e os cidadãos Henrique João Cordeiro, Manuel da Fonseca Bernal e João José Nogueira, prestando-se os três últimos a lecionar gratuitamente e o primeiro a custear a aula. Ficou instalada no Colégio de Santa Maria de Belém e oferecia aulas de leitura, escrita e as quatro operações de aritmética.

3. Escola Noturna da Câmara Municipal, fundada e custeada pela Câmara por proposta dos vereadores João Diogo da Gama Malcher e padre Félix Vicente de Leão, foi instalada em 11.9.1871.

## 2 A REPERCUSSÃO DA PRIMEIRA INTERNACIONAL

A instalação da Comuna de Paris, em 1871, está no centro dos grandes acontecimentos históricos da segunda metade do séc. XIX. A Comuna constitui experiência histórica de larga transcendência: Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) perceberam a importância desse movimento revolucionário das massas e suas consequências.

A 1.ª Internacional, cujo manifesto data de 1864, foi guerreada tanto por Luís Bonaparte, na sua tentativa de manter-se no poder, como pela república burguesa de Thiers, herdeira da monarquia decadente e corrompida. A guerra civil se confunde com a guerra franco-prussiana, iniciada em 19.7.1870, e que redundou na queda da monarquia francesa e na tomada de Paris, em 4.9.1870, pelas massas, remate da rápida sucessão dos acontecimentos.

A instalação da república burguesa na França teve imediata ressonância no Brasil e inspirou a criação do nosso primeiro Clube Republicano, no Rio de Janeiro, em 3.11.1870, que lançou manifesto assinado pelos 58 fundadores e jornal *A República*, em 6 de dezembro seguinte.

Na França, os acontecimentos se desdobraram com maior vi-

gor. Sitiada pelos prussianos, Paris capitula em 28.1.1871. A resistência operária é a resposta inesperada e heróica: ela detém a marcha dos prussianos e dá autonomia a Paris. A Comuna, instalada em 28 de março, foi esmagada com incrível violência. Marx viu a aliança da burguesia francesa com a alemã no esforço comum do esmagamento dos *communards*.<sup>210</sup>

Os membros da Comuna se dividiam em duas facções: de um lado os blanquistas, partidários de Luís Augusto Blanqui (1805-1881), socialista revolucionário, autor da célebre máxima "Nem Deus nem senhor", e que constituíam a maioria; do outro os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que integrava diversas correntes socialistas e anarquistas, entre as quais os adeptos de Proudhon (1809-1865), criador do sistema mutualista. Sobre os acontecimentos de Paris, Karl Marx, o fundador da Internacional, produzirá dois documentos da maior importância.

O Pará vivia nesse exato momento a expansão do comércio da borracha, mas endividava-se, tolhido pelas casas exportadoras inglesas e norte-americanas, com o comércio retalhista entregue aos portugueses, mascates e regatões árabes e judeus, que começavam, estes últimos, a ingressar em grande número na região, procedentes principalmente de Marrocos.

Alguns fatos importantes se colocam neste contexto submetido, agora, a uma dinâmica peculiar: o fim da guerra do Paraguai, trazendo os voluntários, muitos deles com uma visão crítica bastante apurada; a chegada do vapor Jerome, em 1870, trazendo da Inglaterra técnicos e os primeiros equipamentos para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a aventura capitalista mais dispendiosa na região; a fundação, em Belém, do jornal *A Tribuna*, que vai exprimir a inquietação reinante, agitando idéias republicanas, o nativismo exacerbado que não pode deixar de ser analisado e repensado, a despeito da opinião desfavorável de José Veríssimo.

A guerra do Paraguai descapitalizara a Amazônia no exato momento da expansão do comércio gomífero, instalando um sistema

210. Cf. "A Guerra Civil na França", in *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro, 2. v., 1961.

de drenagem do capital, não só para as matrizes estrangeiras, como também para o tesouro nacional. Pode-se dizer que a borracha financiou parte considerável do esforço bélico que a monarquia brasileira exige para submeter os paraguaios, na aquisição de armas, munições etc. Luís Cordeiro, historiador de nossa Economia, viu com bastante clareza a situação nesse período da guerra do Paraguai:

"Nossos dirigentes tinham a visão perfeita do futuro, mas a Metrópole foi sempre surda aos nossos clamores, como ainda o é."

"Queriam era rendas e estas subiam sempre."<sup>211</sup>

Eis o quadro da receita que efetivamente, nos anos da guerra, teve notável incremento:

ANOS	RECEITA
1865-1866	1.884 contos de réis
1866-1867	2.247 contos de réis
1867-1868	3.112 contos de réis
1868-1869	3.542 contos de réis
1869-1870	3.830 contos de réis

Fonte: Luís Cordeiro, op. cit., 1920, p. 68 - 72.

A manutenção desse estado de coisas, depois da guerra do Paraguai, gerou não só ressentimentos contra o governo central, que descapitalizava continuamente a Amazônia<sup>212</sup> sem lhe dar sequer compensações políticas, como justificou o fenômeno *A Tribuna*, durante quase um decênio, agitando idéias e gerando polêmicas.

Enquanto a receita do tesouro nacional se expandia, mais que duplicando no período, a renda interna da província do Pará se mantinha quase estacionária: de 217.532 contos em 1865, passou para

211. CORDEIRO, Luís, Op. cit., 1920, p. 67.

212. Obra fundamental sobre o assunto, publicada em 1883, produziu o "Barão de M.". isto é, José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó (1823-1906) sob o título *A Amazônia - As Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*, Lisboa, Livraria Antiga e Moderna, 1883. O barão de Marajó trata principalmente dos reflexos políticos.

332.529, apenas, em 1870.<sup>213</sup>

Outro aspecto da descapitalização da Amazônia diz respeito à concessão de serviços, como o da navegação, dos transportes urbanos e ferroviários, instalações portuárias, água, esgoto, iluminação e outros que se instalarão no decorrer das próximas décadas, entre eles o telegráfo, o telefone e a energia elétrica.

A oferta de tais serviços "beneficia" a Amazônia, ou melhor as duas capitais, Belém e Manaus, tornando-as de certa forma cidades modernas. Ainda no Pará, ao tempo da guerra do Paraguai, o governo imperial promove o reaparelhamento e modernização do sistema militar defensivo, como as fortalezas espalhadas em pontos estratégicos, e no setor industrial, o reequipamento e modernização dos arsenais de guerra e de marinha, que são, nesse momento, indispensáveis principalmente para a indústria naval bélica. Belém constrói, novamente, navios.

A indústria naval assume, portanto, importância insuspeitada, mantendo aliás, como foi dito no capítulo anterior, a tradição do período colonial e atendendo ao imperativo das comunicações fluviais na Amazônia. O estabelecimento industrial mais importante, porém, é o conjunto de oficinas da Companhia do Amazonas, que dispõe de fundição e instalações para a confecção de quaisquer peças da mecânica pesada.

A cessação da guerra do Paraguai trouxe ao país uma espécie de ânsia de renovação, em que muito se empenha, como um todo já dependente dos fornecedores de armas, equipamentos, e alimentos, também sediados em grande parte na Inglaterra e nos Estados Unidos. A expansão dos serviços ficará entregue a esses financiadores externos, parcialmente representados pela casa do barão de Mauá, financista e industrial de maior prestígio nesse período.

A Amazônia não se industrializa porém. O fluxo de operários estrangeiros, principalmente italianos, alemães, franceses e espanhóis, relativamente intenso durante o conflito, não encontrou capitais suficientes para a instalação de fábricas. Mas Belém possui, a partir desse momento, toda a casta de ofícios mecânicos, notando-se atividades artesanais muito diversificadas e até um tanto sofisticadas. A

213. Cf. SANTOS, Roberto. Op. cit., 1980, p. 12.

consulta aos "Almanaques" editados a partir de 1868 pelo austríaco Carlos Seidl (1835-1898), livreiro estabelecido em Belém, mostra a penetração desses técnicos estrangeiros, que ocupam as principais oficinas aqui instaladas. Em 1870, trabalhavam em Belém inúmeros fotógrafos, retratistas, relojoeiros, escultores, santeiros, músicos, marceneiros, ferreiros, ourives etc. Nesse ano, havia em Belém duas "fábricas" de piano e dois organeiros estabelecidos. Além da modernização das tipografias, introduzira-se com êxito a arte da litogravura, devida ao alemão Karl Wiegandt (1841-1908). Havia costureiros, perfumistas e professores de dança franceses. Relojoeiros suíços e "liutaios", ou fabricantes de instrumentos de cordas, portugueses e italianos.

Os ariessãos e os operários especializados, procedentes de várias regiões da Europa, haveriam de influir culturalmente e na fermentação de novas idéias. A inquietação intelectual será demonstrada agora por uma imprensa mais ativa e polêmica. Em 1870 começa a circular *A Tribuna*, jornal de tendência nacionalista-reformista, com inspiração republicana, que logo se faz notar pela linguagem virulenta, por vezes insultuosa, que não pouco assusta os burgueses, proprietários, exportadores da borracha e principalmente os exploradores do comércio varejista, em sua grande maioria pequenos negociantes portugueses. Surpreendentemente, *A Tribuna* começa a refletir, a partir de 1871, quase em cima dos acontecimentos, idéias da Comuna de Paris. O português D. A. Gomes Percheiro, um dos adversários dos "tribunos", insinua a existência de idéias comunistas entre eles e entre os liberais do Pará.<sup>214</sup> Algumas tendências radicais se definem, por exemplo, no poeta e jornalista Júlio César Ribeiro de Sousa (1843-1887), famoso por suas experiências aerotásticas e que lutara nos campos do Paraguai, retornando ao Pará, em 1870, com idéias republicanas, a quem cabe editar em 14.2.1871, *O Tira-Dentes*, primeiro jornal a exprimir, entre nós, essas idéias; e outros jornalistas, ligados à maçonaria, como o bacharel Joaquim José de Assis (1830-1889) e o dr. Américo Marques Santa Rosa (1833-1899), que

214. Cf. PERCHEIRO, D. A. Gomes. *Questões do Pará*, Lisboa, 1875, p.146.

editam *O Futuro*, órgão das idéias republicanas, hebdomadário, impresso na Tipographia Republicana, cujo primeiro número circulou em 4.3.1872.

Os radicais mais exaltados, com tendências republicanas-revolucionárias, nacionalistas e/ou reformistas, abrigaram-se, contudo, na redação de *A Tribuna*, dito "periódico popular", editado pelo capitão Marcelino Nery, irmão de Frederico José de Santana Nery (1848-1901), o barão, que residia em Paris ao tempo da queda da monarquia francesa, era católico, freqüentador dos salões, bonapartista. Na redação de *A Tribuna* destacaram-se principalmente os poetas Luís Demétrio Juvenal Tavares (1850-1907), republicano convicto, reformista exaltado e blanquista, e Joaquim Francisco de Mendonça Júnior (18?-1904), também republicano, que adotou diferentes pseudônimos de influência francesa: é o poeta "Múcio Javrot", conhecido das antologias, e é o polemista "Paulo Puhan" que, com outro, "René Moustache", não identificado, publicou uma série de folhetins no *Diário do Gram-Pará*, sob o título geral "A Comédia Paraense" que incomodaram bastante por suas idéias "revolucionárias". A publicação dos folhetins cessou por pressão da colônia portuguesa, que impôs ao aludido jornal a retirada dos folhetinistas "ou a perda de inúmeras assinaturas". O jornal preferiu ficar com as inúmeras assinaturas.

Repelido do jornal, o folhetim "A Comédia Paraense" apareceu em folheto, com subtítulo "crítica de costumes", Belém, 1884. Joaquim Francisco de Mendonça Júnior ou "Paulo Puhan" explica que seus adversários diziam que "A Comédia Paraense" vinha substituir *A Tribuna*, ou "que nós, humildes e obscuros obreiros dela invejávamos a glória dos Nery aqui, e dos Rochefort, Blanqui, e caterva em outros países!" Acusavam-no da publicação de folhetins incendiários, que propagavam as idéias "socialistas-nihilistas".<sup>215</sup>

*A Tribuna* era ainda o principal foco das agitações embora a sua imprecisa definição ideológica. Expressia nacionalismo com tinturas de xenofobia, em geral censurada pela imprensa tanto conser-

215. Cf. *A Comédia Paraense*, Belém, 1884, p.6.

vadora como liberal, e no parlamento da província, onde a classe dominante tinha seus principais defensores. A situação tendia a agravar-se depois das badernas de 1873, quando os partidários dos tribunos tentaram pôr em prática suas idéias. As classes políticas ligadas ao partido liberal e ao conservador "dissidente", lançaram manifestos recriminando a campanha dos tribunos e seus aliados. O manifesto do Partido Liberal, datado de 26.11.1874, fala da inoculação do "ódio" aos portugueses que os tribunos acusavam de monopolizar o comércio a retalho, fulcro da questão, dizendo que sua bandeira é a do "comércio livre", da "livre concorrência" e por "essa bandeira" havia de combater na imprensa..." e se o destino for tão inexorável que traga a questão para o campo da luta armada, o que não esperamos, nosso lugar será a favor d'ella".

Os liberais estavam, pelo visto, dispostos a tudo, até mesmo à "luta armada" na defesa de seus privilégios. No mesmo tom apareceu o manifesto do partido "conservador dissidente", de 30.11.1874, que iniciava "considerando os grandes males econômicos, morais e políticos que as doutrinas propagadas pelo periódico *Tribuna*, vão causando a esta província". Declara também em primeiro lugar que "reprovam e severamente condenam a linguagem usada e as doutrinas propagadas pela *Tribuna*". Ambos os manifestos estão assinados pelos insígnies representantes da classe abastada, fazendeiros, proprietários, sócios das grandes casas exportadoras da borracha, todos eles com representação política no parlamento provincial.

Os debates tomaram particular dimensão, por volta de 1875, quando grande parte do impulso inicial dos tribunos já se havia alterado, buscando estes, de certa forma, apoio da ala conservadora e da própria igreja, que no início combatera. Era quase uma tentativa para sobreviver.

A sobrevivência era mesmo questão fundamental para os tribunos. No final de 1871 estava tenso o antagonismo entre os tribunos e parte da imprensa que defendia a manutenção do *status quo*, principalmente o *Diário de Belém* que, na defesa dos interesses portugueses, chegou até a insultar os brasileiros, exigia simplesmente a supressão de *A Tribuna*, com apoio ostensivo de alguns paraenses comprometidos com esses interesses, como o comendador João Wil-

kens de Matos (1822-1889), defensor da "extirpação" de *A Tribuna*. O jornal do Partido Conservador chegou a sair em defesa de seu colega:

"Já dissemos e ora repetimos; não é a extirpação da *Tribuna* que convém à opinião pública e ao bem estar de nossa província, mas sim a cessação e extirpação das doutrinas errôneas e da linguagem injuriosa e tristemente acrimoniosa desse periódico. Essa extirpação só pode obter a discussão esclarecida ou a eloquência do silêncio ante a persistência do erro". "Extirpada a *Tribuna*, ficam as idéias; mas, vencidas as doutrinas pela convicção, estão destruídas."

Era a linguagem do Partido Conservador, que acrescentava: "Extinguir um órgão da publicidade, não nos parece digno da missão da imprensa; para regenerá-lo, porém, temos feito o que convém à justa influência e dignidade de jornalistas; falamos-lhe do alto da imprensa, como órgão da opinião pública"...

Essas mesmas idéias passavam para a tribuna do parlamento provincial, onde o deputado Correia de Freitas, na sessão ordinária de 26.2.1875, batendo-se contra os tribunos, argumentava:

"Há na *Tribuna* algumas idéias boas, mas ela manifesta-se por tal forma sobre assuntos importantes e que de perto tocam os nossos mais vitais interesses, que é preciso quanto antes pôr um termo a essas doutrinas revolucionárias e impróprias de um povo civilizado."

O orador foi muito aparteado, neste como em outros instantes de sua alocução, tendo-lhe o deputado Miguel Lúcio indagado insistentemente: "Quais são as idéias boas?", o que não foi atendido.

*A Tribuna* não passou, na verdade, de um órgão nacionalista-reformista, com tendências republicanas. Mas não há dúvida que refletiu no Pará as primeiras manifestações das doutrinas geradas na França de 1870, particularmente depois da instalação da Comuna de Paris em 1871. Empolgada inicialmente com o feito heróico da população parisiense, num clima de admiração intelectual, como a

216. Apud CRUZ, Guilherme. *Negócios do Pará*, Belém, 1875, p.44.

217. Id., id., 1875, apêndice, p.14.

218. Id., id., 1875, apêndice, p.15.

exaltação de Blanqui e Rochefort, os intelectuais nela envolvidos não chegaram a aprofundar as questões locais e a luta da *Tribuna* contra o comércio retalhista monopolizado pelos portugueses reflete muito a situação existente no Recife na época da Revolução Praieira, ali por volta de 1848. A luta se perdeu, afinal, na tentativa de atingir o ponto menor de nossa expoliação econômica.

A *Tribuna* supera no entanto a importância de *O Tira-Dentes*, do poeta Júlio César Ribeiro de Sousa, e de *O Futuro*, do bacharel mineiro Joaquim José de Assis, ambos transitoriamente republicanos. *O Futuro*, por seu redator-proprietário, teve fim um tanto melancólico: depois de publicado o n.º 10, encerrou as portas, ou suas colunas, e o bacharel "voltou ao passado e às idéias monárquicas",<sup>219</sup> buscando o convívio da maçonaria. Assim é que, no mesmo ano, já aparece como redator de *O Pelicano*, periódico dedicado à defesa da maçonaria. Fica, portanto, em oposição aos tribunos.

O currículo do bacharel acrescenta que ele acaba sendo homem muito rico, fazendeiro e latifundiário na ilha do Marajó, e que em 25.3.1876 lançou, com Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos, o diário *A Província do Pará*.

### 3 O CLUBE POPULAR: UM NÚCLEO DA INTERNACIONAL

A discussão das idéias econômicas e sociais chega à imprensa do Pará ao tempo em que se manifestavam as primeiras tentativas de organização do proletariado. Grande parte do material produzido ficou disperso, destacando-se as manifestações castradoras das novas idéias. Entre os teóricos locais surge Domingos Antônio Raiol, barão de Guajará (1830-1912), que faz reflexões em torno de aristocracia, democracia e o reformismo. Diante do bipartidarismo dominante no país, defende a proposta de terceiro partido, o da conciliação proclamada pelo marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), um dos mais influentes políticos do império. Raiol, his-

219. BARATA, Manuel, Op. cit., 1973, p.248.

toriador da Cabanagem, produziu dois trabalhos de reflexão política nos extremos das atividades intelectuais: *O Brasil Político*, publicado em 1858, primeiro título de sua bibliografia, e *Visões do Crepúsculo*, último trabalho, que publicou esparsamente na *Revista Paraense*, a partir do primeiro número, lançado em 1898.

Raiol manteve-se fiel ao seu credo político, expresso no pequeno ensaio publicado em 1858 e dedicado ao seu primo, conselheiro Bernardo de Souza Franco. É uma apologia da aristocracia:

"Que o poder soberano reside no povo, é uma verdade que ninguém hoje pode seriamente contestar. O seu exercício, porém, só deve ser confiado aos cidadãos mais virtuosos e sábios. E neste princípio está a legítima origem da aristocracia, ou o governo dos melhores, que vale o mesmo, segundo a significação etimológica da palavra".<sup>220</sup>

Menos conhecido é o bacharel e jornalista Heráclito Vespasiano Fiock Romano, natural de Pernambuco, em cuja Faculdade de Direito se formou em 1862, vindo a seguir para o Pará. Exerceu aqui o cargo de juiz de órfãos, do qual se demitiu para entregar-se à advocacia, que exerceu com êxito, a serviço dos banqueiros e dos exportadores da borracha. Filiado ao partido conservador, foi deputado em várias legislaturas. Na Assembléia Provincial foi relator da comissão de finanças e líder. Publicou *Chrestomathia*, em 1867, que foi adotado nas escolas públicas. Morreu em Belém em 1900, deixando boa fortuna e obra que não lhe garantiu destaque maior nos compêndios e nas antologias. A 20.1.1867 iniciou a publicação no *Jornal do Pará*, órgão oficial, na segunda página, do extenso ensaio intitulado "Direito de Propriedade", em que defende esse direito como "natural, congênito com o homem, derivado das necessidades", segundo idéias de Eugène Pellatan (1813-1884) e Leon Fauchen, que ele divulga no Pará, condenando o comunismo e fazendo a apologia do capital.<sup>221</sup>

220. RAIOL, Domingos Antônio, Op. cit., 1970, p.175.

221. A publicação prossegue nas edições de 22.01.1867, p.1,2; 24.01.1867, p.2,3; 25.01.1867, p.2 e 27.01.1867, p.2.

Ora, colocava-se nesse momento, algo que não pode passar despercebido: o movimento de organização das classes sociais: a 13.2.1864, vários negociantes da praça de Belém reuniram-se num dos salões da casa da gerência da poderosa Companhia do Amazonas, com o intuito de estabelecer uma associação da classe comercial. Visaram reorganizar e dinamizar a antiga Praça do Comércio. Era na verdade a instituição do sindicato patronal.

Expande-se também o mutualismo como forma de organização dos trabalhadores. É o mutualismo das "associações beneficentes", já relacionadas anteriormente. Em 26.6.1865 surgiu a Sociedade Beneficente Artística Paraense, que logo teve o amparo oficial e chegou a adquirir o título de Imperial. Consolidou-se, chegou a ter rico patrimônio, e ainda existe, centenária, mas decadente. No ano seguinte, pelo mês de dezembro, surgiu a Sociedade União Paraense, com 17 instituidores, artistas e intelectuais. Não se confundia com a Artística Paraense e já começou manifestando interesses pela ação política, com tendências bem definidas: pela primeira vez na história do Pará, conforme as notícias que conseguimos apurar, artistas (assim designados os proletários em geral) e intelectuais se uniam na defesa de interesses comuns. É bem significativo o espetáculo que em benefício da União Paraense foi realizado no Teatro Chalet, largo de Nazaré, em 17.8.1873, com a apresentação de peça "Carlos, o Artista", de Augusto da Silveira, que parece inaugurar o teatro social entre nós, por iniciativa local. Somente em 1879 chega a Belém a companhia do ator Antônio Gomes Rodrigues Sampaio, que trouxe o drama "Gaspar, o Serralheiro", de Batista Machado, peça de fundo social que Rodrigues Sampaio vinha apresentando em todo o Brasil, com imenso sucesso... de crítica patrulheira.<sup>222</sup> Nesse tipo de teatro social, também se engajou o autor e ator paraense José de Lima Penante (1840 - 1892), principalmente na propaganda da abolição e da república.

222. O drama *Gaspar, o serralheiro* do escritor português Batista Machado (1847-1901) leva ao palco a mensagem do socialismo e das lutas de classes. O drama humano e revolucionário, colocava em cena a luta entre o capital e o trabalho mediante a greve operária. A incitação à greve parece ter sido o principal alvo do ataque da crítica.

Da União Paraense, surge uma facção chefiada pelo jornalista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1840 - 1919), neto do poeta homônimo e filho de João Batista, o político e administrador que instalou e primeiro presidiu a província do Amazonas; e ainda tanto se destacara na imprensa pré-cabana no partido que se opunha ao do cônego Batista Campos. Bento Aranha, por sua ancestralidade, estaria ligado à classe dos grandes proprietários da região, mas a fortuna da família foi arruinada na época da guerra dos cabanos. Herdeiro do nome ilustre, não da fortuna, Bento Aranha não teve recursos para conquistar o título de bacharel. Formou-se em nosso meio, lutando sozinho, como autodidata. Em 1858 já se encontrava na redação do *Diário do Gram-Pará*.

As atividades políticas de Bento Aranha tiveram cunho eminentemente prático, tendo sido, portanto, vítima de severas críticas dos conservadores. Em 1873, quando temos notícia da implantação do núcleo da Internacional no Pará, vemo-lo à frente do movimento. Sob o título "A Internacional", por exemplo, o jornal católico *A Boa Nova*,<sup>223</sup> comenta o aparecimento da "sociedade secreta para os operários", acrescentando alguns dados um tanto confusamente, como quando diz que à dita sociedade se presta juramento e "pretende-se resolver o grande problema social da igualdade por meio do ferro e do petróleo".

O jornal católico, que vinha sustentando polêmica com os congêneres da maçonaria, no desenvolvimento da chamada Questão Religiosa, via na Internacional algo semelhante: "ela se diz tão inocente ao menos como a maçonaria, quer o progresso, a liberdade de consciência, a comunidade de bens, de mulheres, etc."

Tendo o *Diário de Belém* noticiado igualmente que constava haver um ensaio da Internacional em Belém, o fato foi considerado gravíssimo, o que leva a supor que as idéias de Marx já eram precedidas, antes mesmo de anunciadas ou simplesmente divulgadas, pelo horror supersticioso e pela deformação mais tendenciosa. A nota do *Diário*

223. Ano III, nº 40, de 21.05.1873, 1ª p. As edições citadas desse periódico encontram-se na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, RJ, onde as consultamos.

de Belém era bastante sóbria:

"Lemos depois uma publicação assinada pelo Sr. Bento Aranha no Jornal do Pará n.º 110, na qual declara que havia sim um Club Popular Beneficente, sociedade pública e bem pública para manter a ordem, guardar a justiça, zelar o direito e a lei, proteger as classes operárias, os lavradores e empregados no comércio, derramar a instrução e a caridade pelos seus associados e pugnar pela liberdade de consciência e pela moral."

Todavia o jornal católico achou singular essa declaração e achou prudente chamar a atenção do governo, pois, afinal, "não é bom estar brincando com o fogo...", concluiu.

Sabe-se ainda que os estatutos do Club Popular Beneficente foram aprovados pelo governo, conforme notícia novamente estampada pelo jornal católico, edição de 2.8.1873, que adverte:

"É uma sociedade secreta, e apenas uma aplicação da maçonaria nas classes artísticas. Nenhum católico pode filiar-se em tal associação sem incorrer nas censuras eclesiásticas, porque todas as sociedades secretas estão proibidas pela Igreja."

Ainda no *A Boa Nova*, ano III, n.º 63, de 9.8.1873, encontramos extensa matéria sobre a fundação da dita sociedade, com reprodução de comentários de outros órgãos da imprensa, como o *Diário de Belém* n.º 175, que achou que de beneficente só tem o nome: "seu fim nos parece contrário ao programa da província e da ordem pública" e assim chamou a atenção da polícia para esse ensaio da Internacional, "que se instalava ali na Rua das Flores".

Começou, portanto, no Pará, o partido proletário a ser um caso de polícia. *O Pelicano*, órgão maçônico, não o defende; defende-se apenas. Era incômoda mais essa acusação da Igreja, nesse momento de desdobramento da Questão Religiosa, e na verdade a maçonaria repudiava esse tipo de sociedade que não se identificava com seus fins e princípios. Diz que o Clube Popular nada tem em comum com a maçonaria; são inteiramente independentes e estranhos um do outro. Na verdade, assim era e assim se documenta, com a matéria da repressão, a instalação no Pará de um núcleo da Internacional, fundada por Karl Marx, iniciativa local do jornalista Bento de Figueire-

do Tenreiro Aranha, fato ignorado por seu biógrafo Agnello Bitencourt.<sup>224</sup>

Não localizamos publicação própria do Clube Popular, manifesto, seus estatutos ou qualquer impresso equivalente. Mas não deixa dúvida que, inspirando-se na Internacional Operária, discrepava profundamente de *A Tribuna* — que teria refletido, nos primeiros tempos, idéias da Comuna de Paris, em especial as propostas de Blanqui, Rochefort e Proudhon. Teria Bento Aranha tomado conhecimento real das idéias de Marx? Não ousa afirmar. Mas é certo que Marx, nessa altura, tomara-se bastante conhecido com a publicação de manifestos, a partir de Londres, para o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores — a Internacional — analisando a situação política da época e dando diretrizes às lutas operárias. Esses manifestos tinham aprovação do aludido Conselho e ampla divulgação em forma de volantes nas línguas inglesa, francesa e alemã. Teriam chegado ao Pará?

Herman Lima, seguido por Vamireh Chacon, atribui a Tobias Barreto, chefe da Escola do Recife, o mérito de ter sido o primeiro brasileiro a citar nominalmente Karl Marx, no discurso de colação de grau dos bacharelados da Faculdade de Direito do Recife, em 1883.<sup>225</sup> Em Pernambuco também houve um "Clube Popular", na cidade de Escada, criado nos idos de 1877, onde Tobias teria feito claras alusões à luta de classes no discurso que pronunciou — "Discurso em mangas de camisa".<sup>226</sup>

O Clube Popular de Belém, como acabamos de ver, foi fundado em 1873, o que permite admitir o reexame de certos pontos da História das Idéias Socialistas no Brasil, ao menos para demonstrar que a organização do proletariado se manifestou no Pará, como possivelmente em outras províncias, como produto da expansão da Inter-

224. Uma pequena biografia, aliás, no *Dicionário Amazonense de Biografias*, Rio de Janeiro, Conquista, 1973, p.135-6. O historiador marxista paraense Levy Hall de Moura confundiu-o com o pai, cf. *Esquema da Origem e da Evolução da Sociedade Paraense*, Belém, 1957, p.47-8, ignorando também o episódio do Clube Popular.

225. Cf. CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, p.265.

226. Id., id., 1965, p.226.

nacional criada por Karl Marx. Se conseguimos detectar a Internacional, quer dizer que também detectamos as vozes de Marx e Engels, chegadas até nós principalmente por suas mensagens anônimas aos proletários de todo o mundo, exortando-os à união. É sabido que grande parte dos documentos publicados na *Gazeta Renana*, assim como muitos impressos avulsos largamente difundidos, não traziam a assinatura do mentor intelectual do movimento que se expandia da Europa.

A história gerada das lutas populares, embora determinando profundas mudanças nos rumos dos acontecimentos mais importantes, não tem sido levada em conta pela historiografia oficial. As poucas informações obtidas aqui e ali passam por verdades absolutas. Com relação ao Pará, as deficiências da pesquisa deformam ainda mais essa história. Teodomiro Martins, por exemplo, que surge somente por volta de 1901, passa por pioneiro do marxismo entre nós. Edgar Rodrigues,<sup>227</sup> melhor informado, recua mais um pouco, chegando a citar o jornal *A Voz do Povo*, editado no Pará em 1860 (3), que ignoramos, entre os jornais de "tendência" operária, o que não pudemos comprovar, e mais precisamente, a *Tribuna Operária* (1891-93), que tivemos em mãos apenas alguns exemplares avulsos, inclusive edição especial de 1.º 5.1894, jornal verdadeiramente clássico, inspirado na II Internacional e que será objeto de outra análise.

Em 1873, Bento Aranha não esteve sozinho na sua luta, mas a história, que ainda não está escrita, reservou-lhe sem dúvida lugar de destaque entre os pioneiros, com outros intelectuais, os já citados Luís Demétrio Juvenal Tavares, Joaquim Francisco de Mendonça Júnior (Múcio Javrot), e ainda o poeta Ignácio Baptista de Moura (1857-1929), tido como um dos precursores do socialismo no Pará, mas que melhor se situaria como "simpatizante" da causa operária. Revela o acadêmico Deodoro de Mendonça que:

"O ilustre paraense era um sentimento debruçado na causa popular e sua índole socialista estava atenta para os fenômenos sociais, numa época em que as questões de âmbito social ainda não atin-

giam nosso país, e esses problemas na Europa estavam apenas sendo discutidos pelos grandes escritores da época em atritos constantes com o poder imperialista do capital. Desde as suas relações íntimas com os alunos das várias gerações que passaram pelo Liceu Paraense até as reuniões operárias e do povo, o professor Inácio Moura expressava sempre a sua fé socialista baseada no direito que todos têm de uma vida digna resultante do trabalho honesto. Era, por isso, um orador inflamado nos comícios e em prosa e verso escrevia na imprensa sobre os deveres e direitos das classes patronais e dos operários formulando nessas ocasiões, apelos de humanidade em favor dos trabalhadores à falta de leis que lhes dessem garantia e justiça. Sempre humilde fugia sempre dos acenos deslumbrantes dos abastados do poder econômico. Ídolo dos estudantes, era de outro lado, o líder autêntico dos operários na sua luta constante pelo bem-estar das classes menos favorecidas. Uma de suas poesias ficou indelevel pela beleza literária que encerra, pela poesia que tem a força filosófica de uma grande tese e em via de realização apenas meio século depois:

É das mãos calosas do operário  
Que a estátua do progresso há de surgir.  
Este século é o grande itinerário  
De um século de luz que ainda há de vir!"<sup>228</sup>

A quadra acima serviu de divisa para inúmeras publicações clássicas e o poeta teve a honra de ser eleito orador perpétuo da Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense.

Até 1880 temos notícia das atividades do Club Popular Beneficente, da Associação Internacional de Socorros Mútuos, do Club Batista Campos e outras assemelhadas, de caráter assistencial e proletárias. Os tipógrafos tiveram uma tentativa de associação em 1881, que foi mal dirigida. Nos "Solicitados" do *Diário de Notícias*, Belém 1 e 2.9.1881, lemos:

"A Projectada Associação typographica beneficente.

228. In *Revista da Academia Paraense de Letras*, Belém, v.9, 1961, p.171.

227. RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1969.

Não se tendo até hoje conseguido realizar a fundação legal desta associação, e estando exuberantemente provada a impossibilidade de fundar-se, atenta a nenhuma consideração prestada pela classe à projectada associação, pede-se a quem de direito couber o obsequio de convocar uma sessão extraordinária, a fim de entregar-se a seus donos o capital subscripto, pois que este capital, tendo sido subscripto para um fim que se não levou a efeito, e estando pessimamente colocado, deve ser quanto antes restituído aos seus donos.

Ficamos na expectativa.

Pará 31 de agosto de 1881. / Alguns prejudicados."

Houve resposta e contra-resposta. Mas no dia 28.9.1881, ainda o *Diário de Notícias* anunciou, p.3, que estava definitivamente dissolvida a dita associação e se procedia a restituição das entradas dos associados.

A situação começava a tornar-se tensa no Grão-Pará. Houve tentativas de envolvimento político das sociedades mutualistas; uma questão rumorosa foi suscitada em 1882 quando a Artística Paraense negou apoio à candidatura do dr. José Agostinho Reis, tendo provocado a ira do dr. Domingos Antônio Raiol. O *Diário de Notícias* atribui a este sr. expressões insultuosas, referindo-se aos artistas, tais como "a canalha, caceteiros de eleições e que não têm onde cair mortos, pois o pouco que ganham de dia não lhes chega para a taberna..." inda mais que "isto de artistas é uma SÚCIA (!!) que convém ter sempre debaixo do relho..." E acusa o presidente da província de intervir indebitamente na sociedade. O assunto rendeu e foi objeto de polémica entre o *Liberal do Pará*, partidário de Raiol, e o *Diário de Notícias*, ao lado dos artistas.

O *Diário de Notícias*, de João Campbell, engajou-se também na campanha abolicionista. O dr. José Agostinho dos Reis esteve bastante ligado a esse periódico, que emprestou solidariedade ao abolicionismo e ao movimento operário. No dia 3.6.1883, José Agostinho dos Reis pronunciou no Pavilhão de Recreios palestra sobre o tema "O Escravo constitui ou não direito de propriedade?" A ele também parece estar creditada a campanha do suposto "Club Revolucionário Abolicionista". Recolhemos do *Diários de Notícias* 2.6.1883, p.3, mais a seguinte matéria sob o título "Nihilistas":

"Pelo correio recebemos a seguinte carta:  
Pará, 29 de maio 83.

Ilmo Sr.

A associação secreta *Club Revolucionário Abolicionista* resolveu hoje em sessão extraordinária intimar a v. ou a quem suas vezes fizer, não aceitar publicação alguma, sobre venda, fuga ou qualquer outra a favor dos escravocratas, sob pena de morte.

Creia v. que executaremos a promessa, se não cumprir o apelo que fazemos em prol da mais santa das causas; e para que possamos conhecer dos seus sentimentos, pedimos que no dia immediato ao recebimento d'esta declare em sua folha que fará o que ordenamos.

A comissão

Rochefort

Louise Michel

Blanqui

Por nossa parte, julgamo-nos livres da terrível morte, porque há bastante tempo que não publicamos annuncios de escravos.

Preparem-se, porém, os collegas da *Constituição* e do *Belem*: vão morrer, de morte macaca, coitados."

Não há indícios da existência real desse Clube Revolucionário Abolicionista, talvez invenção dos redatores do *Diário de Notícias*, jornal que tomara partido dos abolicionistas e certamente gozava os confrades que publicavam tais anúncios.

A campanha abolicionista articulou-se muitas vezes com o movimento mais geral das lutas operárias em Belém. As classes trabalhadoras começavam a agitar-se a partir do segundo semestre de 1883. Recolhemos pronunciamentos por motivos salariais, a exemplo da gazetilha publicada ainda no *Diário de Notícias*, 29.7.1883, p.3:

"SALÁRIOS — Os operarios calafates fazem sciente aos mestres dos estaleiros e ao corpo commercial, tanto da capital como do interior que de 1.º de agosto do corrente anno os seus trabalhos serão feitos a cinco mil reis diarios. / Todos os calafates."

A 11.12.1883 houve a greve dos aguadeiros de Belém pela razão de haver sido vendida em hasta pública uma pipa pertencente a um aguadeiro que se recusara ao pagamento da multa que incorrera por ter faltado ao incêndio da trav. da Princesa. O movimento

repercutiu em toda a imprensa paraense.

Já agora o noticiário do segundo semestre de 1883 começa a falar da instituição da Liga Operária, à frente da qual achava-se o mesmo dr. José Agostinho dos Reis, o que permite enfatizar que a causa abolicionista confundia-se com a causa dos trabalhadores.

José Agostinho dos Reis substituiu Bento Aranha que fora forçado a emigrar para o Amazonas. A Liga Operária substituiu também o Clube Popular, emprestando-lhe sentido classista na tentativa de mobilizar o proletariado em passeatas e greves, articular-se com o movimento abolicionista e unir os interesses das várias associações mutualistas então existentes. A 17.1.1884 houve a eleição da primeira diretoria da Liga Operária, que ficou assim constituída: presidente — Raimundo da Silva e Sousa; 1.º secretário — Torquato Passos; 2.º dito — Joaquim Carneiro; tesoureiro — Luiz Antônio Bosque; orador — Augusto Domingos Ruivo. Todas figuras modestas. Luiz Antônio Bosque e Augusto Domingos Ruivo, em 1881, estavam na diretoria da Mecânica Paraense. Ruivo era artista de merecimento, mestre das oficinas de máquinas da Companhia do Amazonas.

A 27.1.1884 houve sessão solene de instalação da Liga e posse da diretoria, realizada no salão da Imperial Sociedade Artística Paraense, sessão presidida pelo comprovinciano dr. José Agostinho dos Reis, com numerosa concorrência. Falaram sobre o objeto da festa os operários Cândido de Deus e Silva, pela Artística Paraense, e A. Lima, pela Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense. O dr. Reis, presidente honorário da Liga Operária, foi escolhido orador para o ato que tinha lugar e discorreu sobre a Lei do Trabalho e a necessidade da educação profissional durante uma e meia hora, sendo interrompido constantemente por longos aplausos.

A Liga Operária começou anunciando, em 1883, a criação de aulas para os trabalhadores. Funcionava ainda precariamente na Sociedade Mecânica, Rua da Pedreira n.º 41, e já promovia passeatas abolicionistas e operárias. Joaquim Carneiro era o secretário que assinava as convocações. Augusto Domingos Ruivo não chegou a desempenhar papel saliente na Liga, pois faleceu em Belém a 15.2.1884, aos 38 anos de idade.

Completava-se um decênio de lutas, iniciadas pelo Clube Popu-

lar, núcleo da I Internacional, instituído em 1873. A Liga Operária dava um passo à frente, unindo os trabalhadores, a despeito das iras do dr. Domingos Antônio Raiol, o historiador da Cabanagem, eventualmente presidente da província do Grão-Pará, numa curta interinidade (15.5 a 26.6.1882), para quem, os artistas, como os escravos, constituíam "uma súcia que convém ter sempre debaixo do relho...".

A Liga Operária também lutou com dificuldades para manter-se e não resistiu muito tempo. Foi substituída, já no final da monarquia pelo Club dos Artistas Nacionais, espécie de ala esquerda do Club Republicano. Entre os documentos então divulgados merece atenção o manifesto datado de 23.8.1889 e assinado pelo líder operário Manoel Viana Coutinho, publicado no *Diário de Notícias*, de 24, pág. 3.

Nesse tempo, a crise operária atingia várias oficinas de Belém, principalmente as oficinas da Companhia do Amazonas que resolveu pagar aos operários apenas meio salário, exigindo deles somente meio dia de trabalho. A 24 de agosto o *Diário de Notícias* publicou na pág. 3 o Manifesto de Manoel Viana Coutinho à classe operária.

Na reunião de 13 de setembro, o mesmo Viana Coutinho falou em nome dos operários da Companhia do Amazonas que sofriam grande redução em seus salários e afirmou, nessa ocasião, que "a única salvação do nosso país está na reforma radical do governo, está na revolução de hoje, está na emancipação das províncias, está na república futura."

Futura e breve. Novembro de 89 está próximo.

#### 4 VERÍSSIMO E O PENSAMENTO CRÍTICO

Em 1883, falando na Sociedade Paraense Promotora da Instrução sobre "O Movimento Intelectual Brasileiro nos últimos dez anos", José Veríssimo desenhou o perfil, com traços muito ágeis, da nossa vida intelectual. Disse que não tomou esse decênio por acaso, ou mero capricho, mas por reconhecer, com Sílvio Romero, que a data de 1873 marca efetivamente o ingresso do Brasil no movimento intelectual contemporâneo. Antes disso, só na poesia e no romance é que se havia manifestado com algum vigor a literatura brasileira. Procurando as causas geradoras do novo fenômeno, disse o crítico

## CLUB DOS ARTISTAS NACIONAES

Conforme estava annunciada, realizou-se ante-hontem a sessão promovida por este Club para tratar, segundo o respectivo convite, de um discurso pronunciado no *Club Republicano*, em sua ultima sessão.

Aberta a sessão, o sr. 1º secretario Cunha Oliveira, explicando o motivo que a justificava censurou acerbamente ao sr. R. Lima, membro do *Club Republicano* e que tambem é socio deste club, a quem eram attribuidas as phrases offensivas ás classes operarias.

Este senhor justificou-se plenamente, sendo por diversas vezes applaudido.

Sucedeu-lhe com a palavra o sr. Cirne Lima que, procurando provar as vantagens do systema monarchico, foi por diversas vezes interrompido com manifestações de desagrado.

O sr. Vianua Coutinho, ora lido do *Club dos Artistas Nacionaes*, depois de algumas considerações, disse que opinava que o club tomasse a si a causa dos candidatos democraticos. Foi muito applaudido.

Em seguida fallaram os srs. dr. Lauro Sodré e Irineo Uanha, sendo todos freneticamente applaudidos.

Estamos bastante satisfeito com o resultado da sessão do *Club dos Artistas Nacionaes*.

Felicitemos ao distincto democratico, nosso amigo, o sr. Rodolpho Lima, sobre quem pairavam accusações infundadas, porém graves.

Compareceram á sessão mais de oitocentas pessoas, e tivemos então occasião de admitir a união dos artistas paraenses, seu espirito de democracia, seu elevado heroismo e o interesse que tomam para levantar a dignidade de sua classe tão importante.

Honra aos artistas paraenses!

## A CLASSE OPERARIA

### A' POSTOS, COLLEGAS!

O tempo urge!

A miseria caminhando a passos largos já nós visa de bem perto.

Trabalhemos todos para um fim: a conquista dos nossos direitos e a reivindicação de nossa patria.

A calamidade nós persegue, a miseria nós ameaça.

E' tempo de abriremos mãos de todos os preconceitos, de todos os compadrecismos e de todas as considerações amistosas.

Ninguém é por nós!

Quem, senão os soffredores, poderá procurar lenitivo para os seus soffrimentos?

Vamos procurar o mal que nós afflige onde quer q' esteja, qual quer que seja a fonte de sua emanação, lancemos por terra esta hydra horrendamente melonha que ousa enfrentar-nos, com o intuito de nós aniquilar.

Collegas, como vedes, todas as oficinas particulares estão fechando suas portas, as officinas das grandes empresas estão despendendo os seus numerosos operarios a estrada de ferro de Bragança já há muito não paga o seu pessoal a companhia Pará e Amazonas pagará quando para não houver dinheiro, os filhotes publicos estão afluindo para os estabelecimentos publicos sem habilitação para os cargos que estão exercendo, mesmo com grande prejuizo aos erarios publicos.

Onde vamos parar!

Até onde quereis levar o excessos de vossa paciencia, esse carnerismo lagubre e detestavel!

Até onde quereis dar vergonhosas provas de vossa subserviencia!

Não, tudo na ordem natural tem um termo.

O termo de nossos soffrimentos, está na ré dita contra os males que nos afflige.

Olhemos attentamente para o futuro calamitoso de nossos filhos e para o aniquilamento total de nossas esposas; olhemos com attenção para as expressões ent'ora dulcissimas de seus semblantes, resignadas que enchurgaremos indubitavelmente as fúlgas de desalento que as privações estomacares constantes commecam a fazer apparecer visivelmente.

Já basta de tanto soffrer.

Quã' de nós, pai ou esposo, terá coragem de ver seus filhos e esposas estorcerem-se na mais cruenta miseria, e nós cruzando os braços censuramos os indecisos, quando a consciencia nós accusa d'um sacrosanto dever que temos a cumprir.

Nenhum direito.

Pois bem, corramos preserosos, todos á seus deveres.

A' postas collegas!

O direito de reagirmos nós assiste, porque a miseria nós atormenta.

Se te : os até hoje soffrido manietados, devemos ao menos, no momento mais contrastador, quando antevemos um futuro horrivel e miseravel, sacudir para terra essa algemas e estipar a origem, sanar o effeito da tirania que nós aniquilla.

E' o que nós cumpre fazer.

Pará, 23 de agosto de 1889.

Manoel V. Coutinho.

que estavam todas em fatos estranhos à vida intelectual: a guerra do Paraguai, o movimento republicano francês de 1870, a guerra franco-prussiana e, por fim, a questão impropriamente chamada religiosa, "que, na verdade, não passou de uma questiúncula sem nenhum alcance filosófico, entre as sacristias e as lojas maçônicas".<sup>229</sup>

Foram portanto causas simultaneamente locais, nacionais e universais que teriam despertado a consciência nacional, fazendo-a voltar-se pra si mesma. Elas "chamaram-na à realidade dos grandes interesses que se debatiam fora daqui no mundo moral e puseram-na em comunidade de sentimentos consigo mesma".<sup>230</sup>

A guerra do Paraguai teria eliminado os sentimentos bairristas, as mesquinhas rivalidades entre províncias, estreitando a confraternidade de um povo no melhor dos campos — o campo da batalha. O país se uniu.

O movimento republicano francês (1870) teve imediata repercussão no Brasil,<sup>231</sup> "despertando a consciência política dos cidadãos que, como o Pangloss de Voltaire, se acreditavam no melhor dos mundos possíveis". Veríssimo situa o fulcro desse movimento na capital do Império, onde logo se editou *A República* (1870), "a quem uma nova idéia política abria também novos ideais literários". No Pará, o movimento esteve representado pelo *O Futuro*, órgão republicano publicado em 1872.

Veríssimo não deu importância à Comuna, isto é, ao movimento que vinha de baixo para cima. Deixou-se empolgar, como a maioria dos intelectuais brasileiros, com a revolução burguesa. Mas percebeu que:

"A guerra franco-prussiana teve grande importância na evolução a que me refiro, deslocando por um momento a supremacia intelectual que no mundo civilizado, e principalmente entre nós, exercia a França."<sup>232</sup>

229. VERÍSSIMO, José. *Estudos Brasileiros*, 1ª série, Pará, 1889, p.115.

230. Id., *ibid.*

231. A república burguesa de Thiers foi proclamada em 4.09.1870; a 3.11.1870 foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro Clube Republicano; a 6.12.1870 foi divulgado o manifesto assinado pelos 58 fundadores, publicado no mesmo dia do lançamento do jornal "A República", e em suas páginas, no Rio de Janeiro.

232. VERÍSSIMO, José. *Op.cit.*, 1889, p.116.

O principal efeito desse conflito, observou o crítico, foi o despejo entre nós de novas idéias científicas e filosóficas, tais como o positivismo de Comte renovado por Littré, as teorias inglesas do transformismo darwinista ou do evolucionismo spenceriano e, por fim, o monismo alemão. Foi o que ele pôde observar.

Por fim, o quarto ponto, a impropriamente chamada questão religiosa, "apesar do nenhum alcance filosófico ou mesmo social da questão" como que sobressaltou a consciência nacional, identificando "por detrás de uma mera e ridícula querela de sacristia" intenções que, dado o caráter vigoroso e resolutivo de quem as tinha, "podiam comprometer, não a inviolabilidade das leis do *placet*, que é questão de somemos importância, mas o desenvolvimento, no sentido moderno, do espírito nacional."

Veríssimo reduziu a importância da questão religiosa às dimensões da intriga, sem o alcance das lutas filosóficas, diante da platéia que tanto participou dessa "querela". Também identificou na maçonaria nacional o "espírito de seita". Era portanto briga de iguais. O famoso "Ganganelli", pseudônimo de Saldanha Marinho, grão-mestre da maçonaria brasileira, que tanto repercutira no país com seus artigos logo reunidos nos alentados volumes de *A Igreja e o Estado*, primou igualmente pelo sectarismo, faltando-lhe em consequência "direção filosófica sistemática". Daí constituírem, esses artigos, "apenas um documento importante para a história daquela luta, sem mais valor teórico." Falou o crítico paraense em 1883.

Os quatro pontos assinalados por José Veríssimo mostram o alcance de sua visão crítica, sem dúvida muito ampla. Não obstante a clareza dessas posições, não aceitou o movimento que vinha de baixo para cima, no fluxo das idéias que realmente transformavam o nosso tempo. Ele se confessa afinado com as idéias de Littré; mas também absorvia, talvez mais intensamente, as mensagens dos pensadores norte-americanos e ingleses. No Pará, foi o mentor pedagógico do Colégio Americano, fundado pelo missionário Justus H. Nelson, que viera dos Estados Unidos disseminar a sua seita. Ligou-se portanto a interesses materiais que justificaram, em parte, seu anticlericalismo. Mas, ao contrário dos missionários norte-americanos e ingleses, que sempre se acobertaram debaixo das lojas maçônicas,

Veríssimo manteve-se equidistante das lojas e, por vezes, em oposição à religião. Paradoxalmente, numa atitude ultramontana, vista superficialmente; na verdade, numa atitude crítica, exigente e necessária no ambiente em que vivia. As idéias se colocavam no plano intelectual mais transcendente, no elitismo filosófico e mental, que não lhe permitiram conviver com mediocridades intelectuais, na época, como em todos os tempos, vitoriosas e dominantes. Perfilando entre os pioneiros dos estudos de folclore no Brasil, os trabalhos de Veríssimo, nesse campo, serão comandados por uma visão estética que muito lhe prejudicará as pesquisas.<sup>233</sup>

Ainda agora, na análise do "fenômeno" marcado pelo decênio 1873-83, o crítico distinguirá — sagazmente — o "movimento de espíritos", que se manifestava principalmente nos centros acadêmicos, os quais se permitiam ler e criticar os modernos pensadores. Fora desses centros, percebe grupos isolados nas províncias, como o que, no Ceará, girou em torno de Raimundo da Rocha Lima, prematuramente falecido, ao qual compareciam Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Tomás Pompeu, entre outros; e, no extremo Sul, já marcado pelo fluxo da imigração alemã, a influência de Karl Koseritz, impregnando de germanismo escritores e jornalistas gaúchos. De Porto Alegre partiu, em 1874, o *Fim da Criação*, de Araújo Ribeiro, "a primeira obra francamente darwinista, senão materialista, escrita no Brasil", da qual entretanto não se aperceberam os modernos historiadores das idéias filosóficas.<sup>234</sup>

Quanto ao Pará, diante da platéia que o ouvia, Veríssimo confessou seu desapontamento, já que não encontrava aqui "a quem, com pesar o digo, a civilização brasileira nada absolutamente deve, porque a própria questão religiosa que se não nasceu aqui, ao menos aqui teve enorme repercussão, não passou na nossa província de uma insignificante e mesquinha luta de facções, sustentada na imprensa diária em artigos sem alcance, sem novidades". E concluiu num desabafo: "Se alguma coisa produziu, foi um falso e estúpido

233. Vd. "José Veríssimo e o Folclore", estudo que publiquei na *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, 11 (259-85-102, jan. febr. 1971).

234. V. & PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*, 3ed., rev. e ampl., 1984.

sentimento de nacionalidade que gerou, para vergonha nossa, o jornal e o em tudo minguaço partido da *Tribuna*.<sup>235</sup>

A essa altura o crítico paraense partia para constatações bem mais ousadas, defendendo por exemplo a profissionalização do escritor no país onde a literatura "jamais se condensou em uma corrente unida e cerrada, que produzisse grandes resultados, isto é, grandes obras, dessas que fazem a glória de um homem e a honra de uma literatura".

Segue:

"Para isso há uma causa de um valor capital: o não poder o escritor brasileiro viver das suas obras, o que obriga-o forçosamente a não passar de um simples amador, um *diletante*. E na literatura, como na ciência, como na arte, o amador é, em regra geral, um ente sem valor, de pernicioso influência. É só na profissão que faz as grandes personalidades literárias ou científicas, pelo trabalho de toda a hora, pelo constante e incessante estudo. Quer os nossos sábios, quer os nossos literatos, o são de horas vagas, furtadas às ocupações do ganha-pão diário. Um país em que a mentalidade fica assim sem base material, não pode aspirar a produzir um movimento intelectual fecundo em resultados".<sup>236</sup>

Em última análise, a situação material do escritor era a causa maior da nossa penúria ou da nossa mediocridade intelectual. Em 1890, ainda coerente com essas idéias, prefaciando seu estudo *A Educação Nacional*, dizia das nossas dificuldades, na província:

"Aqui na capital do Pará, onde escrevo (e o mesmo, sei, acontece em geral nas outras capitais dos estados) cidade de população talvez não inferior a 80 mil habitantes, é mais difícil encontrar ou obter um livro (ou outro qualquer produto) brasileiro que qualquer obra estrangeira, alemã ou italiana. As principais revistas européias têm aqui assinantes. A recente *Revista de Portugal* possui talvez mais de trinta. A malograda *Revista Brasileira*, creio apenas tinha uns quatro. Livro ou periódico publicado fora do Rio de Janeiro, é para nós

235. VERÍSSIMO, José. Op.cit., 1889, p.122.

236. Id., id., 1889, p.122.

como se o fora na China.<sup>237</sup>

Além disso, constatava que o brasileiro é o povo que pouco lê; nenhuma importância, portanto, gozam aqui os homens de letras. Ignorantes são a massa, a burguesia e a aristocracia. A massa, analfabeta, é presa fácil de toda sorte de exploração. Nossa burguesia vota ao homem de letras o mesmo desprezo, tanto como as demais classes:

"Não há empregado público prevaricador, taberneiro ladrão, juiz venal, industrial velhaco, que se não permita denegrir todo o homem de letras, todo o *rabiscador*, segundo o termo usado, como se ele só tivesse a restrita obrigação de ser honesto. É até um prolóquio, com foros de aforismo, dizer-se que todo escritor é *safado*. Safado escrevo, porque é a forma consagrada".<sup>238</sup>

Nesse sentido, Veríssimo augura, para o escritor, uma situação de classe; o homem de letras deve ser um profissional; deve constituir a "elite"; ou, com Littré, pensava "que uma sociedade não pode viver sem a aristocracia, a classe que ocupa as mais elevadas posições públicas ou simplesmente sociais."<sup>239</sup> Essa é talvez a mais acabada negação do proletarismo nas letras. Afinal, Veríssimo seria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Mas, em contradição consigo mesmo, a literatura tinha sentido social, muitas vezes expedido nos seus ensaios de crítica e no seu admirável *Que é literatura?*, talvez inspirado no *Que é a arte?*, de Leão Tolstói. Numa de suas definições, acabaria dizendo:

"Para mim a literatura, e a arte, só têm valor como um órgão social, como expressão e definição da sociedade; fora disto os seus produtos são apenas obras de curiosidade e paciência, mais ou menos bonitas, mais ou menos bem trabalhadas, como japoneses e chinezes preciosas, mas sem lugar na grande arte."<sup>240</sup>

A leitura de Veríssimo não se limitou à obra clássica da literatura universal, mas é evidente que também se aprofundou na filosofia,

familiarizando-se com as doutrinas sociológicas, políticas e econômicas de sua época. Descobriu o sentido revolucionário da literatura russa do séc. XIX porque soube absorver a maneira teórica e especulativa das doutrinas filosóficas, econômicas e sociais de seu tempo e por também havê-las levado à prática do proselitismo político e revolucionário. O romance russo do séc. XIX, criado em plena vigência do czarismo, tinha esse caráter sociológico, refletia as idéias de Darwin, Spencer, Lassale, Marx, Henry George etc. Era portanto revolucionário.

Seu antimilitarismo ficou assaz gratificado com a leitura de *Guerre e Paz*, de Tolstói, e não deixa de ser particularmente vigoroso seu estudo sobre o *Réssurrection*, lido na edição francesa traduzida por Teodor de Wyzewa, lançada em Paris em 1900. Chegou a confessar que no domínio intelectual do séc. XIX se apresentavam apenas três homens cuja vida guardava "inteira conformidade com as suas idéias e cujas ações correspondiam plenamente aos seus ensinamentos": Augusto Comte (1798 - 1857), John Ruskin (1819 - 1900) e Leão Tolstói (1828 - 1910), este último, talvez, mais admirável. Veríssimo cognominou-o "anarquista evangélico" e lhe deu outra penetrante atenção no estudo "Tolstói e a sua doutrina".<sup>241</sup> Merece destaque também o estudo que dedicou a Pedro Kropotkine, qualificado como "doce anarquista".<sup>242</sup> Leituras que consolidaram nele aquela estranha, talvez insólita, teoria elitista, aristocrática, mas... revolucionária e anarquista.

Veríssimo foi pioneiro na exigência da "identidade" nacional de uma cultura, sem deixar de perceber o sentido universal. Na série *Homens e coisas estrangeiras*, constituída de três volumes, encontra-se a indicação das principais fontes do seu pensamento. Relewa notar ainda o exame das condições de rabaixamento social, econômico e cultural da América Latina, pela qual tanto se interessou, ao ponto de manifestar:

237. *Pará*, 1.ed., 1890, p.XXII; 2.ed. Rio de Janeiro, 1906, p.LIX.

238. *Id.*, op.cit., 1889, p.137.

239. *Id.*, *id.*, 1889, p. 136.

240. No estudo "Eça de Queiroz", in *Homens e coisas estrangeiras*, 1 v., 1902, p. 354.

241. Cf. *Homens e coisas estrangeiras*, v.II, 1905, p.119-145.

242. No estudo "Pedro Kropotkine" em torno de *Memoirs of a Revolutionist*, London, 1899, 2 v. Cf. *Homens e coisas estrangeiras*, v. I, 1901, p.269-293, cit.p.293.

"Perdoam-me uma manifestação personalíssima? Tenho a fraternidade latino-americana, sinto-a intimamente; nunca, desde rapaz, participei do preconceito da minha gente, herdado do português e desenvolvido pelas nossas lutas no Rio da Prata, contra os povos espanhóis da América. Amo-os a todos e me revoltam as manifestações hostis a qualquer deles; mas não consigo ajeitar-me à idéia que eles possam sair tão cedo da miséria econômica, social e moral em que, salvo uma ou outra raríssima exceção, vivem. A minha inteligência, quanto pode alcançar no tempo, se recusa, malgrado meu, a vê-las diferentes do que são, ainda num futuro não perto. E se são verdadeiras as chamadas leis biológicas de seleção natural, e fatais como as da astronomia ou da física — do que me permito aliás duvidar — esses povos não terão futuro próprio. Outros lh'o farão."<sup>243</sup>

Um sentimento assim conformado, que nos identifica pelos mesmos problemas a todos os povos da América Latina, certamente olhará com alguma prevenção o "colosso" do norte. Veríssimo tentará analisá-lo com imparcialidade; tentará sobretudo conhecer a sua literatura, que aliás não lhe oferece margem para maior admiração. Tentará compreender mais interessadamente os Estados Unidos mediante a crítica da obra do brasileiro Oliveira Viana que lá se estabeleceu, como diplomata, aceitando de tal modo o estilo de vida daquele "país extraordinário" que se torna, entre nós, divulgador de suas excelências, com excesso de otimismo e benevolência, não deixa de observar José Veríssimo.

Embora jungido às concepções pouco consistentes do sociologismo positivista, do transformismo darwinista e do evolucionismo spenceriano, Veríssimo discorda do racismo, do catolicismo pseudo-liberal e da acumulação capitalista pelos quais tanto se encantava o historiador e sociólogo brasileiro ianquizado. Acha que Oliveira Viana viu bem "a aparente contradição do caráter americano, prático e idealista, mercantil e místico, ganancioso e liberal, cúpido

e generoso", mas há, no seu entender, "excesso de otimismo e benevolência", principalmente "quando atenua, pois não a esconde, a profunda e larga corrupção da política e da administração americana, ou quando admite que essas colossais fortunas que se ali fazem, e que estão criando um novo feudalismo *sui generis* nessa república moderníssima, possam não ser somente o produto de trapças e de uma rapina organizada em grande. Nem podem ser outra coisa; tais riquezas não as acumula jamais o trabalho honesto, mesmo servido por uma indefesa atividade, quaisquer que sejam as facilidades do meio. Como as dos barões medievais, essa opulência é, necessariamente, filha do roubo e da violência."<sup>244</sup>

Como tantos latino-americanos, Veríssimo dizia não nutrir a "ilusão americana", sentimento que teria expressado antes mesmo de Eduardo Prado,<sup>245</sup> num capítulo especial do seu ensaio *A Educação Nacional*.<sup>246</sup>

## 5 A CHEGADA DOS "NOVOS TEMPOS"

José Veríssimo fixou o ano de 1873, já vimos, como a data inicial do verdadeiro despertar da consciência nacional. Ao findar do séc. XIX, exatamente em 1899, publicou ele o volume *O Século XIX*,<sup>247</sup> uma síntese magistral, em 120 páginas, dos principais acontecimentos do século, assinalando não só o progresso material, da ciência e da tecnologia, mas principalmente a evolução das idéias, em especial das doutrinas positivas que fornecem, na sua opinião, a base para novas concepções do mundo e da vida.<sup>248</sup> No

244. *Id.*, *id.*, v.I, 1901, p. 219-220.

245. No célebre ensaio *A Ilusão Americana*, ed. princeps confiscada e suprimida por ordem do governo brasileiro, em 1893, obra escrita com o objetivo de combater o servilismo com que os dirigentes da nova República procuravam imitar os Estados Unidos. Eduardo Prado, como se sabe, era monarquista.

246. Cap. intitulado "Brasil e Estados Unidos", 1.ed. 1890, p.149-176.

247. Rio de Janeiro, edição da "Gazeta de Notícias".

248. Veríssimo permaneceu fiel ao pensamento de Littré. Por ocasião da morte de Emílio Littré, publicou na *Gazeta de Notícias*, Belém, uma série de artigos de análise e divulgação do pensamento do filósofo francês. Esses artigos foram reunidos num folheto de 49 pag. lançado em 1881.

243. No estudo "A Regeneração da América Latina", in *Homens e cousas estrangeiras* v. I, 1901, p.383-409, cit., p.389.

bojo desses acontecimentos, emerge a questão social, herança do século anterior e que não encontrara solução, devendo passar para o vindouro séc. XX. Não encontrara solução, mas engendrara certamente o progresso de outra disciplina, dominante nos tempos modernos, a Economia Política, cujas doutrinas tentavam explicar a luta econômica que se esboçava, nas sociedades modernas, como os mais urgentes problemas sociais do momento, pois no seu bojo avulta a questão proletária, empolgando em todo o mundo a atenção dos homens de Estado, tanto mais seriamente quanto é cada vez maior e mais grave a crise da autoridade.

Para Veríssimo, os últimos trinta anos desse século estão marcados por três fatos principais: 1) a militarização; 2) o progresso do socialismo e de outros partidos revolucionários; 3) o imperialismo em expansão, ou a tendência para a conquista de territórios. Essa marca dos trinta anos, fixa novamente nos setenta o fulcro dos principais acontecimentos e lhe permite prever agora, neste final de século, os Novos Tempos, "quando se houver dado a profunda revolução social que tudo anuncia próxima".

A sociedade do século XIX estava profundamente corroída em suas bases:

"A justiça é por toda a parte cara e desigual. Por toda a parte, a despeito da revolução que acabou o século passado, existem classes e castas distintas, que umas gozam e outras sofrem" (p.5)

Convidam-se as nações a desarmarem-se, e os governos se aparelham formidavelmente para a guerra. Entre governantes e governados desapareceu toda a confiança e solidariedade. Mais do que nunca, o governo repousa unicamente na força. Continua-se a preconizar fórmulas que todos sentem caducas: regime parlamentar, partidos constitucionais, responsabilidade governamental, sufrágio universal, intervenção do Estado e capacidade deste."

"O descontentamento, em que pesem aos protestos mentirosos em contrário, reina por toda a parte, de cima a baixo, dos troços que se esboroam aos povos já desiludidos da sua pretensa soberania. Ninguém está satisfeito, mesmo os satisfeitos, que sentem, por uma espécie de vaga adivinhação, que o mundo caminha para uma revolução qualquer. Eu por mim creio que ela é tão certa

como foi a do fim do século XVIII. Não a verá o XIX, mas a terá preparado. A história parece não ensinar nada. Os governantes de hoje têm pelos movimentos que a preparam o mesmo desdém dos do antigo regime. Passam-lhes despercebidos os seus sintomas mais evidentes, e crêem, quando lhe fazem a honra de ocupar-se com eles, remediá-los com medidas legislativas ou policiais".

"Ao século XIX coube principalmente elaborar as aquisições sociais e filosóficas do século XVIII, que não fizera mais que aplicar à sociedade a filosofia do XVII. Todo ele está, por assim dizer, saturado de socialismo — isto é, de preocupações sociais. Só o não vêem os políticos, que são em todos os tempos os homens para quem amanhã não existe" (p.5).

O tempo, que marca a História, é uma sucessão coerente, um caminhar para o infinito, trazendo lições que podem ser apreendidas. A idéia do socialismo ainda está confundida com as preocupações sociais, mas gerava nova certeza, a de que todas as coisas, até mesmo a propriedade, são contingentes e relativas:

"Tudo o que distingue e caracteriza entre os outros séculos, política, economia, ciência, arte, literatura, indústria, traz esse caráter ou é afetado por essa tendência. Nós veremos como a propriedade, a base mesmo das sociedades burguesas nascidas da influência funestíssima de Napoleão sobre a Revolução, passou no século XIX, até mesmo perante os governos mais conservadores, a ser uma coisa contingente e relativa".

O futuro era uma incógnita; mas era também uma certeza de mudança:

"Não sabemos qual será o regime do futuro dos séculos XX ou XXV; mas qualquer que ele seja, não será o nosso e, cremos, não será difícil descobrir-lhes os germes e prever-lhes as feições essenciais na história do que vai acabar." (pp. 5—6).

Na esteira do século XIX, José Veríssimo assinalou alguns pontos que lhe pareceram fundamentais: as lutas operárias na Inglaterra (p.56); a revolução de 1848, com a emergência das doutrinas socialistas de Proudhon, Luiz Blanc, Saint-Simon, Cabet, e outros, e o malogro da revolução, reconhecendo sua extraordinária repercussão (p. 58); os marcos revolucionários de 1848 e 1870, em que os

republicanos escamotearam aos socialistas a revolução com que eles depuseram do trono a monarquia bonapartista. Há uma preocupação adicional, fruto da análise dos últimos trinta anos, que é "a tendência manifestamente ditatorial de todos os governos, monárquicos e republicanos, que todos se sentem mais ou menos ameaçados pelo radicalismo socialista, pelos partidos chamados revolucionários, em todos os seu matizes" (p. 119)

José Veríssimo opunha portanto o socialismo aos regimes autoritários, monárquicos e republicanos, e acreditava fundamentalmente no homem:

"... o progresso incessante do socialismo fará ruir todas as muralhas da China que o nativismo e, particularmente, o exclusivismo nacional, ou simplesmente político, pretendem levantar à invasão dos que pedem terras e pão para viver.

O mundo pertencerá ao homem."

Finaliza, reafirmando sua esperança de um futuro melhor:

"De sorte que, em meio da corrupção oficial que lavra em toda a parte as classes governantes e dirigentes, da sua sistemática oposição à evolução no sentido das verdadeiras, embora confusas, aspirações populares, de todos os males, grandes e reais, que ainda nos assoberbam, do fundo desgosto das massas consideráveis e sofredoras, fica ainda lugar para a esperança de um futuro melhor." (p. 120)

Para o homem, a expectativa dos novos tempos. Era fundamental acreditar no futuro e no progresso incessante do socialismo, capaz de derrubar todas as muralhas da China.

Diante de tais conceitos, o general Inácio José Veríssimo, filho do escritor, um tanto perturbado, anota que o termo "socialismo" é aí usado na sua "larga acepção do puro interesse pelas questões e sofrimentos sociais, e não na expressão atual vigente nas ditaduras comunistas".<sup>249</sup>

249. VERÍSSIMO, Inácio José. *José Veríssimo visto por dentro*, Rio de Janeiro, 1966. p.54.

De fato, não há indícios de que José Veríssimo o tenha usado na acepção marxista — embora tenha conhecido a obra de Marx —, a que deve se referir o general, mas essa é uma constatação concreta de que o crítico analisa o século XIX com critérios positivistas pouco ortodoxos. Alguns acontecimentos pessoais influenciaram certamente na sua maneira de pensar um tanto contraditoriamente. Exatamente nesse momento, com vistas para o último decênio, vemos que em 1886 o escritor filia-se ao Clube Republicano do Pará, recém-fundado; em 1889 vai a Paris participar do X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica; no mesmo ano filia-se à loja maçônica Firmeza e Humanidade, onde teve o grau de Mestre; em 1890 é nomeado diretor da Instrução Pública do Pará e publica *A Educação Nacional*, crítica magistral do sistema educativo brasileiro; é apontado, pelo Clube Militar de Belém, como "inimigo da república"; os maçons do Pará são aliados dos militares e, como estes, pretendem construir a república — abandonaram Veríssimo.

Os desdobramentos da acusação de anti-republicanismo logo se manifestam e Veríssimo sai do Pará em 1891, meio corrido, e decepcionado, indo tentar vida nova no Rio de Janeiro. Está abandonado, mas está absolutamente livre de crenças e de partidos. O escritor livre incomodava. Por isso, foi repellido. Nem mesmo a loja Firmeza e Humanidade o socorreu. O regime republicano se implantava no Pará, e em toda parte, como decorrência do esclerosamento da monarquia: sem luta e sem participação popular. Com excesso de autoritarismo. Proceda de tal forma que o escritor chegue a admitir que sob a monarquia havia maior liberdade de pensamento. Teria começado a descreer dos homens que se diziam republicanos antes mesmo da proclamação da república? Deixa transparecer isso, em fevereiro de 1889, ao escrever no prefácio dos *Estudos Brasileiros*, 1a. série, estas palavras amargas:

"Profundamente e justamente descrente dos nossos homens, eu vejo-os os mesmos neste movimento. Eles aí estão com a mesma educação e índole, representando, afora o rótulo, os mesmos costumes públicos, possuindo as mesmas tendências e aceitando daqui e acolá as mesmas alianças."

E indagou, naquela circunstância: "Dar-nos-á a República a liberdade que ora gozamos?"; "Respeitará, como a monarquia tem respeitado, a livre expressão do pensamento?"

Francisco Prisco, outro biógrafo, ressalta bem esta passagem, considerando que tais apreensões foram levadas a conta de pessimismo; contudo, bem mais cedo vieram os fatos demonstrar a razão que tinha o escritor em seus pressentimentos. Em março de 1890 foi empastelado o *Diário do Grão-Pará* por fazer oposição ao novo regime; em dezembro foi preso e deportado para o Rio de Janeiro o redator-proprietário do *Diário de Notícias*, jornalista Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo; no mesmo dia, fora espancado publicamente um redator de *A Província do Pará*. Estes fatos foram arrolados por Francisco Prisco.<sup>250</sup> Outros arrolaremos proximamente, entre eles o empastelamento em 29 - 30 de abril de 1892 de *Tribuna Operária*, presos e esbordoados os líderes do Partido Operário do Pará que pretendiam comemorar o 1.º de maio com grande manifestação da classe.

Assim, naquele ano de 1890, concluindo o ensaio *A Educação Nacional*,<sup>251</sup> José Veríssimo se confessa completamente descrente e descompromissado:

"Pensador livre em Religião, em Filosofia e em Política, o autor deste livro não pertence a nenhuma igreja, a nenhuma escola, a nenhum partido. Perante a sua pátria, que estremece, e perante a sociedade a que pertence e à qual procura servir como entende melhor, é apenas, no belíssimo dizer bíblico: "um homem de boa vontade".

"Foi com a boa vontade de servir o seu país que escreveu este livro, acaso inútil."<sup>252</sup>

Emancipou-se da religião e dos partidos, mas a emancipação do positivismo em direção ao determinismo, que também não o satisfizes inteiramente, foi um processo muito mais lento, conforme Francisco Prisco.<sup>253</sup> Revela ainda esse biógrafo que Graça Ara-

nha o considerou "socialista", o que só pode ser entendido talvez na concepção idealista. Graça Aranha conviveu intimamente com Veríssimo e certamente não fez afirmativa infundada. Mas a principal marca do seu pensamento é, sem dúvida, a independência, manifestamente antimilitarista e anticlerical. Nele, há crença na ação da instrução e da educação como base da grandeza nacional e como forças transformadoras da sociedade.

A qualidade de ver e opinar por si mesmo é reconhecida como uma das mais constantes de José Veríssimo. Por isso, "impressionam a força e a veracidade de suas observações sobre o que havia de poético e mesmo demagógico na propaganda positivista que chegou ao mais alto grau de exaltação no começo da República", anota Olívio Montenegro,<sup>254</sup> mostrando que disso o escritor nos dá idéia quando escreve:

"A gíria positivista — enumera — "anarquia mental", a "pedantocracia", o "regime do mal", "a ordem é fator de progresso", a "integração do proletariado", "os mortos governam os vivos", as "pátrias brasileiras", todas as formas e variações da palavra sistema, integração, incorporação e que tais, queridas da escola, entram a fazer parte de todos os discursos, de todas as arengas, de todas as discussões, e viram-se jornais de província, que de Augusto Comte até o nome ignoravam na véspera, lardearam com frases positivistas a sua prosa sobre politicagem local".

Por fim, era a república da pedanteria e da incompetência: "Neste período o positivismo oficialmente dominante sob a égide do mais influente membro do governo provisório e dos seus lugares-tenentes imediatos, só encontrava senão neófitos muito convencidos, catecúmenos condescendentes ou pelo menos pagãos simpáticos".

Cabe, portanto, tentar compreendê-lo na sua verdadeira dimensão e na dimensão do seu tempo. Foi assim, certamente, que o compreendeu o ensaísta Wilson Martins:

250. Cf. José Veríssimo, sua vida e suas obras. Rio de Janeiro, 1930, p.30.

251. 1.ª edição, Belém, 1890; 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1906.

252. Palavras com que conclui o ensaio, p.180-1, na 1.ª edição; e 206, na 2.ª.

253. PRISCO, Francisco. Op. cit., 1937, p.87.

254. Na "Apresentação" da Antologia "Nossas Clássicas" n.º 21, da Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1958.

"O pensamento social de José Veríssimo, situando-se na confluência doutrinária de Tolstói e Kropotkine, exprimia uma corrente ideológica, pouco numerosa, sem dúvida, mas bastante característica da vida intelectual brasileira nos começos do século XX: será, com certeza, mais do que simples coincidência a estréia de Fábio Luz (1864-1938), ainda nesse ano de 1902, com o volume de *Novelas*, uma das quais trazia o título significativo de "Todos por um".<sup>255</sup>

## 6 ECOS DA II INTERNACIONAL

A I Internacional deixou de existir em 1876. Mas, depois dessa data, a questão operária assumiu papel cada vez mais importante. A 1.º de maio de 1886 houve o massacre de operários em greve na cidade de Chicago, fato que repercutiu profundamente em todo o mundo.

Nessa época, começam a reanimar-se a classe operária no Pará e a aparecer jornais classistas. A 17.3.1888 surge *O Artista*, de pouca duração, e em 15 de julho do mesmo ano sai o primeiro número do diário *Confederação Artística*, órgão das classes operárias, impresso na Tipografia da Confederação, que teria circulado até 1889,<sup>256</sup> pregando a união dos trabalhadores. Logo mais, em 1889, era distribuído o diário vespertino *Tribuna do Povo*, impresso na tipografia do Livro do Povo.

Em 1889 foi reorganizada a Associação Internacioanal dos Trabalhadores — II Internacional — que instituiu a festa do trabalho em 1.º de maio e reivindicou a jornada de oito horas de trabalho. A história da II Internacional é considerada menos brilhante, dividida entre as tendências revolucionária e reformista.

Essas tendências também se manifestaram entre nós, dividin-

255. MARTINS, Wilson, *História da inteligência brasileira*, vol. V (1897-1914), p.187.

256. Informa o catálogo de Manuel Barata, 1973, p.255. *O Artista* é indicado apenas no catálogo de Remígio Bellido, 1908, p.38. Outros jornais classistas lançados nessa época: *O Caixeiro*, do qual se tiraram 2 números, em 5 e 12.12.1888; *A voz do caixeiro*, órgão dos empregados do comércio, hebdomadário, que circulou de 9 de fevereiro de 1890 a 14.08.1892, lançando 124 números; *O Telephonista*, em jun. 1893.

do a vanguarda do proletariado. Os ecos da II Internacional foram porém muito vigorosos. As primeiras mostras talvez se encontrem na *Tribuna do Povo*, lançada em 1889, e depois no *Jornal do Povo*, lançado em 2.6.1890, diário redigido pelo poeta Luís Demétrio Juvenal Tavares. Ambos porém não foram localizados. A II Internacional teria porém marcas bem documentadas. Propiciou logo o aparecimento da *Tribuna Operária*, órgão do Partido Operário do Pará, filiado ao Partido Operário Socialista Brasileiro, cujo primeiro número circulou em 14.9.1891; o retorno de Bento Aranha, que lançou quase simultaneamente o *Diário Popular*, 1891, impresso na Tipografia Livro do Povo (não encontrado em nossas buscas), logo substituído pelo *Correio Paraense*,<sup>257</sup> cujo primeiro número circulou significativamente no 1.º de maio de 1892, comemorado em Belém festiva e dramaticamente, já que no dia anterior dera-se o primeiro assalto da polícia republicana à redação e oficinas da *Tribuna Operária*; e, em 1894, a fundação do Clube Patroni, que edita *O Combate*, de tendência anarquista, ou "nativista e intransigente", conforme o registro de Bellido, que faz referência ao número lançado em 15.3.1895, enquanto Manuel Barata indica data não precisa de 1894.

257. Saudando seu aparecimento disse "Malvio" em *A República*, 3.05.1892, que vinha "empanturrado de teorias políticas, sociais e econômicas, repleto de "máximas cabeçadas". "Tem esse jornal, senhores, um redator-chefe, esse redator-chefe tem uma pera e que pera... Esse redator chama-se *Compadre Tinoco*." "Esse compadre Tinoco esteve no Rio de Janeiro em 1879 onde conheceu José do Patrocínio, o desterrado, e o grande jornalista, em sinal de lembrança, fez-lhe o presente de uma música: era a *Marselhesa*". Compadre Tinoco era pseudônimo de Bento Aranha e Malvio goza sua figura e seu estilo algo confuso na apresentação do *Correio Paraense*, concluindo que Patrocínio "teve razão quando presenteou-o com a *Marselhesa*: é que reconheceu nele mais vocação para músico do que para jornalista. Errou, o homem é jornalista e ninguém o vai contestar". Já *O Democrata*, 3.05.1891, falou: "Foi publicado, domingo último o primeiro número do *Correio Paraense*, diário noticioso, comercial e literário, do qual é proprietário e redator principal o nosso colega Bento Aranha". Trecho do artigo-programa que Malvio não entendeu: "Humilde órgão dos interesses populares, visará unicamente o bem público, como tal definido o que seja coparticipado pela multidão anônima, designada pelo coletivo-povo". Bellido, 1908, p.42: Embora se declarasse "Entre os partidos, que atualmente se degladiam no vasto campo da política, é imparcial o jornal que, com o título acima, hoje começamos a publicar"... a sua marcha foi descambar para os lados oposicionistas, declaradamente revoltoso, tendo o fim que de há muito já vinha em suas colunas anunciando.

Compreende o primeiro lustro do regime republicano o requinte da repressão policial e do patrulhamento ideológico que pressentira José Veríssimo e fora causa do seu exílio voluntário no Rio de Janeiro, donde não mais voltaria. É o período dos governos de curtíssima duração de Justo Leite Chermont (duas vezes), José Paes de Carvalho, Gentil Bittencourt e Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes.

Proclamada sem sangue e sem participação popular, a república difundira o caudilhismo político, espécie peculiar de autoritarismo, vendo inimigos por toda a parte. No plano nacional, registrou-se o duro governo de Floriano Peixoto (1891-94) e o tremendo equívoco histórico que foi a mobilização do país contra o sertanejo Antônio Conselheiro, inclusive com participação de tropas do Pará e Amazonas. No plano local, as facções disputavam o poder depois da adesão maciça ao novo regime sob a suspeita do pequeno número de "republicanos históricos". O governo então endurecia. A imprensa foi talvez a principal vítima desse endurecimento: em março de 1890, sob o governo de Justo Leite Chermont, foi empastelado o *Diário do Grão-Pará*, primeiro jornal a circular diariamente no Pará, lançado em 1853; em dezembro do mesmo ano, sob o segundo período governamental do dr. Chermont, sofreram atentados o jornalista Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo, do *Diário de Notícias*, preso e deportado para o Rio de Janeiro, e espancado publicamente um redator de *A Província do Pará*; em 15.3.1892 foi "vandalicamente empastelada" a oficina do *Diário do Grão-Pará*, terceiro atentado dos últimos anos, deixando esta de circular em consequência, debaixo da interinidade governamental do dr. Gentil Bittencourt na ausência de Lauro Nina Sodré; em 29-30 de abril, a polícia assalta, prende redatores e empastela a *Tribuna Operária*, que deveria circular no 1.º de maio com edição comemorativa do Dia Mundial do Trabalhador; a seguir, em 15 de maio, foi assaltado e incendiado *O Democrata*, pela "linguagem violenta que usava contra a nova forma de governo". Outra ação do dr. Gentil Bittencourt, interino.

Em 1894, debaixo do governo Lauro Nina Sodré, foi empastelado o *Diário de Notícias*, que só voltou a circular em 1896-7, co-

mo "Orgão do Partido Republicano Democrata"; em 18.3.1894, foi empastelado o *Correio Paraense*, do socialista Bento Aranha, que voltou a circular sete dias depois, mas tão precariamente que suspendeu a publicação no dia 21 de junho. Segundo Bellido, um jornal que saiu em defesa de seu colega (que não localizamos) teria assim se referido ao episódio:

"No pórtico do *Correio Paraense* se escreveu com sangue esta legenda tristonha — Legalidade do Dr. Lauro Sodré — Cada gota de sangue ali espargido é um artigo da lei com que o governo pretoriano do dr. Lauro regula a liberdade de imprensa."<sup>258</sup>

Nesses atentados, invariavelmente praticados pela polícia, havia prisões, espancamentos, danificação de equipamentos, vandalismo e sangue. A classe operária vivia acuada pela polícia do dr. José Gomes Coimbra, truculento servidor de vários desses governos.

Nesse ambiente é que começava a luta da classe operária em Belém. Não esqueçamos que, em 1890, o Club Militar declarara José Veríssimo "inimigo da República", forçando-o a afastar-se do Pará em 1891 ao tempo em que exercia com dedicação e competência o cargo de diretor da Instrução Pública.

A 14.9.1891, o Partido Operário do Pará, já organizado, lança o primeiro número de *Tribuna Operária*, impresso em tipografia própria, hebdomadário, que se apresenta com programa de defesa das classes operárias. Desde o início, a *Tribuna Operária* define sua postura ideológica, o socialismo emanado da II Internacional. Embora pouco agressivo, tratando em especial da formação ideológica do proletariado, na noite de 29 para 30 de abril de 1892 foi assaltado e empastelado pela polícia do governador Lauro Nina Sodré. O assunto não mereceu do governador referência nos seus relatórios; ficou reduzido a simples caso de polícia. Mas não há dúvida que o episódio marca um dos momentos mais dramáticos nas ações desse tipo, com prisão e espancamento de redatores e operários. Levantou-se a suspeita de uma conspiração anti-republicana, espalhando-se o boato de que se preparava para o 1.º de maio — data que o Partido Operário do Pará ia festejar, pela primeira vez, com um *meeting* — um movimento anárquico à semelhança dos que os socialistas europeus estavam promovendo nessa ocasião. Fo-

258. BELLIDO, Remígio de, *Op. cit.*, 1908, p.42.

# O SOCIALISMO NO PARÁ

## Interrogatórios

### DILIGÊNCIAS POLICIAIS

#### Pedidos de habeas-corpus

As vezes de maior de detenção foi preso em sua residência, à rua d'Alfama, n.º 11, cidade Raymundo Amarel dos Santos Amarel, mestre de oficina de madeira, rua das Fitas, n.º 10, e a rua 15 de Novembro, mesmo endereço.

Da parte policial consta a sua prisão por detenção.

#### Fuam diligências feitas

Das primeiras em os indícios indicados na edição, Manoel David d'Almeida e Raymundo Amarel.

Fuam diligências feitas em Engenheiro Campos e Chamma Trizano de Vasconcelos.

Na referenda de todos os pontos foi interrogado o cidadão João Evangelista dos Reis.

Também foram diligências as testemunhas Bartolomeu Gomes, Sebastião José de Moraes, Charles Nolas e agente Frelido.

O cidadão João Victor Gonçalves Campos requereu a secretaria de segurança pública restrição de nome da guia de trânsito de seu filho o barbael Francisco Campos, além de com esta instância petição de habeas-corpus que a letra do mesmo impetrou ao juiz veridical.

O sr. Marcos Havelth como antigo proprietário das terras fazendeiro Campos e seguiu a instância Campos requereu ao juiz de direito da 1ª vara criminal habeas-corpus em favor dos filhos sr.

É esta a despacho que teve a seguinte: «Estando presentes como de direito petição, preso à ordem do dr. chefe de segurança, não se comprem os requisitos de matéria da presente petição, nos arts. 21, § 1º, e 22, § 1º da lei n.º 100 de 15 de Junho de 1891. Bases 1 de Maio de 1892. Para d'Andrade.»

Fuam diligências feitas à tarde a incomunicabilidade dos presos.

Depois da interrogatório foi preso em Belém o cidadão Raymundo Amarel.

Continuam hoje os interrogatórios.

Consta que o barbael Francisco Campos foi preso em Belém como suspeito de delito de assassinato.

Ofensas ao sr. Manoel Havelth e Amarel exigem diligências no território da segurança pública impedimento pedido por carta de prisão de detenção e a que constar pelo processo. A parte de hoje em seu caso foi de prisão em prisão feita, pelo reconhecimento de detenção.

Os interrogatórios e diligências sobre o caso de hoje em ordem de justiça.

1º DE MAIO DE 1892

Notícias de interrogatórios e diligências policiais no O Democrata, Belém, 3 de maio de 1892, pág. 1.

# O Democrata

Pará, 1º de maio de 1892

Quando se trata de detenção, a primeira diligência que se faz é a de interrogatório. Este interrogatório foi feito em Belém, na residência do sr. Manoel David d'Almeida, mestre de oficina de madeira, rua das Fitas, n.º 10, e a rua 15 de Novembro, mesmo endereço.

Da parte policial consta a sua prisão por detenção. Das primeiras em os indícios indicados na edição, Manoel David d'Almeida e Raymundo Amarel.

Fuam diligências feitas em Engenheiro Campos e Chamma Trizano de Vasconcelos. Na referenda de todos os pontos foi interrogado o cidadão João Evangelista dos Reis.

Também foram diligências as testemunhas Bartolomeu Gomes, Sebastião José de Moraes, Charles Nolas e agente Frelido. O cidadão João Victor Gonçalves Campos requereu a secretaria de segurança pública restrição de nome da guia de trânsito de seu filho o barbael Francisco Campos, além de com esta instância petição de habeas-corpus que a letra do mesmo impetrou ao juiz veridical.

O sr. Marcos Havelth como antigo proprietário das terras fazendeiro Campos e seguiu a instância Campos requereu ao juiz de direito da 1ª vara criminal habeas-corpus em favor dos filhos sr.

É esta a despacho que teve a seguinte: «Estando presentes como de direito petição, preso à ordem do dr. chefe de segurança, não se comprem os requisitos de matéria da presente petição, nos arts. 21, § 1º, e 22, § 1º da lei n.º 100 de 15 de Junho de 1891. Bases 1 de Maio de 1892. Para d'Andrade.»

Fuam diligências feitas à tarde a incomunicabilidade dos presos.

Depois da interrogatório foi preso em Belém o cidadão Raymundo Amarel.

Continuam hoje os interrogatórios.

Consta que o barbael Francisco Campos foi preso em Belém como suspeito de delito de assassinato.

Ofensas ao sr. Manoel Havelth e Amarel exigem diligências no território da segurança pública impedimento pedido por carta de prisão de detenção e a que constar pelo processo. A parte de hoje em seu caso foi de prisão em prisão feita, pelo reconhecimento de detenção.

Os interrogatórios e diligências sobre o caso de hoje em ordem de justiça.

# O SOCIALISMO NO PARÁ

## Infância Infância Operária

TRABALHO E LUTA

### MEETING FRUSTRADO

Apesar de ter sido programado para o dia 30 de Maio, o encontro da Infância Operária não pôde realizar-se devido ao mau tempo. O encontro foi frustrado e os operários não puderam comparecer.

Uma reunião da Infância Operária foi realizada no dia 30 de Maio, com a presença de muitos operários. Foi discutido o programa de trabalho e a luta por melhores condições de trabalho.

### A eleição do banem

Uma eleição para o banem foi realizada no dia 30 de Maio. O banem eleito foi o sr. João Victor Gonçalves Campos. A eleição foi realizada em segredo e com a presença de muitos operários.

### ATE QUANDO!

Até quando! Até quando os operários serão tratados como escravos? Até quando os patrões serão tratados como senhores? Até quando a luta por melhores condições de trabalho será considerada uma revolta?

### TEXTO RIBBINO

A obra de Ribbino, o socialismo, é uma obra importante para os operários. Ela explica a luta por melhores condições de trabalho e a luta por melhores condições de vida.

# O SOCIALISMO NO PARÁ

## Infância Infância Operária

TRABALHO E LUTA

### MEETING FRUSTRADO

Apesar de ter sido programado para o dia 30 de Maio, o encontro da Infância Operária não pôde realizar-se devido ao mau tempo. O encontro foi frustrado e os operários não puderam comparecer.

Uma reunião da Infância Operária foi realizada no dia 30 de Maio, com a presença de muitos operários. Foi discutido o programa de trabalho e a luta por melhores condições de trabalho.

### A eleição do banem

Uma eleição para o banem foi realizada no dia 30 de Maio. O banem eleito foi o sr. João Victor Gonçalves Campos. A eleição foi realizada em segredo e com a presença de muitos operários.

### ATE QUANDO!

Até quando! Até quando os operários serão tratados como escravos? Até quando os patrões serão tratados como senhores? Até quando a luta por melhores condições de trabalho será considerada uma revolta?

### TEXTO RIBBINO

A obra de Ribbino, o socialismo, é uma obra importante para os operários. Ela explica a luta por melhores condições de trabalho e a luta por melhores condições de vida.

# O SOCIALISMO NO PARÁ

## Infância Infância Operária

TRABALHO E LUTA

### MEETING FRUSTRADO

Apesar de ter sido programado para o dia 30 de Maio, o encontro da Infância Operária não pôde realizar-se devido ao mau tempo. O encontro foi frustrado e os operários não puderam comparecer.

Uma reunião da Infância Operária foi realizada no dia 30 de Maio, com a presença de muitos operários. Foi discutido o programa de trabalho e a luta por melhores condições de trabalho.

### A eleição do banem

Uma eleição para o banem foi realizada no dia 30 de Maio. O banem eleito foi o sr. João Victor Gonçalves Campos. A eleição foi realizada em segredo e com a presença de muitos operários.

### ATE QUANDO!

Até quando! Até quando os operários serão tratados como escravos? Até quando os patrões serão tratados como senhores? Até quando a luta por melhores condições de trabalho será considerada uma revolta?

### TEXTO RIBBINO

A obra de Ribbino, o socialismo, é uma obra importante para os operários. Ela explica a luta por melhores condições de trabalho e a luta por melhores condições de vida.

1º DE MAIO DE 1892 NO PARÁ  
Textos do jornal da oposição O Democrata narrando os acontecimentos de 30.4.1892, que impediram a comemoração do 1º de maio programada pelo Partido Operário do Pará. Edição de 1º de maio de 1892, 1ª pág.

## Directorio republicano

1.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

2.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

3.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

4.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

5.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

6.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

7.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

8.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

9.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

10.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

11.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

12.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

13.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

14.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

15.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

16.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

17.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

18.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

19.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

20.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

21.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

22.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

23.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

24.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

25.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

26.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

27.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

28.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

29.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

30.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

31.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

32.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

33.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

34.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

35.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

36.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

37.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

38.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

39.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

40.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

41.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

42.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

43.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

44.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

45.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

46.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

47.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

48.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

49.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

50.º Diretor — Sr. Manoel de Sá

Temos com o maior prazer a honra de publicar este periódico da imprensa e da liberdade de expressão de opinião, e se bem que por vezes tenhamos a nossa liberdade de expressão, não conseguimos, porém, que as autoridades do governo tenham feito que procedamos em sentido de justiça e equidade sobre o que discutimos.

O que nos moveu para publicar este periódico, foi que a imprensa e a liberdade de expressão são essenciais para a liberdade e a justiça. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Admitimos que a imprensa deve ser livre, independente e imparcial. Não queremos que seja controlada pelo governo ou por interesses particulares. Queremos que seja um órgão de crítica e de defesa dos direitos da sociedade.

Para a liberdade de expressão, precisamos de uma imprensa livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Por isso, queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

Queremos que a imprensa seja livre e independente. Não queremos que a imprensa seja usada para a propaganda de interesses particulares, mas para a defesa dos interesses gerais da sociedade.

## O socialismo no Pará

Princípios e Intimações

ENQUÊNTOS

FORMEROS

O socialismo no Pará é um movimento que se desenvolveu a partir da década de 1890. Seus principais representantes foram os operários e intelectuais que buscavam a melhoria das condições de vida da população.

Os socialistas parenses defendiam a luta pela liberdade de expressão e a defesa dos direitos da sociedade. Queriam que a imprensa fosse livre e independente, sem o controle do governo ou de interesses particulares.

Queriam também a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Defendiam a criação de leis que garantissem o direito de greve e a proteção do trabalho.

Queriam também a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Defendiam a criação de conselhos de trabalhadores que pudessem negociar diretamente com os empregadores.

Queriam também a educação para todos. Defendiam a criação de escolas gratuitas e a melhoria da qualidade do ensino.

Queriam também a saúde para todos. Defendiam a criação de hospitais gratuitos e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

Queriam também a justiça para todos. Defendiam a criação de tribunais populares e a melhoria do sistema judiciário.

A comemoração do 1º de maio, em 1892, programada pelo Partido Operário do Pará, deu margem à violência policial contra o órgão do partido *A Tribuna Operária*. A versão oficial dos fatos está narrada pelo jornal *"A República"*, órgão do Partido Republicano, Belém, 3.5.1892, 1.º pág.

ram presos, como sediciosos, espancados e colocados incomunicáveis, os operários Raimundo Nonato dos Santos Amaral, mestre de funilaria; Manuel David Oliveira, Clemente Toscano de Vasconcelos e João Evangelista dos Reis, nas oficinas da *Tribuna Operária* e, como suspeito de chefe dos anarquistas, o bacharel Francisco Gonçalves Campos e seu irmão Eugênio S. Gonçalves Campos, ambos filhos do jornalista João Victor Gonçalves Campos (1829-1924), sobrinho do chefe cabano João Batista Gonçalves Campos. A matéria está vastamente documentada na imprensa da época, principalmente a oposicionista, e repercutiu ainda durante muitos anos, pois ficou na memória dos operários paraenses como lembrança dos tempos do terror, como no seguinte texto publicado pelo *Correio Paraense*, em 1.º de maio de 1894, festejando seu terceiro aniversário e homenageando:

## "OS OPERÁRIOS

Primeiro de Maio...

É uma data cheia de recordações.

Na Europa a democracia se agita num protesto da miséria contra a riqueza.

Aqui, onde, antes deste regime pretoriano, o povo nunca soube o que foi miséria, não há ódio da classe que arma o proletário de prevenção contra a classe feliz.

Aqui só há uma recordação:

Os operários anunciaram um *meeting*.

Bastou isso para o Sr. Coimbra atirar-se num furor bravo contra os homens que exercitavam um direito!

A Constituição, no art. 172, garantiu a liberdade de reunião e pensamento, independente de censura.

Sem embargo de disposição tão clara, o Sr. Coimbra fulminou o *meeting* massacrando os operários que queriam exercer um direito, assegurado pela Constituição."

A repressão de 1.º de maio de 1892, no Pará, precede, portanto, a de Santos, S. Paulo, 1894, dois anos justos.

É evidente que a *Tribuna Operária*, a partir desse episódio, ganhou forças para endurecer sua linguagem e perfilar entre os que se opunham ao "governo pretoriano" de Lauro Nina Sodré. No n.º 68, 10.7.1892, assim apreciou a mensagem do governador ao

Congresso do Estado:

"A mensagem de s.exc. é mais um documento, é a prova material de ser o ex-sócio do Club de Artistas um homem como tantos outros, sem princípios inabaláveis, sem rigidez de caráter e firmeza de ideais, que são apanágio dos grandes homens, não excedendo ao tipo vulgar dos homens, sendo apenas dos que só sobem por serem como os balões. / Dos tão apregoados amor e dedicação ao proletariado não tratou s. ex. na sua mensagem, a não ser para taxá-lo de ignorante e analfabeto. / O resto da mensagem de s. exc. pode resumir-se em mentira, ingratidão, autoritarismo e servidão" (...).

"O operariado paraense tem a prova material adquirida no testemunho do desenrolar dos fatos, de que o sr. dr. Lauro Sodré é um homem fútil, que ama e se satisfaz com a glória vaporosa das aclamações baratas que brotam ao calor dos *toasts* e dos banzés das praças públicas."

Pouco notado pelos historiadores locais, ao que parece apenas referido por Teodoro Braga, o Partido Operário do Pará, como seu jornal *Tribuna Operária*, entraram na história por outras referências esparsas de Edgar Rodrigues e do paraense Levi Hall de Moura, que assinalou:

"É significativo o surgimento, entre nós, no pórtico da República, de um partido operário, que entrou a pregar o socialismo — informa-nos Teodoro Braga, por meio de um jornal, com esse sugestivo título "A Tribuna Operária". Não tardou que o Partido Operário fosse ferozmente perseguido pelos senhores republicanos, e a "Tribuna" empastelada por elementos do governo, fingindo de povo. Isso a 14 de março de 1891."<sup>259</sup>

259. MOURA, Levi Hall de, *Op.cit.*, 1957, p.53. OBS.: O empastelamento se deu, na verdade, na véspera do 1.º de maio, noite de 29 para 30 de abril de 1892. No dia 30 de abril houve eleições federais, para preenchimento de duas vagas de senadores, com grande abstenção dos eleitores. Foi um fiasco. Os partidos da oposição se abstiveram. A *República*, órgão governista, disse que a reprodução de eleições traz cansado o eleitorado. Diz das cenas de violência e perseguições, de 29 de abril: Em visita de anônimas denúncias (segundo se propalou) de que os membros do partido operário, a exemplo dos socialistas europeus, pretendiam "fazer voar", com dinamite, a catedral (que seria reinaugurada dia 1.º de maio), saquear bancos etc., mandou o dr. Gentil Bittencourt, vice-governador, prender diversos membros desse partido, confiscar a edição da *Tribuna Operária* e encarcerar também seus redatores". Em 3.5.1892: "As notícias aterradoras que nesse dia se espalharam, pelo fato de terem amanhecido presos indivíduos considerados socialistas, encontrados alta noite em reunião ilícita, concorreram de alguma forma para reter em casa os eleitores timoratos, que temiam abandonar as famílias e expô-las aos insultos de qualquer desalmado".

A *Tribuna Operária* já surgiu com seu programa definido, ligado ao Partido Operário Socialista Brasileiro. Tinha como divisa "Um por todos e todos por um" e, no seu cabeçalho, canto direito, a célebre quadra do dr. Ignácio Baptista de Moura:

É das mãos calosas do operário  
Que a estátua do progresso há de surgir;  
Este séc'lo é o grande itinerário  
Para um sec'lo de Paz que há de vir."

Tendo publicado 108 números, encontramos hoje, na Biblioteca Nacional, apenas três, o que não assegura a reconstituição de todas as suas lutas, mas permite tracejar as linhas mestras de sua orientação ideológica. O n.º 68, de 10.7.1892, por exemplo, o primeiro localizado na hemeroteca, informa que é Órgão do Partido Operário, propriedade de "Uma Associação". É bissemanal, com escritório e oficina na Rua dos Mártires (hoje 28 de Setembro) n.º 40. "Dedica-se à defesa dos interesses das classes artísticas e operárias no terreno dos princípios sociais da igualdade e democracia pura". Diretor: J. E. Cunha e Oliveira. Secretário: C. T. de Vasconcelos. Colaboradores: Elias Coelho, Raimundo Alves, Ferreira de Brito, João Nepomuceno e Cirilo da Costa. Todos figuras humildes e completamente ignoradas dos compêndios da literatura regional.

O movimento iniciado em Belém, com a criação do Partido Operário, parece ter-se expandido a Cametá, onde, em 1891, foi editado o hebdomadário *O Artista*, também ali órgão da classe operária, impresso na tipografia de *O Nacional*, localizada na Rua 15 de Novembro, em Cametá. A Biblioteca Nacional, RJ, possui alguns exemplares de *O Artista*, que dão mostras de seu caráter mais literário que classista. E também à Vigia, onde se publicou *A Lucta*, primeiro número em 22.10.1893, hebdomadário, que circulou até 1894.

A *Tribuna Operária* vinha tendo existência muito difícil pela incapacidade econômica do operariado local de manter corpo de assinantes, não fosse ainda constituída, nessa época, em grande parte de analfabetos. Depois dos acontecimentos de 29-30 de abril de 1892, a situação piorou, agravada pelo medo da ação policial. O jornal tornou-se quase clandestino.

O exemplar n.º 68 informa da ligação do Partido Operário do Pará ao Partido Operário Brasileiro, que se constituíra na então Capital Federal, publicando matéria oriunda do órgão nacional. Manifesta-se também, criticamente, sobre as dubiedades do governador Lauro Sodré.

O n.º 107, do ano III, lançado em 26.6.1893, indica algumas alterações no seu expediente: redator-chefe — Toscano de Vasconcelos. Gerente — Elias Coelho. Sede do Partido Operário — Rua de São Vicente, casa n.º 111, onde se promoviam reuniões todas as quintas-feiras. Estava em crise com as assinaturas em atraso. Informa a dissolução do Club Internacional, núcleo local da II Internacional, por decisão da Assembléia Geral em 21.4.1892. Na ocasião, a diretoria do Clube estava assim constituída: presidente — Vicente F. de Aguiar; Secretário — J. Salgado; tesoureiro — Matias S. Melo; diretor — Antônio Guimarães.

Havia sido instalado o Grupo Operário Beneficente, Rua Domingos Marreiros n.º 20, bairro negro do Umarizal. Os pedreiros e carpinas de Belém, realizavam, em 26 de junho, o seu Congresso. Trancreve matéria do *Correio Paraense* sobre prisões ilegais de trabalhadores, noticia conflitos entre praças de diferentes corpos da milícia estadual e traz importantes matérias de colaboradores.

Noticia ainda que o governo, a par das perseguições, vivia de comemorações e festas com paradas militares, passeios, salvas etc., e que o povo, como sempre, a tudo assistia "sem dar o menor sinal de alegria" (...) "O povo tem razão de não mostrar-se contente com as festas da República; pois esta lhe trouxe a necessidade e a miséria e 'barriga vazia não tem alegria' (...) "No fim, a despesa que se tenha feito correrá por conta dos magros bolsos dos contribuintes..."

O operário-escritor Elias Coelho, respondendo provisoriamente pela gerência do jornal, assina proclamações aos operários, incitando-os à união: "Na Europa — diz ele — os operários lutam contra seu inimigos — os burgueses, — em prol de seus direitos, morrem muitos, mas a idéia socialista caminha, ainda que lentamente". Refere-se à luta de classes no Rio Grande do Sul e diz que no Pará os cidadãos dividiram-se em partidos que lutavam entre si há quatro anos, "sem que a parte mais fraca tenha desprezado

o campo, apesar das dificuldades que se têm apresentado"; os operários no Pará "podem dar um passo agigantado e brilhante ao socialismo, por ser este Estado um daqueles nos quais o operário se pode sustentar sem trabalho, durante algum tempo sem morrer à fome"; a classe não tem a instrução precisa para conhecer o seu valor; "essa ignorância lastimosa faz com que os operários se pres-tem a servir de *capachos*, com maior satisfação"; "quando na rua, falam a um burguês, conservam o chapéu na mão humildemente, como se estivessem diante de uma divindade"; "há alguns que entrando em uma casa, deixam os chinelos, se os trazem, na porta, para não sujar o soalho do branco"; "ao aproximar-se de um burguês atiram fora o cigarro com o maior servilismo, se acaso estão fumando"; "em resumo, é o completo desconhecimento de seu valor como homens, como operários e como cidadãos". Elias Coelho é profundo observador dos costumes, e os vai desfiando e sempre clamando pela união da classe, que se mostra relutante, talvez medrosa, absenteísta: "Por exemplo, o número de operários nesta capital é talvez quatro mil e nas reuniões não aparecem mais de dez ou doze".

Havia ainda colaborações de "Um Socialista", um "Norte-Americano", de Leroy-Beaulieu, Pablo Iglesias, B. Mallon, e transcrição seriada do ensaio "O socialismo e a sociedade futura", tirada de *O Socialista* e, ainda, outros trabalhos da imprensa socialista da capital da República e dos Estados. Neste número também publica as reivindicações salariais dos carpinas e pedreiros, tiradas no Congresso de sua classe. Então o maior jornal que recebia o oficial de pedreiro ou carpina era de 5\$ ou 6\$000 rs. Por fim, também se reflete a velha pendenga entre anarquistas e socialistas.

Mostra das dificuldades então existentes é a suspensão do jornal exatamente com o n.º 107, datado de 26.6.1893. Ele voltará ainda a circular na edição comemorativa de 1.º de maio de 1894, com o n.º 108, dedicado ao Congresso Operário Socialista. Traz colaborações de Elias Coelho, Miguel Coelho, João de Deus Oliveira Sá, Miguel Martins do Nascimento, Maximiano Ângelo dos Santos, Manoel Francisco dos Santos, Lourenço Manoel Emídio e João Dias. Não logramos informações mais precisas sobre a realização

do Congresso, mas esse exemplar da *Tribuna Operária* é mais uma mostra das dificuldades da sua publicação, "dificuldades devidas não somente às perseguições de que temos sido alvo por parte da burguesia desta terra, como também à fraqueza e falta de vontade de companheiros nossos, esquecidos de que devem ter por si uma imprensa que lhes advogue com independência a causa, para servir de turiferários aos burgueses, que nos exploram e escravizam".

Lembra, no seu editorial, as perseguições e violências de que foi vítima por parte da polícia do sr. José Gomes Coimbra, que prendeu e conservou incomunicáveis durante alguns dias os redatores, e afinal foi premiado pelo governador Lauro Sodré com a nomeação de desembargador; a publicação de mais um número do órgão do Partido Operário do Pará servia para mostrar aos seus perseguidores que ele vivia e estava revigorado para a luta. E concitava os companheiros "a imitarem a força de vontade, dedicação e coragem de que alguns dos nossos têm dado prova, não trepidando em seguir pelo caminho encetado, a fim de chegarmos, pela revolução social, à conquista de nossos direitos e à destruição da burguesia que extorque-nos o dinheiro e enche de dor e de luto o Brasil, derramando sangue, incendiando e cometendo toda a sorte de desatinos e maldades por seus desfeitos e ódios, nascidos da ambição de governar e de auferir por tempo ilimitado o lucro das altas posições deste país, sujeito ao regime do mais bárbaro despotismo com a denominação de *governo republicano*".

Elias Coelho, o operário-escritor, assina mais uma proclamação aos camaradas paraenses e a matéria dos colaboradores é toda feita de conclamações. Na última página, estampa-se o manifesto alusivo à instalação do Congresso Operário Socialista. O Congresso seria a resposta favorável do proletariado paraense, reunido no Partido Operário, ao movimento nacional. Recordar-se que em reunião de 15.4.1894, anarquistas e socialistas radicados em São Paulo, haviam discutido e planejado a comemoração do 1.º de maio pela primeira vez no Brasil,<sup>260</sup> celebração frustrada pela ação po-

260. RODRIGUES, Edgar, Op. cit., 1969, p.64.

licial. Parece contudo não haver conexão entre o Pará e São Paulo, embora esteja clara a conexão com Rio de Janeiro. Além disso, o Pará, em 1892, havia programado, pelo Partido Operário, a comemoração do 1.º de maio, também frustrada com a ação policial do 29-30 de abril, que impediu a circulação da *Tribuna Operária*, prendeu e manteve incomunicáveis, durante vários dias, os seus redatores. Não obstante circulou, na data, o *Correio Paraense*, lançado sob a responsabilidade do socialista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, e que teve seu jornal empastelado algum tempo depois, no dia 18 de março de 1894... com violência, prisões e derramamento de sangue.

Bento Aranha não pertenceu, ao que parece, ao Partido Operário do Pará; ligou-se a outra facção, a facção do Club Internacional, que se autodissolveu, como vimos, em 21.4.1892. Esses dois grupos não se hostilizavam; ao contrário, houve mútuo entendimento.

Conforme Bellido, o *Correio Paraense* surgiu com o seguinte programa: "Entre os partidos, que atualmente se digladiam no vasto campo da política, é imparcial o jornal, que, com o título acima, hoje começamos a publicar". Contudo, logo descambou "para os lados oposicionistas, declaradamente revoltoso, tendo o fim que de há muito já vinha em suas colunas anunciando."<sup>261</sup> Bento Aranha reuniu na redação do *Correio Paraense* expressivo grupo de radicais, entre outros João Persondas de Carvalho, Eugênio Ataliba, Marcos de Carvalho e o poeta João Nilson (1866-1896), talvez a cabeça mais febril do grupo, operário tipógrafo que subiu à redação, inadaptado, morreu tísico e bêbado.

Depois do empastelamento do jornal, Bento Aranha foi mais uma vez escorraçado do Pará, indo refugiar-se no vizinho Amazonas. Ali foi nomeado diretor dos índios do Rio Branco e depois serviu na Diretoria de Estatística, sendo então incumbido de reorganizar o Arquivo Público. Em 1902 voltou ao Pará com a missão de recolher documentos relativos à história política e administrativa do Amazonas. Ficou em Belém até 1904. Novamente no Amazonas é

261. BELLIDO, Remígio, Op. cit., 1908, p.42.

nomeado diretor interino da Repartição de Estatística, Arquivo Público e Imprensa Oficial, sendo efetivado em 27.10.1911 e dele se exonerado em 23.1.1912. Voltou a se radicar no Pará, em 1912, falecendo em Belém a 16.1.1919, aos 79 anos de idade.

Tendo sido porta-voz da I e apoiado a II Internacional, no Pará, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha terminou seus dias um tanto indiferente e muito preocupado com as tradições da família. Agnello Bittencourt, que o conheceu, diz que ele era homem de trato simples e comunicativo. Não tinha formação acadêmica, mas era culto e "arejado" pela constância de contatos com os livros e afeição à imprensa, onde começou a militar em 1858, ainda estudante de humanidades, e nunca mais dela saiu. Fundou e dirigiu diversos periódicos. No Amazonas, quando governava o dr. Antônio Constantino Nery, 1904-1908, lançou *Arquivos do Amazonas*, na qual divulgou parte do imenso material recolhido no Pará sobre geografia e história daquele Estado.

A II Internacional repercutiu assim no extremo Norte, preparando caminho para outros combatentes. Inclusive o duro combate da repressão policial.

Em 1896 anotamos as seguintes sociedades de classes trabalhadoras existentes em Belém:

- Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, a mais antiga sociedade mutualista de Belém.
- Benemérita Sociedade Beneficente Mecânica Paraense, que reunia operários das oficinas mecânicas em geral, também antiga.
- Sociedade 28 de Setembro, contemporânea das anteriores, mantida por trabalhadores do cais do porto, velhos catraieiros, classe em extinção.
- Clube dos Maquinistas, que congregava os maquinistas, trabalhadores na casa de máquinas dos navios a vapor. Tinha sua sede na Rua da Indústria n.º 14. Reunia-se todas as quintas-feiras.
- Sociedade Estrela do Oriente, mutualista operária, dada a promover atividades culturais.
- Sociedade Mútua Operária do Arsenal de Marinha.
- Grupo Operário Beneficente, instalado em 1892, com sede na Rua Domingos Marreiros n.º 20, bairro negro do Umarizal.

Até o final do século, outras se instalarão. Uma das mais importantes, pela quantidade de filiados, foi a Associação Liga Marítima, fundada em 2.7.1899, da qual só podia ser sócio quem tivesse carta oficial dando direito ao exercício da profissão marítima. Parece, à primeira vista, por seus estatutos, que o objetivo principal era a manutenção da Caixa Beneficente, regida por regulamento especial. Nas disposições gerais estatua proibições às atividades políticas:

"Art. 44.º — É absolutamente proibido à Associação envolver-se em política, fazer manifestações ou tomar parte nas que tiverem caráter político.

"Art. 45.º — Se a diretoria permitir que algum sócio trate de política em nome da Liga e não tomar providências imediatas, será demitida e se procederá a nova eleição para substituí-la.

"Art. 46.º — Se for a própria Diretoria que tratar de política, os sócios componentes da mesma serão eliminados da Liga.

"Art. 47.º — Se metade e mais um dos sócios se reunirem e em nome da Liga tratarem de política, será aquela dissolvida e seus bens passarão a pertencer a alguma Associação Pia, previamente designada pela Assembléia Geral".

Os demais artigos das Disposições Gerais versavam sobre a construção da sede, a aquisição da capacidade jurídica nos termos da Lei n.º 173, de 10.9.1893, edição do jornal com o título *Gazeta Marítima*, "para defender os interesses da classe" etc.

O banimento de atividades políticas nas sociedades de classes proletárias não pode ter sido inspiração autocastradora. É claro que o sistema republicano implantado trazia no seu bojo essas disposições draconianas, como atesta a própria lei n.º 173, de 10.0.1893.

Muitas outras sociedades de classes se formaram no Pará atendendo aos interesses das diferentes classes de trabalhadores, a dos caixeiros do comércio em geral, dos telefonistas, dos carroceiros, dos boleiros etc.

Ao tempo em que os movimentos proletários internacionais inspiravam a organização dos trabalhadores e lhes acenavam com propostas de reorganização social em bases mais justas, como a que difundiu no Pará o Partido Operário, ressurgia entre nós o hábito

de filosofar sobre os inconvenientes dessa organização.

Desta vez, o velho aristocrata e historiador Domingos Antônio Raiol, com o prestígio da obra publicada, título de nobreza e vastos cabedais, produzirá a série intitulada "Visões do Crepúsculo", crepuscular publicado a partir do primeiro número de *A revista*, excelente e bem feito magazine pela livraria de Alfredo Silva lançado em janeiro de 1898.

O barão trata do comportamento político como experiência local bastante lastimável, conforme sua visão crepuscular, e das idéias socialistas que se introduziam em nosso meio, causando-lhe repugnância. Recordações sombrias dos tempos da Cabanagem. As idéias do barão não eram porém originais; refletiam a cantilena dos eternos caçadores de bruxas. Ele reconhecia, para começar, a igualdade humana apenas debaixo da terra, destino final de todos os viventes, na comunhão da matéria. Nada havia que temer desse nivelamento dos homens "na mansão soturna dos mortos, onde tudo se aniquila e reduz à inércia, dominando a eterna solidão, apenas interrompida pelo sussurro dos ventos nos ciprestes ou pelos rumores de quem visita os sepulcros em romarias piedosas". Essa literatura, que nada teme dos mortos, se apavora contudo com a igualdade dos vivos, considerando isto fruto da insensatez de ociosos escribas:

"O perigo da apregoada igualdade dos socialistas insensatos está na partilha forçada que eles pretendem fazer dos bens alheios, sem pesar-lhes o menor encargo, nem mesmo o de trazer à colação o que tenham adquirido por sua indústria e trabalho, porque desconhecem uma e outra coisa. Ociosos, aborrecem a ocupação e querem, não obstante a sua inação, equiparar-se aos que com habilidade, esforço e economia acumulam fortunas mais ou menos consideráveis!"

Na concepção do barão, tudo se reduz simplesmente: só o rico trabalha, dá duro, acumula riquezas como prêmio. A ociosidade nada gera. Ao que parece, pela lógica formal, o mundo se dividia entre os possuidores de fortunas, industriais e trabalhadores, e os que nada possuíam, porque ociosos. Particularmente ociosos eram os socialistas:

"Inimigos do trabalho, os socialistas desvairados acreditam ou fingem acreditar no comunismo, pregando que a propriedade é um roubo, a igualdade um direito natural! E há quem se faça arauto de semelhante doutrina, como se os labores do homem ativo e empreendedor não devessem ser remunerados, como se não subsistisse a diversidade de tipos no gênero, na espécie, na família de todos os seres da criação!"

A literatura do barão é incomparavelmente melhor burilada que a do filósofo do capitalismo entre nós, o pernambucano Fiock Romano que ainda vivia entretido com seus negócios. O barão falava de flores, o que seria, para ele, argumento decisivo: "Na desigualdade é que está a lei natural que preside as evoluções do mundo físico e moral"; diante da desigualdade das flores e das pedras, dos arbustos no prado como dos peixes no mar, das aves nos bosques como nas conchas dos areais das praias, é simplesmente "impossível a igualdade como a querem os demolidores sociais". Enfim:

"Na mesma flor as pétalas diferem. Idêntico princípio prevalece na humanidade".

Vai daí, citando madame Girardin (1804-1855), mulher do célebre publicista francês Emílio de Girardin (1806-1881), conhecida pelo pseudônimo *Delphina Gay*, conclui nosso barão que a suposta igualdade não passa de um sonho que, se fosse realizável, "aniquilaria o progresso social, cujas fontes principais dimanam do trabalho e aperfeiçoamento dos homens inteligentes e enérgicos, arrastados por impulsos nobres de emulação", que tais eram os capitalistas. Assim manifesta, "sem hesitar", sua opinião contra a "igualdade dos anarquistas que, pretendendo reformar a sociedade com o terror do punhal e das bombas de dinamite, derramam indistintamente o sangue inocente dos pobres, dos plebeus, dos ricos, dos burgueses, dos potentados, dos inimigos como também dos amigos, dos parentes, dos próprios sectários que eles dizem defender".

As informações que agora nos chegavam sobre as atividades dos anarquistas, em especial dos anarquistas russos, causavam verdadeiro pavor. Diante dos anarquistas, os filósofos do capitalismo se acautelavam e mesmo eram capazes de reconhecer alguns excessos: o barão, como era natural, refletia também sobre tais preo-

cupações, os excessos do capital:

"Não contestamos que neste ou naquele país o capital seja exagerado nas suas exigências sobre o trabalho, mas este não se acha inibido de reagir por meios regulares contra o jugo opressivo daquele. Um e outro têm direitos e interesses que se devem reciprocamente favorecer, sob pena de prejuízos certos e infalíveis. Se os operários necessitam dos capitalistas, estes não necessitam menos dos operários. É justo, portanto, que haja entre eles a conveniente compensação, e mútuo respeito e harmonia.

"E neste propósito já se trata de melhorar as condições precárias dos operários, diminuindo-se-lhes as horas de trabalho com aumento razoável de salários. Recorrendo aos meios pacíficos de justa reação, eles têm conseguido mais do que os seus supostos defensores com as doutrinas sanguinárias que sustentam. Outras providências virão depois, e pouco a pouco se irão reparando as injustiças. O que não é possível esperar, por absurdo, é o nivelamento das classes sociais. A desigualdade é de lei natural; domina em toda a criação e não pode estar dependente dos caprichos de quem quer que seja".

"O nihilismo e o anarquismo, confessamos, são verdadeiras aberrações de espíritos exaltados, descrentes do influxo benéfico da civilização: nada podem produzir de bom e de útil à sociedade..."

Enfim:

"...se o socialismo moderno quer nivelar as diferentes classes da humanidade, sem reconhecer a superioridade natural de umas sobre as outras, declaremos com toda a força de convicção, nunca poderá realizar o seu desígnio, que hoje e sempre será condenado como uma subversão completa das leis eternas da natureza.

"Mas, se o socialismo sinceramente quer cortar os abusos do capital e remunerar melhor o trabalho, tomando-o mais proveitoso aos operários; se quer desenvolver o sentimento de fraternidade entre as diversas classes que se agitam em movimentos opostos e hostis; se quer aconchegá-las por afeições e conveniências de interesses recíprocos, isso será uma aspiração elevada, merecedora de aplausos gerais, representando um importante problema social, cuja solução interessará à humanidade em sua grande maioria.

"E nestas condições não hesitamos em afirmar como certa a vitória da propaganda, porque triunfam sempre as justas aspirações das maiorias, e maiorias formam os proletários em todas as nacionalidades, sendo a causa benéfica, generosa, digna de ser apoiada pela opinião esclarecida.

"Não será preciso para isto elevar a programa o ateísmo, a anarquia, o terror, a abolição das classes, a substituição dos Estados autoritários pela União Universal das Associações Livres, a formação da propriedade coletiva das terras, dos capitais e dos instrumentos de trabalho, a subversão moral, enfim, com todo seu cortejo de brutalidades e horrores, como aconselham e praticam os nihilistas, sectários exaltados de Herzen e de Bakounine".<sup>262</sup>

Enfim o barão enriquece o nosso trabalho com as reflexões do seu crepúsculo. Os estatutos da Liga Marítima foram redigidos, certamente, sob o cuidado de tais idéias e de tais preocupações.

O governo do general Lauro Nina Sodré, primeiro governador constitucional do novo regime, chegou a seu fim, com brilhantes realizações, em 31.1.1897. No 1.º de fevereiro assumiu o dr. Paes de Carvalho. Recebeu um Estado próspero e tranqüilo, ou tranqüilizado pela energia com que foram abafadas as vozes discordantes. Entre estas a do pequeno Partido Operário, fundado em 1891. Afinal, foi contida a anarquia.<sup>263</sup>

Mas o principal adversário político de Lauro Sodré foi o jornalista Antônio José de Lemos, que tempos atrás se associara ao capitalista Joaquim José de Assis e a Francisco de Souza Cerqueira, proprietário de tipografia, para lançarem em 1876 o diário *A Pro-*

262. O texto de "Visões do Crepúsculo" está reproduzido no vol. *Obras de Domingos Antônio Raiol*, ed. Conselho Estadual de Cultura, Belém, 1970, donde foram retirados os destaques.  
263. Na linguagem oficial persistia o conceito vulgar de anarquia: desordem, confusão, demoralização, baderna. O termo anarquista também foi usado muita vez como labéu da oposição, como no manifesto do recém eleito governador Augusto Montenegro, de 15.11.1900, ao tomar posse em 1.02.1901. Lauro Sodré fez parte de um Clube de Artistas, mas agiu com extrema severidade contra o operariado, como na ação policial da tarde de 12.09.1892 à oficina de serralheria do sr. Coelho, quando se destacou um sargento espancando brutalmente os trabalhadores. Moveu processos contra a *Tribuna Operária*, o *Diário de Notícias* e o *Correio Paraense*, todos por ele silenciados.

víncia do Pará. Em sua ascensão, Lemos vinha carregando grande prestígio popular, apoiado por alguns líderes populares. Entre outros, Teodomiro Augusto Martins que, segundo Newton Miranda,<sup>264</sup> gozava da estima dos proletários do Pará, "precursor do marxismo", em 1890 deputado à constituinte que elaborou a primeira constituição republicana do Pará.

Até então não se tem notícia de atividades socialistas de Teodomiro Martins. Ao que parece, não teve ligações com as esquerdas que emergiam e já se mostravam muito atuantes. O Partido Operário cedeu às pressões do governo Lauro Sodré. Lemos não o acudiu. Mas quis ganhar o proletariado para o seu rebanho e encarregou o compadre engenheiro Teodomiro Martins de organizar o novo Partido de Artistas e Operários, que se instalou em 20.10.1897, com sede na Rua Santo Antônio n.º 81.

A 7 de abril de 1898 houve greve dos tipógrafos de Belém, deixando de circular, nessa data, todos os jornais. O movimento iniciou-se nas oficinas de *O Pará*, órgão do Partido Republicano Paraense dia 4 de abril que só voltou a circular no domingo, 10. A paralisação de 7 de abril foi em solidariedade aos companheiros de *O Pará*, que pleiteavam melhores salários. O Partido dos Artistas e Operários do Pará reuniu-se em 24.4.1898 na sede do Clube dos Maquinistas, Rua Paes de Carvalho 41, para avaliar a situação, conforme convocação de seu secretário Raimundo Alberto. Ficou evidente que Teodomiro Martins ainda não tinha o controle da classe operária. A busca desse controle começou logo no 1.º de maio seguinte, comemorado pela primeira vez, oficialmente, em Belém. Nesse dia foi empossada a diretoria do Partido.

Poucas notícias temos do Partido Operário Progressista do Pará, presidido pelo alfaiate Pedro Alexandrino Delgado, cuja diretoria eleita em 7.9.1899 tinha como vice o maestrino Patrício Jerônimo da Silva, orador oficial o fotógrafo José Olímpio Pereira de Melo; primeiro secretário o maquinista Júlio Henrique de Oliveira; 2.º di-

264. Cf. "História: em 1900, bem antes do PCB e de Prestes, um Partido (e um líder) marxistas no Pará". *O Liberal*, Belém, 6.01.1980, Icad.9.

to pintor Luiz Loiola Barata; tesoureiro o tipógrafo Silvestre Monteiro Falcão.

Desvinculado do movimento mais antigo e, ao que parece, também do movimento socialista brasileiro Teodomiro Martins arrebatou entretanto a bandeira da luta operária. O seu partido ganhou força a partir de 1900 quando no 1.º de maio, foi inaugurada sede própria, casa n.º 24 da Av. Serzedelo Corrêa e se lançou o jornal *O trabalho*, dito órgão das classes artísticas e operárias, que circulou entre 1901 e 1907. O jornal trazia no cabeçalho: "Proletários de todos os países, uni-vos", frase de Marx, e uma variante da quadrinha de Ignácio Baptista de Moura: "É das mãos calosas do operário"... etc.

O logotipo do jornal é formado pela junção de várias ferramentas, destacando-se uma alegoria do trabalhador e, embaixo desta, o medalhão com a efígie de Karl Marx, obra do artista litógrafo Carlos Wiegandt.

Lemos no seu programa, reproduzido no n.º 7, 17.3.1901, p. 1, literatura que reflete submissão ao poder constituído, na verdade esperançosa de conter os impulsos libertários da classe operária:

"O Partido Operário Paraense, que será constituído por todos os operários que quiserem submeter-se ao presente programa, tem por fim pugnar pelos princípios consignados na constituição republicana do país e do Estado, ao lado dos direitos e interesses da classe operária. (...)

Nesse intuito, ele procurará, por todos os meios legais, tendo por norma a ordem, o direito e a justiça, dar o impulso que as circunstâncias exigem, para a realização do nosso magno ideal. (...)

As perturbações materiais da coletividade operária em particular e do povo em geral, nunca terão apoio e concurso, porque repugna ao nosso caráter pacífico e não se campadecem com o nosso programa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Promover por todos os meios ao nosso alcance e com auxílio de todos, a instrução moral, social, científica e política da Coletividade, porque sem instrução e educação nunca poderemos saber dizer desembaraçadamente o que sentimos e o que queremos, acabando por imolar ao despotismo a nossa dignidade e nossa pró-

pria liberdade, aviltando assim a nossa pátria e condenando-a a ser um pária da sorte.

Pugnar e auxiliar a todos aqueles que pugnaem pelo triunfo da boa justiça humana, do bom critério, sem a perversidade egoística, que trucidada as nações, dividindo-as em inimigos irreconciliáveis, em tropeço à boa marcha da sociedade que quer caminhar para a sua democrática perfeição. (...)

Elevar aqueles que com esforço próprio, com trabalho, sem baixa, sem extorsão de espécie alguma, se elevam no conceito dos seus concidadãos, com jus a recompensa.

Procurar pelos meios mais salutaros, iluminar sempre os espíritos dos nossos irmãos quando virmos que eles, hipocritamente aconselhados por falsos apóstolos do operariado, por transviados sociais, trilham, infecundamente, fora do caminho do verdadeiro ideal, desacreditando-nos perante os nossos colegas do Universo, aconselhando-os a enverendar na estrada longa e benéfica da boa orientação, no verdadeiro caminho da perfectibilidade.

Respeitar e acatar a todos os governos legalmente constituídos, apoiando-os e auxiliando-os, sempre que todos os seus atos e ações sejam pautados pela mais reta das normas, escudados na lei, inspirados nos ditames da honra, da justiça, do dever, do bem e do patriotismo. (...)

Requerer e obter dos poderes competentes, pelos meios legais e da melhor forma possível o auxílio e proteção do Estado, no sentido de melhorar e facilitar o progresso e aperfeiçoamento das artes, indústrias e agricultura. (...)

Finalmente, esforçar-se por todos os meios consentâneos com a nossa organização verdadeiramente democrática e progressiva, pela conservação e garantia da união e integridade da família operária brasileira."

A Biblioteca Pública do Pará guarda quarenta números de *O trabalho* em bom estado de conservação. Destacam-se, entre seus colaboradores, o poeta e agrimensor Luiz Torres e o operário Gedeão Pereira, que publica vários artigos sobre temas de interesse da classe: "Evolução Operária" (n.º 134, 28.2.1904); "Metamorphose operaria" (n.º 135, 6.3.1904) etc. Transcreve obras de escritores

socialistas portugueses, como João Grave e Neno Vasco. Domingos Silva, carregador ambulante em Belém, escreve o artigo "A Política Operária" (n.º 144, 11.5.1904), muito amadurecido; Pedro de Alencar, com "Avante!" (n.º 148, 12.6.1904) mostra familiaridade com a obra de Marx. Nesse número, aliás, começa a publicação de "A Nova Fase do Socialismo", anônimo, discutindo de saída as idéias de Jan Masarik, da Universidade de Praga, que previa a "bancarrotta do marxismo e a vitória do socialismo". Essa é quase a linha dominante de *O Trabalho*, atrelado ao individualismo de Teodomiro Martins, confundindo Cristo, Marx, Malon etc. e ocupando suas páginas com abundante matéria laudatória ao "amado chefe" e aos poderosos da terra. Não podia portanto admitir defecções. Em 1904 alguns operários tentaram emancipar-se e o órgão de Teodomiro Martins, n.º 146, edição de 29 de maio, desancou:

"Acaba de chegar ao nosso conhecimento a triste nova de que um infeliz irmão nosso *alicia* operários para formar uma associação *socialista*. Fora ou dentro deste Estado, todo o mundo sabe que o evangelho missionado pelo glorificado chefe do operariado paraense, nosso ilustre redator-chefe e ardoroso apostolizador da felicidade da classe, coronel Teodomio Martins, firma-se na sublime trilogia pregada pelo manso Mártir do Gólgota no triclinio da comunhão aos seus amados discípulos — União, Paz e amor!

Se a missão deste jornal que é o único e legítimo mandatário da opinião artístico-operária desta terra, não fosse secundar os esforços do seu emérito redator-chefe na sua dignificadora tarefa de trabalhar pelo bem geral da coletividade a que ele pertence, com franqueza o dizemos, não perderíamos o nosso precioso tempo com o infeliz maníaco que meteu na cachola a idéia de convencer operários a acompanhá-lo na formação de tal associação *socialista* que existe e existia sempre só em sonhos na sua mente..."

Quando em 26 de outubro de 1902 o nosso idolatrado redator-chefe, coronel Teodomiro Martins, foi pela totalidade das classes operárias e artísticas deste Estado glorificado como o seu supremo e único chefe político-social, esse desorientado que já tinha as aspirações maníacas que hoje o persegue, foi, dos desses poucos mártires da fadiga que erradamente ainda persistem em continuar

desligados do nosso Partido de Artistas e Operários mas que louvaram o nosso querido Mestre pela alevantada e benéfica lei do montepio operário constituída e apresentada por ele ao parlamento estadual em 24 de setembro do mesmo ano, que lhe valeu a inscrição do seu já naquela época aureolado nome nas páginas imortais da história, um que aplaudiu o procedimento do operariado e também entoou hosanas ao consagrado patrono dessa coletividade, coronel Teodomiro Martins, que ele, agora, olvidando os benefícios que ele usufruiu, idiotamente, não quer mais reconhecer como seu chefe, operariamente — politicamente falando.”

A bajulação delirante torna confuso o pensamento e o estilo do redator dessa descompostura à ovelha desgarrada e... taiçoeira. Um partido criado para ficar a reboque da oligarquia lealista, só podia produzir frutos insípidos e líderes subalternos que tentavam, por todos os meios, castrar o movimento operário. O nome de Karl Marx, como a efígie caprichosamente litografada por Carlos Wiegandt, parecem estar mal colocados no cabeçalho de *O Trabalho*, que se propunha, tão-somente, nessa altura dos acontecimentos, a glorificar o seu amado redator-chefe. As edições dedicadas aos poderosos locais se sucediam. O n.º 170, de 24.11.1904 é dedicado a Raimundo Alberto, redator-secretário, mestre operário-fundidor. Na troca dos elogios quem muito merece ainda é o amado redator-chefe:

“Ninguém há que desconheça o que tem sido, no nosso meio, a ação de Teodomiro Martins no propósito de angariar para o operário uma situação digna da sua classe, no domínio político, donde os vícios e as misérias do regime decaído varreram esse elemento em cujo destino reside a maior esperança do progresso geral.

A faina desenvolvida para que o operário figure proeminente na administração pública tem custado ao redator-chefe desta folha os trabalhos mais assíduos, a mais longas horas de meditação, as mais renhidas lutas, encontrando essa belíssima aspiração o amparo eficaz do homem superior que atualmente dirige a política dominante no Estado.

O operário de hoje, entre nós, pelas vantagens que usufrui e pela situação em que se acha, não é o aviltado de ontem, decaído

da sua função e arredado do seu desígnio.”

A causa estava portanto na mão de aventureiros e oportunistas que esfacelavam, dessa forma, o movimento operário local, arrasando parcela considerável dos trabalhadores ludibriados por esse culto de personalidades medíocres, mas poderosas.

## 7 NOVA FASE DAS LUTAS OPERÁRIAS

Com Teodomiro Martins à fente do Partido de Artistas e Operários do Pará, ligado por laços de amizade ao chefe do partido dominante, senador Antônio José de Lemos — que chegou a merecer homenagem um tanto insólita em seu jornal — o movimento operário parece descambar para inesperado peleguismo. Todo o mérito de pioneiro do marxismo no Pará — bastante discutível — cai por terra diante dessa esdrúxula situação. A fase repressora, inaugurada com os primeiros governos republicanos e que atingira o auge no período governamental de Lauro Nina Sodré, produziu certo retraimento do proletariado — uma das causas do fracasso da *Tribuna Operária* e do Partido Operário do Pará — deixando o campo livre para aventuras do tipo engendrado pelo engenheiro<sup>265</sup> Teodomiro Martins.

Informa Bellido que *O Trabalho*, órgão das classes artísticas e operárias, fundado e dirigido por Teodomiro Martins, era impresso em oficinas próprias, localizadas na Rua Santo Antônio n.º 81, deixou de existir em dezembro de 1904.<sup>266</sup> Manuel Barata, dando as mesmas informações, diz que o primeiro número circulou em 17.5.1901, e se extinguiu em 1907. Era hebdomadário.<sup>267</sup>

Nesse meio tempo algumas outras manifestações impressas aparecem: *A Voz do Operário*, órgão da Sociedade de Artes e Ofícios Beneficente São Sebastião, que circulou mensalmente em 1902; o *Primeiro de Maio*, número único, publicado em 1903 “em comemoração ao dia que os operários de todo o mundo feriam glorifi-

265. Teodomiro Martins ostentava esse título, registrado também em documentos oficiais.

266. BELLIDO, Remígio de. Op.cit., 1908, p.115.

267. BARATA, Manuel. Op.cit., 1973, p.268.

cando o Trabalho", citado apenas por Bellido; mais uma *Tribuna Operária*, que teria circulado em 1902 por informação de Bellido apenas, e ao que parece sem ligação com a homônima de 1891; *A Dor do Operário*, publicado em 16.8.1905, segundo Bellido<sup>268</sup> e de 1906 a 1907, de circulação mensal, segundo Manuel Barata,<sup>269</sup> que se dizia "órgão do futuro e da união operária"; e, ainda *O Socialista*, dito "órgão comemorativo da confraternização operária, que surgiu a 1.º de maio de 1906, para saudar seus irmãos de classe",<sup>270</sup> teve outra edição em 1.º.5.1907, segundo Manuel Barata<sup>271</sup> Essas fontes indicam outra singularidade: *O Socialista* foi impresso na Tipografia do Diário Oficial (governador do Estado: Augusto Montenegro; intendente de Belém: Antônio José de Lemos) e ostentava duas divisas: "Estamos no século do operário". GLADSTONE, *le!* "Proletários de todos os países, uni-vos" — Carl Marx. Seu programa foi transcrito por Bellido:

"Não causará surpresa, de certo, aparecer neste dia solene, que assinala um dos fatos de grande veneração para as classes proletárias, um elemento novo, de caráter essencialmente desapassionado, trazendo na sua singela feitura a pura dimanação dos sentimentos, que lhe deram vida.

"Os seus intuitos estão acima dos preconceitos adstritos ao exclusivismo de classe; não vem pleitear admiração, nem impor-se como necessário para coadjuvar a evolução que a custa de esforços, apesar de fatal, se vai aos poucos operando no seio das corporações laboriosas, como uma tendência para alcançar a segurança de liberdade, que preside à manifestação desse direito que a natureza deu a todos os homens: pensar e agir na órbita de suas necessidades."

Não se entende o uso da exortação de Marx. O 1.º de maio tornara-se festa política do governo do Estado. O trabalhador, afinal, fora expropriado da comemoração do seu dia. Entende-se que tudo não passava de uma farsa terrível. Exatamente em 1906 O in-

tendente Antônio José de Lemos teve de levar aos seus relatórios de governo, o assunto Greve.

"As Grèves. — Ao findar a primeira quinzena de setembro, declarou-se nesta Capital um movimento grevista originado em inverdades e boatos postos em circulação pelos inimigos do Governo Municipal. Promoveram-no, como joguete inconsciente de pescadores de águas turvas, os carroceiros portugueses que, segundo espalharam os seus ignóbeis insufladores, seriam dentro de pouco tempo coagidos ao pagamento de avultada taxa pela sua modesta profissão, que ficaria, afinal, monopolizada pela Empresa Americana de Veículos já preparada para tomar a si, exclusivamente, o serviço de transporte de cargas e bagagens.

"A verdade é que havia expirado o prazo para a expedição de matrículas aos carroceiros — medida antiga que, por tolerância, o Executivo retardara — e que os agentes da fiscalização municipal, dentro da lei, começavam a apreender carroças, cujos condutores não haviam cumprido aquele dispositivo legal.

"Era uma exploração torpe, semelhante à de que, no início da administração Montenegro, foram vítimas os empregados no comércio. Donde se conclui que os srs. da oposição não são fecundos nos meios imorais de que se utilizam para chegar a fins de que ainda se acham imensuravelmente distanciados...

"A greve durou cerca de oito dias, durante os quais os carroceiros, estimulados pelos indivíduos a que aludi linhas acima, se entregaram a lamentáveis despropósitos, cometendo desatinos que não podiam de forma alguma deixar de ser severamente repelidos.

"A polícia, cumprindo o seu dever, agiu com energia e pouco a pouco serenaram os ânimos, não sem que os boatos, os exageros, as especulações fervilhassem por todos os lados.

"Três dias após a declaração da greve, fui procurado por uma comissão da diretoria da Sociedade União Protetora e Beneficente dos Carroceiros e Boleeiros, que vinha solicitar a minha interferência, no sentido de pôr termo ao movimento. A essa comissão acompanhava o advogado da sociedade, dr. Baptista Moreira.

"De acordo com os desejos que assim me eram externados, entendi-me com o sr. Intendente interino, ficando combinada a pro-

268. BELLIDO, Remígio de. *Op.cit.*, 1908, p.49.

269. BARATA, Manuel. *Op.cit.*, 1973, p.275.

270. BELLIDO, Remígio de. *Op.cit.*, 1908, p.111.

271. BARATA, Manuel. *Op.cit.*, 1973, p.276.

rogação do prazo para a matrícula dos carroceiros."

"A despeito disso, não cessou a parede, por isso que os boatos de que o transporte de cargas ia ficar entregue à Empresa Americana eram cada vez mais irritantemente disseminados.

"Entrementes, a Associação Comercial, representada pelos seus presidentes e secretários, entendeu-se comigo e com o chefe interno da Comuna, aos quais prestamos esclarecimentos sobre o assunto.

"Sua senhorias publicaram então o seguinte boletim, voltando os carroceiros ao trabalho:

— A Associação Comercial do Pará leva ao conhecimento do comércio em geral que, em conferência que hoje teve com o sr. senador Antônio Lemos, por intermédio dos abaixo assinados, obteve do s. exc. que, findo o prazo da atual prorrogação para cobrança da taxa da inspeção sanitária e matrícula dos carroceiros e boleiros, será de novo prorrogado até a próxima reunião do Conselho Municipal.

Autorizados por s. exc., declaramos ser absolutamente falso o boato espalhado de que os carroceiros serão obrigados mais tarde a trabalhar com carroças da Empresa Americana de Veículos, mediante o pagamento de dois mil réis diários por carroça. S. Exc. declara mais por nosso intermédio que a Intendência garante aos carroceiros o livre exercício de sua profissão..."<sup>272</sup>

Outro registro sobre as greve encontra-se no relatório de 1906, com resultados mais amenos, sem que a polícia tenha sido mobilizada para agir com energia, "Cumprindo o seu dever", conforme o intendente:

"As greves. — Estiveram durante alguns dias em greve pacífica os maquinistas e foguistas empregados em nossa poderosa flotilha fluvial, reclamando vantagens razoáveis para remuneração dos seus esforços e que correspondessem aos sacrifícios a que se submetiam os seus encargos nas longínquas e insalubres paragens do alto Amazonas.

"Fui procurado por uma comissão dos grevistas e a ela prometi interessar-me por sua causa no que aspirassem de justo e digno de apoio, aconselhando-a, entretanto, a se dirigir ao Chefe do Estado, a fim de ouvir a sua palavra a respeito de tão melindroso assunto.

"De fato, s. exc. interveio perante a superintendência da Companhia do Amazonas, logrando por termo ao movimento, de acordo com as conveniências das duas partes."<sup>273</sup>

No final do governo Augusto Montenegro, Belém começava a inquietar-se, sacudida pelas lutas partidárias e pela radicalização crescente de Antônio Lemos e seus adversários, todos entregues a ódio recíproco, depois de haverem arruinado o Estado com seus desmandos administrativos. Para esses governantes não havia, no Pará, "questão operária"; vivia-se aqui no paraíso. No seu luxuoso álbum, mandado editar em Paris, comemorando oito anos de governo Augusto Montenegro assegurava em claro português, francês e inglês que:

"O operário no Pará, sem sindicatos nem congêneres associações, vive feliz.

Seu trabalho é bem remunerado.

Geralmente o operário trabalha de sol a sol, isto é das 6 ½ da manhã às 5 ½ ou 6 da tarde, com 1 hora ou 1 hora e meia de descanso para o almoço. São portanto 10 horas de serviço, como só tem o operário das grandes capitais européias, onde o socialismo tem conquistado especiaes condições de trabalho.

Damos a seguir o salário diário do operário entre nós:

*Um machinista* ganha por dia de 9 a 20\$000 réis.

*Um foguista*, de 3 a 6\$000 réis.

*Um carvoeiro*, de 3 a 4\$000 réis.

*Marceneiro*, de 6 a 12\$000 réis.

*Carpinteiro*, de 5 a 9\$000 réis.

*Entalhador*, de 8 a 12\$000 réis.

*Serralheiro*, de 8 a 12\$000 réis.

272. LEMOS, Antônio José de. O Município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo intendente Senador Antônio José de Lemos.

273. Id., id., 1906, p.256-7.

Ferreiro, de 6 a 10\$000 réis.

Sapateiro, de 4 a 7\$000 réis.

Typographo, de 7 a 9\$000 réis.

Impressor de 7 a 10\$000 réis.

Encadernador, de 5 a 8\$000 réis.

Alfaiate de 5 a 9\$000 réis.

Funileiro, de 4 a 7\$000 réis.

Pintor de edifícios, de 8 a 10\$000 réis.

Pintor decorador, de 12 a 18\$000 réis.

Pedreiro, de 5 a 7\$000 réis.

Servente de obras, de 2 a 4\$000 réis.

Trabalhador agrícola, de 2 a 3\$000 réis.

Trabalhador de estrada de ferro, movimento de ferras etc., de 3 a 5\$000 réis.

Esses preços são em moeda papel e são pagos semanalmente ou por quinzena.

Todos os demais officios são pagos dentro dos preços dos que acima ficam especificados. Para as grandes obras, taes como construcção de estrada de ferro, onde sejam precisos milhares de trabalhadores já conta o Pará contingentes numerosos e os Estados do Ceará, da Parahyba e do Rio Grande do Norte nos fornecem todo o pessoal de que possa haver necessidade.

Quanto a operários, embora tenhamos já um regular número delles, preparados para todos os serviços, há logar ainda na capital e em todo o Estado, para quantos queiram vir trabalhar entre nós nas artes liberaes.

Paiz novo e em grande progresso ha logar para todas as actividades".<sup>274</sup>

Teodomiro Martins ainda colhe homenagens, como a que lhe tributou a sétima Legislatura, correndo as sessões da 11a. reunião ordinária sob a presidência do intendente Antônio Lemos, acolhendo requerimento dirigido por 904 munícipes pertencentes à classe ope-

274. Cf. *Album do Estado do Pará, 1908*. Paris: Imprimerie Chaponet, 1908, p.328-9. Obs. Cidade portuária, Belém deve aos trabalhadores do cais do porto a organização do 1.º Sindicato de classe, fundado em 2.02.1914.

rária "pedindo que seja dado o nome do coronel Teodomiro Martins a uma das ruas, travessas, avenidas ou praças desta cidade". Reconhecendo a justiça do pleito, a quinta Comissão submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Belém a Resolução n.º 2, com data de 4.6.1909, resolvendo:

"Art. Único. — Denominar-se-á Coronel Teodomiro Martins a avenida que fica entre o prolongamento das avenidas São Jerônimo e Independência, a começar da praça Floriano Peixoto."

Revogadas as disposições em contrário, o coronel Teodomiro Martins tornou-se nome de rua. E foi pessoalmente receber a homenagem.<sup>275</sup>

Logo as greves seriam substituídas pelos motins que redundariam na queda da oligarquia lealista, em 1912.

Bastante agitado, sombrio e cheio de traições foi o governo de Enéas Martins (1.11.1913 a 1.11.1917), deposto 33 dias antes do término do seu mandato. No seu governo, além dos movimentos urbanos, surge também inquietação nos campos. Na sua terceira Mensagem ao Congresso Legislativo, em 1.8.1915, o governador relata que ocorreram em dois municípios do interior "inusitadas alterações da ordem pública", promovidas por foragidos estrangeiros, não nomeados, sectários de "doutrinas subversivas aos trabalhadores rurais". Teriam sido repellidos por estes e reprimidos pela polícia militar. Como nos velhos tempos, em abril de 1914 a polícia foi novamente mobilizada para empastelar *O Imparcial*, vespertino dirigido pelo dr. Martinho Pinto e secretariado pelo dr. Dejard de Mendonça. Motivo: por ter tomado a defesa de operários em greve.

A imprensa socialista voltou a dar mostras de sua existência como sempre na data preferida, 14 de julho. Em 1914 foram lançados, nessa data, dois periódicos: *O Socialista*, diário vespertino, pequeno formato, não localizado em nossas buscas, e o *Jornal Pequeno*, também diário, vespertino e independente, dirigido por Olívio Raiol, impresso nas oficinas de Francisco Lopes, seu gerente. Localizamos na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

275. Cf. *Annaes do Conselho Municipal de Belém, ano de 1909*, ed. 1917, p.35, 37 e 43.

o número 1 que estampa seu programa e dá mostras de sua orientação ideológica.

Do programa:

'...empunhando a pena de aço nascida das mãos do homem do trabalho, argumentaremos defendendo-lhe os direitos, para o que torna-se mister a reforma parcial da Alta Sociedade, embora o nosso Ideal seja visto no horizonte dos povos ainda como um fenômeno de refração.

Não opinamos pela reforma total por acharmos absurdo.

Devemos ter um governo humilde como nós (...)

Queremos as seitas religiosas, mas que todas se baseiem principalmente em princípios humanitários, sem ostentações e sem luxo, cujos sacerdotes deverão usar os seus fardamentos, se os adotarem, dentro dos respectivos templos e, fora deles, equiparem-se às classes laboriosas, para que provem os seus meios de subsistivos e sem socorro forçado do crente, como sói atualmente acontecer no seio de quase todas as religiões.

Somos, enfim, pelo trabalho" (...)

Era, portanto, um programa tímido e um tanto desarticulado. Mas tanto o poeta Olívio Raiol, principal redator, como o editor Francisco Lopes — o criador da editora Guajarina — estavam ligados ao que acontecia no país e no estrangeiro. Na última página, em folhetim, publica o romance "Os Emancipados", do socialista brasileiro Fábio Luz, com chamada na segunda página para sua importância:

"Obra de grande importância para o interesse da coletividade, sobretudo no que toca de perto ao proletariado, cuja leitura aconselhamos aos nossos leitores, especialmente às senhoras esposas e filhas de operários."

## 8 O MEDO DOS ANARQUISTAS OU O EMBRIÃO DO FASCISMO

As cinzas da primeira guerra mundial estavam bastante quentes quando os soviéticos tomaram o poder na velha Rússia imperial. No ocidente, a reação foi imediata: surpresa e apreensão.

No Pará, em 1918 já ecoavam as vozes do presidente Wilson

e do estadista inglês Lord Edward Grey, ambos muito preocupados com a evolução dos acontecimentos e muito ciosos da aplicação de castigo exemplar aos vencidos. A execução de tais medidas ficaria a cargo de uma "sociedade" de nações ditas livres, e assim foi proposta a criação da Liga das Nações, espécie de leão-de-chácara do capitalismo anglo-norte-americano. Essas propostas foram logo esposadas pelo nosso conselheiro Rui Barbosa em memorável discurso proferido no Senado da República em 12.11.1918.

Os jornais do Pará recebiam as notícias com a presteza do telégrafo dando-lhes imediata divulgação. Assim, parte da sociedade mais interessada se atualizava. Dá-se o caso de o comendador Cândido Costa, membro do Instituto Histórico do Pará e de outros congêneres do país e do estrangeiro, publicar em cima dos acontecimentos um apanhado do que ocorria sob o título *Momento Histórico*,<sup>276</sup> "obra dedicada às Repúblicas do Uruguay, da Argentina e do Chile", e que bem reflete o interesse da classe dominante pelos assuntos que tanto inquietavam esse mundo. A obra é uma miscelânea um tanto caótica, contendo documentos da versão oficial dos fatos; pretendia mostrar o Brasil em face da guerra, reproduzindo ainda a documentação básica do armistício solicitado pela Alemanha e suas conseqüências.

Do lado oriental, porém, vinham notícias inquietadoras. A ofensiva inicial contra a Revolução Soviética partiu, ao que parece, do império britânico, onde Lloyd George desempenhou seu papel no parlamento, sendo ele tido como socialista, democrata, inimigo dos "lords"; sendo, todavia, e principalmente, britânico.

Temerosas apreensões do comendador:

"Precisamos ter muito em vista o movimento das classes proletárias, o qual se opera na Rússia, tendo já refletido em outras Nações da Europa e da América pretendendo o bolchevismo implantar a desordem nas camadas inferiores, para chegar ao fim sinistro de suas terrificantes aspirações.

"E não nos iludamos, pois o atual momento é de temerosas

276. Belém: Tavares Cardoso & cia., 1919.274 p.

apreensões, sendo mister que os governos tenham olhos de argos e se acautelem previdentemente contra possíveis arremessos das massas populares, levadas pelo desenfreamento de paixões incontidas." 277

Para os grandes males, grandes remédios:

"Não queiramos assistir em nossos dias a esse fragor que se anuncia com aspectos tão sombrios e lúgubres; e o meio que se nos depara e aconselhamos — a quem convier — é que se tenha para com os operários mais indulgência, sendo preciso dar-lhes maior gozo à existência, para que assim eles não se deixem seduzir por doutrinas subversivas, que possam levá-los à revolta, praticando talvez toda sorte de desatinos." 278

Já não se podia deixar de reconhecer a inquietação das bases e que a classe operária assumia em toda a parte seu papel histórico. O grande remédio era, pois, a proposta "socialista" burguesa, feita por concessões:

Já os industriais desta cidade, levados por um sentimento de alta justiça, modificaram para menos uma hora no tempo de trabalho em suas fábricas e oficinas, 279 dando isso lugar a um perfeito acordo e entendimento, o que fez cessar injustificadas prevenções, sendo de manifesto proveito à ordem de todo o serviço a nova situação em que as duas classes se encontram hoje.

"Tão nobre conduta merece os mais francos aplausos.

"Recentemente um escritor, apreciando a ação revolucionária dos maximalistas, dá o brado de prevenção aos que têm necessidade de se premunirem contra as doutrinas que eles buscam espalhar por toda a parte; aconselhando ele que os argentários e onzenários devem por de parte o seu egoísmo ferrenho e estulto, convindo antes darem provas constantes de seu altruísmo por vários meios, concorrendo em benefício das instituições pias, que é uma maneira caritativa de minorar os sofrimentos das classes desfavorecidas." 280

277. Op.cit., 1919, p.254.

278. Op.cit., 1919, p.254.

279. A redução da jornada de trabalho nas fábricas, para o limite de 8 horas, era uma das bandeiras dos movimentos operários em todo o mundo e só foi conseguida, aqui e ali, depois de muita luta. No Pará, da mesma sorte, mediante greves e exaustivas campanhas de esclarecimento.

280. Op.cit., 1919, p.256.

Os sofrimentos das classes desfavorecidas podiam, pois, ser minorados com a generosidade e a filantropia dos patrões: "há ricos que não se apercebem dos sofrimentos alheios", como há outros "generosos e francos". Acima dessas observações ociosas, porém, o comendador verificava a necessidade de medidas mais urgentes. Havia consciência dos "novos tempos": a chegada do socialismo é uma realidade que se impõe. Cita trechos de um artigo publicado na *Folha do Norte*, com o título "A Grande Crise", em que o autor, a par de outras considerações, alerta:

"É um mundo inteiro que se esboroa com fragor, ruído nos alicerces pelos vícios de civilização e de cultura e outro mundo que renasce ao calor do novos ideais, lançando à vala comum das coisas mortas tudo quanto houver de aberrativo, imoral e rotineiro." 281

Todos previam "uma nova era"; até mesmo nos Estados Unidos, os magnatas pregavam reformas ante a ameaça de mudanças imprevistas. Nosso cronista se impressiona com declarações como a do Sr. Schwab, famoso plutocrata, dito "rei do aço", nos Estados Unidos, que assim se pronunciava:

"A renascença social do mundo inteiro significa uma só coisa: é que o homem que trabalha com as suas mãos, que não possui bens, é que vai dominar, não só na Rússia, na Alemanha e nos Estados Unidos, mas em todo o globo... A aristocracia do futuro não será a aristocracia da riqueza, mas sim a dos homens que houverem feito alguma coisa pela sua Pátria e pela humanidade." 282

Esse futurólogo e bem-sucedido empresário perturbou o pensamento do nosso comendador:

"Não nos espantemos diante de tais palavras, porque os sons dos clarins, anunciando a nova era, já se distinguem à distância não longínqua; e alguém já disse que quem pretender se opor ao triunfo das novas idéias socialistas, será fatalmente esmagado; e os povos, cujos governos são reacionários, serão varridos saguinolentemente pelo vento mortífero das revoluções." 283

281. Op.cit., 1919, p.256.

282. Op.cit., 1919, p.257.

283. Op.cit., 1919, p.257.

O nosso comendador desejava o entendimento seguro das classes sociais no Brasil, a fim de se evitar as cenas trágicas que se desenrolavam em outros países. Além dos bons elementos naturais que dispomos a se oporem às idéias subversivas, não possuímos "terreno úbere" para cultivá-las, tanto mais quanto em nosso país todos encontram, segundo o comendador, "a mais plena liberdade, faltando apenas melhorar a justiça". Ignorava, ou fingia ignorar, a vigência da Lei Adolfo Gordo, de 1904, que cerceava a liberdade de pensamento, e principalmente a Lei baixada no governo Afonso Pena (1907), que visava expulsar do país os "perturbadores estrangeiros". Afinal, não havia o governo do Marechal Hermes patrocinado de 7 a 15 de dezembro de 1912 o Congresso Operário Brasileiro, instalado solenemente no Palácio Monroe, sede do Congresso Nacional? E não fora o filho do presidente, o deputado federal Mário Hermes, primeiro tenente, figura de proa daquele congresso? O Pará se fez representar pelo Partido de Artistas e Operários, ainda sustentado por Teodomiro Martins, espécie de cabo eleitoral — "da esquerda" — do velho oligarca Antonio José de Lemos, apeado do poder e escorraçado do Pará em 30 de agosto do mesmo ano.

E quem representou o Pará no Congresso Operário de Santos, realizado no ano seguinte, foi nada menos que o cidadão Cândido Costa... Em Santos, ficou bem definida a linha social-anarquista e o nosso representante socialista aí parece ter-se definido contra essa linha dominada então pelos "perturbadores estrangeiros", principalmente espanhóis e italianos.

Cândido Costa manteve-se "fiel" ao seu socialismo. Já comendador, acreditava que o solo fértil do Brasil tem capacidade para ser o celeiro do mundo, senão mesmo só o solo da Amazônia, como vaticinou Humboldt.

Cândido Costa:

"O pão é o melhor antídoto contra a anarquia, razão por que o maximalismo deve à fome o seu triunfo."<sup>284</sup>

Um país com terra tão dadivosa nada havia a temer. Chegará-

mos ao paraíso, antes dos maximalistas, porque temos nesta terra abençoada "encantos para todos, sendo a vida um constante diti-rambo das mais doces harmonias"; aqui todos podiam viver sob os moldes da mais perfeita equidade, cessando de vez as "clamorosas injustiças humanas".<sup>285</sup>

Assim sendo, não podiam prevalecer aqui "idéias insanas", como as apregoadas pelo anarquismo, "que já irrompera entre nós na capital da República, sendo tenazmente combatido pela energia máscula do Dr. Chefe de Polícia, que conseguiu abafar de todo tão pernicioso movimento, contrário de certo a todos os princípios de justiça e de civilização".

O comendador reproduz o programa dos anarquistas como prova insofismável das "idéias insanas" e pede à Providência que nos livre de tamanha calamidade.

Opõe-se ao anarquismo, mas a seu modo era "socialista":

"Essas idéias (anarquistas) jamais prevalecerão, por serem contrárias à lei moral; só o socialismo é que tem bases sólidas e firmes, capazes de transformar a sociedade por meio da associação, não devendo, portanto, ser aceitável a concepção comunista, que encerra o princípio da abolição da propriedade e da herança."<sup>286</sup>

A revolução soviética tinha, para ele, esse aspecto de revolução anarquista. O seu socialismo se ajustava às idéias do bem-sucedido empresário, Mr. Schwab.

Pretensões do comendador:

"Os nossos votos são que volva aos seus dias de paz e tranquilidade a poderosa Nação Inglesa, em benefício não só do nosso bem-estar, como de outros povos, que vivem participantes de seu grande poder industrial, de sua extensa navegação e pujante comércio marítimo, pelo qual se expande o progresso, em suas várias modalidades, trocando-se idéias, mercadorias e trabalho, dando a todas as nações do Universo prosperidade e riqueza."<sup>287</sup>

285. Op.cit., 1919, p.259.

286. Op.cit., 1919, p.260.

287. Op.cit., 1919, p.261.

284. Op.cit., 1919, p.259.

Lloyd Georges, o socialista, inimigo dos "lords", teria muitos admiradores no Brasil. O comendador Cândido Costa foi um deles. Assim se plantou em toda a parte o embrião do fascismo.

## 9 AS PERPLEXIDADES DO FILÓSOFO PROVINCIANO

Contemporâneo de Cândido Costa, Luiz Cordeiro publicou entre 1914 e 1923, nada menos de cinco livros: *Roosevelt e a Amazônia* (Ementas, traços e Rabiscos), estudos sobre a Amazônia, Rio de Janeiro, 1914; *Três Premissas Num Sorites* (Estudos sobre Viação, Educação popular e Questão Bancária), reflexões em torno de questões e problemas interligados conforme o raciocínio composto de proposições encadeadas, isto é, "sorites", Belém-Pará, 1918; *Pródromos de uma Cruzada* (série de conferências públicas sobre: 1, O Cooperativismo, o crédito e o dever da pontualidade; 2, Porque os homens fracassam em seus negócios; 3, Porque os homens são pobres; Como expandir a nossa produção e aumentar a nossa riqueza; 4, O que nos falta e o que nos sobra; 5, A mulher no mundo moderno; 6, Onde está a felicidade; 7, O peso do nosso destino na balança do futuro), Belém-Pará, 1919; *O Estado do Pará, seu comércio e indústrias de 1721 a 1919*, Pará 1920; e *Os Factos e a história* (estudos de sociologia e atualidade brasiliense), Pará, 1923.

Essa bibliografia, mostra de intenso labor, não teve maior ressonância. Apenas o ensaio sobre o comércio e indústria no Pará, de 1721 a 1919, tem sido útil aos pesquisadores da área econômica. Substancioso quanto à manipulação de documentos, não só desenvolve trabalho anterior de Manuel Barata — *A Antiga Produção e Exportação do Pará*, Belém, 1915 — como cerca o seu trabalho de muitas reflexões. Conclui mesmo com o capítulo "Miragens pertinentes", reflexões sobre a economia e a situação mundial.

O livro *Os Factos e a História* condensa melhor o pensamento de Luiz Cordeiro, economista e historiador, socialista à Jaurès, com raízes plantadas no positivismo. O livro foi gerado sob o impulso do inconformismo ante a supressão das liberdades democráticas, em 1922, com a decretação do estado de sítio. Abre seu livro declarando que ele é "um protesto público de um rebelado ante a mar-

cha dos acontecimentos neste país" (p. 9).

Luiz Cordeiro se esforça para traçar o perfil de um país sem caráter, habitado por um povo que parece guardar, tradicionalmente, a índole, costumes ou educação que o tornou um dia escravocrata; um povo que não se acostumou à idéia do trabalho, à idéia de lutar para viver de si mesmo, julgando-se expoliado pela Lei de 13 de maio...

"Abolida, de chofre, a escravidão no Brasil, após o primeiro momento de surpresa, voltam-se todas as vistas para a sonhada indenização com que supunham dar arras a malandrice, ficando todos, aparentemente, ricos sem precisarem de trabalhar nem se consumirem para viver. Sonho efêmero, porque, na realidade, em após surgiu a desilusão que, como sonho, se desfez." (p. 15)

Continuando:

"Tinha que daí nascer o despeito, gerando o oportunismo que devia trazer o advento da República unanimemente aclamada de sul a norte do país, por estupefação..."

"A República, assim feita com despeitados, prosseguiu nos anos que se seguem sem organização, sem ideais, não se tendo dado no novo regime o remédio do mal, tendo sido criado, como criou, os desiludidos que ainda aparecem mais necessitados, sedentos, rancorosos e maus..."

Esse o estilo de Luiz Cordeiro que, de circunlóquios, nada sabe... A primeira frase do ensaio, que se inicia na p. 31 com evocações de Rui Barbosa, também é significativa:

"Acabamos de festejar o primeiro centenário da nossa Independência com a capital do país em estado de sítio".

O sítio logo se entendeu além da capital. No Pará, aconteceu simplesmente isto:

"...o Estado do Pará, por um excesso de patriotismo, talvez, fez reformar a sua Constituição, reforma que, entre outras cousas, acaba com a autonomia dos Municípios, extinguindo o voto popular, pelo qual cada uma dessas células do regime patenteava o que se chama a sua autonomia" (p. 32).

Luiz Cordeiro defende a conciliação política, a democracia como exercício pleno do direito de votar, manifesta-se contra o des-

potismo e a opressão:

"É tempo de ceder ao povo o seu lugar, reconhecendo seus direitos de soberania e não esperar que ele o venha reivindicar nas praças públicas de armas na mão." (p. 35)

Manifesta-se também antimilitarista:

"Jamais a força material ou bruta conseguiu assegurar por muito tempo o seu poderio e predomínio sobre os povos."

"O grito dos oprimidos, o reclamo dos direitos, sob o poder da justiça, jamais puderam ser sufocados pelos tiros dos canhões, pelas pontas das baionetas, pelos golpes da tirania, pela vontade do absolutismo, sem que atrás ficasse o eco retumbante desses feitos." (p. 36)

Essa República dos "despeitados" tinha outros vícios de origem:

"As *élites* entre nós se formaram, *no grande mundo*, pela fraude eleitoral e tornou-se uma grande parceira do pequeno número que se acastelou na posse das posições e dos governos, nas gestões dos negócios públicos e tudo quanto a eles se prende, constituindo-se em *casta privilegiada*. E só ela governa, e só ela tem querer, e querendo, só ela dirige e digere o fruto do trabalho de todos, de todas as classes que não têm ingerência nos públicos negócios e só têm por dever — pagar impostos e obedecer.. e obedecer — sem tugir nem mugir." (p. 115)

Além de estabelecer os antagonismos de classe, Luiz Cordeiro estabelece as relações da vida econômica diretamente ligada à vida política, no sentido de sua evolução, e se a evolução econômica "se faz sob a pressão irresistível das necessidades, não há como obscurecer a carência de intervir na política para fazer progredir o país" (p. 117). Reconhecia ainda que os povos cada vez mais se encaixam entre si e mediante essa interferência caminham "para um destino comum que, forçosamente, há de repousar na democracia, no puro liberalismo, em que o povo, isto é, a massa geral, tem que ser ouvida e respeitada". Do contrário, "se não o deixarem agir pacificamente, — pelo voto, — pelo número maior de vontades conglobadas, ele o fará à força, — revolucionariamente". Então: "o choque do capital e do trabalho, em toda a parte, tende a encontrar um meio de unificação e harmonia de interesses, e por meios

brandos ou tumultuosamente, os grandes países trabalham por esse *desideratum*" (p. 118).

O ensaio dos "soviets" na Rússia apavorou todo o mundo exatamente porque precipitou os acontecimentos revolucionariamente; e era, ainda, "uma conseqüência da progressão das idéias novas" (p. 119).

Entre essas "idéias novas", Luiz Cordeiro detecta a do "fascismo", que nessa ocasião já se impunha na Itália, conjecturando um desdobramento das idéias "soviets", porquanto, assim lhe pareceu, constitui uma força "organizada e eficiente que, aparentemente, supre as necessidades do momento" (p. 119). Mas ainda era cedo para avaliá-lo. Considerou que só o tempo, a experiência e os fatos, dirão mais tarde o que é o fascismo.

"Condenado o anarquismo e o nihilismo, entraram os socialistas, sindicalistas e cooperativistas a propugnar pelos seus direitos, proclamando a luta direta nas urnas, usando do direito de greves, sabotagem e manifestações públicas". "Os sindicatos se multiplicaram, depois se confederaram, criaram seus jornais e revistas de propaganda, pela transformação da mentalidade do trabalhador, que passou a ser tenaz, tendo alguns proclamado que o Estado, ou o *estadismo*, os exércitos ou militarismo eram obstáculos ao progresso dos países". (p. 119-20).

A gênese do fascismo e sua rápida expansão pelo mundo foi assim entendida por Luiz Cordeiro:

"Combatendo essas forças com a força, confundindo anarquismo, socialismo, sindicalismo, cooperativismo, imperialismo, autocratismo, despotismo, tudo guiado pelo trabalho como base da riqueza, surgiu o *fascismo* que rapidamente se está irradiando pelo mundo inteiro.

"No fascismo coube o repouso reclamado pelas classes proletárias, a assistência às crianças e às mulheres, aos doentes e inutilizados, abrangendo o problema do ensino, seguro de vida e contra os acidentes, aproximando todos os problemas sociais que vêm revolucionando o orbe sob formas que redundam em proveito coletivo da humanidade." (p. 120)

Tudo isso significava "evolução" e imposição de "idéias novas".

que indicavam o caminho irreversível da sociedade contemporânea: "Marchamos para a distribuição da riqueza, senão equitativamente de forma a chegar a todos, pelos menos que toque um pão aos que não têm nenhum" (p. 121). Mas nós, no Brasil, suprimindo o uso do voto, negando a democracia, dávamos um passo atrás, retrográdávamos, agachados, submissos, ou escravizados.

Luiz Cordeiro está razoavelmente informado da história dos movimentos sociais. Defende a industrialização da Amazônia e o aproveitamento de suas potencialidades energéticas, inclusive da força hidráulica, empresta grande importância à química e, embora interessado nos assuntos da área econômica, não revelou familiaridade com as idéias de Marx. O seu "socialismo" descende do "socialismo" contemporâneo, com algumas tinturas da experiência operária das comunidades camponesas.

Depois de 1923 não encontramos mais os seus rastros e, portanto, não logramos ratificar ou retificar o seu pensamento. Não deixou biografia conhecida. Tampouco houve o reconhecimento de seu trabalho.

## 10 DE VOLTA MUTUALISTAS E ANARQUISTAS

Os anos de 1910 a 1930 foram de muita agitação das classes operárias do Pará. Foram marcados principalmente pelos movimentos pederistas. Correspondem aos anos críticos da crise da borracha. As greves se generalizaram de tal forma, que abrangeram também os professores, os funcionários públicos e até soldados da milícia estadual. Os governos se sucediam sem um programa definido de recuperação da economia. Administravam dificuldades, pois não conseguiam administrar a crise. O sistema político vigente havia se corrompido de tal forma que se esgotaram as energias da ordem estabelecida, e desabava em toda a parte. Impotentes, os paraenses têm esperança no Rio de Janeiro, Lauro Nina Sodré. Este voltou para exercer segundo período governamental, que se iniciou em 1.º.2.1917 e concluiu em 31.1.1921. Foi um governo estéril, não obstante esperançoso. Na sua mensagem ao Congresso legislativo do Estado, na abertura da primeira reunião da décima Legisla-

tura, 1918, p. 5, ele recordou os tempos áureos da primeira governança; a mensagem traz pedaços de antigos relatórios.

Lauro Sodré exerceu o poder com outra postura: a postura conciliadora. Insiste que retornou ao Pará para unir, não para separar. Truculência policial contra partidos e jornais não se tem notícia na sua literatura. Veio com os mesmos propósitos mutualistas, manifestados em 1894, quando em papel oficial dizia:

"Quanto ao capital, fruto do trabalho e da economia, há de espontaneamente desenvolver-se entre nós, si continuarmos a viver anos de paz e de sossego, sob o regime das leis garantidoras da vida e da propriedade de todos. Do estrangeiro afluirão igualmente os capitais desocupados quando o conhecimento exato das nossas riquezas, ministrados por uma propaganda efetiva e inteligente, deixar patente que aqui encontrarão os capitalistas remuneração sobeja.

Tive já ensejo de salientar as vantagens que colheríamos si entre nós pudessem medrar os sindicatos agrícolas que nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália e na Hungria, tamanhos benefícios trouxeram à agricultura. No Estado do Pará, onde são tão raras as fortunas e raríssimos os grandes capitalistas, só uma sábia organização do crédito agrícola feita de acordo com o sistema da mutualidade solidária, como hoje o possui a Alemanha, graças aos esforços de Schulze-Delitzsch, poderia remediar em boa parte os males de que padece a nossa pequena e empobrecida lavoura."

Daí vai tentando demonstrar as vantagens do sistema mutualista capaz de oferecer remuneração sobeja aos capitalistas. Essa confusão é própria dos positivistas, quase sempre desejosos de promover o socialismo que lhes convinha. Lauro Sodré discorre longamente sobre esse mutualismo, dando pistas às fontes da sua inspiração.

Greves também rebentaram no seu segundo período administrativo e não foram toleradas, tampouco relatadas. Como nos velhos tempos, era uma questão de polícia. Não merecia a questão operária tratamento especial na literatura do governador. Famosa greve dos bondes, em 1918, refletiu o estado de tensão reinante, não deixando portanto de repercutir e trazer preocupações. Ele minimizou porém:

"Felizmente não temos a registrar no Estado nenhuma perturbação da ordem pública, graças aos sentimentos da população, o seu amor às instituições e o respeito com que vão sendo cumpridas as leis por autoridades que conhecem os seus deveres e deles não se afasta. Isto basta para que todos confiem na força dos seus direitos e os defendam com a certeza de achar juízes que lhes façam a merecida justiça."

"Os mesmos conflitos abertos entre operários e patrões, que aqui, como em toda parte põem em face dos que vivem do capital os que vivem do trabalho, as greves, temos conseguido resolver por acordos razoáveis como só acontece nos países mais adiantados e mais livres."

"Erro é o que pensam alguns, cuidando que esse mal é só de nossa terra, quando a ela isso não chegou senão como um reflexo do movimento que em todo o mundo sacode as multidões, desse fluxo que vem trazendo em marcha crescente as aspirações das classes proletárias."

Enfim:

"A polícia tem agido em todos esses momentos com moderação e prudência, ficando dentro do seu papel, conduzindo-se de acordo com a lei e os nossos códigos." 288

Na verdade, Lauro Sodré tangencia a questão proletária neste e noutros relatórios. Ainda em 1920, quando mais agudas se manifestaram as greves no Pará, dando margem à discussão mais ampla na imprensa, chegou a abrir um título na sua Mensagem ao mesmo Congresso Legislativo da terceira Reunião da décima Legislatura, a 7.9.1920, "Questão Operária", porém nada adiantou. É oportuno lembrar que na Mensagem do ano anterior deixou consignada a repercussão do marxismo no Pará e reproduziu, a propósito, trecho do artigo que escreveu em 1.5.1903 num jornal do Rio de Janeiro, no qual finalizava:

"Acertou quem disse que a República, digna desse nome, deve ser eminentemente social. É necessário que nela o governo adote

288. SODRÉ, Lauro. Mensagem, etc. Pará: Imprensa Oficial do Estado, 1918, p. 70.

as medidas que não de ajudar a resolver o problema social, que não é, consoante as palavras atribuídas a discípulos do notável cientista e reformador Karl Marx, uma questão de ventre, que não é ainda, no dizer de H. Schaffle e de Keteler, uma questão do estômago, mas que é antes de tudo e sobretudo, uma questão moral" (p. 96).

Mas a chamada "questão operária" continuou sendo, para ele, como no primeiro governo, - 1891-97 -, assunto da alçada policial. E a polícia continuou agindo com sua habitual "moderação e prudência", segundo o governador, conduzindo-se de conformidade com as leis, "dentro do seu papel". Os fatos apresentavam-se agora mais tensos. O final do seu governo foi empanado com a morte do operário João Plácido de Albuquerque em consequência de maus-tratos quando preso. A prisão teve como causa a viagem do operário ao Rio de Janeiro para tomar parte no terceiro Congresso Operário Nacional.

As greves e a repressão foram particularmente intensas na década de 20, a partir do governo de Antônio Emiliano de Sousa Castro, eleito em 3.12.1920. Contudo, a luta dos trabalhadores já sensibilizava muitos intelectuais. Refletiu-se em obras que retratam Belém dessa época, tais como os romances *O Gororoba*, de Lauro Palhano, lançado no Rio de Janeiro em 1931, *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir, de construção mais recente, lançado em 1960, contendo cenas das greves de 1918, ampliadas depois no *Passagem dos Inocentes*, 1963.

O momento propiciava a revitalização das lutas proletárias. O conflito europeu estava cercado de conflitos ideológicos; a revolução soviética acabara causando tremendo impacto em 1917. Os gráficos são particularmente motivados pelas novas idéias. Classe bastante politizada. Por tradição, no Brasil, representava quase uma espécie de vanguarda proletária. As greves de 1918 revelaram a força da União Geral dos Trabalhadores. E os acontecimentos no oriente europeu apressaram a organização, em março de 1918, da III Internacional, por Lênin, sob o nome de Komintern. A repercussão no Pará foi imediata, ao menos em termos de imprensa proletária, com o lançamento, ainda em 1919, de *A Revolta*, dirigido pelo anarquista português Marques da Costa, e *O Semeador*, dito

"órgão de propaganda sociológica", de uma associação operária, mais ligado à internacional comunista. Pelo mês de outubro ocorreram outras greves. O movimento foi iniciado pelos operários navais de Val-de-Cans, das oficinas da Port-of-Pará, abrangendo mecânicos, metalúrgicos, carpinteiros, calafates e caldeireiros de ferro em solidariedade "ao vigia injustamente demitido", como noticiou *O Semeador* ano I, n.º 22, de 18.10.1919. A greve atingiu outras classes, coordenada pela União Geral dos Trabalhadores.

Em 1918 também o operário gráfico Bruno de Menezes (1894-1963), empolgado de sonhos poéticos, adere ao anarquismo. Abandona o emprego (começou como aprendiz nas oficinas da Livraria Moderna; foi operário na gráfica da Livraria Gillet;<sup>289</sup> mestre da gráfica da Livraria Bittencourt) para dedicar-se à imprensa proletária, fundando pequena editora com a colaboração de Farias Cama, Jacques Flores, Rodrigues Pinagé, Joaquim Morais e outros gráficos já meio emancipados. Surgiram com eles novas manifestações do mutualismo no Pará, o cooperativismo como instituição organizada pelas bases, o que viria germinar logo mais na sua tomada de posição na vida. Nessa época, ano de 1920, Bruno de Menezes publicou o primeiro livro, "Crucifixo", e liderou intelectualmente aquele pequeno grupo. Revela Georgenor Franco, saudando o poeta na comemoração de seus quarenta anos de vida literária,<sup>290</sup> que o livro "Crucifixo" foi composto e impresso por Bruno de Menezes e Jacques Flores, às tardes de sábados e domingos, nas oficinas da livraria Moderna, constituindo-se o primeiro trabalho objetivo da imprensa proletária que ele imaginou. Em 1924 lançou a revista *Belém Nova*, que nucleou o movimento modernista entre nós.

Outro grupo de intelectuais proletários se formou em torno do livreiro pernambucano Francisco Rodrigues Lopes (1878-1946), que tinha sido operário gráfico em Belém e em 1914 conseguira instalar sua primeira tipografia na qual imprimiu o *Jornal Pequeno*, dito

289. Propriedade de Eugênio Eduardo Gillet, um dos mais antigos socialistas no Pará, e um dos organizadores, em 1897, do Partido de Artistas e Operários.

290. In: *Revista da Academia Paraense de Letras*, v.9, 1961, p.68-9.

vespertino socialista e independente, dirigido pelo poeta Olívio Raiol, primeiro número lançado em 14 de julho. Seu socialismo limitava-se às reformas dos costumes; no seu programa dizia: "Não opinamos pela reforma total por acharmos absurdo"; pregava a humildade e na última página iniciou a publicação do romance "Os emancipados", do socialista brasileiro Fábio Luz, aconselhando sua leitura especialmente às esposas e filhas de operários.

Francisco Lopes deu dimensões inesperadas à literatura popular no Pará, com larga repercussão em toda a Amazônia e no nordeste: especializou-se na publicação de folhetos de modinhas, e versos da chamada literatura de cordel. Em 1919 lançou a revista quinzenal *Guajarina*, que atraiu a inteligência moça do Pará: Peregrino Junior, Osvaldo Orico, Olívio Raiol, Jônatas Batista, Eneida, Ernani Vieira e muitos outros. No grupo também aparece Artúrio Vieira (1865-1938), entre os mais velhos, curiosa figura de escritor popular e proletário que, no Recife, trabalhara em nada menos de dezenove periódicos<sup>291</sup> e convivera com Júlio Hancem, líder dos tipógrafos. No Pará, Artúrio Vieira também fez muita coisa: tipógrafo, jornalista, poeta, romancista, teatrólogo, ensaísta, ator, pintor, cenógrafo, ensaiador de grupos mambembes e de pastorinhas etc. Começou a vida muito ligado ao teatro, como cenógrafo, ator e secretário de companhias mambembes. Assim viajou bastante. No Recife viveu mais de dez anos, de 1882 a 1894, época em que militou na imprensa proletária, nos pasquins de pequena duração ou em poliantéias produzidas em homenagem a artistas da ribalta. Por fim, ligou-se à companhia do ator Coimbra, editou a *Revista Dramática*,<sup>292</sup> voltando em seguida para o Pará, engajado na mesma empresa. Ainda viveu muito tempo existência nômade, entre Belém e Manaus, com permanência em pequenas cidades interiores, fazendo do teatro e do jornalismo meio de subsistência. Em 1897 participava em Belém da Sociedade Teatral Luz e União, que promovia freqüentes espetáculos. Num deles, em 12 de dezembro

291. Total que apuramos na *História da Imprensa de Pernambuco*, Recife, 1972, Luiz do Nascimento.

292. Recife, Typ. Industrial, 1893.

desse ano, entre comédias, canções e monólogos, apresentou sua tradução da peça "A Greve dos Ferreiros", do anarquista italiano Armando Schivazappa então residente em Belém.

Mas foi no jornalismo que Artúrio Vieira mais se destacou. Fazia o jornalismo artesanal, realizando ele próprio todas as operações: redigia, compunha, imprimia e distribuía os jornais. Nesse jornalismo precário, publicou muitos poemas, romances, contos etc. Redator-gerente de *O Commercio*, de Abaeté (hoje Abetetuba, PA), aí publicou em folhetins, em 1910, o romance "Sulamitha". Depois, em Belém, ainda produziu várias peças, burletas natalinas, a revista "Pela Fraternidade", tema social, o texto da opereta "020", o romance "Dona Flor" (Psychologia duma mulherzinha da "pávirada"), 1931, e outras obras em edições populares, todas de sentido social, tendência espiritualista.

Pai do poeta-proletário Ernani Vieira, que nasceu em Manaus AM a 3.2.1897 e morreu em Belém, PA a 20.5.1938. Ernani também começou como tipógrafo. Viveu algum tempo no Recife e depois se fixou em Belém. Verdadeiro "fac-totum" da *Guajarina*, produziu obra imensa de cunho popular, inclusive revistas nazarenas, paródias, folhetos de cordel. Alcançou no entanto as páginas de *O Malho*, Rio de Janeiro, onde publicou dezenas de sonetos. Doente, morféctico, viveu retirado numa casinha pobre de subúrbio. Da geração de Bruno de Menezes, recebeu influência do pai, ativista incansável da causa proletária e da "cultura para o povo". Produziu a:

## CANÇÃO DO OPERÁRIO

### I

Quanto é belo, neste mundo,  
o labor atro e profundo  
para a prole sustentar,  
do operário, noite e dia,  
sempre na mesma agonia,  
sempre, sempre a trabalhar.

Entretanto ninguém nota  
que a energia se lhe esgota,  
se lhe esvai todo o poder  
nesse afã de quem trabalha  
pra colher uma migalha  
que mal dá para comer.

### II

Goza o rico, goza o nobre,  
e o operário, sempre pobre,  
não tem tempo de gozar,  
porque vive como um bravo,  
porque vive como escravo  
do dever de trabalhar...  
E entretanto o mundo passa  
do Prazer para a Desgraça,  
da Desgraça para o Amor,  
sem notar que tudo espalma  
a função do corpo e da alma  
do homem que é trabalhador...

Bastante significativa porém é a contribuição artística do poeta Luiz Queiroz Albuquerque (1894) e do músico Alípio César Pinto da Silva (1871-1925), que produziram o singelo cântico "1.º de Maio", composto especialmente para as comemorações de 1921, feitas por iniciativa das classes proletárias do Pará. A partitura foi publicada no suplemento musical da revista *A Semana*, Belém, ano IV, n.º 162, de 14 de maio de 1921:

# 1º DE MAIO

BELEM-PA. 1921

LETRA DE QUEIROZ ALBUQUERQUE  
MÚSICA DE ALÍPIO CÉZAR

CANTO *Allargo*

*f* Di-a de jú-bi-lo i--men--so,

des-de que sur-gi-o ar-re--bol, --- Rai-ou en--fim cla-ro e in-

ten--so, co-mo um es-plên-di-do sol! --- Rai-ou e bri-lha, fat-

*cresc.*

ma--so, co-mo es-tre-la pe-re-gri-na, i-lu-mi-nan-do glo-ri-

o--so, O te-to e o chão da-ofi-ci-na. Sal-ve ain-cu-de, sal-ve

*cresc.*

ma-lho, --- O Deus vi-bra-dor do-rai-o! --- Sal-ve, a fes-ta do tra-

Iª VOLTA IIª VOLTA

ba-lho, --- Sal-ve pri-meiro de Mai--o! Sal-ve o pri-meiro de Mai--o!

# CÂNTICO DO 1º DE MAIO

Letra de Luiz Queiroz Albuquerque  
Música de Alípio César Pinto da Silva  
(1)

Dia de júbilo imenso  
desde que surge o arrebol,  
raiou, enfim, claro e intenso,  
como um esplêndido sol!

Raiou, e brilha, formoso,  
como estrela peregrina,  
iluminando, glorioso,  
o teto e o chão da Oficina.

## ESTRIBILHO

Salvè, a incude, salvè, o malho,  
— o Deus vibrador do raio!  
Salvè, a festa do Trabalho,  
salvè, o primeiro de Maio!

(2)  
Em dúcida alacridade,  
voam as aves dos ninhos,  
e as almas em liberdade,  
enchem de festa os caminhos...

Cantam os rios e as fontes,  
asas de insetos nos ares,  
como as colinas e os montes,  
entre o murmúrio dos lares.

## ESTRIBILHO

Salvè, a incude, etc.

(3)

Á voz rude do Operário  
casa-se a voz do Universo:  
— nenhum canto solitário,  
nenhum sussurro diverso!

E, numa apoteose rara,  
coroando alegria tanta  
o sol, na abóbada clara  
feliz, resplandece e canta!

### ESTRIBILHO

Salvè, a incude, etc.

O movimento tendia pois a empolgar artistas e intelectuais, muitos deles expressão legítima das classes populares, como o maestro, compositor e regente Alípio César, presidente do Centro Musical Paraense. De origem humilde, nascido em Cametá a 14/5/1871 e falecido em Belém a 25/5/1925, Alípio César começou como operário tipógrafo em sua cidade e depois na capital. Estudou flauta e revelou talento de compositor. Com o apoio da classe artística, transportou-se em 1892 para a Itália e estudou no Conservatório de Milão. Permaneceu na Itália até 1903 e lá também se revelou escritor, mandando para a *Folha do Norte* as "Cartas de Itália", notícias do movimento artístico e intelectual, inclusive dos anarquistas italianos. Voltando, passou a viver modestamente, sem contar com favores oficiais, mas contando com a simpatia da classe. Produziu obra imensa (mais de 500 peças), cujo destino é ignorado. No conjunto: óperas, sinfonias, poemas sinfônicos, música de câmara, burletas pastoris, hinos e canções patrióticas etc. Na Itália, Alípio César ligou-se aos anarquistas e no Pará cultivou toda a vida, embora discretamente, esses ideais.

No ano de 1922 manifestaram-se nos palcos paraenses um pouco das inquietações sociais que se vinham avolumando desde o fim da

guerra de 1914-18. As classes trabalhadoras tentavam de diversas formas organizar-se, a despeito das restrições impostas pelo Estado. Muitas vezes os artistas associaram-se aos trabalhadores, organizando espetáculos em benefício dos cofres de suas organizações. A 30/7/1922 realizou-se um desses espetáculos, em benefício da Confederação dos Pescadores do Pará, com a estréia da alta comédia "Mosquitos por cordas", em três atos, representada pela companhia do ator paraense Virgílio Córdova. Pequena nota vazou nas colunas de *A Província do Pará*, em sua edição de 30/7/1922:

"Virgílio Córdova, o ator de todos conhecido, organizou um espetáculo digno para ser assistido pelas exmas. famílias, e escolheu, para ser apresentada, em seu vasto repertório, a alta comédia em três atos: *Mosquitos por cordas*, sem as liberdades costumadas; é uma peça, cujo enredo fará rir um frade de pedra. A distribuição está assim feita: Ricardo Rocha - Carlos Campos, Arthur - J. Andrade, Gregório - Virgílio Córdova, Aurora - Srta. Nené Gaya, Rosália - Sra. Carmen Velasco, creado - Alfredo Silva, ponto - Emani Vieira, contra-regra - N. David".

No Palace Theatre realizou-se, em 3 de agosto, espetáculo em prol da sociedade Beneficente Portuguesa, com a apresentação da peça "Récita dos Lacedemonios", ensaiada e dirigida pela sra. Myra Jorge Brito. A peça foi reprisada em 30 de setembro, a preços populares.

No meio da temporada de 1923 aconteceu no Teatro da Paz, a 30 de setembro, a apresentação de um espetáculo diferente: um grupo de operários levou a efeito um festival constando do mesmo o vaudeville "Depois das onze", original de Alberto Martins. Este cavalheiro, abrindo o programa, pronunciou conferência sobre o tema "O momento Operário e as Greves no Pará". A comissão organizadora resolveu facultar a entrada gratuita das mulheres operárias, "uma vez que se façam acompanhar de seus maridos".<sup>293</sup>

293. Alberto Martins, oficial do exército, renegou depois essa atuação. Produziu muitas peças. A Comédia *O Operário e o Médico*, apresentada em 1943 no Rio de Janeiro e em S. Paulo, está a serviço da ideologia do Estado Novo.

Ao lado desses artistas e intelectuais surgem outros grupos radicais. Em 1919 circulou em Belém *A Revolta*, jornal de propriedade do Grupo Aurora Libertária, anarquista, que tinha como redatores Marques da Costa, Tito Salgado e Alexandre Queiroz. Era impresso nas oficinas do *Portugal* e a redação se localizava na Trav. 7 de Setembro n.º 68. Marques da Costa, português, figura central do Grupo Aurora Libertária, não ficou muito tempo em Belém. Em 1924 já se encontrava atuando no Rio de Janeiro, trabalhando na União dos Operários em Construção Civil. Na mesma época retomou a edição do semanário sindicalista libertário *O Trabalho*. Em 1926 foi expulso do País. No arquivo de Diego Abad de Santillán, "Korrespondenz, 1924", encontra-se extensa carta de Marques da Costa, datada do Rio de Janeiro, 8.5.1924, onde relata a decadência do movimento anarquista no Brasil e fala dos vexames sofridos por ele sob as mãos do "moscovizados".

Também no Pará, no final dessa década, observa-se a decadência do movimento anarquista e se impõe, pouco a pouco, a ideologia comunista. Em 1929 foi lançado *O Gráfico*, órgão da União Gráfica do Pará, cujo primeiro número data de 26 de dezembro; em 1935 o hebdomadário *A Lucta*, com o primeiro número em 10 de novembro, e que se anunciava "defensor dos interesses proletários e baluarte das reivindicações trabalhistas no Pará."

Transitando entre os diferentes grupos, aparece nesse tempo o artista plástico Antônio Ângelo de Abreu Nascimento (1895-1959), o conhecido Mestre Angelus, pintor e ilustrador, que viveu algum tempo no Rio de Janeiro, ligando-se ali aos anarquistas e produzindo capa para um livro de Hermes Fontes. Essa é também a geração de intelectuais socialistas e comunistas que mais se destaca no Pará, na sua maior parte gerada pelo malogro de 1930: Romeu Mariz Filho (1913-1947), também artista plástico; Gentil Puget (1912-1949), poeta e músico; Eneida Costa de Moraes (1904-1971), poetisa e jornalista; Abguar Bastos (1902), jornalista, romancista e historiador; Dalcídio Jurandir Ramos Pereira (1909-1979), romancista e jornalista; Osvaldo Costa, jornalista; Fernando de Castro, jornalista e romancista; Ritacínio Pereira, médico e jornalista; Levil Hall de Moura (1907-1980), jornalista e historiador; Abel Chermont (1885-1962),

um dos chefes da revolução de 30 no Pará; Pedro Pomar (1913-1976), jornalista e militante do marxismo; Ruy Barata, (1920-1980), poeta — e tantos outros.

Essa história mais recente ficará a cargo de pena mais habilitada. Ainda queremos registrar, no entanto, que, em 1930, o 1.º de maio foi comemorado por iniciativa do trabalhador, mediante a greve. Foi a greve dos motoneiros e condutores de bondes da Pará Electric, censurada pela imprensa em geral mas parabenizada pelo rabiscador do bricabraque, da revista *Guajarina*,<sup>294</sup> pela "maneira digna com que levaram a bom termo as suas justas pretensões".

O rabiscador não ficou só nisso. Deu sua opinião:

"Para quem conhece o mecanismo interno da Pará Electric, a movimentação intestina da gerência ante os empregados, não causou estranheza aquela ameaça de greve. O que em verdade causou estranheza foi a calma dos grevistas, na qualidade, em que parece continuar, de eternos explorados por aquele mecanismo interno, que mais parece a agitação famélica de um grande polvo a distender a sua gana e a envolver no seu ímpeto tentacular, aqueles empregados.

"Porque em verdade assim é."

Acontece 1930. No Pará, com muitos episódios pitorescos. No âmbito nacional consolida-se o movimento trabalhista, por inspiração governamental. Omer Mont'Alegre:

"O Governo implantado no país em 1930 acolhe os sentimentos da massa operária, cria o Ministério do Trabalho, a Previdência Social e dá forma a uma ampla e, às vezes, difusa legislação. Na medida em que Vargas se apóia nessa classe, amplia suas possibilidades de organização, acelerando sua importância política."<sup>295</sup>

O sr. Lindolfo Collor, ministro do Trabalho da primeira era getulista, percorre todo o país levando a mensagem do trabalhismo governamental. A 11.11.1931 realiza-se no Teatro da Paz, em Belém, grande manifestação que o Sindicato dos Trabalhadores do

294. Ano I, n.º 10, nova fase, 15.05.1930.

295. MONT'ALEGRE, Omer. Op.cit., 1972, p.436-7.

Livro e Jornal promoveu ao visitante. O dr. Paulo de Oliveira, presidente do sindicato, faz a apresentação do homenageado, após o que a banda de música do Corpo de Bombeiros Municipais executa o Hino a João Pessoa. Em nome dos operários, fala o sr. Lafitte Barreto:

"O orador disse das necessidades mais urgentes do proletariado paraense, lembrando-lhe o direito que tem de pleitear justos benefícios, assegurados pela própria lei.

"Sempre animado, o orador incentivou as classes operárias a trabalharem com afinco, com sacrifício mesmo, em prol dos seus ideais, convictos de que representam elemento poderoso no ritmo da máquina social do mundo inteiro.

"Depois de falar das necessidades do obreiro nacional, de lhe citar as decepções no terreno de seus ideais sempre preteridos, conseguiu, com palavras cheias de sinceridade, pintar, embora superficialmente, porém com verdadeiro espírito de observação, a situação da maioria dos nossos trabalhadores, principalmente dos pertencentes à grande classe dos gráficos" (...).

"O dr. Lindolfo Collor, lamentando a fadiga conseqüente à excursão que fizera e a exigüidade de tempo, falou aos operários, dizendo concordar com as palavras do inteligente orador.

"Com admirável facilidade, em fases brilhantes, o dr. Lindolfo Collor se estendeu numa exposição clara e agradabilíssima do problema social trabalhista, que disse ter estudado com verdadeiro sentimento de amor e patriotismo.

"Referiu-se aos vários aspectos do cenário onde tumultua a humanidade trabalhadora, afirmando que o orador que o antecederia compreendia bem a questão, citando autorizado sociólogo.

"A mentalidade das massas trabalhadoras paraenses, disse o ilustre orador, requer uma formação pela qual todos possam conhecer dos seus direitos, pois aos operários assiste a liberdade de falar, de fazer sentir junto aos governos as suas aspirações. A não ser assim, a Revolução que empolgou o Brasil não honraria as suas promessas.

"Disse o sr. ministro que o operariado brasileiro, até antes do movimento de outubro, servira apenas como joguete nas mãos dos

candidatos eleitorais e que aos seus movimentos reivindicadores eram afastados como elementos nocivos e de caráter comunista.

"Depois de focalizar com clareza alguns aspectos do problema trabalhista, adiantou que diversas leis serão postas em execução ainda este ano, dentre elas a do horário de trabalho, fixação do salário-mínimo e assistência a mulheres e menores.

"Terminou aconselhando o operariado paraense a se organizar, formando uma mentalidade digna e superior, porque o Ministério do Trabalho prometia ampará-lo." <sup>296</sup>

O dr. Lindolfo Collor deu seu recado aos trabalhadores paraenses e se retirou. Estava implantado em todo o Brasil o trabalhismo da era getulista.

A partir daí, a história mais recente, rica de episódios marcantes, merece a atenção de quem disponha de tempo e de melhor conhecimento.

Brasília, 1985.

<sup>296</sup> *Folha do Norte*, Belém, 12 nov. 1931.1.º cad.: 1,2.

Anexos

---

1. O texto apresenta uma situação de conflito. Qual é o conflito apresentado no texto?

2. Como o conflito é resolvido?

3. Qual é o papel do narrador no texto?

4. Qual é o tema do texto?

5. Qual é o gênero do texto?

6. Qual é o estilo do texto?

7. Qual é o ponto de vista do narrador?

8. Qual é o tempo verbal predominante no texto?

9. Qual é o tempo espacial predominante no texto?

10. Qual é o tempo psicológico predominante no texto?

"Neste questionário, o historiador, folclorista e musicólogo Vicente Salles faz algumas colocações extremamente relevantes para compreender o passado paraense, e, com essa visão histórica, ter uma melhor compreensão do presente e maior percepção do futuro. Entre outras coisas, diz Vicente Salles:

1 — O "mutirão" é uma herança da ação missionária no século dezoito, que instituiu o cooperativismo dos meios de produção nos aldeamentos indígenas: "O trabalho era socializado e seu produto pertencia teoricamente à comunidade".

2 — O sistema colonial transformou Belém num "burgo administrativo extremamente oneroso e estéril, sem condições de estender sua ação política e social ao extenso domínio e permanentemente agitado pela política dos interesses mercantis e escravocratas".

3 — Se quisessem, nações estrangeiras teriam ocupado a Amazônia durante a Cabanagem, "independentemente de quaisquer escrúpulos. É possível que a imagem de região pobre e miserável, tórrida e inóspita, que é a imagem tradicional da Amazônia, não tenha despertado maior interesse das potências estrangeiras (...) Do contrário, teríamos escrito mais um capítulo doloroso na história do imperialismo expansionista do século XIX".

4 — Durante a época áurea da borracha, a lavoura estava decadente e o Pará mal produzia para o consumo próprio. Tudo era importado.

Não são, portanto, teorizações acadêmicas sobre um passado remoto que não nos diz respeito:

1 — A questão do cooperativismo continua sendo um dos mais importantes problemas rurais da Amazônia, envolvido por mitos e preconceitos, a um tal ponto que o órgão federal encarregado de promover a colonização e a reforma agrária (o Incra) tem sido o maior coveiro de cooperativas.

\* Publicado em *O Liberal*, Belém, 15.11.1979, c.5, p.21-22, sob o título *Os estrangeiros não quiseram tomar a Amazônia no séc. XIX*.

2 — Fala-se cada vez mais do esvaziamento, da perplexidade e da esterilidade de Belém, o antigo entreposto comercial da Amazônia, elementos que contribuem para a marcante crise que a cidade atravessa.

3 — Os estrangeiros, depois do levantamento aerofotogramétrico feito na década de 50 pela Missão Militar Brasil-Estados Unidos, após o Projeto Radam, com novos projetos e toda a imensa família de satélites de informação, já têm outra imagem da Amazônia. O perigo, porém, já não são mais propriamente Estados Nacionais: agora são as corporações empresariais transnacionais.

4 — A Zona Franca é a repetição da monocultura concentradora da época da borracha? E mesmo sem zonas francas, substituídas pelas capitâneas hereditárias rurais, não estará acontecendo o mesmo em toda a Amazônia?

Deixamos o depoimento de Vicente Salles para fechar este suplemento porque fica a sensação de que a repetição de erros dá ao presente, como ao futuro, um certo gosto amargo que as tragédias causam.

P. Quais os momentos importantes, marcantes ou decisivos no relacionamento entre poder político e as classes sociais no período colonial, imperial e republicano (até 1930) no Pará?

R. O modelo de organização social que o colonizador português implantou no Pará não difere, em que pese as peculiaridades locais, do que implantou noutras partes de seus domínios. Para entendê-lo é preciso analisar o que se passou na metrópole: como se organizou o reino; quais as estruturas sociais lá existentes e como se caracterizavam por sua dinâmica interna; seus antagonismos, conflitos e lutas entre as classes; a própria divisão do trabalho e a distribuição do poder entre as classes que disputavam a supremacia econômica e política.

Portugal não conheceu o "feudalismo puro", isto é, o sistema vigente além Pireneus, que floresceu principalmente após o período carolíngio. João Lúcio de Azevedo (*Épocas de Portugal Econômico*) analisa o processo de formação do Estado nacional português, uma espécie de "monarquia agrária". A distribuição do

poder entre guerreiros que elegiam o "rei", o guerreiro chefe, sempre contemplado com boa parcela dos botins conquistados militarmente. Essa monarquia agrária, dirigida por guerreiros, hierarquizou-se a partir da escolha do rei, organizando-se num sistema centralizado e pessoal: "à testa de todo o organismo social encontra-se o rei"; era o rei o "principal lavrador da nação". As guerras quase contínuas retiravam porém do campo boa parte da mão-de-obra. Os camponeses, compelidos a abandonar as terras, engajavam-se nas aventuras guerreiras e, posteriormente, nas aventuras ultramarinas. Nos campos despovoados ingressaram negros escravos.

A monarquia agrária se transformou radicalmente quando se manifestou, em consequência do adensamento das populações em cidades, a vocação comercial dos peninsulares: o "dono da nação era agora comerciante, como tinha sido em outros tempos lavrador". Mudadas as condições econômicas, modificaram-se necessariamente as condições sociais.

Esta é a fase da conquista do ultramar, que corresponde historicamente à implantação do modelo colonial no Brasil: uma colônia voltada para a produção de bens exportáveis, principalmente metais preciosos, gêneros alimentícios e especiarias. A sociedade que se formou na colônia americana foi regida, desde o começo, pelo estatuto da escravidão, herança da monarquia agrária e fator do desenvolvimento mercantil.

Na moldura do mercantilismo ibérico, dominante nos tempos das conquistas ultramarinas, a imagem do absolutismo estava bem delineada e servia para sacralizar o poder e para promover, sob o controle da coroa, ou pelo menos sua ação centralizada, os interesses econômicos da metrópole. A ocupação do território brasileiro permitiu a Portugal consolidar seu próprio capitalismo comercial, mas não possibilitou a transformação desse em capitalismo financeiro. O capitalismo financeiro, como se sabe, era gerido pelos banqueiros alemães e venezianos. As descobertas, que levaram os lusitanos a mares nunca dantes navegados, deslocaram a rota para as Índias, do Mediterrâneo para o Atlântico e os demais oceanos, mas não deslocaram o eixo econômico-financeiro, que permaneceu

sob o controle dos banqueiros venezianos e de sólidas organizações confederadas, as ligas germânicas, principalmente a poderosa liga hanseática.

É sabido, além do mais, que o sucesso dos empreendimentos marítimos e coloniais dos povos ibéricos se deve, em grande parte, ao concurso de particulares. A coroa não podia explorar o comércio, em larga escala, com seus próprios meios; tampouco podia impor, com seus próprios meios, a autoridade nos domínios coloniais. Portanto, os banqueiros que controlavam o comércio do Oriente, via Mediterrâneo, investiram maciçamente nas conquistas marítimas dos portugueses e espanhóis. O capitalismo financeiro prosperou desta forma sem abandonar seu antigo pólo. Exauriu, pouco a pouco, o capitalismo comercial ibérico e assim pôde mais facilmente destruir o monopólio de seu comércio. E organizar-se também monopolisticamente: a Companhia das Índias Ocidentais e o Banco de Amsterdam transformam a Holanda na maior potência financeira da Europa. E, como lhe competia, vai tomar as terras de Espanha e de Portugal. Nada mais que o exercício do direito da força, fato trivial na história. O Brasil será particularmente atingido. Quando Portugal se volta contra a Holanda não havia apenas o fato da ocupação holandesa do seu território colonial brasileiro. Havia também o êxodo financeiro para a Holanda, que descapitalizava e arruinava o país. Internamente, Portugal como que se desintegrava.

O Estado português se transformou ajustando, pela mestiçagem, variadíssimos grupos étnicos. Tivera, além disso, longa experiência com os muçulmanos. Os camponeses se transformaram em navegadores. Os campos desertos ou abandonados começaram a ser trabalhados por escravos negros arrancados da África. Hebreus e cristãos conviviam, de longa data, no mesmo território nacional. No auge da descapitalização, porém, deflagra-se a perseguição aos judeus. Sombart situou os judeus na origem do capitalismo. Franklin de Oliveira acrescenta: "De fato representavam eles, em Portugal, o núcleo vital da burguesia financeira e mercantil e parte da burguesia industrial. O choque dos católicos contra a "gente de nação", não era de motivação religiosa ou racial, mas econômica. A

serviço do feudalismo em decomposição que vivia dos confiscos, colocou-se a Inquisição" (*A Fantasia Exata*, 1959:155).

A colônia tinha que ser modelada pela metrópole. O rei, na monarquia agrária, não era apenas o chefe, o guerreiro, mas também figura carismática: o chefe supremo ajustava-se perfeitamente ao caráter e sentido do monoteísmo. O 16.º rei, d. Sebastião (1554-1578) representou, para as populações rústicas de Portugal — e também do Brasil —, o melhor exemplo desse carisma. Desaparecendo na batalha de Alcacer-Kebir, em 1578, aos 24 anos de idade, seu fanatismo, mais do que sua irresponsabilidade, perdurou na memória popular. Com o desaparecimento de d. Sebastião, Portugal cai sob o jugo dos espanhóis (1580-1640). A sua decadência acelera-se pavorosamente. Suas principais possessões no Oriente passam para o poder dos ingleses e dos holandeses. Estes últimos ocupam, como sabemos, parte do Brasil. A restauração da monarquia portuguesa traz consigo o sentimento nacional de restauração de seu patrimônio colonial e conseqüentemente de sua economia. É quando entra em cena, com grande destaque, a figura contraditória e impressionante do jesuíta Antônio Vieira, verdadeiro paladino dessa reconstrução política e econômica. Ainda Franklin de Oliveira:

"Qual a estratégia de Vieira? Fundar Companhias de Comércio Colonial. Mas, como obter crédito e investimento de capitais, se o Santo Ofício está banindo de Portugal o capitalismo, pela perseguição à burguesia hebraica? As emigrações luso-judaicas aceleravam o crescimento econômico da Holanda. Dispõe-se, então, Vieira a enfrentar a dupla ira: a dos senhores feudais contra o capitalismo judaico, e a dos pequenos comerciantes em oposição ao projeto da companhia monopolista de comércio ultramarino. Para atrair capitais judaicos, lança-se à luta contra a Inquisição. O êxodo de judeus empobrecera o Reino. A tolerância, a liberdade de consciência, eis o remédio para Portugal restaurado" (1959:155);... "Homem de ação, o golpe definitivo de Vieira no Santo Ofício — quase que comparável ao da Reforma Pombalina — foi levar d. João IV a assinar o alvará de 6 de fevereiro de 1649. Proclamava-se nele o "comércio livre". Os judeus organizariam a Companhia "por conta da qual

andassem no mar trinta e seis galeões de guerra em guarda das embarcações e fazendas que fossem ao Brasil". Estavam reabilitados os cristãos novos. E fundada a Companhia" (1959:156).

Recorda-se que os jesuítas e a inquisição foram introduzidos em Portugal no reinado de d. João III (1521-1557). Mas os dominicanos eram, em Portugal, os executores da inquisição.

Modelada dessa forma a sociedade colonial no Brasil, o sistema não permitiria o relacionamento flexível entre poder político e as classes sociais. Criou-se apenas o sistema de mando, fortemente centralizado e pessoal, e o de vassalagem, matriz do que Raimundo Faoro analisaria mais tarde como a forma típica de ação dos "donos do poder". Política no Brasil sempre teve certo saineite aristocrático, não pelas raízes aristocráticas ou o pedigree de seus representantes, mas porque o líder cultiva o rito e o mito salvacionistas como componentes próprios dessa atividade. As classes sociais, no relacionamento político, reduzem-se às dicotomias clássicas: o "poder que emana do povo" é uma frase bem construída, simbolicamente, um eufemismo. Política, como arte de governar, não tem sentido aristotélico entre nós. Confunde-se com a arte de administrar. É uma atividade essencialmente aristocrática e elitista. Podemos identificar facilmente, na generalidade dos políticos e administradores, que se confundem, as tendências e os interesses das classes dominantes — e são eles, por autoconvencimento às vezes, os substitutos da antiga e decadente "nobreza".

Momento marcante, importante e decisivo no relacionamento entre poder político e as classes sociais, em toda a história do Pará, só vislumbramos, claramente, durante a Cabanagem. Até 1930, o Brasil, que era país "essencialmente agrícola", manteve o modelo da monarquia agrária, ou seus produtos residuais, em oposição ao modelo da monarquia capitalista comercial, no relacionamento entre poder político e classes sociais. A aliança da aristocracia rural com a burguesia urbana divide, a partir de meados do século passado, as fatias do poder. É quando, segundo Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1971) os dois modelos começam a se interpenetrar.

Sérgio Buarque de Holanda analisou a marca da vida rural na

formação da sociedade brasileira, tendo seu suporte, esta sociedade, na escravidão. Tudo dependia da civilização *rústica*, sendo a própria atividade intelectual, e política, um reflexo da vida rural. Levanta a questão dos intelectuais e políticos engajados, num certo momento, em lutas — pelo que chegaram a "dar-se ao luxo" de se oporem à tradição. Dessa atividade, que refletia as revoluções da época, provém muito do progresso social que acabaria por liquidar a sua classe ao destruir-lhe a base, isto é, o trabalho escravo. O exame desse momento indica a febre de realizações materiais do decênio de 1850 quando, em virtude da Lei Eusébio, que proibia o tráfico de escravos, os capitais ociosos foram canalizados para melhoramentos técnicos próprios das cidades, constituindo uma primeira etapa para o "triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos", contra os grupos rurais dominantes, encastelados na autarquia econômica e na autarquia familiar, na ânsia de alcançar a fidalguia. Os dois modelos institucionais entram em choque: monarquia agrária contra monarquia capitalista comercial. Somente, então, isto ocorre no Brasil.

Observa ainda Sérgio Buarque de Holanda que "toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos" (1971:41). O rompimento dessa base, nos meados do século passado, reflete-se no romantismo, nas idéias políticas, no questionamento da sociedade e do próprio regime. Mas não rompem com os privilégios de classe. Donde concluímos que as *élites*, como os intelectuais, inclusive as que muitas vezes se dizem "vanguarda", são extremamente conservadoras.

P. Como você veria a representação da sociedade civil, ou do povo, junto ao poder político colonial?

R. Rigorosamente, admito que o poder político colonial alijava o povo de toda representatividade política. Se tomarmos o conceito sociológico de *povo*, conjunto de indivíduos que compõem o todo social, ainda assim será difícil tentar ver a representação da sociedade civil ou do *povo*, junto ao poder político colonial. A sociedade colonial, como a que se formou no Pará, era fortemente estamentada. Dividia-se basicamente em "cidadãos", escravos e libertos. Cidadão era a parcela de habitantes reconhecida por seus

direitos de cidadania, podendo ser militar, funcionário público, religioso e de profissão liberal, principalmente comerciante. Entre os cidadãos havia numerosas castas, mas se dividiam basicamente em "peões" e "nobreza". O poder político era exercido exclusivamente pelos membros da chamada "nobreza". As possibilidades de ascensão social eram permitidas apenas pelo enriquecimento no comércio e pela posse de terras, haveres e escravos. Na sociedade de classes, era praticamente impossível a ascensão social para os proletários, ou "peões", de então. Um exemplo dessa limitação é dado pela carta de 23 de setembro de 1730 na qual os oficiais da Câmara de Belém levaram ao rei o protesto dos filhos e netos dos cidadãos desta cidade contra o alistamento na companhia da nobreza de um homem que exercera a profissão de ferreiro público e ainda tinha em sua casa tenda aberta, alegando-se, na aludida carta, que essa companhia se compunha da nobreza e que não se devia admitir tal sujeito, nem outros semelhantes.

P. A conquista lusitana na Amazônia foi marcada pelo massacre do habitante nativo, o índio, sob o argumento de que ele se aliara freqüentemente aos estrangeiros (ingleses, holandeses, franceses), de que era mão-de-obra que precisava ser escravizada para dar suporte à colonização e de que era rebelde ao novo colonizador. Na sua opinião, esse massacre era inevitável? O nativo foi realmente uma ameaça ao estado português? Ele podia ser incorporado de outra forma, harmoniosa, ao projeto de colonização?

R. Não poderiam ser amistosas as relações entre colonos e indígenas. As alianças estabelecidas, algumas vezes, entre índios e os estrangeiros em geral — ingleses, holandeses, franceses e, por que não, portugueses — provam apenas que, de alguma forma, os interesses dos indígenas foram atendidos. A empresa colonial era em si mesma violentadora dos direitos dos povos dominados. Frey Bartolomeu de las Casas declarou que a conquista foi empresa de "saque e de violência". Muitos religiosos despachados para as Américas eram mais do que missionários: eram intelectuais e humanistas e por isso, ao tempo que assistiam a um dos maiores massacres da história dos contatos de raça do novo mundo, despertaram o

clamor público. Frei Antón de Montesinos, em São Domingos, no Natal de 1510, pregou o sermão "ego vox clamantis in deserto", que Lewis Hanke, citado por F. Oliveira, diz ser o primeiro protesto público, a primeira batalha social pela justiça social na América. Comenta F. de Oliveira:

"Pela primeira vez na história humana homens de uma nação conquistadora discutem os direitos de conquista. Era uma vitória ética da humanidade: os direitos de cada indivíduo à sua liberdade e de cada comunidade à sua independência, esses eram os direitos discutidos".

É possível admitir que os indígenas viam os estrangeiros como usurpadores de suas terras, como inimigos, que roubavam suas mulheres para transformá-las em "cunhamenas" e os perseguiam para escravizá-los.

Para os portugueses, os índios não constituíam decerto uma "ameaça" permanente. Constituíam apenas um "obstáculo" aos seus empreendimentos coloniais, quando arredios e aguerridos. Fato que chama a atenção, e Baena, nisso, foi bastante atilado, a conquista da Amazônia foi obra de portugueses por determinação de Felipe III da Espanha. A ocupação da Amazônia, que se iniciou em 1616 com a jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, foi feita com extrema rapidez. A expansão do domínio colonial português no tempo do governo filipino, cuja união anulava o Tratado de Tordesilhas, marca significativamente esse período, ocupando os portugueses o espaço vazio pelo qual os espanhóis aparentemente se desinteressaram.

Castelo Branco instalou-se nas terras dos Tupinambá. Mais interessado na lavoura da cana do que na conquista de territórios para a coroa, estabeleceu-se nas cercanias de Belém com extensos canaviais, no que invadia as terras dos índios, não sem resistência destes. Forçados a abandonar suas terras, após muitas escaramuças, três anos após a instalação dos portugueses no forte do presépio, aconteceu a revolta dos Tupinambá e ataque geral ao núcleo de Belém, que era ainda um burgo insignificante. Os índios assaltaram furiosamente os portugueses, mas as armas era desiguais e eles foram rechaçados facilmente. Como que para puni-los, manda-se

para o Pará o célebre Bento Maciel Parente que aí chega a 16 de junho de 1619, autorizado pelo governo da metrópole para guerrear os índios do Pará e Maranhão. Ficou famosa a expedição punitiva, espalhando o terror por toda a parte e ordenando o massacre e o escravizamento de numerosas tribos.

Quando se coloca a pergunta — esse massacre era inevitável? — fica-nos a reflexão sobre a natureza especial do contato do colonizador com o índio. De fato, o índio era mão-de-obra que precisava ser arrebanhada para dar suporte aos empreendimentos do colonizador. Muitos documentos da época exprimem a opinião oficial favorável à escravização do índio. Na sociedade colonial, houve o “mercado” de índios, como houve também o de negros. E não eram só os proprietários locais que necessitavam dessa mão-de-obra para suas lavouras, serviços domésticos e demais atividades. Há provas de que os índios de corda eram escravizados para exportação. Os preadores de índios alimentaram portanto um grande negócio escravista. O holandês Joan Nieuhof informa que a escravidão no Nordeste abrangia negros e índios indistintamente e que os índios cativos eram “comprados no Maranhão dentre prisioneiros de guerra ou adquiridos dos tapuias que também os escravizavam ou executavam, segundo seus costumes guerreiros”. O holandês, como o português, tinha grande interesse na escravidão. Em Pernambuco, a colonização holandesa não seria melhor nem pior. Estabeleceram, portanto, à margem do antagonismo colonial, que era a ocupação *manu militari* das terras portuguesas, perfeito entendimento comercial entre as partes inimigas porque se sobrepunham os mútuos interesses mercantis. Nieuhof: “Logo após a entrada dos holandeses no Brasil, ficou decidido que não se escravizassem os indígenas (salvo quando comprados aos tapuias ou trazidos do Maranhão)”. A ressalva, entre parêntesis, como no original, admite os interesses escravistas do holandês.

À expedição punitiva de Bento Maciel Parente sucedeu a política mais realista da escravidão do índio. As entradas no sertão tomaram-se freqüentes, pois eram sempre lucrativas. Rui Vaz de Siqueira foi um dos mais típicos governadores do primeiro século (governador e capitão-general de 26.3.1662 a 22.6.1667): promo-

veu inúmeras expedições e pessoalmente se beneficiou com o tráfico de peças do sertão. Deu sucessivas guerras aos indígenas com o fim de capturar escravos. E como esses escasseavam cada vez mais, as tropas subiram o Amazonas, atingiram as mais longínquas regiões, aos resgates. Tão intenso foi a guerra aos índios que o padre Antônio Vieira calculou em 400 as aldeias destruídas só no Estado do Grão-Pará e Maranhão. La Condamine, no séc. XVIII, ainda assistiu as atividades predatórias dos preadores de escravos do Pará e o terror que espalhavam. Eram os chamados “piratas do Pará” que chegaram às terras do reino de Granada, dispersando tribos populosas, como a dos Omagua, atemorizadas pelas incursões das tropas de resgate. É possível admitir que o negócio mais importante, nos dois primeiros séculos da Amazônia, não foi o de drogas do sertão, como se tem afirmado, mas o tráfico de índios que abastecia de mão-de-obra as fazendas e engenhos do Pará e Maranhão e se exportava, em larga escala, para o Nordeste. Esse negócio não pode ser estudado na sua inteira dimensão, pois se consumiu dentro da própria colônia, não produzindo, portanto, documentos alfandegários, tais como os que possibilitaram o exame minucioso do tráfico negreiro. Mas não há dúvida que foi intenso, e bastante lucrativo.

Uma visão até certo ponto otimista, para não dizer sentimental, dar-se-ia na hipótese de uma política que evitasse o massacre. Tal não ocorreu e, portanto, parece-nos apenas especulativa a análise de que o índio podia ser incorporado de outra forma, mais “branda” ou “harmoniosa”, ao projeto colonizador. Somos tentados a pensar que essa forma encontraram os missionários, principalmente os jesuítas. Mas até que ponto podemos, sinceramente, eleger o missionário como paladino da libertação dos índios? Podemos chegar a um equívoco de julgamento porque partimos de outro equívoco: o de considerar a forma de escravidão do índio diferente da forma de escravidão do negro.

P. Qual a sua opinião sobre a administração pombalina na Amazônia, sob estes aspectos:

a) supressão da autoridade civil dos jesuítas e sua posterior ex-

pulsão da Amazônia?

R. Até que ponto foi um erro? Até que ponto foi um acerto a expulsão dos jesuítas da Amazônia? Ordem religiosa extremamente política, guerreira, voltada também para os negócios mercantis, tomara-se a Companhia de Jesus a maior potência econômica em atividade no Brasil, particularmente na Amazônia. Advogando a causa dos índios e gerindo seus negócios, a ordem foi um acontecimento singular na história colonial. A ação missionária opunha-se verticalmente à ação dos colonos, a começar por sua total independência. Relativamente aos índios, aponta o que poderíamos admitir como política de integração harmoniosa ao projeto de colonização. O cooperativismo dos meios de produção parece ser uma das características básicas das missões. Dela nos ficou o traço cultural até hoje vigente nos meios rurais: o mutirão. O trabalho era socializado e seu produto pertencia teoricamente à comunidade. A ordem produziu notáveis administradores, assim como supria as necessidades imediatas da missão, com mestres das mais variadas artes fabris e mecânicas, boticários, artistas pintores, douradores, entalhadores, arquitetos, mestre de música vocal e instrumental, bibliotecários etc.

Mas, na verdade, as missões constituíram sério entrave ao desenvolvimento econômico da colônia e aos interesses dos particulares, que se queixavam não só da falta de mão-de-obra, como, principalmente, da decadência de suas lavouras. Os missionários se organizaram à maneira de repúblicas, como se referiu ironicamente Antônio Vieira, e como, sem ironia, também aludiu Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Como repúblicas, as ordens não só eram auto-suficientes, com autônomas. As missões cresceram, enfeixaram soma de poder social e econômico superior à dos estabelecimentos agrícolas ou mercantis dos colonos. Politicamente porém se omitiram. Por isso, os colonos, aliados aos militares, galgaram as posições de mando, adquiriram títulos de nobreza, de terras e outros privilégios especiais. Através das câmaras de São Luís e Belém consolidaram seu prestígio, enfrentaram e por fim derrotaram as repúblicas religiosas. Claro, apoiando a política de Pombal.

b) As vantagens e/ou desvantagens dos diretórios em relação às missões ou grêmios religiosos?

R. Coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, executar na Amazônia a expulsão dos religiosos. Claro que as missões, com suas aldeias, não podiam ser esfaceladas, pois constituíam naquela altura sólidos estabelecimentos rurais. A cultura do cacau no baixo Amazonas é produto exclusivo das missões. O confisco dos bens dos jesuítas, pela coroa, constitui um retrocesso em termos políticos, recordando o confisco dos bens dos judeus, no século anterior, com o despertar do mercantilismo. Os diretórios constituem apenas uma das soluções adotadas para gerir o negócio dos índios. Outra consequência importante da expulsão dos religiosos e confisco dos seus bens, foi a redistribuição de suas terras, gado e benfeitorias aos colonos. Conforme a carta régia de 18.6.1760, foram contemplados pela distribuição das fazendas de Marajó, segundo critério seletivo que beneficiava em primeiro lugar os soldados portugueses. A propriedade das comunidades religiosas passava assim tranqüilamente para as mãos dos particulares, modificando-se, profundamente, neste contexto, o sistema fundiário, ou melhor, uniformizando o sistema implantado pelo colonizador e que os religiosos haviam alterado. O núcleo vital da aristocracia rural se recompunha e se fortificava, pois foram "excluídas" da benesse reinol as pessoas distintas que já possuíam bens de raiz, assim como aquelas que tinham terras próprias sem benfeitorias e as que não mostravam capacidade para a cultura. Para o até certo ponto progressista ministro de d. José, isto representou, em termos fundiários, um retrocesso à época da monarquia agrária. É verdade que os diretórios e as administrações públicas das fazendas religiosas deram logo mostras de rápida decadência nas mãos dos diretores incumbidos do seu governo.

c) O que a legislação pombalina representou de efetiva vantagem para os índios em relação à anterior?

R. É tarefa exaustiva o exame da legislação produzida na metrópole relativamente aos índios do Brasil. Vantagens quase sempre existiram no papel, desde que os humanistas do séc. XVI se

rebelaram contra a escravização do índio. Vieira, como vimos, endossaria as idéias de Vitória e Las Casas, lutando pela liberdade dos índios. Aí se coloca a indagação e a perplexidade de todos aqueles que procuraram interpretar as atitudes do grande humanista: como, porém, aceitou a escravidão negra? João Lúcio de Azevedo também indagava: "Que defesa propunha Vieira aos infelizes?" E respondia: "Resignação". "O fim do orador — explica João Lúcio de Azevedo — era inculcar-lhe conformidade. Nem ele podia condenar a escravidão. A isso o forçava a coerência, desde que sempre advogara se trouxessem escravos da África para libertar os índios do obrigatório serviço".

De modo geral, a legislação pombalina visou mais "integrar" o índio, isto é, incorporá-lo ao sistema produtivo colonial, do que "libertá-lo" do jugo dos missionários: a imposição da língua, a abolição do "cunhamenismo", a disciplina do trabalho. As Ordenações do Reino e toda a legislação específica, tende a desenvolver, no homem, potencialidade de trabalho. Marcos Carneiro Mendonça publica um documento — "Instruções para a diligência de se erigirem em vilas as aldeias dos índios" — que fará inveja ao sociólogo contemporâneo (*A Amazonia na Era Pombalina* 3.º v., p.1194-1198). Ao que parece, sempre se acreditou que o que é bom para o Estado é bom para o índio.

P. Quais, a seu ver, as causas determinantes da Cabanagem?

R. Abreviadamente, admito a rejeição do modelo social, político e econômico, imposto pelo colonizador. A análise dessa rejeição poderá conduzir o pensamento a questões específicas, como luta de classes, a revolta contra a escravidão, a marginalização dos libertos e outras tantas.

P. O que, na sua opinião, pode-se dizer da Cabanagem: a) foi uma revolução social; b) um motim político; c) um movimento nativista; d) uma simples revolta popular?

R. Sou tentado a admitir, com Handelman, que foi uma revolução social. Admitindo isto, acrescento que foi também uma revolução popular, à qual não poderiam faltar conteúdos políticos e

nativistas, certamente presentes, mas não dominantes. Insisto na tese apresentada em *O Negro no Pará*, que expõe reflexão mais extensa: um dos aspectos mais importantes do movimento é precisamente a intervenção das classes populares, dos campos e das cidades, nos destinos políticos do Grão-Pará, com o fim especial de modificar o *status quo*. Pode-se exhibir, extraídas do contexto histórico-social, inúmeras motivações, algumas de raízes profundas, outras que refletem meramente intrigas entre personalidades colocadas na cúpula da classe dirigente. De qualquer forma, ressaltam as contradições derivadas do próprio sistema colonial da Amazônia, que transformou Belém, cabeça do Grão-Pará, num burgo administrativo extremamente oneroso e estéril, sem condições de estender sua ação política e social ao extenso domínio e permanentemente agitado pela política dos interesses mercantis e escravocratas.

P. Como v. vê o relacionamento entre as massas e os líderes? V. concorda com alguma dessas afirmativas: a) os líderes da Cabanagem não estavam preparados para compreender o movimento e atender às aspirações populares; b) eles tinham pouca visão, reduzida cultura política e insuficiente base ideológica; c) na verdade, estavam muito aquém das exigências do movimento?

R. Acho difícil julgar, por partes, o movimento cabano. Acho que se deve reavaliar o movimento, partindo de suas bases. E as bases tiveram, na verdade, relacionamento difícil com as lideranças. A adesão dos escravos e o não atendimento de sua maior reivindicação, a abolição do cativo, com os líderes no poder, mesmo que fosse declarada nula a abolição pelo governo central, mostra que houve profundas contradições entre os cabanos, de modo geral, e seus líderes. Patroni, Batista Campos, os que podemos indicar como líderes ideológicos do movimento, eram senhores de escravos e não deixaram de ser. Malcher era latifundiário e também senhor de escravos. Abolição da escravatura, reforma agrária e nova ordem econômica, de caráter socialista são idéias agitadas por líderes que não alcançaram o poder. Alguns deles foram fuzilados por Angelim... porque atentaram contra a propriedade privada. Há indícios de que tais idéias chegaram aos cabanos pelas

pregações revolucionárias de frei Luís Zagalo. Teriam vindo da França, através de Caiena, ou mesmo chegado diretamente de Lisboa. Num denúncia do advogado Luís Antônio Malato de Castro Peruvino, João Marques de Matos, preso na Fortaleza do Castelo, aparece como suspeito de idéias republicanas e de independência, porque entretinha correspondência com o músico e jornalista português Cândido de Almeida Sandoval, o "execrado de Lisboa", partidário da revolução e conhecido por suas idéias socialistas. Em *O Negro no Pará* tentei, igualmente, estender-me na análise do conteúdo ideológico da Cabanagem. Não propriamente de seus líderes mais destacáveis pelos compêndios.

P. Seu conceito a respeito dos seguintes líderes: a) Alberto Patroni; b) Batista Campos; c) Antônio Clemente Malcher; d) Francisco Vinagre; e) Eduardo Angelim.

R. Vacilantes, política e ideologicamente. Os irmãos Vinagre talvez tenham sido os que mais se identificaram, na luta, com as aspirações populares.<sup>297</sup>

P. Como v. vê a participação dos estrangeiros na Cabanagem?

R. Temos que considerar os dois aspectos da questão: estrangeiros que partilharam da causa dos cabanos e os adversários. No primeiro caso, sem ir aos pródromos dos acontecimentos de 1835, a história registra poucos nomes, entre eles o francês Henrique Carlos Rhossard que, mesmo preso, para ser deportado, fazia propaganda política nos quartéis e o espanhol Urbano Blas Pardo, também possuído de idéias incendiárias, como anota Raiol.<sup>298</sup> Tais idéias nunca foram suficientemente esclarecidas. Adversários dos cabanos foram muitos, por ação e por omissão, mais na defesa dos próprios interesses do que por "intervenção" segundo recomendações expressas de seus respectivos países. Discordo dos que viram tentativas de ingleses e americanos de intervirem no conflito. A pretexto do arribamento em Macapá da escuna "John S. Brian", vinda de Boston e destinada ao Maranhão, há a denúncia do comandante da fortaleza de Macapá que a certa altura afirma:

"Eu tenho algum conhecimento do caráter dos indivíduos des-

297. A resposta bastante lacônica está ampliada agora neste "Memorial".

298. Também esta questão está corrigida e ampliada neste "Memorial". O tempo e a natureza do trabalho não me permitiram na ocasião reflexão mais detalhada.

ta Nação (Estados Unidos), que nunca perdem ocasião de se introduzirem naquelas partes onde sabem que há comoções; e aproveitarem-se delas para seus interesses bem como estes fizeram, sabendo perfeitamente do estado atual desta Província, como fiz ver à Câmara Municipal, e mais autoridades desta vila, que resolveram a mandar desembarcar o armamento, munições de guerra e mais gêneros, que trazia a seu bordo; os quais vendeu em troco de outros que embarcou com consentimento da mesma Câmara..." (apud Jorge Hurley, *Traços Cabanos*, 1936:56-57).

O envolvimento de ingleses teria conseqüências mais sérias, embora o episódio possa se colocar também à margem do conflito: o assalto e destruição da escuna "Clio", no litoral de Salinas, no qual foi massacrada a tripulação. Os principais autores do assassinio foram Manuel Maria Monteiro, juiz de paz de Salinas e o súdito americano João Priest. O objetivo foi o saque de sua carga, mas a questão foi resolvida sem maiores problemas. Os franceses da praça de Caiena andaram rondando Macapá, traficando armas com os rebeldes.

O tráfico de armas não deixava de ser acontecimento banal nos casos semelhantes. Portanto, ao que parece, na Cabanagem envolveram-se apenas alguns estrangeiros, e não, propriamente, potências estrangeiras. Se tal acontecesse, é claro que franceses, ingleses ou norte-americanos teriam ocupado a Amazônia, naquele momento, independentemente de quaisquer escrúpulos. É possível que a imagem de região pobre e miserável, tórrida e inóspita, que é a imagem tradicional da Amazônia, não tenha despertado maior interesse das potências estrangeiras. Ocupar simplesmente o espaço vazio, caricaturado por Voltaire, que destruiu com a sátira a lenda do Eldorado, não animava aquelas potências. Do contrário, teríamos que escrever mais um capítulo doloroso na história do imperialismo expansionista do século XIX.

P. A presença mais marcante dos ingleses na vida e na economia da Amazônia é um traço marcante do período pós-Cabanagem?

R. Algumas observações complementares, consultando códices e livros de alfândega, podem confirmar o que disse Baena sobre

o papel dos ingleses na vida e na economia da Amazônia, "antes" da Cabanagem. Como ocorrera em todo o país, a transmigração da família real portuguesa, em 1808, determinou uma série de modificações não apenas na estrutura administrativa, como também na social, com intensa repercussão na economia local. Baena:

"Começam a vir os ingleses a mercadejar, e a estabelecer-se no Pará. A atividade e indústria desta gente não podia deixar de aproveitar-se da sábia e liberal política da carta régia de 28 de janeiro de 1808, que abriu entre os portugueses americanos, e as outras nações a comunicação mercantil, e por consequência a fonte mais caudal de riqueza e prosperidade, constituindo fácil e prévio o comércio do seu riquíssimo torrão a todos os povos civilizados" (1969;273).

Não apenas ingleses: norte-americanos, franceses, italianos e alemães, principalmente, são atraídos para o Pará, em virtude dessa abertura. Todavia, o grande momento dessa presença ocorre com a navegação a vapor e principalmente com a abertura do Amazonas à livre navegação. Isto se dá, efetivamente, após a Cabanagem.

P. Admite que a política paraense da fase imperial foi uma monótona sucessão de conservadores e liberais no poder e que isso serviu para desgastar os partidos nesse período?

R. Havia o bipartidarismo e acima dele o poder moderador exercido pelo rei, ou imperador, portanto a vontade soberana. Os partidos se desgastaram, s.m.j., concomitantemente com a monarquia agrária.

P. A Campanha abolicionista e a republicana tiveram destaque no Pará?

R. Comparativamente aos outros Estados, a partir do Maranhão, não me parece. O adesismo, diante do fato consumado, é uma de nossas fraquezas. Ou, quem sabe, espertezas. O movimento abolicionista gerou, entre nós, documentos que permitem uma reflexão mais profunda e mais respeitável. É uma de minhas preocupações.

P. Qual a participação da imprensa nesse período?

R. O pasquim, mais do que a imprensa dita séria, merece estu-

do atento. A sátira, o humor, o deboche, até mesmo o insulto recíproco contêm as verdades da época. Fruto da paixão e não do interesse. Descontados os exageros, normais e desculpáveis, a verdade sempre aparece com mais nitidez. Infelizmente, a "memória" desse período, impressa nesses pasquins, está quase totalmente perdida. Jornal de idéias, ou engajado numa determinada ideologia, tivemos muito poucos, embora a imprensa no Pará tenha sido inaugurada por um deles, *O Paraense*, de Patroni.

P. Concorde com a afirmativa de que os homens que controlavam o poder no Império, ao menos em seus últimos anos, eram os mesmos do início da República?

R. Houve, evidentemente, alguns acréscimos com a República. Mas o fato é que o bipartidarismo gerou, pelo menos no Pará, poderosas oligarquias que se abrigavam nos dois partidos existentes. A oligarquia liberal transformou-se no Partido Republicano Democrata, cujo diretório se compunha de respeitáveis capitalistas e políticos dos últimos tempos do império: major José Joaquim da Gama e Silva, dr. Américo Marques Santa Rosa, dr. Vicente Chermont de Miranda, major Frederico Augusto da Gama e Costa. Figura central nos acontecimentos republicanos foi Justo Leite Chermont. É muito pobre a história do Clube Republicano, fundado em 1886, por 120 pessoas, até o 15 de novembro de 1889. O fato consumado como que inflou o balão. Em 1890 declarava-se a guerra entre os republicanos que se diziam históricos e a ala liberal da monarquia, que se transformara em Partido Republicano Democrata: "A República", órgão do partido no poder, dizia na edição de 5.7.1890 tais diatribes: "É tempo do Pará pesar na balança política do país, ele que durante o tempo da monarquia era considerado um burgo podre". Respondia, "O Democrata", na edição do dia seguinte:

"Acostumado a constantes mistificações, sem coragem para manter sua independência, o povo bestificado, ainda uma vez se vencerá de que a sua posição não mudou com a de forma de governo, para não dizermos que piorou receando incorrer na pecha de monarquistas encobertos com que pensam expor-nos ao desprezo público e aos ódios dos ditadores os turiferários da República" (...)

"Seja como for, o Pará não era um burgo podre nos últimos tempos da monarquia; mas parece que virá a ser com a República, se fizerem parte do Congresso Nacional senadores e deputados, que só depois de 15 de novembro lembraram-se de que podiam vir explorar política na região amazônica, como exploram a borracha os aventureiros ambiciosos".

No dia 19 de maio de 1892 o "Democrata" foi empastelado e incendiado. Em 1891 iniciara-se, em Belém, a publicação de "A Tribuna Operária". Teve sua tipografia cercada em 1.º de maio, sendo os seus redatores e operários esbordoados. Cessou a sua publicação por esse fato.

P. O que você assinalaria de marcante na passagem do Império para a República?

R. Marcante, sem dúvida, foi o governo "desenvolvimentista" de Lauro Sodré (1892-1896). Mas Lauro Sodré, como de resto a República herdara de período monárquico o "boom" da borracha. Uma consciência crítica das questões e dos problemas locais e regionais começa a ser despertada. A última década da monarquia foi marcada pela transmigração em massa de sertanejos nordestinos para a Amazônia. Essa migração e a abolição da escravatura constituem, sem dúvida, fatos marcantes, assim como o surgimento de um proletariado urbano em Belém, com uma consciência de classe, que edita jornais e vez por outra rompe as tensões internas promovendo greves. Do período, não tivemos exatamente um pensador político; mas pelo menos o Barão de Guajará, economista e historiador, deu-nos algumas análises expressivas do que ocorria no extremo norte. Alguns trabalhos desse monarquista liberal são referenciais importantes para a compreensão dos problemas locais. Num deles, "A Imigração na Província de S. Paulo", publicado esparsamente em "O Liberal da Vigia" a partir de 12 de março de 1889, o barão tenta compreender as dificuldades locais do desenvolvimento, comparando a política migratória que se tentava implantar, com a que se implantara em S. Paulo. Naquela altura, S. Paulo já acolhera centenas de milhares de imigrantes europeus e o barão nota que isso não fora fruto do entusiasmo passageiro; era,

pelo contrário, "o resultado calmo e refletido dos longos anos de experiência, é fruto abençoado de estudos, de esforços e de inspirações patrióticas como as sabem ter os paulistas". Analisa as condições objetivas do Pará, onde faltava tudo, a lavoura estava decadente e a província mal produzia para o consumo próprio. Tudo era importado: "o arroz, o milho, o café, o açúcar e tantos outros gêneros que em tempos idos já exportamos em mais ou menos escala". O extrativismo dos produtos naturais de nossas matas não podia oferecer emprego útil e atraente aos imigrantes nas várzeas paludosas do Amazonas e seus tributários, mas era a única atividade a que os homens se lançavam como que fascinados "com a perspectiva de interesses fabulosos que nunca chegam"! E "por amor da borracha, da castanha, do óleo, dos produtos espontâneos do solo, a população abandona a cultura da terra, deixa o lar, corre atrás da miragem sedutora da floresta!". Os engenhos, as olarias e outros estabelecimentos rurais estavam decadentes. Tampouco tínhamos fábricas industriais em melhores situações. As poucas que havia operavam modestamente e "nem o movimento limitado de suas operações necessita de braços além dos que já tem".

O barão é uma voz discordante no meio dos pregoeiros das excelências ou das maravilhas da terra da borracha. O "boom" produziu também uma literatura otimista, parte dela publicada em língua estrangeira com o objetivo de atrair imigrantes. Várias tentativas de colonização por estrangeiros foram experimentadas, localizando-se norte-americanos, franceses, espanhóis e italianos em alguns núcleos coloniais que jamais floresceram. Além disso, "não havendo lavoura, nem indústrias que dêem ao Pará ocupação fácil e pronta aos imigrantes é claro que nos falece o principal agente do grande movimento que se opera em S. Paulo com animação geral". Resumindo, o "boom" da borracha centralizou alguns fatos marcantes, desenvolvendo o capitalismo comercial entre nós a um nível só comparável ao de S. Paulo. Houve exercícios financeiros em que as rendas alfandegárias do Pará superaram, em larga margem, as rendas do porto de Santos. Mas não tínhamos condições objetivas para desenvolver o capitalismo financeiro e industrial. Como Portugal na época do descobrimento do Brasil, o capitalismo gerado em nosso

meio tinha gerência externa, mais precisamente em Londres, Nova York e Hamburgo.

P. Uma sucinta análise sobre algumas figuras desse período:

a) Samuel Wallace Mac-Dowell, jurista, conselheiro do Império, ministro. À sua biografia, Ricardo Borges acrescenta um detalhe importante: foi o "advogado preferido pela imigração e empresas estrangeiras que procuravam o Pará em surto de desenvolvimento"; tinha então "advocacia rica, para lhe garantir conforto, intrepidez..."

b) Siqueira Mendes, chefe do partido conservador no Pará. Bastante idoso, com um passado político bastante ativo, desde 1885 vinha se mantendo no poder. Num certo momento, defendeu idéias separatistas. A ele se atribuem o tipo de política mesquinha, provinciana, corrupta dominante nesse período;

c) José da Gama Malcher, da ala liberal da monarquia, médico e administrador ilustre, amante da ópera. A ele foram creditados os primeiros grandes trabalhos de reurbanização de Belém.

d) José Paes de Carvalho, um dos fundadores do Clube Republicano, em 1886, era médico tido como humanitário, mas também havido como grande financista. Sucedeu a Lauro Sodré, no governo do Estado. Ricardo Borges, o biógrafo, informa que foi "assessor das relações financeiras entre o Brasil e seus banqueiros europeus";

e) Augusto Montenegro, de família bem situada economicamente, quando estudante de direito costumava passar as férias na Europa. Governador do Pará durante oito anos, de 1901 a 1909, não consertou as finanças e governou sempre no meio de perplexidades. Típico da "belle époque". Ao tempo que reclamava das finanças empobrecidas do Estado, mandava imprimir em Paris luxuosos álbuns e relatórios. Reformou o palácio pombalino, sede do governo, o teatro da Paz, executou outras grandes obras, mas tentou fazer economia estrangulando principalmente o ensino. Cultivava como Antônio Lemos a vaidade pessoal: o governo era uma caricatura das velhas cortes.

f) Lauro Sodré, o discípulo de Benjamin Constant, é uma figura simpática, no primeiro governo, quando demonstrou imensa capacidade de trabalho e, quanto pôde, independência política. Tentou principalmente fazer um governo progressista e popular,<sup>299</sup> dando grande desenvolvimento à rede do ensino, tentando estimular a imigração estrangeira e a implantação de indústrias no Pará. Obteve algum resultado, mas não o suficiente para nos libertar do sufocante monopólio da borracha. Os capitais estrangeiros não acreditavam na Amazônia. Acreditavam unicamente na exploração da borracha, cuja cotação no mercado internacional era virtualmente controlada pelos banqueiros europeus e americanos.

g) Antônio Lemos, velho oligarca, odiado e amado. Representou o papel que lhe competia, em sua época, sempre em posição secundária, mas solidamente conquistada. Correspondeu, de fato, à fama de reformador e embelezador de Belém.

P. Com a República, o povo passa a ser personagem decisivo da vida política regional e do país?

R. A República instituiu a forma de governo mais ou menos copiada de modelos estrangeiros. Novidade para nós: governadores do Estado eleitos por "sufrágio popular". A Constituição do Estado do Pará é tida como uma das melhores que se elaboraram nesse período. Sua ementa é muito expressiva: "Nós, os representantes do povo paraense, reunidos em Congresso Constituinte para organizar um regime livre e democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição do Estado do Pará". Algumas vezes o povo era recrutado para referendar ou tomar conhecimento de certas decisões: na linguagem da época, dizia-se "meeting". Mas a República instituiu precisamente o "representante" do povo para agir em nome do povo; portanto, personagem decisivo era sempre o seu "representante", que não era elemento saído das camadas populares, mas dos segmentos das classes dominantes. Poderosa institui-

299. Não se ocupou da defesa de "causas populares", como Antônio Lemos, até então seu aliado e depois feroz inimigo. Na defesa do novo regime, revelou-se também autoritário e permitiu ações policiais violentas contra adversários políticos.

ção política, além da igreja, foi — e ainda é — a associação comercial. Dela, ou a ela vinculados, saíram a quase totalidade dos "representantes" do povo. A questão exige o reexame de nossas idéias a respeito desse passado recente, que nos permitiria desenvolver e aprofundar nossas reflexões sobre os três últimos quesitos.<sup>300</sup>

300. Formulados no questionário de Lúcio Flávio Pinto e que não foram respondidos, pela premência do tempo: a) Quais as principais características da República Velha; b) Quais as modificações introduzidas pela Revolução de 30?; c) Como v. vê a participação da imprensa nesse período? Sobre estas últimas questões, recomenda-se o trabalho de Creso Coimbra, *A Revolução de 30 no Pará*, publicado em 1981.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉA, José. *O Marechal Andréa nos relevos da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977
- APOLOGIA de João Baptista Gonçalves Campos, *Conego da Cathedral do Pará*. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1824
- ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. *Scenas da Cabanagem no Amazonas* (Provincia do Gram-Pará). *RIHGP*, Belém, 1(1):20-25, 1900
- ARAUJO, André Vital de. *Introdução à sociologia da Amazônia*. Manaus: Sérgio Cardoso & Ltda., 1956
- AZEVEDO, J. Soares d'. *O Pará em 1832*. Londres: S. W. Sustenance, 1832
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico*, esboços de história, terceira ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Historia patria: O Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1884
- AZEVEDO, (Manuel Duarte) Moreira de. "Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos colonias até o começo do actual reinado". In *RIHGB*, t. 48, parte II, 1885, p.265-322. Anexa dois documentos: n.º 1, Alvará de 30.3.1818; n.º 2, Carta de Lei de 20.10.1823
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Provincia do Pará*. Segunda ed., Belém: Universidade Federal do Pará, 1969
- BARATA, Manuel de Melo Cardoso. *A antiga produção e exportação do Pará*, estudo historico-economico. Prefacio do snr. dr. Vieira Fazenda. Belém, Pará: Typ. da Livraria Gillet, 1915
- \_\_\_\_\_. "Apontamentos para as ephemerides paraenses". In *RIHGB*, Tomo 90, p.5-235. Rio de Janeiro, 1921
- \_\_\_\_\_. "*Formação histórica do Pará*"; obras reunidas. Edição comemorativa do sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973
- BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão Pará (1820-1823)*. Gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém: Gráfica Falangola Editora Ltda., para o Conselho Estadual de Cultura, s.d. (1974)
- BASTOS, Abgvar. *História da política revolucionária no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1969
- BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas*. Trad., pref. e notas do prof. dr. Cândido de Mello-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Dois vols.
- BELLIDO, Remijio de. *Catalogo dos jornaes paraenses, 1822-1908*. Pará: Imprensa Oficial, 1908
- BELÉM, Intendência Municipal de. *Annaes do Conselho Municipal de Belém*. Anno de 1909. Sétima legislatura, décima reunião ordinaria em março de 1909. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917
- BELÉM, Governo Municipal de. *Leis e resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, 1904. Codificados na administração do senador Antônio José de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1906

- BELÉM, Governo Municipal de. *Leis e resoluções do Conselho e Actos e Decisões do Executivo Municipal do anno de 1913*. Codificados na administração do senador dr. Antônio Martins Pinheiro, intendente municipal pelo chefe de secção Adolpho Dourado, 1918. Pará: Papelaria Americana (1918)
- BELÉM, Governo Municipal de. *Leis e resoluções do Conselho e Actos e Decisões do Executivo Municipal do anno de 1914*. Codificados na administração do senador dr. Antônio Martins Pinheiro pelo chefe de secção, Adolpho Dourado. Pará: Pap. Americana, 1919
- BELÉM, Governo Municipal de. *Leis e resoluções do Conselho e Actos e Decisões do Executivo Municipal do anno de 1916*. Codificados na administração do exmo. sr. senador dr. Cypriano José dos Santos, intendente municipal, pelo chefe de secção Adolpho Dourado. Vol. IV. Pará, Brasil: Papelaria Americana (1919)
- BENTES, Dionysio Ausier. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na primeira sessão da décima primeira reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de junho de 1913, pelo exmo. sr. dr. Dionysio Ausier Bentes, intendente*. (Belém: Livraria Clássica, J.B. dos Santos, 1913)
- BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Marinha Imperial versus Cabanagem*. Primeira ed., Rio de Janeiro: Impr. Naval, 1943
- BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R.A. Amaral. *Textos políticos da história do Brasil Ipori Paulo Bonavides /el R.A. Amaral Vieira*. Vol. um - Independência-Império. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s.d./1973/
- BOTELHO, João. "1.º Centenário da Extinção da Cabanagem". In: *RIHGP*, Belém, v.10:371-380, 1936
- BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém, Pará: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916
- \_\_\_\_\_. *História do Pará; resumo didactico*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, s.d
- BRASIL., Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *O Clero no parlamento brasileiro*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Cinco vols
- BRUNO, Emani Silva. *História do Brasil, geral e regional*. I. Amazônia. (Acre-Amazonas-Pará-Territórios). São Paulo: Editora Cultrix, 1966
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos (estudos sobre o negro no Brasil)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964
- CARREY, Emilio. *Os revoltosos do Pará*. Trad. de F.F. da Silva Vieira. Lisboa, 1862 (ficção)
- CARVALHO, José Paes de. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1.º de fevereiro de 1901*. Belém, Pará: Imprensa Official, 1901
- CARVALHO, José Paes de. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 7 de abril de 1899*. Belém: typ. do Diario Official, 1899
- CARVALHO, Manuel Emilio Gomes de. *Os deputados brasileiros nas cortes de 1821*. Introdução de Pedro Calmon. Brasília: Senado Federal /em/ coedição com a Editora da Universidade de Brasília, 1979

- CASTELLO BRANCO, Raymundo Borges Leal. *Cartas e discursos abolicionistas*. Belém: Typ. de A Província do Pará, 1884
- CAVALLEIRO, José Joaquim Mendes. *Controversias paraenses*. Collecção de artigos publicados em diversos periodicos
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das idéias socialistas no pensamento político-brasileiro - 1890/1922*. São Paulo: Edições Loyola, 1978
- CHACON, Vamireh. *Historia das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem, o povo no poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984
- COELHO, Geraldo Martires. "A Imprensa no Pará: alguns elementos de suas origens históricas". In: *A Província do Pará*, Belém, I, 13 jan. 1985, primeiro cad.:12, II, 20 jan. 1985, primeiro cad.:12; III, 27 jan. 1985, primeiro cad.: 12; IV, 3 fev. 1985, primeiro cad.:12; V, 10 fev. 1985, primeiro cad.:12; VI, 17 fev. 1985, primeiro cad.:12; VII, 24 fev. 1985, primeiro cad.:12
- COELHO, Jerônimo Francisco. *Falla dirigida pelo Exm.º. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará a Assembléa Legislativa provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.º de outubro de 1848*. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1848
- COELHO, Jeronimo Francisco. *Falla dirigida pelo Exm.º Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará e Assembléa Legislativa Provincial na Abertura da Segunda Sessão Ordinaria da sexta Legislatura no dia 1.º de outubro de 1849*. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1849
- COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará; análise, crítica e interpretação da História*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981
- CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu commercio e industria de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso & Cia., 1920
- \_\_\_\_\_. *Os factos e a história*. Pará, Belém: Secção de Obras d'A Palavra, 1923
- COSTA, Cândido. *Momento historico*. Pará, Belém: Tavares Cardoso & Cia., 1919
- CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi*. Óbidos-Tumucumaque. Pref. de Roquette Pinto. Ed. rev. e aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954. (Brasiliense, 113)
- CRUZ, Ernesto. *Belém, aspectos geo-sociais do município*. Volume I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945
- \_\_\_\_\_. *Cameté, aspectos de sua formação*, 1943. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Tomo XI:41-150, 1969
- \_\_\_\_\_. *Francisco Pedro Vinagre — Discurso do escriptor Ernesto Cruz, primeiro secretário do Instituto Historico*. In: *RIHGP*, 10:335-340, 1936
- \_\_\_\_\_. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, s.d. (1964)
- \_\_\_\_\_. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém: Of. Gráf. Revista da Veterinaria, 1942
- \_\_\_\_\_. *Procissão dos séculos; vultos e episódios da história do Pará*. Belém, s.ed., 1952
- \_\_\_\_\_. *Têmas da história do Pará*. Belém: SPVEA-Sector de Coordenação e Divulgação, 1960
- CRUZ, Guilherme Francisco. *Negócio do Pará*. Pará: Typ. da "Constituição", 1875
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Trad. de R. Argentiére. São Paulo: Ed. Alfa, s.d.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as formas secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Limitada, s.d.

- FRANCO, Georgenor. "Os 40 anos da vida literária do poeta Bruno de Menezes". In: *Rev. da Academia Paraense de Letras*. Belém, 9:65-73, dez. 1961
- GAYOSO, Raymundo José de Sousa. *Compendio historico-político dos principios da lavoura do Maranhão...* Ed. fac-similada. Rio de Janeiro: Ed. Sudema, 1970
- GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memoria historica sobre os ultimos successos do Pará*. Lisboa: Typ. de Carlos José da Silva, 1836
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Introdução de Odilon Nogueira de Matos. Notas de Basílio de Magalhães. Segunda ed., São Paulo: Edições Melhoramentos; Brasília: INL-MEC, 1978. Dois tomos
- HENDERSON, William Otto. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. [Por] W.O. Henderson; trad. Maria Ondina. Ed. brasileira rev. e pref. por Aldo Janotti. São Paulo: Editora Verbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979
- HURLEY, Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936
- \_\_\_\_\_ *Farrapos e cabanos*. Discurso proferido pelo desembargador Jorge Hurley, em rádio, em comemoração da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. In: *RIHGP*, Belém, 10:325-334, 1936
- \_\_\_\_\_ *Traços cabanos*. Primeiro centenário da ocupação de Belém pelas forças legas do general Soares de Andréa, em 13 de maio de 1836 [pelos desembargador Jorge Hurley]. In: *RIHGP*, Belém, 10:3-284, 1936
- JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história* (ensaio antropogeográfico e político). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 (Brasiliense, 292)
- JURANDIR, Dalcklio. *Marajó* (romance). Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1947. Segunda ed./ Rio de Janeiro: Cátedra, 1978
- LAMARE, Joaquim Raymundo de. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial por S. Excia. o sr. vice-almirante e conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867*. Pará: Typographia de Frederico Rhossard, 1867
- LEAL, Felipe José Pereira. *Correcções e ampliações ao que sobre a revolução que arrebentou na cidade do Pará em janeiro de 1835 publicou o Cons.º João Manoel Pereira da Silva em sua História do Brazil 1831 a 1840*. Bahia, 1879
- LEITE, Padre Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950. Dez vols
- LEMOS, Antônio José de. *O Município de Belém*. Relatorio apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904. Pará, Brazil: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902-1907. Cinco vols
- LÊNIN, Vladimir Ilich Uliánov. *O Estado e a revolução; o conceito marxista do poder*. V.I. Lênin. Introdução: José Nilo Tavares. [Niterói]: Diálogo Livraria e Editora, s.d
- LIMA, Bertino de Miranda. *A Cidade de Manaus, sua historia e seus motins politicos*. [Manaus]: Typ. de J. Renaud, 1908
- LIMA, José Francisco de Araújo. *A Amazônia, a terra e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Brasiliense, 104)
- LINHARES, Herminio. *Contribuição à história das lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Baptista de Sousa, 1955. — Segunda ed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977
- LISBOA, João Francisco. *Crônica maranhense; estudos e documentos*. [Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1969] dois vols.

- \_\_\_\_\_ *Obras escolhidas*. Seleção e prefácio de Octavio Tarquinio de Sousa. Rio de Janeiro: Americ Edit., 1946. Dois vols.
- LOBO, Luís. *História militar do Pará*. Rio de Janeiro, 1943
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da história do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Relatorio dos negocios da Provincia do Pará*. Pará: impresso na Typ. de Frederico Rhossard, 1864
- MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *Indice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849 segundo um succinto esboço do estado da paiz ao findar o anno de 1849*. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco de Paulo Britto, 1850
- MARIANI, José. *Exposição dos acontecimentos do Pará*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1833
- MARTIUS, Carl Friederich Philipp von e SPIX, Johan Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. 1817-1820. Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, rev. por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães, que a anotou. Segunda ed., São Paulo: Edições Melhoramentos [1961] três vols.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória [1961] dois vols.
- MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. *Relatorio com que ao Exm. sr. dr. José da Gama Malcher, primeiro vice-presidente passou a administração da provincia do Pará o exmo. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 9 de março de 1878*. Pará: Typ. Guttemberg, 1878
- MENEZES, José Sotero de. *Relatorio do Regimento Militar do Estado 1889* (apresentado ao governador José Paes de Carvalho, em 1º de janeiro de 1900, pelo coronel José Sotero de Menezes, commandante do Regimento Militar). Pará-Milano: J. Chiatti & C. Editores, 1900
- MIRANDA, Newton. "História: Em 1900, bem antes do PCB e de Prestes, um Partido (e um líder) marxista no Pará". *O Liberal*, Belém, 6 jan. 1980, primeiro cad.: 9
- MONTALEGRE, Omer. *Capital & capitalismo no Brasil*. [Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultural/1972]
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Terceira ed. aumentada. [Rio de Janeiro: Conquista, s.d
- MORAES, João Maria de. *Discurso recitado pelo exm.º snr. doutor João Maria de Moraes, vice-presidente da provincia do Pará na abertura da primeira sessão da quinta legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de agosto de 1846*. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1846
- \_\_\_\_\_ *Discurso recitado pelo exm.º snr. doutor João Maria de Moraes, vice-presidente da provincia do Pará na abertura da segunda sessão da quinta legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de agosto de 1847*. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1847
- MOREIRA, Flávio. "Pedrada, o terror dos cabanos". *O Liberal*, Belém, 9 nov. 1984, primeiro cad.: 8(2), 16 nov. 1984, primeiro cad.: 8: (3) 23 nov. 1984, primeiro cad.: 8
- MORAES Filho, Evaristo de. *O Socialismo brasileiro; seleção e introdução de...* Brasília: Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília, [1980] (Biblioteca do Pensamento Político Republicano)
- MOURA, Ignacio Baptista de. "Antecedentes historicos". In: *Commemoração do centenário da Praça do Commercio do Pará, 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919

- MOURA, Levi Hall de. *Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense*. Belém: H. Bar-  
ra, 1957
- MUNIZ, João Palma. "Adesão do Grão-Pará à Independência". In: *RIHGP*, 6 (9): 1-398, 1922.  
Segunda ed./ Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973
- \_\_\_\_\_. *Grenfell na história do Pará, 1822-1824*. Pará: Of. Gráf. do Instituto Lauro  
Sodré, 1927. (Sep. dos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará)
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Universidade  
Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 1972. Seis vols.
- OLIVEIRA, Franklin de. *A Fantasia Exata*. Ensaio de Literatura e Música. Rio de Janeiro: Zahar  
Editores, 1959
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado d'. "Juízo sobre as obras intituladas - *Corographia Paraense*",  
ou descrição physica, historica e politica da Provincia do Grão-Pará: por Ignacio Accioli  
de Cerqueira e Silva -, e - Ensaio Corographico sobre a Província do Pará, por Antônio La-  
dislau Monteiro Baena; - interposto por deliberação do Instituto Historico e Geographico  
Brasileiro por... Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito, 1843
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*, segunda ed. (revista e ampliada). São Paulo:  
Convívio; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984
- PALMEIRA, João da Costa. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Séc. XX, 1942
- \_\_\_\_\_. *Epopeia amazônica*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1943
- PALMEIRA, João da Costa. "No Tempo da Cabanagem". Discurso pronunciado pelo major dr.  
João Palmeira, nos festejos do Centenário da Cabanagem. In: *RIHGP*, 10:363-370, 1936
- PARÁ, Governo do Estado. *Actos e decisões de 1910*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do  
Pará, 1913
- PERCHEIRO, D.A. Gomes. *Questões do Pará*; precedidas de uma carta do distinto escriptor  
o exm.º sr. J.J. Ferreira Lobo. Lisboa: Lallemand Frères, 1875
- PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura* (autores e problemas). Rio de Janeiro: Editora Civilização  
Brasileira, 1963
- PESSOA, Reynaldo Carneiro, org. *A idéia republicana no Brasil através dos documentos* (textos  
para seminários). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973
- PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. "O bispado do Pará". In: *Annaes da Biblioteca e arquivo  
público do Pará*, t. V:5-191, 1906
- PINTO, Lúcio Flávio. *A Cabanagem 139 anos depois*. *O Liberal*, Belém, 24 fev. 1974, segundo cad.:2
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana* (segunda ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1957
- PRISCO, Francisco. *José Veríssimo: sua vida e suas obras*. Rio de Janeiro: Ed. Bedeschi, 1937
- PUHAN, Paulo e MOUSTACHE, René. *A Comédia Paraense; critica de costumes por...* Belém:  
s. ed., 1884
- RAIOL, Domingos Antônio, Barão de Guajará. *A Abertura do Amazonas*. Belém: Tip. do Jornal  
do Amazonas, 1867, reprod. "Obras de Domingos Antonio Raiol". Belém: Conselho Esta-  
dual de Cultura, 1970, p.15-149
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Politico*. Belém: Typ. do Diario do Commercio, 1858, reprod. "Obras  
de Domingos Antônio Raiol" Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 151-196
- RAIOL, Domingos Antônio, Barão de Guajará. "Juízo critico sobre as obras de Felipe Patroni".  
in *RIHGP* 1(3), 1900 reprod. "Obras de Domingos Antônio Raiol". Belém: Conselho Esta-  
dual de Cultura, 1970, p.197-235
- \_\_\_\_\_. *Motins Politicos*, ou, Historia dos principaes acontecimentos da Provincia do  
Pará desde o anno de 1821 até 1835. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artistico  
etc.etc./ 1865/1890. Cinco vols. — Segunda ed. integral em três vols. Universidade Federal  
do Pará, 1970
- \_\_\_\_\_. "Visões do Crepúsculo", in *Revista Paraense*, Belém, 1(1), 1898, reprod. "Obras  
de Domingos Antônio Raiol", Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p.371-406
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazonia e a cobiça internacional*. Quarta ed., Rio de Janeiro:  
Companhia Editora Americana, 1972
- \_\_\_\_\_. "A Amazônia e sua integração ao Império Nascente". *Rev. de Cultura do Pará*,  
Belém 2(6/7): 13-21, jan./jun. 1972
- \_\_\_\_\_. *Aspectos economicos da dominação lusitana na Amazônia*. Rio de Janeiro: SPVEA,  
1960
- \_\_\_\_\_. *d. Romualdo de Souza Coelho*. Escorço biographico. Belém: editado em Novi-  
dades, 1941
- \_\_\_\_\_. *História de Obidos*. Segunda ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília,  
INL-MEC; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979
- \_\_\_\_\_. *A historia paraense e a Marinha de Guerra do Brasil*. Belém/, Serviço de Publi-  
cidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém, 1941
- \_\_\_\_\_. *A incorporação da Amazônia ao Império*. In *RIHGP*, Rio de Janeiro, 193:110-127,  
1946 *le/* Revista de História, S. Paulo, 1(2):173-193, abr./jun. 1950
- \_\_\_\_\_. Início da reação nativista. In *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*,  
t.XI: 1-40, 1969
- \_\_\_\_\_. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Segunda ed. Rio de Janeiro: Civiliza-  
ção Brasileira, em convênio com o INL-MEC e governo do Estado do Pará, 1979
- \_\_\_\_\_. *Síntese histórica do Pará*. Belém: Of. Gráf. da Revista da Veterinária, 1942
- \_\_\_\_\_. *Território do Amapá, perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Impren-  
sa Nacional, 1949
- REIS, Gustavo Moraes Rego. *A Cabanagem*, um episódio histórico de guerra insurrecional na  
Amazônia (1835-1839). Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: Edições Governo  
do Estado do Amazonas, 1965
- RIBEIRO, M. Braga. *A Associação Commercial* (esboço historico), in *Commemoração do cente-  
nário da Praça do Commercio do Pará, 1819-1919*. Belém: Typ. do Diario Official, 1919,  
p. 33-46
- ROCHA, Avertano. "João Baptista Gonçalves Campos, Prudencio José das Mercês Tavares e Ben-  
to Martel". Discurso proferido pelo dr. ... em comemoração da Cabanagem, in *RIHGP*, Be-  
lém, 10:347-354, 1936
- ROCQUE, Carlos. "A Cabanagem". *O Liberal*, Belém, 28 ago. 1983, primeiro cad.: 25. (Inicia  
a publicação de extenso trabalho, recompilando da bibliografia existente os principais episó-  
dios. Conclui em 18.3.1984, primeiro cad.: 23, sempre aos domingos.)
- RODRIGUES, Dilke Barbosa. *A vida singular de Angelim (A Cabanagem)*. Prefácio de Pedro Cal-  
mon. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, s.d.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil, 1675-1913*. Rio de Janeiro: Laemmert,  
1969
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil*. Segunda ed. /São Pau-  
lo: Edições Símbolos /1979/

- SALLES, Vicente. "A Cabanagem, os Escravos, os Engenhos". *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, 36(5):33-38, maio 1968
- \_\_\_\_\_ "Os estrangeiros não quiseram tomar a Amazônia no século XIX". *O Liberal*, Belém, 15 nov. 1979, quinto cad.: 21-22
- \_\_\_\_\_ "José Veríssimo e o folclore". *Revista brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, 11(29):85-102, jan./abr. 1971
- \_\_\_\_\_ *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971
- \_\_\_\_\_ "Visão íntima da Cabanagem". *O Liberal*, Belém, 24 fev. 1974, segundo cad.: 3
- SANTA ROSA, Henrique A. *História do Rio Amazonas*. Pará: Oficinas graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaculândia (Santarém)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, s.d./Dois vols.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980
- SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão: 1822/1828*. Segunda ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972
- SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corographia Paraense, ou descrição physica, historica e politica da provincia do Grão-Pará*. Bahia: Typ. do Diario, 1833
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia do Brasil de 1831 a 1840. Governos regencias durante a minoridade*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1878 (segunda ed., 1888)
- SILVA, Luís Osiris da. "A Luta pela Amazônia: Os Cabanos". *Revista Brasiliense*, S. Paulo, 29:138-149, maio/jun. 1960
- \_\_\_\_\_ São Paulo: Fulgor, 1962
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da república*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1970
- SODRÉ, Lauro. *Mensagem dirigida pelo sr. governador dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua reunião em 1.º de fevereiro de 1896*. Belém: Typ. do Diario Oficial, 1896
- \_\_\_\_\_ *Mensagem dirigida em 1.º de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará pelo dr. ...* Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917
- \_\_\_\_\_ *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da primeira reunião de sua décima legislatura, a 7 de setembro de 1918*. Pará, Brasil: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1918
- \_\_\_\_\_ *Palavras e actos*. Pará: Typ. do Diario Oficial, 1896
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966
- \_\_\_\_\_ *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964
- \_\_\_\_\_ *Formação histórica do Brasil*. Segunda ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963
- \_\_\_\_\_ *A Ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, ISEB, 1961
- \_\_\_\_\_ *Introdução à Revolução Brasileira*. Segunda ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963

- SOUZA, Marcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neo-colonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. Segunda ed. Brasília: INL-Conselho Federal de Cultura, 1977. Dois vols.
- VASCONCELOS, Manuel de Frias e. *Falla dirigida a Assembléa Legislativa da Provincia do Pará na segunda sessão da XI Legislatura pelo exm.º sr. tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcelos. Presidente da mesma provincia em 1.º de outubro de 1859*. Pará: Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859
- VERÍSSIMO, Ignacio José. *José Veríssimo visto por dentro*. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966
- VERÍSSIMO, José. *Scenas da vida amazonica*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1886
- \_\_\_\_\_ *A Educação Nacional* (primeira ed.) Pará: Tavares Cardoso & Cia., 1890 — segunda ed. augmentada de uma introdução e de um capitulo novos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906
- \_\_\_\_\_ *Estudos Brasileiros*. Primeira série (1877-1885). Belém: Tavares Cardoso & Cia., 1889. — Segunda série (1889-1893). Rio de Janeiro: Laemmert, 1894
- \_\_\_\_\_ *Homens e cousas estrangeiras*. I — 1899-1900. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902 — Segunda série, 1901-1902. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905. — Terceira série, 1905-1908. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910
- \_\_\_\_\_ *O Seculo XIX*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Noticias, 1899
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Trad. de Orlando Torres. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Brasiliense, 156)

## FONTES PRIMÁRIAS

### 1 — Imprensa - Pará

- 1822 — *O Paraense*, IHGB-RJ 155, 6, 33  
 1825 — *O Verdadeiro Independente*, IHGB-RJ 115, 6, 24  
 1927 — *A Voz das Amazonas*, IHGB-RJ 115, 6, 25  
 1829 — *Telegrafo Paraense*, IHGB-RJ 115, 6, 36  
 1829 — *O Sagitario* IHGB-RJ 115, 6, 14  
 1831 — *Correio do Amazonas* IHGB-RJ 115, 6, 22  
 1831 — *A Opinião*, IHGB-RJ 115, 6, 29  
 1831 — *Echo Paraense* IHGB-RJ 115, 6  
 1831 — *Echo Independente*, IHGB-RJ 115, 6  
 1831 — *Orpheo Paraense* IHGB-RJ 115, 6  
 1832 — *O Despertador* IHGB-RJ 115, 6  
 1832 — *O Publicador Amazoniense* IHGB-RJ 115, 6, 30  
 1833 — *O Paraguassu* IHGB-RJ 115, 6, 27  
 1834 — *Correio Official Paraense* IHGB-RJ 115, 6, 21  
 1840 — *Treze de Maio*, IHGB-RJ 115, 6, 1-4  
 1849 — *O Planeta* IHGB-RJ 115, 6, 13  
 1850 — *O Velho Brado do Amazonas* IHGB-RJ 115, 6, 10  
 1851 — *O Grão-Pará*, IHGB-RJ 115, 6, 19  
 1853 — *Diário do Gram-Pará*, IHGB-RJ 115, 6, 5-6  
 1858 — *Gazeta Official* Col. Autor  
 1862 — *Jornal do Pará*, BN-RJ, P-11, 5, 6  
 1863 — *A Estrella do Norte* IHGB-RJ 29, 3, 2-4  
 1868 — *Diário de Belém* IHGB-RJ 173, 4, 14  
 1870 — *A Tribuna*, BN-RJ P-11, 5, 17  
 1871 — *A Boa Nova*, BN-RJ P-11, 5, 57  
 1872 — *O Tiradentes* IHGB-RJ, 104, 6, 20  
 1872 — *O Pelicano*, BN-RJ P-11, 5, 10  
 1876 — *A Província do Pará*, Avulsos col. autor  
 1878 — *O Puraquê*, IHGB-RJ, 115, 6, 34  
 1880 — *Diário de Notícias*, BN-RJ P-11, 5, 4  
 1881 — *Correio do norte*, BN-RJ P-11, 5, 2  
 1883 — *A Vida Paraense*, BN-RJ P-11, 5, 19  
 1885 — *O Cosmopolita*, Col. Autor  
 1887 — *A Semana Illustrada*, Col. Autor  
 1888 — *A Confederação Artística*, IHGB-RJ

- 1889 — *A Semana*, Col. Autor  
 1891 — *O Artista* (Cametá) BN-RJ, P-11, 5, 24  
 1891 — *Tribuna Operaria*, BN-RJ P-11, 5, 18  
 1892 — *Correio Pareense*, BN-RJ P-11,  
 1896 — *Folha do Norte*, Avulsos col. autor  
 1902 — *A Evolução*, Col. Autor  
 1904 — *O Trabalho*, Biblioteca Pública do Pará, Belém  
 1912 — *Correio de Belém*, IHGP  
 1913 — *O Imparcial*, Avulsos col. autor  
 1914 — *Caraboo* (revista), Col. autor  
 1914 — *Jornal Pequeno*, IHGB-RJ  
 1920 — *A Semana* (revista), Avulsos col. autor  
 1929 — *Guajarina* (revista), Avulsos col. autor  
 1946 — *O Liberal*, Avulsos col. autor  
 1978 — *Resistência*; jornal da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Col. autor.  
 Obs.: Pela ordem estão anotados: ano e nome do jornal, hemeroteca onde se encontra, código em que se acha catalogado

### 2 — Almanques. Anais. Estatutos

- 1868 — *Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial para o Anno Bissexto de 1868*. Primeiro Anno. Editores: Carlos Seidl & Cia. Pará, 1868. — Anno II, 1869. — Anno III, 1870. — Anno IV, 1873. BN-RJ. Obras raras: 0, 4, 3  
 1878 — *Almanach do Diario de Belem*. Anno I. Pará: Typ. Commercio do Pará, 1878. Editor: A. Rodrigues do Couto. — Ano II, 1879. — Ano III, 1880. BN-RJ, Obras raras: 0, 4, 8  
 1899 — *Estatutos da Associação Beneficente "Liga Maritima"*. Aprovado em sessão de assembléia geral em 31 de junho de 1899. Pará: Typographia da Livraria Bitencourt, 1899. Col. do autor  
 1902 — *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Tomo I. Pará-Brazil: imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902. Tomo II. Belém: Imprensa Official, 1902. Tomo III. Pará: Typ. e encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904. Tomo IV. Pará: id., 1905. Tomo V. Pará: id., 1906. Tomo VI. Pará: id., 1907. Tomo VII. Pará: id., 1910. Tomo VIII. Pará: id., 1913. Tomo IX. (Tricentenário da Fundação de Belém, 1616-1916). Pará: id., 1916. Tomo X. Pará: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926. Tomo XI. São Paulo: Editora Monumento S.A., 1969; Tomo XII. Belém: Imprensa Oficial, 1981. Tomo XIII. Belém: Secdet/Gráfica Falangola Editora Ltda., 1983  
 1939 — *Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, V. LXI, pp.239-523*. "Devassa ordenada pelo vice-rei Conde de Resende para se descobrirem por ela as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas à Religião e a falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação entre as do sistema atual da França e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia algumas que além dos ditos escandalosos discursos se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de sedição. Juiz dez., primeiro chanceler Antonio Diniz da Cruz e Silva, escrivão da dita diligência. o Des.<sup>o</sup> João Manoel Guerreiro de Amorim Pr.<sup>2o</sup>"

## Apêndice

### Jornais que marcaram a crescente radicalização política do Grão-Pará até a eclosão da Cabanagem



# TELEGRAPHO PARAENSE

Placard, que Papulo dante. 30.

## INTERIOR.

Estas todas as vezes, e em todas as Nações a força armada sempre a mostra em o apoio das revoluções. A história não lhe mostra, e o Brasil apresenta todas as provas desta verdade. Que importa que luctes salvos, sensatos, e a traque da justiça se publique a toda dos governos, se elles não tem hũa influencia sobre a tropa, nem hũa influencia sobre a lei, ou má disciplina dellas? He o que vemos presentemente nas Províncias deste Imperio, porque se o chefe que governa a tropa for dissidente do que governa a Provincia, este se verá para bem dizer isolado, e sujeito aos caprichos da mesma tropa. Homens inimigos da virtude, ambiciosos, ardentes de se aproveitarem das circumstancias para facerem peccados, e acharem com vós de desordem seus nefandos crimes procuram lisonjar a tropa, com affectada popularidade, estimula-la com dicitaria provocações, allucina-la, e enfim independe contra os seus verdadeiros interesses, para elles se mostrarem necessarios, e ganharem os votos, e a influencia do hũo partido. Poderão que hum dia se mostrarão despois de demonstrarem ao motim que huerão os Soldados do Batalhão 25, e sobre o qual a mesma situação não tem da mesma sorte a facilidade de desiquar, por não se

demos apresentar todas as circumstancias do caso que vamos narrar, tal qual tem sido ouvido, reservando para outra occasião a exposição de todos os nossos sentimentos.

No dia 1. de Julho as dez horas da manhã foi um Soldado do Batalhão 25 ao Parque do Tron d' Artificio, que serve de deposito de armamentos e munições de guerra, e alli indagoou de um Official inferior da Guarda, de que projecto ella se compoza; de quantos e reburgo que de noite para ali hia, e decia-ras que havia projecto de hir o seu Batalhão a estar ou tomar no-an n' h' 25 horas aquelle Edificio. O militar da Guarda immediatamente obo parte-dito no the-ff-i-l do Estado de-se Din' d' aquelle alojamento, e este Official sem demora, fazendo algumas indagações, immediatamente a parte do tudo ao Commandante das Armas, de forma que está a vras horas de burlo ( se antes não foi ) e está inteirado do projecto. Porom quera foram as suas providencias? As que se sabem — Chamar a reunir no seu quartel ( O General ) os Commandantes dos Regimentos para com elles consultar e resolver as medidas que devia tomar — Demorar o hi nosse Officiaes, inclusive do Batalhão 25, que se disponha ao motim até ao arreolentar; de maneira que ostante os seus Soldados deum Batalhão, tem-ly-ly-ly de se reunir de-ly-ly-ly e se movem sem reburgo, sem apparear a se ( Se-ly-ly-ly, para se huerem as providencias de

# CORREIO DO AMAZONAS

CONSELHO PRESIDENCIAL

Actas das Sessões extraordinarias dos dias 22, 23, e 24 de Mayo

Pará na Typographia do Correio, Rua Formosa, N. 43, Anno de 1831. Dia 23.

AS cinco horas da tarde do dia 22 de Mayo de mil oitocentos e trinta e hum, de-ciso da Independencia e do Imperio, nesta Cidade de Santa Maria de Belém do Gran Pará no Palacio do Governo reunido o Exm. Conselho Presidencial em sessão extraordinaria convocada pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia arbatado-se presente o mesmo Exm. Sr., e Conselheiros o Vice-Presidente João Baptista Gonçalves Campos, D. Romualdo de Sousa Castello, José Baptista Camerão, o Conego Vigário Francisco de Pinho de Castello, e Supplentes o Tenente Coronel Francisco Marques d' Elvas Portugal, e Antonio Manoel de Sousa Trovão. Foi dito pelo Exm. Sr. Presidente que ill-dado apresentado nella Palacio de sua residencia o Capitão do Brigue — Anetista — lio mostrara, por l'adição dello Capitão, e tambem por ler na Folha intitulada — Farel Maranhense — em vinda na mesma Embarcação, que Sua Magestade o Imperador D. Pedro Primeiro havia Abdicado a Coroa do Imperio em seu Augusto Filho o Se-nhor D. PEDRO d' Alcantara, e que partira para Inglaterra. Apresentou S. Ex. a mencionada Folha da qual se via, que esta noticia era divulgada em Maranhão por hũa Proclamação do seu Presidente em Conselho, em que se declarava que as referidas noticias tinham alli chegado transmitidas no Brigue Inglez — Pericles — vindo do SE, e que eram publicadas assim, para que não fossem de ignoradas inadvertidamente, exhortando os Maranhenses a prestarem pacificos os Governos da Provincia legitimo-mente Brasileiro e Constitucional. Disse mais S. Ex. que por idénticas razões, julgado de necessidade proclamar aos Paraenses com a mesma acto das mesmas noticias. O Exm. Conselho approvou e resolveu, que fosse concebida e publicada a Proclamação na forma seguinte.

**P**elo Navio Americano — Anetista — vindo de Maranhão chegado noticias breves acerca Cidade pelo Brigue Inglez — Pericles — de que o Imperador D. Pedro Abdicou a Coroa do Imperio em seu Augusto Filho, e partiu para Inglaterra.

Que o Governo foi conchado a hũa Regencia Provisional com as attribuições que a Constituição Le marca, e nomeada pelos Representantes da Nação existentes na Corte, em quanto se não reunir a Assembléa Geral, sendo todas estas actas praticadas em mudo hũa ordem, e sem effeito de hũa pinga de sangue.

**PARAENSES,** o vosso Presidente, que sempre confiou tanto em vós quasi grande tempo a amizade, que vos ha merecido, constantemente allucina vossa conduta pacifica, e Constitucional, e que verdadeiramente toma parte de amigo no vosso bem geral, tem hũa verdadeira confiança de que estas noticias que vesteras hueram Conselho Presidencial, não co- o lio foram communi-cadas para que se não de-ly-ly-ly, não produzisse outro effeito, que não seja o de envolvimento das mais manifestas provas d' allucinação Systema da Independencia, e da Constituição que hueram jurado, e que toda a Nação quer, porque nada he capaz de abalar Cidadãos Brasileiros dirigidos pela razão, e respeito á Ley. Espera assim, competentemente sejal transmittidas as noticias Officiaes da Corte, entretanto conhece se, que os PARAENSES, e o seu Governo não expõem de dar exemplos de moderação pela sua civilização, e virtudes Civicas que honre o l'azã de tanto o seu nome em qualquer parte do Mundo.

Viva a Independencia, Viva a Constituição, e Viva os PARAENSES.

O que tudo para constar se l'eyrou esta Acta em que assignou o Exm. Sr. Presi-dente, e mais Membros do Exm. Conselho, e os Juiz Antonio da Fonseca Leão, Secretario do Governo, e se escreveu y Barbo de Inapuzé Mirim, Presidente. — José Baptista Gonçalves Campos — Romualdo Bispo de Pará — José Baptista Camerão — Francisco de Pinho de Castello — Francisco Marques d' Elvas Portugal — Antonio Manoel de Sousa Trovão.

Das 23.

AS cinco horas da tarde do dia 23 de Mayo de mil oitocentos e trinta e hum de-ly-ly-ly da Independencia e do Imperio nesta Cidade de Santa Maria de Belém do Gran Pará, no

Se inscreverem para este Jornal, no valor de Setenta Feitos no Typographia Philantropica em 1890 m. por Trimestre, de sua edição á 120 m.



Se não posses das pias razões e pias razões, não te desespejes, pois que sempre por ti haverá alguém que te dê razão.

SEXTA FEIRA 1.º DE MARÇO DE 1890.

Tom. I.º

# O PARAGUASSU

JORNAL POLITICO, LITERARIO, ANALYTICO, E COMMERCIAL

Leva-se á venda no Arquivo de Bayes Miranda defronte do Templo, na Lagoa de Neves, filho, ao ter-o junto; e na Botica de José Accacio, no largo de S. João.

PARÁ 1890 NA TYPOGRAPHIA PHILANTROPICA, RUA DO ESPIRITO SANTO N. 33

Sr. Redactor

Pelo ultimo navio chegado do Maranhão soubermos que são mudados os Excmos. Presidente e Comandante das Armas, visto succeder ao Sr. Machado o Doutor Mariani; e ao Sr. Seara o Tenente Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, ex-Comandante das Armas daquela Provincia, ambos Brasileiros: não duvidamos que estes Senhores venhão fazer a nossa felicidade, mas principalmente depois de aplacada a tormenta; pois temos cabal conhecimento do Sr. Vasconcellos, e dos seus sentimentos liberaes: o mesmo diz-se do Sr. Mariani, que ainda não tivemos a fortuna de conhecer: mas ao que não podemos attingir, he, ao que vem esta repentina mudança? Ainda não houve hum governo que quadre á Corte do Rio de Janeiro! O maior dos despotas José de Araújo Rizzo durou pouco tempo veio hum tanto succeder á hum tyranno, bem como em Roma succedea Claudio á Caligula, he Burgos que chega, o seu governo durou menos que as obras que fez: Chega o Barão de Hage homem circunspetto não augmentou, nem diminuiu, ~~mas~~ em logo resolvido: torna á vir Burgos talvez pelo melhor de todos, mais leva logo hum tombo, e apparece o Visconde de Góes, e ainda cá não tinha chegado já estava dimittido! Faltava-nos ver, se hum Presidente nomeado por huma regra seria duravel; apparece na scena o Doutor Candazo, e he expulso em menos de 6 meses; succede-lhe o Excm. Machado que unido

em sentimentos liberaes com o magnanimo Seara, conseguirão restabelecer a ordem, e são mudados repentinamente, sem que alguem possa entender o que quer a Corte do Rio de Janeiro!!! Não quererá por ventura que floreação as Provincias do Norte? Quanto ao Pará, em menos de 1 anno não pode qualquer por mais agido que seja, adquerir os conhecimentos precisos de todas as suas poroções, por immensuraveis e longinquoas; nem das suas riquezas e preciosidade. Apenas o actual Presidente principiava á abrir os olhos e á conhecer as nossas misérias... apenas elle procurava remediar os nossos males... he de repente mudado!!! Que papel resta ao novo Presidente para executar e conservar-se?? Quererá a Corte experimentar a nossa paciencia e soffrimento?? Quererá, vár se loculos da desesperação, subimos á campo com alguma ruaga para ficarmos tão criminosos como o estão os nossos inimigos? Não: tal não esperem; mas fiquem na certeza, que nova agitada não torna cá á fazer, nem que tenham a mandar o perfido Botancourt, os outros que estão no cofre das encomendas, heja cá tado ~~melhor~~, estamos com os olhos abertos: sabemos o que ainda não sabemos, que a Agostada foi encanecida da Corte, por isso as perturbencias fôrto sempre palativas ali he o clibo á favor da restauração, que pertenciam dividir-nos para collocar o ~~Reinado~~ no throno; e não he isto — ~~dividir~~ para reinar — e o unico remedio he unir-nos cada um mais para os viciosos; sabido os que

- Abertura do Amazonas (1866): 147-148  
 ABREU, João Capistrano de (1853-1927). Historiador: 186  
 ABREU, Giraldo José de (1782-1857). Militar e político: 46, 53, 54, 55, 77  
 ABREU, José Coelho da Gama. Barão do Marajó (1832-1906). Capitalista e político: 164  
 ABREU, Manuel Almeida Coutinho de. Adesista da Confederação do Equador, filho de Giraldo José de Abreu: 52, 53, 54  
 AGUIAR, Vicente F. de. Presidente do Club Internacional em 1892: 208  
 AIROSA, José Luis. Emissário da corte c.1820: 41, 97  
 ALBERTO, Raimundo Dias. Operário, mestre fundidor, secretário do Partido de Artistas e Operários do Pará e redator de *O Trabalho*: 11, 218, 222  
 ALBUQUERQUE, João Plácido. Operário: 243  
 ALBUQUERQUE, Luiz Queiroz (1894-). Poeta: 247, 249  
 ALENCAR, Pedro. Colaborador de *O Trabalho*: 221  
 Aliança Nacional Libertadora, coligação nacionalista e de esquerda que se opôs à política de Getúlio Vargas: criada e extinta em 1935: 12  
 ALMEIDA, Tito Franco de (1829-1899). Publicista, político, monarquista: 147, 155  
 ALVAREZ, João Antônio. Espanhol, tipógrafo e republicano, ativo no Pará na época da Independência: 97, 109, 110  
 ALVES, Geraldo Antônio. Negociante, c.1824: 94  
 ALVES, Raimundo. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 207  
 AMARAL, Raimundo Nonato dos Santos. Operário, mestre de funilaria: 205  
 ANDRADE, José Júlio de. Capitalista, proprietário do latifúndio do Jari c.1900: 65  
 ANDRADE, José Maria Freire de. Réu no processo de devassa contra a fabricação e distribuição de pasquins políticos c.1820: 18  
 ANDRADE, Manuel de Carvalho Paes (1774-1855). Patriota pernambucano na Confederação do Equador: 52, 53, 86  
 ANDRÉA, Francisco José de Sousa Soares de (1781-1858). Militar português incumbido de destruir a Cabanagem: 76, 77, 80, 120, 121, 129, 138, 143, 144, 145  
 ANGELIM, Francisco Nogueira (1814-1882). Revolucionário, terceiro presidente cabano: 94, 97, 124, 128, 129, 132, 140, 273, 274  
 ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro, II (1841-1919). Jornalista, "tribuno", criador do Club Popular, núcleo da I Internacional no Pará em 1873: 160, 173, 174, 175, 176, 180, 199, 211-2  
 ARANHA, Germano Maximino de Sousa Leal. Oficial de Marinha, desertou para aderir aos cabanos: 92, 118  
 ARANHA, José Pereira da Graça (1868-1931). Escritor: 196, 197  
 ARANHA, João Antônio. Lavrador, pai dos cabanos João Miguel e Germano: 192  
 ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro (1798-1861). Político: 54, 79, 80, 99, 112, 114, 120, 144, 173

ARANHA, João Miguel de Sousa Leal. Cabano, secretário do presidente Félix Antônio Clemente Malcher: 92, 93, 118, 132

ARARIPE Junior, Tristão de Alencar (1848-1911). Escritor: 186

ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. Político na época da Cabanagem: 48

ARAÚJO, Júlio G.F. de. Primeiro secretário da Soc. Internac. de Socorros Mútuos: 161

ARDASSE, João Pedro. Receptor do *Correio Braziliense* em 1822: 29

*Arsenal de Guerra do Pará*: 128, 153-4, 158

*Arsenal de Marinha do Pará*: 22, 149, 153, 158

ASSIS, Joaquim José de (1830-1889). Capitalista e fazendeiro, proprietário do jornal *A Província do Pará*: 166, 170, 217

ATALIBA, Eugênio (E.A. dos Santos Pereira 18.-1895). Tipógrafo, redator do *Correio Paraense*: 211

AVELLAR, Raimundo de. Republicano na *Vigília*, c. 1820: 118

AZEVEDO, João Lúcio de (1855-1933). Historiador: 260, 272

AZEVEDO, José Soares de (1800-1876). Jornalista português: 79, 112, 114, 115

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de (1832-1903). Historiador da Maçonaria: 28, 48

AZEVEDO, Pedro Vicente de (1843-1912). Presidente da prov. do Pará (17.1.1874 a 17.1.1875): 159

BABEUF, François Noël (1760-1797). Filósofo francês cuja doutrina é denominada "babo-ismo": 16, 23, 96

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). Historiador: 15, 16, 18, 19, 20, 21, 84, 85, 86, 96, 122, 123, 136, 138, 267, 275, 276

BALBI, Estêvão. Italiano envolvido nos acontecimentos de 1831 no Pará: 81

BALBI, João Batista (1792-1852). Italiano ativo no Pará desde 1818: 33, 97

BARATA, Antônio Rodrigues. Orador da Ass. Intern. de Socorros Mútuos em 1882: 161

BARATA, Cipriano (1762-1838). Jornalista, natural da Bahia, ativo em Pernambuco: 117

BARATA, Francisco José Rodrigues. Coronel de milícias na época da Independência: 29

BARATA, Joaquim de Magalhães Cardoso (1886-1959). Militar e político: 11, 12

BARATA, Luis Loiola, pintor, segundo secretário do Partido Operário Progressista do Pará, 1899: 218

BARATA, Manuel (1841-1916). Historiador: 37, 43, 46, 62, 97, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 121, 149, 150, 151, 170, 198, 199, 223, 224, 236

BARATA, Mário (1921-). Historiador: 17, 18, 19, 30, 80, 151

BARATA, Ruy Guilherme Paranatinga (1920-1990). Poeta, militante do marxismo no Pará: 253

BARREAU, Michel. Francês, oficial de cutelaria estabelecido em Belém na época da Cabanagem: 94

BARRETO, João Paulo dos Santos. Comandante militar c. 1827: 72

BARRETO, Pedro Miguel. Militar c. 1820: 36

BARRETO, Tobias (1839-1889). Escritor, filósofo brasileiro: 175

BASTOS, Abguar (1902-). Jornalista, romancista, historiador: 252

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares (1839-1875). Publicista e político: 142, 147, 155

BASTOS, Marçal Tavares. Operário (1878): 161

BATES, Henry Walter (1825-1892). Naturalista inglês: 156

BELLIDO, Remígio. Historiador: 198, 199, 201, 211, 223, 224

BENEVIDES, Francisco Maria Corrêa de Sá e. Presidente da prov. do Pará (17.1.1875 a 18.7.1876): 144

BENEDITO, mulato do Acará. Cabano: 132

BENTES, Francisco Rodrigues. Cabano, vulgo Sertanejo: 90

BERNAL, Manuel da Fonseca. Professor (1871-?): 162

BITTENCOURT, Agnelo (1876-?). Historiador: 175, 212

BITTENCOURT, Gentil (1847-1924). Político: 200, 206

BITTENCOURT, Joaquim Pedro de Moraes (177-1833). Censor: 34, 54, 55

BITTENCOURT, José Maria da Silva. Brigadeiro (c. 1831): 80, 83, 91

BLANC, Luís (1811-1882). Publicista francês: 193

BLANQUI, Adolfo (1798-1864). Publicista e economista francês: 104

BLANQUI, Luís Augusto (1805-1881). Socialista francês: 10, 162, 167, 170, 175

BLAS PARDO, Urbano. Revolucionário espanhol ativo no Pará c. 1830: 132, 274

BOITEAUX, Lucas Alexandre (1880-19?). Militar, historiador: 118

BOLÍVAR, Simón (1783-1830). Revolucionário sulamericano: 36, 139

BONAPARTE, Luís (1776-1846). Político francês: 162

BONAPARTE, Napoleão I (1775-1840). Militar francês: 33, 113

BONIFÁCIO (de Andrada e Silva), José (1763-1838). Cientista e político: 105, 130

BORGES, Guilherme Possidônio. Operário serralheiro, um dos fundadores em 1865 da *Artística Paraense*: 160

BORGES, José Inácio. Comandante militar em 1824: 55

BOSQUE, Luís Antônio (18?-1887). Líder operário: 161, 180

BRAGA, Teodoro (1872-1953). Artista, pintor e historiador: 135, 206

BRANCO, Francisco Caldeira de Castelo. Militar português, fundador de Belém em 1616: 163, 267

BRANCO, Raimundo Borges Leal Castelo. Conferencista: 161

BRANDÃO, frei Caetano (1740-1805). Bispo do Pará de 1782 a 1788: 29

BRITO, Ferreira de. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 207

BRUCE, Miguel. Prócer da Independência no Maranhão: 145

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. Presidente da prov. do Pará (23.6.1861 a 27.1.1864): 147, 155

BULHÃO, João Antônio Cossia. Negociante c. 1828: 99

BURGOS, José Félix Pereira de. Barão de Itapicuru-Mirim, presidente da prov. do Pará (28.5.1825 a 14.4.1828 e de 14.7.1830 a 19.7.1831): 46, 69, 76, 77, 82, 83, 106, 107, 108, 109, 110, 111

*Cabanagem*, 1835-1840. Revolução popular: *passim*

CABET, F. Socialista francês: 193  
CALDAS, João Pereira. Governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (21.11.1772 a 4.3.1780): 150  
CAMILO. Tipógrafo, escravo de Honório José dos Santos: 121  
CAMPBELL, James. Escocês estabelecido no Pará c.1820: 38  
CAMPBELL, João (1846-1924). Jornalista, abolicionista e republicano: 178  
CAMPOS, Ana Joaquina da Silva. Da Sociedade Novas Amazonas em 1833-48  
CAMPOS, Eugênio Gonçalves. Líder operário preso em 1892: 205  
CAMPOS, Francisco Gonçalves. Bacharel, líder operário preso em 1892: 205  
CAMPOS, João Batista Gonçalves (1782-1834). Sacerdote, jornalista, líder popular: 24, 25, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 68, 69, 73, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 97, 98, 100, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 127, 131, 132, 134, 135, 173, 205, 273, 274  
CAMPOS, João Pedro Gonçalves. Cabano: 47, 91  
CAMPOS, João Victor Gonçalves (1829-1924). Jornalista: 205  
Caramurus, partidários dos portugueses e dos conservadores, do partido político criado em 1831: 81, 82  
CANECA, frei Joaquim do Amor Divino (1799-1825). Herói pernambucano: 24, 52  
CARDOSO, Marcelino José. Presidente da prov. do Pará em 1831: 19, 83, 91  
CARMELL. Proprietário francês estabelecido no Pará em 1815: 16  
CARNEIRO, Edison (1912-1972). Escritor: 66  
CARNEIRO, Joaquim. Segundo secretário da Liga Operária em 1884: 180  
CARNEIRO, João Roberto Aires. Militar, 1824, membro da Junta Revolucionária Republicana: 54, 55  
CARNOT, Lázaro (1753-1823). Matemático e convencional francês: 96  
CARVALHO, João Parsondas de (187-1926). Socialista maranhense: 211  
CARVALHO, Francisco Cândido de. Cabano, "filantrópico", 1831: 47  
CARVALHO, Joaquim Carlos Antônio de. Alferes, prócer da Independência: 29  
CARVALHO, José Paes de (1850-1943). Governador do Pará de 1897-1901: 200, 217, 280  
CARVALHO, d. Manuel de Almeida (1747-1818). Bispo do Pará (1790-1818): 16, 29  
CARVALHO, Marcos. Socialista, redator do *Correio Paraense*, 1892-94: 211  
CASTRO, Antônio Emilianio de Sousa. Governador do Pará de 1912-25: 243  
CASTRO, Fernando de. Jornalista, romancista: 252  
CERQUEIRA, Francisco de Sousa. Tipógrafo, sócio-fundador de *A Província do Pará* em 1878: 170, 217  
CERQUEIRA, Miguel Joaquim. Bacharel c. 1822: 85, 86  
CESAR, Pinto da Silva, Alípio (1871-1925). Músico, compositor: 247, 249, 250  
CHACON, Vamireh. Historiador: 175  
CHERMONT, Abel (1885-1962). Militante do marxismo: 252

CHERMONT, Justo Leite (1857-1926). Um dos fundadores do Club Republicano em 1886, membro da Junta Provisória Republicana e governador nomeado em 1889: 200, 227  
CIRILO. Tipógrafo, escravo de Honório José dos Santos: 121  
*Club dos Artistas Nacionais*, substituiu a Liga Operária e conduziu os movimentos da classe operária nos últimos tempos da monarquia: 11, 181, 206  
*Club Batista Campos*. Sociedade patriótica, ativa na década de 1880: 177  
*Club Beneficente dos Tipógrafos*, conduziu as greves da classe, como a de 1898.  
*Club Internacional*, núcleo local da II Internacional, 1891-2: 208, 211  
*Club dos Libertos do Pará*, sociedade abolicionista  
*Club dos Maquinistas do Pará*, da classe dos maquinistas da frota fluvial: 212, 218  
*Club Militar de Belém*, da classe dos militares: 195, 201  
*Club Patroni*, fundado em 1894, de tendência anarquista: 199  
*Club Popular Beneficente*, fundado em 1873, núcleo local da I Internacional: 10, 160, 170-181  
*Club Republicano do Pará*, fundado em 1886: 181, 195, 277, 280  
*Club Republicano do Rio de Janeiro*: 162, 184  
*Club Revolucionário Abolicionista*: 178, 179  
*Club Tenreiro Aranha*, sociedade patriótica radical, teve José Veríssimo na sua diretoria como orador  
COCHRANE, lord Alexandre Thomas (1775-1860). Mercenário inglês a serviço da esquadra imperial: 57, 58  
COELHO, Elias. Operário, colaborador, depois gerente da *Tribuna Operária*, 1893-4: 207, 208, 209, 210  
COELHO, Geraldo Mártires. Historiador: 43, 44, 102  
COELHO, Jerônimo Francisco (1806-18 ?). Presidente da prov. do Pará (8.5.1848 a 30.6.1850): 157, 158  
COELHO, Miguel. Colaborador de *O Trabalho*, op: 1893: 1901-4: 209  
COELHO, Romualdo de Sousa (1772-1841). Oitavo bispo do Pará, 1818 a 1841: 16, 87  
COIMBRA, José Gomes. Bacharel pernambucano, chefe da polícia durante vários governos republicanos, reprimiu greves e assaltou tipografias: 201, 205, 210  
COLLOR, Lindolfo (1890-1942). Jornalista, ministro da era getulista: 253, 254, 255  
*Companhia do Amazonas*, oficinas: 11, 154, 155, 165, 172, 180, 181, 227  
*Companhia Geral do Comércio*, 1755-1778: 40, 59, 134  
COMTE, Augusto (1798-1857). Filósofo francês: 32, 185, 189, 197  
*Comuna de Paris, primeira experiência moderna de governo socialista*, 1871: 10, 162, 163, 166, 169, 175, 184  
*Conde dos Arcos*. Ver NORONHA, d. Marcos de  
*Conde de Vila-Flor*. Ver NORONHA, d. Antônio José de Sousa Manoel de Menezes Severim de  
CONDILLAC, Estêvão (1715-1780). Filósofo francês, chefe da escola sensualista: 116  
*Confederação do Equador*, movimento revolucionário em 1817, localizado principalmente em Pernambuco: 51-58, 92, 107, 116, 145  
*Confederação dos Pescadores do Pará*, 1919: 251

Congresso Operário Brasileiro, 1912: 234  
Congresso Operário Nacional: 243  
Congresso Operário de Santos, 1913: 234  
Congresso Operário socialista, 1894: 209, 210  
Conquista de Caiena, tomada da praça de Caiena, em 1809, por tropas paraenses: 22, 24, 139  
CONSELHEIRO, Antônio ou Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897). Líder sertanejo, chefe do arraial de Camados, na Bahia, destruído por forças republicanas em 1897: 200  
CORDEIRO, Henrique João (1871-?). Professor: 162  
CORDEIRO, Luís (1877 - 1931). Escritor: 148, 149, 159, 164, 236-240  
CÓRDOVA, Virgílio (1883-197). Ator paraense: 251  
Corpo de Trabalhadores, criado pela Lei n.º 2, de 25.4.1838, baixada por Francisco de Sousa Soares d'Andréa: 61, 138, 141, 144  
COSTA, Cândido (1855-1931). Escritor: 231-236  
COSTA, Cirilo da. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 207  
COSTA, Frederico Augusto da Gama e (1838-187). Jornalista, conservador: 197  
COSTA, Hipólito José (1774-1823). Jornalista, editor do *Correio Brasileiro*: 29, 30, 123  
COSTA, Manuel da. Réu no processo de derassa contra a fabricação de pasquins políticos em 1820: 18  
COSTA, Manuel Raimundo. Cabano: 90  
COSTA, Marques da. Anarquista português ativo no Pará e no Rio de Janeiro: 243, 252  
COSTA, Miguel. Padre cabano: 91  
COSTA, Oswaldo. Jornalista: 252  
COUTINHO, Aureliano de Sousa de Oliveira. Visconde de Sepetiba (1800-1855). Ministro do Império: 105  
COUTINHO, d. Francisco Maurício de Sousa. Governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (15.6.1790 a 22.9.1803): 15, 28, 30, 96, 151  
COUTINHO, Manuel Viana. Líder operário, 1889: 11, 181  
COUTINHO, Raimundo José. Cafuz cabano: 90  
COUTO, Francisco Baltazar do. Presidente da Associação Internacional de Socorros Mútuos em 1882: 161  
CRUZ, Gastão (1888-1960). Escritor: 62  
CRUZ, Ernesto (1898-1976). Historiador: 80, 140, 143  
CRUZ, Guilherme Francisco (1842-1893). Engenheiro e político: 158, 169  
CUNHA, Ambrósio Leitão. Capitalista paraense, defendeu a "abertura do Amazonas": 147  
CUNHA, Domingos Simoens da (1793-1855). Alfares, prócer da Independência no Pará: 29, 42, 107  
CUNHA, Euclides da (1866-1909). Escritor: 142  
CUNHA, João Anastácio da. Cabano: 86  
CUNHA, Joaquim Epifânio da. Comerciante português, 1824: 58  
DAMASCENO, João Onofre. Santeiro. Um dos fundadores em 1865 da Artística Paraense: 160  
DANTAS, José Maria de Freitas. Capitão "filantrópico", 1831: 47, 91

DARWIN, Charles (1809-1882). Cientista inglês: 189  
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789): 22  
DELGADO, Pedro Alexandrino. Alfaiate, presidente do Partido Operário Progressista do Pará em 1899: 218  
DIAS, João. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 209  
DICKSON, H.. Comerciante inglês estabelecido em Belém por volta de 1820: 38  
DIREN, J.J.. Escritor francês: 104  
Diretório dos Índios, criado no Pará em 3.5.1757: 61  
Doutrina Monroe, James Monroe (1759-1831). Presidente da União Norte-Americana de 1817 a 1825, criou a doutrina que repele a intervenção da Europa nos negócios da América: 139  
DROZ, Joseph. Filósofo francês: 104  
Duque de Bragança, ver PEDRO I  
EMÍDIO, Lourenço Manuel. Operário, colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 209  
ENEIDA (Eneida Vilas Boas Costa de Moraes, 1903-1971). Jornalista e militante do marxismo: 245, 252  
ENGELS, Friedrich (1820-1895). Filósofo colaborador de Karl Marx: 22, 23, 162, 176  
ESPÍNDOLA, Luís Tomás. Músico, um dos fundadores em 1865 da Artística Paraense: 160  
ESPÍRITO SANTO, Manoel Antônio do. Mulato barbeiro, cabano: 90  
EUSÉBIO, Mulato, cabano, irmão de Benedito do Acará: 132  
Fábricas nacionais, estabelecimentos governamentais destinados ao beneficiamento de certos produtos da floresta, principalmente madeiras: 61, 62, 88  
FAGUNDES, Morivalde Calvet. Historiador da maçonaria no Brasil: 33  
FALCÃO, Silvestre Monteiro. Tipógrafo, tesoureiro do Partido Operário Progressista do Pará em 1899: 218  
FAORO, Raimundo. Jurista, historiador, jornalista: 264  
FAUCHEN, Léon. Publicista francês: 171  
Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, de tendências anarco-sindicalistas, liderou movimentos grevistas entre 1914 a 1939: 11  
Federação Operária e Artística do Brasil, com sede no Rio de Janeiro: 11  
FEUÓ, padre Diogo Antônio (1784-1843). Regente: 143  
FERRÃO, Bernardo Antônio Ferreira. Capitão "filantrópico", 1831: 47, 90  
FERRÃO, Manuel da Costa. Músico "anarquista", deportado para Marabitanas em 1831: 90  
FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1755-1815). Naturalista: 150  
FIGUEIREDO, Manuel Bernardino de Sousa. Juiz de Direito em 1834: 127  
FIGUEIREDO, Pedro. Negro cabano: 128  
Filantrópico, partidário ou simpatizante da Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, criada por Batista Campos para se opor à Sociedade União, dos caramurus: 47  
FILIPS, Samuel. Comerciante inglês estabelecido em Belém na época da Cabanagem: 93  
FLACHER, Victor Amadé. Francês expulso do Pará em 1820: 18, 33, 97  
FLORES, Jaques. Pseud. de Luís Teixeira Gomes (1899-1962). Poeta: 244  
FORA, Joaquim Vicente. Mestre carpinteiro: 150

FRANÇA, José de Sousa. Ministro do Império: 91  
 FRANCO, Bernardo de Sousa (1805-1875). Político paraense: 145, 155, 157, 171  
 FRANCO, Georzenor (1919-1985). Poeta: 244  
 FREITAS, Joaquim Pedro Correia de (1829-1888). Deputado em 1875: 169  
*Frente Única Paraense*, coligação que fez oposição ao Partido Liberal durante o primeiro governo de Magalhães Barata, 1931-35: 12  
 FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1751 a 1759): 133, 134, 156, 157, 270, 271  
 GAIOSO, Raimundo José de Sousa (1747-1813). Escritor: 37  
 GALVÃO, Eduardo (1921-1976). Etnólogo: 62  
 GAMA, Bernardo José da. Visconde de Goiana (1782-1854). Presidente da prov. do Pará (19.7.1831 a 7.8.1831): 77, 78, 80, 83, 88, 89, 90, 91, 93  
 GAMA, Paulo José da Silva. Barão de Bajé, pres. da prov. do Pará (14.4.1828 a 14.7.1830): 99  
 GARIBALDI, Giuseppe (1807-1882). Revolucionário italiano: 94  
 GEORGE, Henry. Filósofo inglês: 189  
 GILLET, Eugênio Eduardo. Livreiro, socialista: 224  
 GIPSON, Rafael. Receptor do *Correio Braziliense*, c. 1820, no Pará: 30  
 GIRARDIN, Émile (1806-1881). Publicista francês: 215  
 GRAÇA, Abel da. Presidente da prov. do Pará (17.4 a 22.9.1870 e 3.7.1871 a 19.6.1872): 158  
*Grande Oriente Maçônico do Brasil*: 46, 135  
 GRAVE, João. Escritor socialista português: 221  
 GRENFELL, John Pascoe. Mercenário inglês a serviço da armada imperial: 51, 58  
 GRENOUILLIER, Colono francês: 16  
*Greves*  
 — no *Arsenal de Marinha do Pará*, em 1821, primeiro movimento grevista registrado na crônica paraense: 22  
 — dos *aguadeiros*, em 1883: 179  
 — na *Companhia do Amazonas*, em 1892: 227  
 — dos *tipógrafos*, em 1898: 218  
 — dos *bondes*, em 1918: 241-2  
 — *geral*, em 1919: 244  
*Grupo Aurora Libertária* (1919). Tendência anarquista: 252  
*Grupo Operário Beneficente*, 1893: 208, 212  
*Guarda Nacional*: 89  
 GUEDES, Duarte Huet de Bacellar Pinto (1852-1919). Oficial da Marinha de Guerra, governador do Estado por nomeação (25.3 a 24.6.1891): 200  
 GUIMARÃES, Antônio. Diretor do Club Internacional: 208  
 GUIMARÃES, José da Cunha. Operário (1878-?) : 161  
 GUIMARÃES, José Ribeiro "Conin". Português, delator dos irmãos Vasconcelos em 1822: 45, 53, 107, 108, 111  
 GUIMARÃES, Simeão Estelita dos Reis. Alfaiate, um dos fundadores em 1865 da Artística Paraense: 160

HANDELMANN, Heinrich (1827-1891). Historiador: 52, 141, 272  
 HARO FARINHA, Bento Garcia Galvão d'. Militar, fez parte da Junta Revolucionária Republicana em 1824: 54  
 HEIN, L. Súdito alemão estabelecido no Pará c.1820: 38  
 HENDERSON, William Otto. Historiador: 32, 286  
 HENRIQUES, Pedro Rodrigues. Prócer da Independência: 53, 54, 86  
 HESKETH, John. Capitalista escocês estabelecido no Pará em 1820: 38  
 HOLANDA, Sérgio Buarque de (1902-1978). Escritor: 264, 265  
 HURLEY, Henrique Jorge (1898-1956). Historiador: 80, 136, 275  
 HILÁRIO DO ITAPICURU. Cafuz, cabano: 132  
 IGLESIAS, Pablo. Socialista com trabalhos reproduzidos na *Tribuna Operária*, Belém, 1891-4: 209  
*Imperial Sociedade Artística Paraense*, ou simplesmente Artística Paraense, a mais antiga sociedade de mutualista no Pará, criada em 1865: 11  
 INGLÊS, José de Brito. Militar: 28, 85  
 INGLIS, Guilherme. Capitão-de-fragata assassinado pelos cabanos em 1835: 93  
*Instituto Paraense de Educandos Artífices*, criado em 1809, restabelecido em 1870: 155, 156, 159  
*Internacional, I*: 170-181, 198  
*Internacional, II*: 198-223  
*Internacional, III*: 243  
 JACAREACANGA, Camilo José Moreira. Cabano: 117, 119  
 JOÃO VI (1767-1826). Rei de Portugal: 22, 46  
 JOAQUIM. Tipógrafo, escravo de Honório José dos Santos: 121  
 JOAQUIM ANTÔNIO. Cabano: 118, 132  
 JOSÉ I (1714-1777). Rei de Portugal: 61, 133, 271  
 JUNOT, Andoche (1771-1813). Militar francês: 24, 60  
 JURANDIR, Dalcídio (1909-1979). Romancista e militante do marxismo: 63, 64, 65, 243, 252  
 KIDDER, Daniel P. (1815-1891). Missionário norte-americano: 140  
 KOSERITZ, Karl von (1830-1890). Escritor socialista alemão: 186  
 KROPOTKINE, Pedro. Anarquista russo: 189, 198  
 LACERDA, Antônio Correia de (1777-1852). Médico: 34, 53, 54, 85  
 LAMARE, Joaquim Raimundo de (ou DELAMARE). Vice-almirante, presidente da prov. do Pará (1.6.1867 a 5.8.1868): 152, 154, 156, 158  
 LAZIER, Luís José. Francês, tipógrafo, ativo no Pará desde 1822: 33, 45, 105, 109, 110, 113, 120  
 LEÃO, Félix Vicente. Vereador em 1871: 162  
 LEÃO, Honório Hermeto Carneiro. Marquês do Paraná (1801-1856). Político: 170  
 LEMOS, Antonio José de (1843-1913). Jornalista e político: 170, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 280, 281  
 LEMOS, Joaquim Mariano de. Jornalista c.1890: 145  
*Liga Marítima*, criada em 1899: 213, 217  
*Liga Operária*, criada em 1883: 11, 180, 181

LIMA, A. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 180  
LIMA, Felipe. Jornalista  
LIMA, Herman (1897-197). Historiador: 175.  
LIMA, Raimundo da Rocha (1855-1878). Pensador cearense: 186  
LISBOA, João Francisco (1812-1863). Jornalista: 5, 87, 105, 120, 143, 144, 145, 146, 147  
LISBOA, José da Silva. Visconde de Cairu (1756-1835). Economista: 71, 109  
LITTRÉ, Emílio (1801-1881). Filósofo francês: 185, 188, 191  
LIVRAMENTO, João Antônio do. Censor (1822-7): 34  
*Loja Maçônica Tolerância*: 46, 76, 80, 97, 110  
LOPES, Francisco Rodrigues (1878-1946). Tipógrafo e editor: 229, 230, 244-245  
LOUREIRO, João Antônio de. Secretário do Conselho Geral da prov. do Pará em 1834: 126  
LUCIO, (de Albuquerque Melo) Joaquim (18 ?-1896). Jornalista: 196, 200  
LUCIO, Miguel. Deputado: 169  
LUDWIG, Daniel. Capitalista: 65  
LUZ, Fábio (1864-1938). Escritor socialista: 198, 230, 245  
MABLY, J. Filósofo francês: 23  
MAC-DOWELL, Samuel Wallace (1843-1908). Jurista: 280  
MACHADO, Batista (1847-1901). Dramaturgo: 172  
MADUREIRA, João Francisco de. Tipógrafo: 1820:34  
MALCHER, Félix Antônio Clemente (1782-1835). Primeiro presidente cabano: 53, 92, 93, 116, 118, 119, 121, 128, 132, 273, 274  
MALCHER, João Diogo da Gama (18?- 1891). Vereador em 1871:162  
MALCHER, José da Gama (1814-1882). Médico e político: 280  
MALLON, B. Filósofo: 209, 221  
MARÉCHAL, Sylvain. Poeta francês: 96  
MARIA I (1734-1816). Rainha de Portugal: 27  
MARIANI, José. Desembargador nomeado presidente da prov. do Pará, foi impedido de tomar posse: 82, 83, 84  
MARINHO, Joaquim Saldanha (1816-1895). Grão-mestre da maçonaria republicana, usou do pseudônimo Ganganelli em vários escritos: 185  
MARIZ FILHO, Romeu (1913-1947). Artista pintor: 252  
MARTINS, Alberto (197). Escritor, teatrólogo: 251  
MARTINS, Enéas (1872-1919). Jornalista, político, governador do Pará, 1913-17: 229  
MARTINS, João Antônio Rodrigues. Intendente do Arsenal de Marinha do Pará, demitido por pressão da primeira greve ali realizada, em 1821: 22, 151  
MARTINS, Marcos Antônio Rodrigues. O "Mandarucu Paquicé", da nobreza rural, participou dos acontecimentos da Independência e se colocou contra os cabanos: 19, 20, 22, 52, 54, 79, 81, 89, 112, 114, 120  
MARTINS, Teodomiro. Engenheiro mecânico, organizador em 1897 do Partido de Artistas e Operários do Pará: 11, 176, 218, 219, 221, 222, 223, 228, 229, 234

MARTINS, Wilson (1912-). Escritor, ensaísta: 197, 198  
MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von (1794-1868). Naturalista: 38, 40, 60, 138  
MARX, Karl (1818-1883). Filósofo: 10, 162, 163, 173, 174, 175, 176, 189, 195, 219, 221, 222, 224, 248, 243  
MASARIK, Jan. Professor da Universidade de Praga: 221  
MATOS, João Henriques de. Militar, prócer da Independência: 53  
MATOS, João Marques de. Prócer da Independência, suspeito de republicanismo: 24, 35, 86, 97, 274  
MATOS, João Wilkens de (1822-1889). Militar, político, administrou a prov. do Amazonas (1868-70): 169  
MATOS, Manuel Lourenço de. Prócer da Independência: 52  
MAUÁ, barão de (Irineu Evangelista de Sousa) (1813-1889). Capitalista: 148, 154, 155, 165  
MEDEIROS, Cesário de. Seringueiro que comandou a revolta do Jari: 65  
MELO, Afonso de Albuquerque. 1834: 126  
MELO, Daniel Garção de. Tipógrafo português: 24, 26, 43, 45, 69, 105, 108, 109, 136  
MELO, João Florêncio. Alfaiate, um dos fundadores da Artística Paraense: 160  
MELO, José Olímpio Pereira de. Fotógrafo, orador do Partido Operário Progressista do Pará em 1899: 218  
MELO, Matias S.. Tesoureiro do Club Internacional: 208  
MENDES, Inocêncio José. Sapateiro, um dos fundadores da Artística Paraense: 160  
MENDES, Manuel José de Siqueira (1825-1892). Sacerdote e político: 280  
MENDONÇA, Deodoro de (1889-1968). Político: 176  
MENDONÇA, Francisco Dejard de (1891-1938). Jornalista: 229  
MENDONÇA, José Caetano de. Comandante, 1824: 52  
MENDONÇA JÚNIOR, Joaquim Francisco de (18 ?-1904). Mais conhecido pelo pseudônimo "Múcio Javrot", poeta e "tribuno" socialista: 167, 176  
MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Historiador: 157, 272  
MENEZES, Bruno de (1894-1963). Poeta: 244, 245, 246  
MENEZES, Francisco de Sá. Governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1682 a 1685): 62  
MIRANDA, Nilton. Jornalista: 218  
MIRANDA, Vicente Chermont de (1849-1907). Engenheiro, escritor e político: 277  
MONTALEGRE, Omer. Escritor: 71, 253  
MONTEIRO Álvaro da Silva Xavier. Segundo secretário da Ass. Intern. de Socorros Mútuos: 161  
MONTENEGRO, Augusto (1867-1915). Governador do Estado do Pará (1.º.2.1901 a 31.10.1904 e 1.º.2.1905 a 31.1.1909): 217, 224, 227, 280  
MONTENEGRO, Olívio. Escritor: 197  
MONTESQUIEU, Carlos de Secondat. Barão de (1689-1755). Filósofo francês: 15, 23, 104  
MOREIRA, Antônio José. Político: 147  
MOREIRA, Batista. Advogado de grevistas: 225  
MOREIRA, José Correia. Réu no processo de devassa contra a fabricação e distribuição de pasquins políticos: 1820: 18

MORELLY, Filósofo francês: 23  
MOURA, Inácio Batista de (1857-1929). Engenheiro, escritor: 176, 177, 207, 218  
MOURA, José Maria de. Militar português que se opôs à Independência no Pará: 24, 45, 56, 68  
MOURA, Levi Hall de (1907-1983). Escritor marxista: 135, 136, 175, 206, 252  
MUNIZ, João Ferreira. Juiz de Paz, (1831). anticabano: 80  
MUNIZ, João Palma (1873-1927). Historiador: 20, 21, 24, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 41, 42, 43, 80, 151  
Mutualismo, doutrina que estabelece relações de reciprocidade, implicando deveres, obrigações, prestação de serviços de um lado, e direitos, compensações e retribuições de outro. Nasceu no sistema capitalista inglês e tomou sentido prático na criação de associações assistencialistas e foi de "socorros mútuos", expandindo-se para o mundo. A primeira, no Pará, foi a Artística Paraense, instalada em 1865: 160-1, 172  
NASCIMENTO, Antônio Ângelo de Abreu. *Mestre Angelus* (1895-1959), artista pintor, militante anarquista, depois comunista: 252  
NASCIMENTO, Miguel Martins do. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1894: 209  
NELSON, Justus H. (1849-19 ?). Missionário protestante norte-americano: 185  
NEPOMUCENO, João. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1891-4: 207  
NERY, Antônio Constantino (1859-1926). Governador do Amazonas: 212  
NERY, Frederico José De Sant'Anna, Barão de Sant'Anna Nery (1848-1901). Publicista: 167  
NERY, Marcelino (18 ?-1885). Jornalista, fundador de *A Tribuna*: 167  
NEVES, Laurindo Augusto das. Alfaiate, um dos fundadores da Artística Paraense, 160  
NIEMEYER, Oscar (1907). Arquiteto: 12  
NILSON, João (1866-1896). Poeta, redator do *Correio do Pará*: 211  
NOGUEIRA, Francisco. Irmão do chefe cabano Angelim: 94  
NOGUEIRA, Geraldo "Gavião". Irmão do chefe cabano Angelim: 124  
NOGUEIRA, João José. Professor, 1871: 162  
NOGUEIRA, Manuel. Irmão do cabano Angelim: 124  
NORONHA, Antônio José de Sousa Manoel de Menezes Severim de. Conde de Vila-Flor. Governador e capitão general do Grão-Pará (19.10.1817 a 1.º.10.1820): 17, 18, 19, 34, 35, 38, 67, 97, 130  
NORONHA E BRITO, d. Marcos. Conde dos Arcos. Governador e capitão general do Grão-Pará (22.9.1803 a 10.3.1806): 29, 84  
OLIVEIRA, Antônio Feliciano da Cunha. Maçom, 1834: 116  
OLIVEIRA, Franklin de (1916-). Jornalista, escritor: 262, 263, 267  
OLIVEIRA, J. E. Cunha e. Diretor da *Tribuna Operária*, 1891-4: 207  
OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. Presidente da prov. do Pará (2.12.1869 a 17.4.1870): 158  
OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Presidente da prov. do Pará (27.2.1832 a 4.12.1833): 48, 83, 87, 91, 114, 126  
OLIVEIRA, Júlio Henrique de. Maquinista, primeiro secretário do Partido Operário Progressista do Pará em 1899: 218  
OLIVEIRA, Manuel Davi. Tipógrafo: 205

OLIVEIRA, Marciana Paula de. Uma das fundadoras da Soc. das Novas Amazonas, 1833: 48  
OLIVEIRA, Paulo de, jornalista, poeta: 254  
PAIM, Antônio. Historiador: 186  
PAIVA, Manuel Luís de. C. 1820: 86  
PALHA, José Pedro de Moura. Militar. c.1838: 36  
PALHA, Francisco de Moura. Político: 36  
PALHANO, Lauro, romancista: 243  
PANTOJA, Amândio José de Oliveira. C.1820: 86  
PAPAGAIO, Vicente Ferreira Lavor. Jornalista revolucionário, c. 1835: 106, 116, 117-118, 119, 130  
PARENTE, Bento Maciel, militar português, sec. XVII: 268  
*Partido de Artistas e Operários do Pará*, 1897-8, 11, 218, 222, 223, 244  
*Partido Comunista Brasileiro*: 11  
*Partido Conservador*: 145, 168, 169, 280  
*Partido Filantrópico*, 1831: 48, 135  
*Partido Liberal*, c.1931: 12, 168  
*Partido Operário Progressista*, 1899: 218  
*Partido Operário do Pará*, 1891-4: 11, 196, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 217, 218, 223  
*Partido Operário Socialista Brasileiro*, 1891: 199, 207, 208  
*Partido Republicano Democrata*: 201, 277  
*Partido Republicano Paraense*: 204, 218, 219  
PASSARINHO, Jarbas Gonçalves (1920-). Militar e político: 65, 142  
PASSOS, Torquato. Primeiro secretário da Liga Operária, 1884: 180  
PATRIOTA, Crioulo liberto, cabano, defensor de idéias socialistas: 98, 128, 132  
PATRONI, Filipe Alberto (1794-1866). Prócer da Independência, fundador da imprensa no Pará: 19, 20, 21, 24, 25, 26, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 84, 85, 97, 98, 101, 102, 107, 111, 123, 130, 136, 273, 274, 277  
PEDRO I. Duque de Bragança (1798-1834). Imperador do Brasil: 46, 48, 70, 72, 76, 91, 125, 137  
PEDRO II (1825-1896). Imperador do Brasil  
PEIXOTO, Floriano (1849-1896). Militar, segundo presidente da República: 200  
PELLATAN, Eugène (1813-1884): 171  
PENANTE, José de Lima (1840-1892). Ator: 172  
PERCHEIRO, D.A.Gomes. Jornalista português: 166  
PEREIRA, Gederão. Operário, colaborador de *O Trabalho*, 1901: 220  
PEREIRA, Ritacínio, médico, jornalista: 252  
PERUVINO, Luís Antonio Malato de Castro. Advogado, adversário dos cabanos: 24, 80, 89, 274  
*Pesqueiros reais*, estabelecimentos governamentais: 61, 62  
PICANÇO, Tomás Nogueira. Presidente do Conselho Geral da Prov. Pará, 1834: 61  
PICHON, João Batista. Mestre construtor naval, francês, ativo no Arsenal de Marinha do Pará em 1825: 151

PIGOL, Pierre. Francês, marceneiro estabelecido em Belém na época da Cabanagem: 93  
PIMENTEL, Jerônimo Roberto da Costa. "Filantrópico", 1831: 47, 78, 111  
PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. Historiador: 16, 46  
PINTO, Lúcio Flávio (1949-). Jornalista: 129, 259, 282  
PINTO, Manuel Gomes. Capitalista, 1829-99  
POMAR, Pedro (1913-1976). Jornalista e militante do marxismo: 253  
POMBAL, Marquês de (Sebastião José de Carvalho (1699-1782). Conde de Oeiras). Primeiro ministro de d. José I: 61, 133, 271  
POMBO, José Clemente da Silva. Ouvidor: 29  
POMPEU, Tomás (1818-1877). Escritor e político cearense: 186  
PONELLE, Edmé: 104  
PORTUGAL, Antônio Dias Ferreira. Professor e tipógrafo, c. 1825: 107  
PORTUGAL, Francisco Marques d'Elvas. Militar português, comandou as tropas que tomaram Caiena em 1809-99  
POUGET, Gentil (1912-1949). Poeta e músico: 252  
PRADO, Eduardo (1860-1901). Escritor: 191  
PRISCO, Francisco. Escritor: 196  
PROUDHON, Pedro José (1809-1865). Socialista e publicista francês: 10, 163, 175, 193  
QUEIROZ, Alexandre. Redator de *A Revolta*, 1919: 252  
QUEIROZ, Eça de (1846-1900). Escritor português: 188  
QUEIROZ, Gaspar de Sequeira e. Sacerdote e jornalista na época da Cabanagem: 47, 72, 74, 78, 91, 97, 110, 111, 115, 116, 135  
RAIOL, Domingos Antônio. Barão do Guajará (1830-1912), historiador: 26, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 97, 110, 111, 117, 119, 123, 124, 126, 127, 132, 136, 140, 147, 155, 170, 171, 178, 181, 214-217, 274  
RAIOL, Olívio (1884-?). Poeta, jornalista: 229, 230, 245  
REGO, Luís. Tirano: 76, 77  
REIS, Arthur Cezar Ferreira (1906-). Historiador: 16, 17, 27, 28, 33, 36, 41, 65, 66, 80, 101, 130, 138, 140, 147  
REIS, João Augusto dos. Tesoureiro da Ass. Intern. de Socorros Mútuos, 1882: 161  
REIS, João Evangelista dos. Operário, 1892: 205  
REIS, José Agostinho dos. Bacharel, esteve ligado à fundação da Liga Operária, 1883, e outras associações operárias: 178, 180  
*Revolução Francesa*: 15, 16, 22, 23, 51, 68, 84, 96, 130  
*Revolução Americana*: 15, 51, 68  
*Revolução Industrial*: 22, 23, 30, 31, 37, 39, 68, 100, 130  
*Revolução Liberal do Porto*: 19, 34, 36  
*Revolução Pernambucana de 1817*: 27, 33, 130  
RHOSSARD, Henrique Carlos. Francês estabelecido no Pará na época da Cabanagem: 132, 274  
RIBEIRO, Francisco de Paula. Ourives, um dos fundadores da Artística Paraense: 160

RIBEIRO, José de Araújo (1800-1879). Pensador gaúcho: 186  
RIBEIRO, M. Braga. Historiador: 136  
*Roças comuns*, estabelecimentos agrícolas governamentais: 61, 62, 63, 88  
ROBESPIERRE, Maximiliano (1758-1794). Advogado e convencional francês: 84  
ROCHA, Carlos de La. Emissário italiano: 81  
ROCHEFORT, Henrique (1830-?). Panfletário francês: 167, 170, 175  
RODRIGUES, Edgar. Escritor socialista: 176, 206, 210  
RODRIGUES, Manuel Jorge. Militar e presidente da prov. do Pará (26.6.1835 a 11.4.1836), governo paralelo ao cabano: 93, 94  
ROIZ, João Luís. Réu na devassa contra a fabricação e distribuição de pasquins políticos c. 1820-18  
ROMANO, Heráclito Vespasiano Fiock (18?-1900). Bacharel pernambucano ativo no Pará: 171, 215  
ROMERO, Sílvio (1851-1914). Escritor: 181  
ROSO, João de Araújo. Político na época da Independência: 68  
ROSO, José de Araújo. Militar e capitalista, primeiro presidente da prov. do Pará (1º.5.1824 a 28.5.1825): 54, 55, 56, 68, 69, 81, 82, 86, 107, 108  
ROUSSEAU, Jean Jacques (1712-1778). Filósofo francês: 23  
RUIVO, Augusto Domingos. Mestre das oficinas de máquinas da Companhia do Amazonas, orador da Liga Operária e presidente da S. B. Mecânica Paraense: 160, 180  
RUSKIN, John (1819-1900). Pensador inglês: 189  
SÁ, João de Deus Oliveira. Colaborador de *O Trabalho*, 1894: 209  
SAINT-CYR, conde Carras. Governador de Caiena: 18  
SAINT-SIMON, (Cláudio Henrique, 1760-1825) conde de. Filósofo francês: 23, 32, 193  
SALLES, Vicente (1931-). Historiador, 259, 260  
SALGADO, Tito. Redator de *A Revolta* (1919): 252  
SALUT, colono francês: 16  
SALGADO, J. Secretário do Club Internacional, 208  
SAMPAIO, Antônio Gomes Rodrigues. Ator: 172  
SANDOVAL, Cândido de Almeida. Músico e socialista português: 24, 36, 86, 97, 274  
SANTA ROSA, Américo Marques (1833-1899). Médico e político: 166, 277  
SANTA ROSA, Henrique Américo (1860-19?). Político: 155  
SANTIAGO, Joaquim José da Silva. Comandante das armas assassinado pelos cabanos: 93  
SANTOS, Honório José dos (1801-1857). Impressor, capitalista: 91, 97, 121, 122, 135  
SANTOS, Manuel Francisco dos. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1894: 209  
SANTOS, Maximino Angelo dos. Colaborador da *Tribuna Operária*, 1894: 209  
SANTOS, Roberto. Historiador: 155, 165  
SAY, João Batista (1767-1832). Economista francês: 71  
SCHIVAZAPPA, Armando. Anarquista italiano ativo em Belém: 246  
SEARA, Antônio Corrêa. Comandante das armas em 1833: 48, 83  
SEABRA, Pedro Henrique de Almeida. Político "filantrópico": 19, 47

SEBASTIÃO (1554-1578). Rei de Portugal: 263  
SEIDL, Carlos (1835-1893). Livreiro, depois sacerdote: 166  
SEIXAS, Romualdo Antônio de (1787-1860). Sacerdote, político, bispo da Bahia: 42, 52, 55, 75, 103, 108, 135  
SERRA, Silvestre Antônio Pereira da (17 ?-1839). Sacerdote, jornalista revolucionário, 24, 44, 45, 47, 48, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 97, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 120  
SILVA, Cândido de Deus e. Operário: 180  
SILVA, Domingos. Carregador ambulante, colaborador de *O Trabalho*: 221  
SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e (1808-18 ?). Historiador: 99  
SILVA, João Cândido de Deus (1787-1860). Divulgador do pensamento europeu: 75, 103-105, 133  
SILVA, Joaquim Antônio. Capitalista, 1829: 99  
SILVA, José Angelo. Político: 147  
SILVA, José Batista da (Camecrã). Prócer da Independência: 29, 42, 52, 54  
SILVA, Patrício Jerônimo da. Mestre de banda de música, vice-presidente do Partido Operário Progressista do Pará em 1899: 218  
SILVA, Símpcio Dias da. Prócer da Independência no Piauí: 103  
SILVEIRA, Augusto da. Dramaturgo: 171  
SIQUEIRA, José Joaquim de. Militar, capitalista: 99  
*Sociedade Artística Beneficente dos Sapateiros*: 161  
*Sociedade de Artes e Ofícios Beneficente São Sebastião*: 223  
*Sociedade Beneficente Artística Paraense*, a mais antiga, fundada em 1865, ainda existente, ganhou o título de Imperial: 160, 172, 177, 178, 180, 212  
*Sociedade Beneficente Dois de Dezembro*: 160  
*Sociedade Beneficente dos Pedreiros e Carpinas*: 161  
*Sociedade Beneficente Mecânica Paraense*, criada em 1879, também teve o título de "Benemérita": 160, 180, 212  
*Sociedade Estrela do Oriente*: 212  
*Sociedade Federal do Pará*: 48, 115  
*Sociedade Federal de Pernambuco*: 48  
*Sociedade Filantrópica ou Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica*, criada em 1831 em oposição à *Sociedade União*: 46, 79, 111-2, 113  
*Sociedade Internacional de Socorros Mútuos*, instalada em 1882: 161  
*Sociedade Mútua Operária do Arsenal de Marinha*: 212  
*Sociedade das Novas Amazonas*: 48-50  
*Sociedade União Operária*, 1885  
*Sociedade União*, dominada pela facção dos "caramurus", capitalistas e proprietários brasileiros e portugueses, foi criada em 1831: 46, 79, 80, 112, 113  
*Sociedade União Paraense*: 160, 172, 173  
*Sociedade União Protetora e Beneficente dos Carroceiros e Boleiros*, 1906: 225  
*Sociedade Vinte e Oito de Setembro*: 161, 212  
SODRÉ, Lauro Nina (1858-1944). Militar e político: 11, 200, 201, 205, 206, 208, 210, 217, 218, 223, 240, 241, 242, 278, 280, 281

SODRÉ, Nelson Werneck (1911-). Militar e escritor: 26, 27, 30, 31, 34, 45, 116, 117, 119, 145  
SOUSA, Bernardo Lobo ( ? -1835). Presidente do Pará assassinado pelos cabanos, em 1835: 80, 84, 86, 87, 93, 103, 116, 119, 126, 127, 128, 132, 135  
SOUSA, João Lourenço de. Jornalista: 108  
SOUSA, Júlio César Ribeiro de (1843-1887). Poeta e jornalista: 166, 170  
SOUSA, Márcio (1946-). Escritor: 60, 159, 160  
SOUSA, Raimundo da Silva. Presidente da Liga Operária em 1884: 180  
SPENCER, Herbert (1820-1903). Filósofo inglês: 189  
SPIX, Johan Baptist von (1781-1826). Zoológico alemão, viajou com Karl F. von Martius pelo Brasil entre 1817-1820: 38, 40, 60, 138  
SUAREZ, José Maria. Emigrado da Venezuela estabelecido no Pará em 1820: 36  
TANGER, João Lourenço. Capitalista, 1829: 99  
TAVARES, Luís Demétrio Juvenal (1850-1907). Poeta e jornalista "tribuno": 11, 167, 176, 199  
TEIXEIRA, Pe. Felipe da Costa (o "Caveira"). Jornalista: 113  
THIERS, Adolfo (1797-1877). Estadista e historiador francês: 162, 184  
TOLSTÓI, Liev (1828-1910). Escritor russo: 188, 189, 198  
TORRES, Luís (18 ?-1924). Poeta, redator de *O Trabalho*: 220  
TRACY, Conde de (Mr. Destrugt). Filósofo francês: 104  
*Tribuna*, denominação dada, por vezes pejorativamente, aos redatores do jornal popular *A Tribuna* (1870-7), propriedade do cap. Marcelino Nery, de tendência nacionalista-reformista: 168  
TROVÃO, Antônio Manuel de Sousa. Político "filantrópico": 47  
TROVÃO, Marcelo Borges. Cabano: 91  
TUPIASSU, Raimundo Carneiro de Lima. Alfaiate, um dos fundadores em 1865 da *Artística Paraense*: 160  
TUPINAMBÁ, Joaquim Antônio. Político, 1824: 52  
União Geral dos Trabalhadores. Organização anarco-sindicalista: 243, 244  
*União Gráfica do Pará*, 252  
UPTON, Daniel. Capitalista norte-americano estabelecido em Belém por volta de 1820: 140  
VALADIM, José Lopes dos Santos. Intendente do Arsenal de Marinha do Pará em 1820: 22, 151  
VAMPRÉ, Spencer (1888-1964). Historiador: 103, 104  
VARGAS, Getúlio D. (1883-1954). Político: 11, 253  
VASCO, Neno. Escritor socialista português: 221  
VASCONCELOS, Clemente A. Toscano. Operário, secretário e depois chefe de redação da *Tribuna Operária*: 203, 207, 208  
VASCONCELOS, Gaspar Corrêa de. Almojarife da Marinha, 1831: 110  
VASCONCELOS, (irmãos) João, Julião e Manuel. Propagandistas da Independência no Pará: 19, 20, 21, 24, 107, 111, 130  
VASCONCELOS, Joaquim José Pinheiro e. 78  
VASCONCELOS, José Joaquim de Figueiredo e. Panfletário: 105  
VASCONCELOS, Manuel de Frias e. Presidente da prov. do Pará de 23.10.1858 a 8.12.1858

VASCONCELOS, Victorio de Figueiredo e. Jornalista: 145  
 VEIGA, Evaristo Ferreira da (1799-1837). Jornalista: 115  
 VERÍSSIMO, Inácio José. Militar: 194  
 VERÍSSIMO, José (J. V. Dias de Matos) (1857-1915). Jornalista e escritor: 137, 142, 163, 181-191, 191-198, 200, 201  
 VIANA, Francisco José de Oliveira (1883-1951). Historiador e sociólogo: 190  
 VIEIRA, P. Antônio (1608-1694). Jesuíta: 263, 269, 270, 272  
 VIEIRA, Artúrio (1865-1938). Poeta e escritor socialista: 245, 246  
 VIEIRA, Emani (1896-1938). Poeta e jornalista: 245, 246, 251  
 VILAÇA, João Pereira. Militar, prócer da Independência: 29  
 VINAGRE, Francisco Pedro. Segundo presidente cabano: 121, 128, 132, 274  
 Vintismo português, época que se inicia em 1820, coroada pela vitória contra três invasões francesas, o retorno de d. João VI, que jura a Constituição mas, em 1822, uma contra-revolução restabelece o absolutismo, sufocando as idéias de liberdade que haviam penetrado no povo. Essas idéias refletem-se intensamente no Brasil: 41, 43, 44  
 WALLACE, Alfred Russel (1822-1913). Naturalista inglês: 157  
 WATRIN, Guiomar Maria. Líder feminista em 1833: 48  
 WIEGANDT, Carlos (1841-1908). Artista litógrafo: 166, 219, 222  
 WYZEWA, Teodor. Tradutor: 189  
 ZAGALO, Luís. Sacerdote que teria espalhado no Pará, entre 1815-17, idéias da Revolução Francesa, o liberalismo e o igualitarismo: 16, 18, 20, 22, 24, 33, 51, 97, 98, 102, 123, 130, 134, 135, 274  
 ZANI, Francisco Ricardo. Capitalista e proprietário italiano com interesses em Belém e no Rio Negro: 29, 33, 38  
 ZANINI, Walter. Crítico de arte: 66

## Do Autor:

- *O Exilado do Rancho Fundo* (a vida e a obra, em pequena dimensão, do poeta Antônio Tavernard). Prêmio "Carlos Nascimento" da Academia Paraense de Letras. Belém: APL, 1960
- *Música e Músicos do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970
- *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas em convênio com a Universidade Federal do Pará, 1971
- *A Música e o Tempo no Grão-Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980
- *Santarém: Uma Oferenda Musical*. Belém: Imprensa Universitária/UFGPA, 1981
- *Paulino Chaves* (Centenário). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983
- *Bibliografia Analítica do Artesanato Brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1984
- *Sociedades de Euterpe*. As bandas de música no Grão-Pará. Brasília: Edição do Autor, 1985
- *Repente & Cordel*. Literatura Popular em Versos na Amazônia. "Prêmio Sílvio Romero 1981". Rio de Janeiro: Funarte-Instituto Nacional do Folclore, 1985

## Em obras coletivas:

- *Atlas Cultural do Brasil*. Textos: "Arte Indígena", "Manifestações Folclóricas", "Artesanato Regional". Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Fename, 1972
- *História da Cultura Brasileira*. Textos: "As Artes e os Ofícios", "O Artesanato". Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Fename, 1973. Primeiro volume
- *Antologia da Cultura Amazônica*, de Carlos Rocque. Texto: "Pastoril de Pastorinhas". Belém: Amazônia Edições Culturais Ltda. (Amada), 1971, sexto volume
- *Artesanato Brasileiro*. Textos dos capítulos. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1978
- *Brasil: Festa Popular*. Introdução e textos. Rio de Janeiro: Livroarte Editora, 1980
- *Antologia do Folclore Brasileiro*, org. Américo Pellegrini Filho. Texto: "Classificação Decimal do Folclore". São Paulo: Edarte/etc. 1982
- *História Geral da Arte no Brasil*, org. Walter Zanini. Texto: "Artesanato". São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, segundo volume
- *Carlos Gomes: Uma obra em foco*. Texto: "Carlos Gomes — Passagem e Influência em Várias Regiões Brasileiras". Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Música/Projeto Memória Musical Brasileira, 1987

onde se manteve até 1980. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, ficou lotado no SPHAN, Pró-Memória. Com o desmonte do órgão, optou pela aposentadoria, em 1990. Era tempo.

Paralelamente às atividades de servidor público foi professor no Instituto Villa-Lobos, RJ, e na Faculdade de Artes, DF; organizou edição de obras de João Ribeiro, Renato Almeida, Edison Carneiro; colaborou no Projeto Lendo o Pará da Secretaria de Estado da Cultura-Fundação Cultural Tancredo Neves, lançando dez títulos; participou de Encontros de Pesquisadores da PMPB, cursos, seminários, congressos etc., e ainda colaborou na produção de cerca de cinquenta discos de música folclórica e MPB. Baseada no seu trabalho neste campo, iniciou-se a coleção de discos da FENAB-Banco do Brasil, em 1979, hoje com 22 discos gravados.

Atendemos pelo  
Reembolso Postal  
Edições CEJUP  
Trav. Rui Barbosa, 726  
Fone: (091) 225-0355 (PABX)  
Caixa Postal 1.804  
Telex: (91) 2852  
FAX: (091) 241-3184  
CEP 66053-260 — Belém-Pará

SOLICITE NOSSO CATÁLOGO

*Memorial da Cabanagem*, do historiador paraense Vicente Salles, analisa a revolução cabana, sua ideologia e efeitos, expõe as conseqüências do movimento, identifica personagens de maior vulto e martela com vigor no ponto o qual foi um marco — as idéias republicanas. Iniciada em 1835, a Cabanagem é reconhecida como a rebelião mais radical do tempo das regências, pelo antagonismo das forças conflitantes, resultado da organização política ultrapassada, provável reflexo, ainda, de várias lutas internas ocorridas em 1823 — quando o Pará era governado por regime opressor, imposto por junta portuguesa que se negou em reconhecer a Independência.

O objetivo desta obra é exposto pelo autor no prefácio: "Tento esboçar neste trabalho a história do pensamento político-revolucionário do Grão-Pará.

Em tese, este é o pensamento das classes oprimidas, que se exprime principalmente no esforço para sacudir o jugo infamante.

Reflete, entre nós, a luta pela cidadania em que tanto se empenharam índios e negros, solidários nas mesmas vicissitudes, pela condição de servos e escravos, na sociedade modelada pelo colonizador europeu que a eles se opunha.

Em toda a parte, as relações entre dominadores e dominados suscitaram reflexões e, por vezes, pronunciamentos vigorosos dos humanistas, casta de indivíduos que consideram o Homem a principal peça da História. Também aqui, na Amazônia, ecoaram as vozes dos humanistas, dos que aspiram melhor e mais justa organização da sociedade".

